

1999



Relatório Anual

Dados-chave

(em milhões de euros)

	1999	1998
Contratos assinados	31 800	29 526
Na União Europeia	27 765	25 116
No exterior da União Europeia	4 035	4 410
• Países candidatos à adesão (linha de crédito de pré-adesão)	2 373 (1 467)	2 375 (1 370)
• Países Mediterrânicos (excluindo Chipre)	802	886
• África, Caraíbas, Pacífico e PTU	341	560
África do Sul	150	135
• América Latina e Ásia	310	362
• Balcãs Ocidentais	60	92
Financiamentos aprovados	35 117	33 369
Na União Europeia	30 380	28 246
No exterior da União Europeia	4 732	5 123
Desembolsos efectuados	27 612	27 993
Por conta de recursos próprios	27 449	27 792
Por conta de outros recursos	163	201
Recursos obtidos	28 355	30 098
Em divisas comunitárias	19 658	23 395
Em divisas não comunitárias	8 697	6 703
Operações em curso		
Financiamentos a cargo de recursos próprios	178 775	155 333
Garantias	277	347
Financiamentos a cargo de recursos orçamentais	2 352	2 360
Empréstimos obtidos a curto, médio e longo prazo	146 223	123 767
Fundos próprios	20 494	19 306
Total do balanço	201 104	176 544
Capital subscrito em 31.12	100 000	62 013
do qual realizado	6 000	4 652

1999

Relatório Anual



42º Relatório Anual do Banco Europeu de Investimento



ISBN 92-828-8850-9

Redacção concluída em 31 de Março de 2000

	<i>Página</i>
Mensagem do Presidente	4
1999: Perspectiva geral	6
Plano de actividades do Banco	8
Promoção da integração europeia	11
Desenvolvimento regional	11
Capital humano	16
Infra-estruturas europeias de comunicação	18
Ambiente natural e urbano	22
Gestão da energia	25
Competitividade industrial	26
PME	28
Apoio às políticas de cooperação com países terceiros	33
Países candidatos à adesão	35
Países da Parceria Euromediterrânica	39
África, Caraíbas, Pacífico e PTU	41
África do Sul	42
América Latina e Ásia	43
Captação de fundos	47
Operações lançadas nos mercados financeiros	47
Gestão das disponibilidades	58
Resultado da gestão das disponibilidades	59
Órgãos de decisão e funcionamento do BEI	63
Órgãos de decisão	63
Estrutura dos serviços	68
Funcionamento do BEI	71
Secção Financeira	75
Resultados de gestão	77
Balanço e demonstrações financeiras	78
Relatório dos auditores independentes	99
Declaração do Comité de Fiscalização	100
Anexos	
Financiamentos na União Europeia	103
Financiamentos no exterior da União Europeia	116
Anexo estatístico	123



Banco Europeu de Investimento

Mensagem do Presidente



Em 1999, o Banco Europeu de Investimento, a instituição financeira da União, continuou a empenhar-se a fundo na sua missão de orientador da poupança para o apoio a projectos que promovam a integração europeia e melhorem a qualidade de vida dos cidadãos da União.

Complementando o sector bancário europeu, o Banco concedeu 28 000 milhões de euros para o reforço da coesão interna e o apoio à actividade económica da União. Os projectos financiados durante o ano representaram mais de cinco por cento do investimento total na Europa, e a maioria situava-se nas zonas menos favorecidas da União, para as quais foram canalizadas mais de setenta por cento das verbas. No contexto dos empréstimos globais, o Banco recorreu à colaboração de cerca de 180 bancos seus parceiros, para o financiamento de 30 000 investimentos de PME e de autarquias locais na Europa e de 40 operações de capitais de risco para reforço dos capitais próprios de PME inovadoras.

O Banco empenhou-se também no financiamento de dezenas de projectos de grande envergadura e de centenas de infra-estruturas de média dimensão nos sectores da saúde e da educação, os quais preparam o futuro da nossa sociedade e dão trabalho a inúmeras empresas; o apoio do BEI representa uma fonte segura de financiamento bancário que permite constituir montagens financeiras sólidas, particularmente no que toca a parcerias público/privadas.

Ciente de que uma economia moderna exige vias de comunicação eficazes e tem de respeitar o ambiente, o BEI prosseguiu a sua acção nestes dois domínios. Há cerca de dez anos que é a principal fonte de financiamento bancário das redes transeuropeias, para as quais já canalizou, desde a respectiva identificação pelo Conselho Europeu de Essen de 1994, mais de 65 000 milhões de euros. Paralelamente, o Banco tem financiado projectos que visam preservar o meio natural e urbano, um domínio que absorve em média um terço das verbas.

Com a sua actividade nos mercados de capitais, em que é o maior emitente não governamental na Europa, o BEI também contribui para a consecução dos objectivos da União. Logo em 1996, preparou o lançamento da nova moeda única emitindo antecipadamente produtos denominados em euros e desde então, constituiu uma « massa crítica » de dívida em euros superior a 60 000 milhões. Neste contexto, o BEI propôs operações estruturadas que respondiam às necessidades específicas dos investidores, assim como um programa-quadro de emissões de referência em euros.

Para apoiar as políticas de ajuda e de cooperação da União com cerca de 150 países do mundo, o BEI concedeu 4 000 milhões sob a forma de empréstimos a longo prazo, de financiamentos subordinados e de capitais de risco. A « parte do leão » desta actividade destinou-se naturalmente aos países das zonas limítrofes a sul e a leste da União, não só para apoiar os objectivos do « Processo de Barcelona » no Mediterrâneo, como para preparar a entrada dos países candidatos na União.

O BEI é de longe a principal fonte de financiamento multilateral destes países, nos quais concede essencialmente financiamentos por conta de recursos próprios, através da sua « Linha de Crédito de Pré-adesão »; demonstra assim o seu empenho em dar um contributo directo, sem sobrecarregar as finanças públicas, para a modernização destas economias. Esta acção é conduzida numa perspectiva de transferência do « acervo comunitário »,

sobretudo no que se refere a projectos industriais ou de melhoria da qualidade de vida, alvo de mais de metade dos empréstimos em curso na Europa Central e Oriental.

Este balanço de 1999 ilustra plenamente a acção do meu antecessor, Sir Brian Unwin, que conseguiu que o BEI se empenhasse a fundo e sobretudo, fosse capaz de, apoiando-se na sua solidez financeira e na colaboração com a comunidade bancária, contribuir de uma forma determinante para a realização dos objectivos da União. De resto, os Conselhos de Chefes de Estado e de Governo da União já não dispensam a nossa capacidade de intervenção e de inovação, que permite que contribuamos de múltiplas formas para o desenvolvimento harmonioso da economia europeia.

Para apoiar as orientações do Conselho Europeu de Lisboa relativas ao desenvolvimento da « Sociedade do conhecimento e da inovação », o Banco deverá criar um programa designado por « Iniciativa Inovação 2000 » que reúne novas iniciativas no domínio das redes da informação, do enriquecimento do capital humano e do espírito empresarial. Estas iniciativas, que representam um investimento de cerca de 40 000 milhões de euros nos próximos três anos, contribuirão para lançar as bases de um crescimento dinâmico na Europa, fundamento de uma sociedade mais aberta, em que todos teremos um acesso mais fácil ao conhecimento.

Esta « Iniciativa Inovação 2000 », assim como a implementação da nossa nova « Linha de Crédito de Pré-adesão » para os países candidatos, serão as grandes prioridades operacionais do Banco no período de 2000 a 2002, a concretizar num contexto em plena mutação, essencialmente marcado pela introdução do euro, e que exigirão um esforço crescente do BEI no sentido de desenvolver produtos inovadores que correspondam cada vez mais às necessidades específicas dos seus clientes.

Desejo-vos uma agradável leitura deste texto, que vos transportará ao coração do BEI e da Europa.



Philippe Maystadt

Presidente do BEI e do Conselho de Administração



O Comité Executivo
do BEI



1999:

Perspectiva geral

O BEI (cujo capital subscrito foi aumentado a 1 de Janeiro de 1999 para 100 000 milhões de euros) prosseguiu a sua acção em favor da consecução das grandes políticas da União Europeia, nomeadamente, canalizando vultosas verbas para o reforço da coesão económica e social da União, preparando os países candidatos à adesão e desenvolvendo a sua estratégia voluntarista de captação em euros. O seu contributo para a realização dos objectivos da União foi sublinhado pelo Conselho Europeu de Berlim de 24 e 25 de Março de 1999 e também pelo de Colónia, de 3 e 4 de Junho de 1999.

O volume total de empréstimos assinados ascendeu a 31 800 milhões (29 500 milhões no ano anterior). Esta grande actividade, que prossegue a acção empreendida em 1998, traduz a amplitude e a diversidade das tarefas cometidas ao BEI.

Os desembolsos cifraram-se em 27 400 milhões, dos quais 24 600 se destinaram aos Estados-membros. A apreciação pelos serviços do Banco de cerca de 310 projectos de investimento conduziu à aprovação de empréstimos no valor de 35 100 milhões, montante superior ao de 1998 (33 400 milhões).

Em finais de 1999, os empréstimos concedidos a cargo de recursos próprios e as garantias em curso cifravam-se em 179 100 milhões, e os empréstimos contraídos em curso, em 146 200 milhões; o total do balanço ascendia a 201 100 milhões.

Promotor activo do euro

O BEI prosseguiu a sua acção de promotor activo da moeda única europeia, introduzida a

1 de Janeiro: cerca de 45% das emissões foram denominadas em euros, o que contribuiu para a criação de uma "massa crítica" significativa de instrumentos denominados na nova moeda. Além disso, mais de metade da captação em euros foi efectuada através do Programa EARN (*Euro Area Reference Note*). Este programa-quadro de emissões, lançado em Março de 1999 e desenvolvido em estreita colaboração com grandes bancos internacionais, garante aos investidores liquidez, transparência e regularidade. Por conseguinte, o montante das assinaturas referentes a emissões atingiu os 29 300 milhões de euros, um valor ligeiramente inferior ao do ano anterior; este montante inclui cerca de 1 000 milhões emitidos no enquadramento do programa de permuta de obrigações já existentes por novas obrigações em euros.

Apoio à coesão económica e social da União

Na União Europeia, o total dos contratos de financiamento assinados elevou-se a 27 800 milhões, o que significa um acréscimo de 10,5% em relação a 1998; 71% das verbas destinaram-se a apoiar o objectivo de política regional, e mais concretamente, o reforço da coesão da União e a União Económica e Monetária. Assim sendo, o grosso dos financiamentos do Banco destinou-se a redes transeuropeias de comunicação, ao apoio às PME e aos sectores da educação e da saúde, conforme consignado na Resolução relativa ao Crescimento e ao Emprego adoptada pelo Conselho Europeu de Amesterdão.

Salvo indicação em contrário, os montantes indicados neste relatório são expressos em milhões de euros



Maior apoio às PME e às altas tecnologias

O Conselho Europeu de Colónia pronunciou-se no sentido de que, durante o período de 2000 a 2003, o Banco reforçasse o apoio ao investimento e ao emprego, nomeadamente, por meio de financiamentos em capitais de risco. Neste contexto, os Governadores aprovaram a disponibilização da segunda *tranche* de 500 milhões dos excedentes de gestão do Banco em 1998, por transferência para as reservas do PAEA (Programa de Acção Especial de Amesterdão). Estas reservas, cujo valor actual é de 1 000 milhões, destinam-se a cobrir os riscos ligados às operações de capitais de risco. Já em Maio de 1999, o Conselho de Administração autorizou a duplicação para 250 milhões da dotação do BEI para o Mecanismo Europeu para as Tecnologias (MET), cuja gestão foi cometida ao Fundo Europeu de Investimento (FEI). O Banco dotou-se assim dos meios necessários para dinamizar o mercado dos capitais de risco europeu. Além disso, o aumento contínuo dos financiamentos nos domínios da educação e da saúde levou os Governadores a integrar os mesmos na actividade usual do Banco, pois nos termos da decisão do PAEA de 1997, só podiam ser financiados durante três anos.

Também para dar uma resposta rápida às conclusões do Conselho Europeu de Colónia, os Governadores convidaram o Banco a reforçar as verbas canalizadas para projectos de redes de alta tecnologia e a prosseguir o financiamento de redes transeuropeias de comunicação, nomeadamente, através do recurso a parcerias público/privadas.

Preparar o alargamento

Os financiamentos do BEI no exterior da União cifraram-se em cerca de 4 000 milhões, o que significa um decréscimo de 8,5% em relação ao exercício anterior. O nível de empréstimos nos 10 países candidatos da Europa Central e Oriental e em Chipre (2 400 milhões) manteve-se elevado, representando mais de metade das verbas destinadas a países terceiros.

Os Governadores aprovaram o princípio da renovação a partir de 31 de Janeiro do actual instrumento de pré-adesão para o período de 2000 a 2003, com uma dotação substancialmente reforçada de 8 500 milhões.

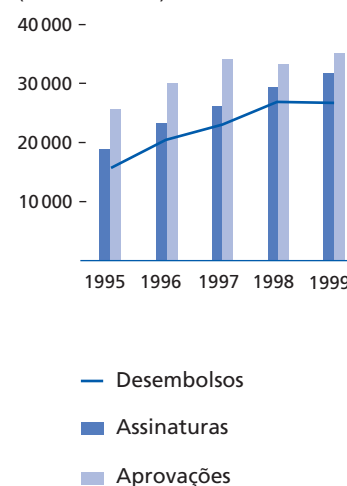
Novo enquadramento para as actividades no exterior da União

Os financiamentos no exterior da União cifraram-se em mais de 4 000 milhões. A expiração no início de 2000 dos mandatos cometidos ao Banco para apoiar as políticas comunitárias de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento, levou o Conselho a adoptar a 22 de Dezembro de 1999 uma nova garantia para os empréstimos do BEI em países terceiros. Esta garantia globalizada abrange o período de 2000 a 2007 e cobre um montante total de financiamentos de 18 410 milhões nos PECO, no Mediterrâneo, na América Latina e na Ásia, e na África do Sul.

As negociações para uma nova Convenção a celebrar com os países ACP, que já estavam em fase muito avançada no final do ano, prenunciavam um reforço do papel do Banco neste domínio.

Desembolsos, contratos assinados e projectos aprovados (1990 - 1999)

(milhões de euros)





Plano de Actividades do Banco (PAB)

Para melhor definir a acção do Banco no domínio do apoio às políticas comunitárias, tanto internas como externas, o Conselho de Administração adoptou em Janeiro de 1999 o primeiro Plano de Actividades do Banco (PAB), que cobre o período de 1999 a 2000. Este Plano segue as mesmas linhas do Enquadramento Estratégico adoptado pelo Conselho de Governadores a 5 de Junho de 1998, anexo à decisão de aumento do capital subscrito do Banco, e tem um horizonte flexível, na medida em que nos próximos exercícios, com base na experiência adquirida, a sua duração poderá ser prolongada.

Objectivos de política geral:

No seio da União, constituem uma **prioridade absoluta**:

- a promoção do desenvolvimento regional e da coesão da União, nomeadamente, através de uma cooperação estreita com a Comissão, no quadro da execução da agenda 2000;
- o capital humano (saúde e educação), que passa a ser uma prioridade do Banco no quadro das suas actividades usuais, em todo o território da União;
- o financiamento de PME com capitais de risco, em colaboração com o sector financeiro da União e com o FEI.

Continuará a ser dada uma **grande prioridade**:

- às redes transeuropeias (RTE) e ao ambiente, privilegiando as adaptações de ordem qualitativa;
- à continuação da estreita colaboração com o sector bancário, tornada ainda mais necessária pelo facto de a introdução do euro, num contexto caracterizado por grandes mudanças, exigir um reforço dessa colaboração no mercado de capitais.

Os financiamentos a empresas situadas no exterior das zonas assistidas serão feitos de uma forma selectiva, com base na avaliação do valor acrescentado da intervenção do Banco. Além disso, este propõe-se adaptar as modalidades de financiamento das PME.

No exterior da União, em que as operações continuarão a centrar-se nas actividades tradicionais realizadas sob mandato da União e dos Estados-membros, os eixos prioritários de acção do Banco serão:

- prosseguimento da transposição do "acervo comunitário" para os países candidatos à adesão, que passa pela renovação do instrumento de pré-adesão;
- apoio ao desenvolvimento e à privatização do sector produtivo;
- reforço do apoio ao sector bancário local.

Em todos estes domínios, a realização dos objectivos do "PAB" passa pelo reforço das relações com a Comissão.

Esta inserção comunitária do Banco traduzir-se-á na procura de sinergias e de complementaridade com as acções e as políticas empre-



endidas pela Comissão, tanto na União como no exterior desta.

Os três pilares do “valor acrescentado”

As decisões de financiamento serão determinadas por três critérios:

- conformidade da operação com os objectivos prioritários da União;
- qualidade e justificação do investimento previsto;
- interesse financeiro particular no recurso ao financiamento do BEI.

O Banco contribuirá para a melhoria dos projectos de investimento, utilizando o seu *know-how* e longa experiência, e procurará apresentar soluções inovadoras e divulgar as melhores práticas em vigor nos seus domínios de competência, pelo que o seu parecer para montagens financeiras complexas (parcerias público/privadas para o financiamento de infra-estruturas) será crescentemente solicitado.

Presença no mercado de capitais

Para melhor cumprir os seus objectivos, o Banco continuará a tirar partido do seu *rating* AAA e a utilizar o seu *know-how* no mercado de capitais, prossequindo a promoção do euro, o apoio ao desenvolvimento dos mercados de capitais dos países candidatos e a política de diversificação de mercados. O Banco procurará também responder às novas necessidades dos seus mutuários e investidores, em particular, dando um cariz inovador aos seus produtos.

Em finais de 1999, o Banco já tinha tomado algumas medidas em domínios prioritários, no enquadramento do “PAB”.

- Política regional: em 19 de Janeiro de 2000, o Banco assinou um novo programa-

-quadro com a Comissão, que fixou os princípios de uma colaboração mais estreita na execução dos Fundos Estruturais. O Banco comunicou também a sua disponibilidade para contribuir para a implementação do novo instrumento financeiro do Espaço Económico Europeu.

- Capital humano: os sectores da saúde e da educação foram integrados na actividade usual do Banco; a colaboração com a Organização Mundial de Saúde (OMS) traduziu-se na organização de um seminário comum sobre sistemas de saúde.
- Capitais de risco: no primeiro semestre de 2000, o Banco tenciona propor aos Conselhos de Administração e de Governadores a duplicação dos recursos afectados à “Linha de Crédito PME”, o que concretiza o reforço do seu papel no mercado europeu dos capitais de risco. Entretanto, tornou-se membro do EVCA (*European Venture Capital Association*).
- Redes transeuropeias: o Banco reforçou a sua participação no financiamento de projectos em parceria público/privada, tendo também financiado diversos estudos preliminares relativos a projectos nos domínios das infra-estruturas e do ambiente.
- Ambiente: as possibilidades de concretização prática dos Acordos de Quioto estão a ser estudadas com a Comissão.

Em termos qualitativos, o

“PAB” confirmou os

objectivos tradicionais

do BEI, estabelecendo as

respectivas prioridades,

definiu os três pilares do

“valor acrescentado” das

operações do Banco e

pôs o acento na

cooperação com a

Comissão.

Os financiamentos do BEI têm como principal objectivo a coesão da União



Promoção da integração europeia

Com os seus financiamentos a longo prazo, o BEI reforça a integração, o desenvolvimento equilibrado e a coesão económica e social dos Estados-membros da União, ajudando-os a preparar-se para os desafios da Europa do futuro.

No cumprimento da sua missão de promoção das políticas comunitárias, o Banco apoia prioritariamente as regiões menos favorecidas, não esquecendo as restantes prioridades económicas definidas pelo seu Conselho de Governadores e pelos Conselhos Europeus. Os seus financiamentos destinam-se a projectos economicamente justificados, abrangendo diversos domínios: redes de comunicação e infra-estruturas de base, ambiente natural e urbano, PME, educação e saúde, energia, e indústria e serviços.

Desenvolvimento regional

O Tratado de Amesterdão considerou o reforço da coesão económica e social, com vista a um desenvolvimento harmonioso das diferentes regiões da União, uma das grandes prioridades das políticas comunitárias. Confirmou assim o objectivo de desenvolvimento equilibrado já inscrito em 1958 no Tratado de Roma, que confiou ao Banco a missão crucial de apoiar projectos que contribuíssem para a valorização das regiões menos desenvolvidas. O alargamento dos domínios de actividade do Banco decorrente da diversificação das políticas da União e também da adesão de novos Estados-membros não afectou este papel específico, nem tão pouco a prioridade dada ao desenvolvimento regional.

O enquadramento estratégico da acção do Banco, definido pelo Conselho de Governadores em Junho de 1998 e implementado por meio do "PAB", confirma que o BEI deve ter como principal prioridade o desenvolvimento das regiões economicamente desfavorecidas e periféricas. Neste contexto, a acção do Banco concentra-se no reforço do tecido produtivo das regiões mais atrasadas da União, através da implantação de infra-estruturas de base nos domínios das comunicações, do ambiente, da energia e do desenvolvimento de infra-estruturas sociais, lançando assim as bases para o desenvolvimento económico.

A nova programação dos Fundos Estruturais, baseada nas decisões da "Agenda 2000", veio reforçar o papel e a missão do Banco na acção estrutural comunitária. Nesse sentido, em Janeiro de 2000, foi assinado no Luxemburgo um acordo de cooperação entre a Comissão, representada pelo Comissário Barnier, e o BEI, que tem por fim melhorar a eficácia da ajuda estrutural da Comunidade e reforçar a complementaridade entre os apoios orçamentais e as operações do Banco, durante o período de 2000 a 2006.



*Desenvolvimento dos transportes
em Hamburgo (Túnel do Elba)*



Desenvolvimento regional Distribuição por sectores (1999)

	(milhões de euros)	
	montante	Total %
Energia	1 820	14
Comunicações	7 389	57
Gestão da água e diversos	1 071	8
Obras urbanas	402	3
Indústria e agricultura	1 394	11
Educação e saúde	391	3
Outros serviços	411	3
Total empréstimos individuais	12 877	100
Empréstimos globais	4 650	

Mais de dois terços dos empréstimos individuais canalizados para as regiões desfavorecidas

Nos termos deste acordo, a Comissão poderá recorrer ao *know-how* do BEI para a avaliação de projectos de investimento susceptíveis de serem financiados, não só pelo Fundo de Coesão, como já é o caso, mas também pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no território da União, e pelo Instrumento Estrutural de Pré-adesão (IEPA) nos países candidatos. A Comissão e o BEI trocarão regularmente informações sobre cada um destes instrumentos, para garantir que as respectivas intervenções são bem programadas e que a viabilidade dos projectos é avaliada numa fase precoce. O BEI poderá colocar ao dispor o seu *know-how*, quer na fase de instrução de projectos co-financiados conjuntamente com o orçamento comunitário, quer em nome da Comissão, caso não se preveja a sua comparticipação no financiamento.

Em 1999, os empréstimos individuais concedidos nas regiões desfavorecidas da União ascenderam a **12 900 milhões**, representando 71% do total dos empréstimos individuais; este valor coaduna-se com os objectivos do "PAB", que dá a estas operações a maior prioridade, correspondente a dois terços das actividades na União.

Para além deste tipo de empréstimos, deve-se ter em conta os empréstimos globais em curso para investimentos de pequena e média dimensão situados nas regiões de desenvolvimento regional, os quais se cifraram em **4 650 milhões**.

Por conseguinte, o **total dos financiamentos** do exercício destinados ao desenvolvimento regional ascendeu a **17 500 milhões**.

48% dos empréstimos "desenvolvimento regional" para as regiões abrangidas pelo objectivo N°1

Em 1999, as regiões menos desenvolvidas abrangidas pelo **objectivo N°1** beneficiaram de **6 208 milhões** na forma de empréstimos individuais, valor nitidamente superior ao de 1998 (4 600 milhões). Os *Länder* orientais da Alemanha receberam 839 milhões, os países da coesão (Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia) 4 075 milhões e o Mezzogiorno italiano 600 milhões.

66% das verbas destinaram-se a infra-estruturas de comunicação e a redes de energia, contribuindo para atenuar os efeitos do afastamento geográfico destas regiões. 13% apoiaram a melhoria do ambiente natural e urbano, 15% destinaram-se à indústria e aos serviços e 6% à educação e à saúde.

Para ajudar à reconstrução dos edifícios destruídos pelo terramoto ocorrido em Setembro na área metropolitana de Atenas, o BEI concedeu um empréstimo de 300 milhões, que se integra num programa-quadro de 900 milhões escalonado por dois a três anos.

Acelerar o ajustamento económico

Os empréstimos individuais concedidos nas regiões afectadas pelo declínio industrial (**objectivo N°2**) e nas zonas em fase de reconversão rural (**objectivo 5b**) ou de baixa densidade populacional (**objectivo N°6**) cifram-se em **3 663 milhões**.

Nestas zonas, os principais sectores financiados foram as infra-estruturas de transportes (45%) e a protecção do ambiente natural e urbano (18%), seguindo-se a indústria e os serviços, com 15% das verbas.

Apoiar o financiamento de redes

O Banco concedeu 3 000 milhões para o financiamento de redes infra-estruturais, no



domínio dos correios e das telecomunicações, dos transportes e do transporte de energia eléctrica, que abrangiam diversas regiões ou todo o território de um país.

Instrumento financeiro do EEE

O BEI continua a administrar o instrumento financeiro do Espaço Económico Europeu (EEE), financiado pela Comissão e pelos países da EFTA – EEE. O pacote disponível de 1 500 milhões na forma de empréstimos com bonificação de juros e de 500 milhões na forma de subvenções, definido em 1994, foi totalmente comprometido em projectos situados na Grécia, em Portugal, na ilha da Irlanda e em Espanha, cuja realização foi prosseguida em 1999.

Balanço das intervenções do BEI desde a reforma dos Fundos Estruturais em 1989

Desde a implementação da reforma dos Fundos Estruturais em 1989, os **empréstimos individuais** concedidos para o financiamento de projectos situados nas zonas de desenvolvimento regional ascenderam a **104 400 milhões**, o que representa 70% dos empréstimos individuais.

Os financiamentos em favor do desenvolvimento regional passaram de 5 400 milhões

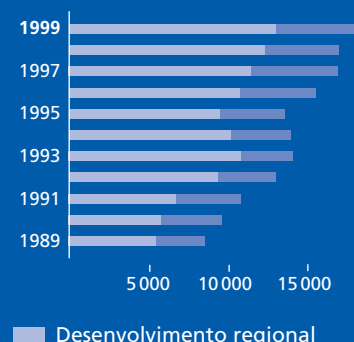
em 1989 para 12 900 milhões em 1999, o que representa um crescimento médio de 9% ao ano, superior ao do conjunto dos empréstimos assinados (8% ao ano).

Há também que ter em conta o impacto dos **empréstimos globais** em curso nos investimentos infra-estruturais de pequena e média dimensão e nas iniciativas de PME situadas em zonas assistidas. A ponderação do montante dos empréstimos globais assinados em cada país pela percentagem de população residente nas zonas assistidas conduz ao resultado de **28 500 milhões**.

Globalmente, o total concedido pelo BEI para o desenvolvimento regional entre 1989 e 1999 cifrou-se em **133 000 milhões**.

Esta acção foi levada a cabo em estreita colaboração com as instâncias comunitárias, especialmente com a Comissão, que implementa os instrumentos orçamentais de ajustamento estrutural destas regiões.

Empréstimos individuais desenvolvimento regional: 1989 - 1999: 104 000 milhões



De 1989 a 1999,
os empréstimos individuais em
favor do desenvolvimento
regional cifraram-se em
104 000 milhões,
o que corresponde a um
crescimento anual (9%)
superior ao da actividade
global do Banco

Empréstimos individuais financiados no âmbito do desenvolvimento regional de 1989 a 1999: 104 000 milhões

	1989 - 1993		1994 - 1999	
Actividade do BEI nos Estados-membros (empréstimos individuais)	55,5	100%	94,5	100%
Desenvolvimento regional, do qual:	37,8	68%	66,5	70%
* áreas objectivo 1	21,3	56%	30,6	46%
* áreas objectivos 2, 5b e 6	12,8	34%	23,7	36%
* áreas de acção específica comunitária ou que beneficiam de regimes nacionais de ajuda; projectos multirregionais relativos a diversas áreas admissíveis (*)	3,8	10%	12,2	18%

(*) essencialmente, redes de comunicações



Balanço do período de 1994 a 1999

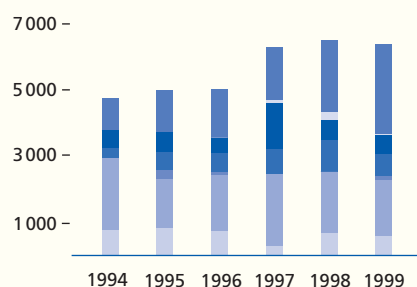
Os empréstimos individuais concedidos nas zonas de desenvolvimento regional durante o segundo período de aplicação dos Fundos Estruturais (de 1994 a 1999) cifraram-se em 66 500 milhões, distribuindo-se sectorialmente pelos transportes (25 000 milhões), a energia (11 800 milhões), as telecomunicações (11 000 milhões), o ambiente (7 700 milhões), a indústria e os serviços (9 400 milhões) e o capital humano (1 700 milhões). Foram ainda concedidos empréstimos globais nestas zonas no valor de 19 500 milhões, que se destinaram a PME e a pequenas infra-estruturas de iniciativa local.

Nas zonas menos desenvolvidas, (**objectivo N°1**), o BEI concedeu empréstimos individuais no valor de 30 600 milhões, que foram essencialmente canalizados para o reforço das infra-estruturas de base – transportes (40%), telecomunicações (8%) e redes de energia (24%) – com vista a atenuar os inconvenientes ligados ao afastamento geográfico. Desde a instauração do PAEA em Novembro

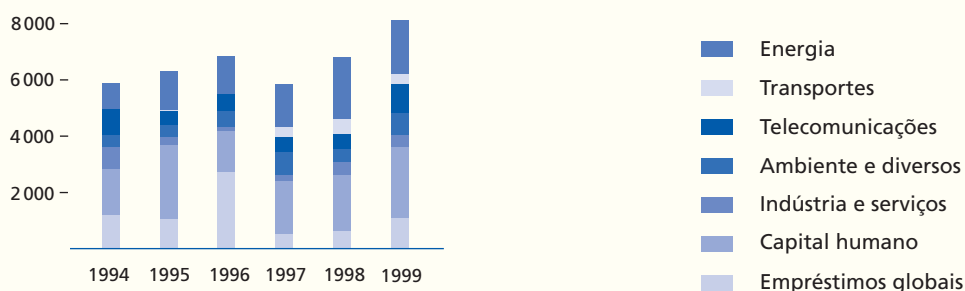
de 1997, o BEI também financiou nestas zonas operações nos sectores da educação e da saúde (4%).

Nas regiões abrangidas pelos **objectivos 2, 5b e 6**, confrontadas com reestruturações económicas ou caracterizadas por uma baixa densidade populacional, foram concedidos empréstimos individuais no valor de 23 700 milhões, que se destinaram prioritariamente ao ajustamento económico, através da modernização das infra-estruturas de transportes (46%), de transporte de energia e de protecção do ambiente (16% em cada sector).

Distribuição sectorial dos empréstimos nas regiões abrangidas pelos objectivos 2, 5b e 6



Distribuição sectorial dos empréstimos nas regiões abrangidas pelo objectivo 1





Orientações para a acção futura do Banco no domínio do desenvolvimento regional

Nos próximos anos, os financiamentos do BEI para o desenvolvimento regional deverão inscrever-se no enquadramento das políticas estruturais e de coesão da União para o período de 2000 a 2006, com o objectivo de reforçar a acção comunitária em prol da coesão económica e social.

Esta acção será empreendida em estreita **colaboração** com a Comissão, mas também de uma forma **complementar**, em conformidade com as conclusões do Conselho Europeu de Colónia de 3 e 4 de Junho de 1999, que convidou o Banco a "apoiar e complementar os incentivos estruturais e regionais da Comunidade, em especial em regiões que deixarão de ser elegíveis para esses incentivos".

Esta complementaridade deverá verificar-se em dois domínios:

- **complementaridade geográfica:** em favor de certas regiões em que, devido a uma melhor situação económica, os apoios estruturais cessarão ou serão muito reduzidos no futuro.
- **Complementaridade sectorial:** relativamente a projectos que, apesar de serem importantes em termos de desenvolvimento regional, se integram em sectores em que a rentabilidade do investimento é suficiente para não justificar a utilização de subvenções públicas. É o caso, por exemplo, de certas infra-estruturas de comunicação, de energia e de saneamento.

Nesta base, o BEI tenciona desenvolver a sua acção em duas vertentes principais:

- **estimular a implantação local de actividades produtivas nas zonas desfavorecidas**
 - reforçando o apoio a empresas inovadoras e a infra-estruturas, assim como a serviços da sociedade de informação,
 - melhorando a qualidade de vida urbana e reforçando os potenciais das cidades,
 - promovendo a educação e a formação,
 - continuando a equipar estas regiões com as infra-estruturas de energia, de comunicações e de ambiente necessárias ao seu desenvolvimento.
- **Prosseguir a integração das regiões desfavorecidas e periféricas**
 - melhorando não só as redes transeuropeias (RTE), mas também troços de redes nacionais que permitam o acesso àquelas, e apoiando medidas globais de protecção do ambiente,
 - desenvolvendo as infra-estruturas de redes necessárias à difusão da informação, assim como os serviços afins.

Paralelamente a esta acção, o Banco dará obviamente uma atenção especial à preparação da adesão dos países candidatos, por um lado, reforçando a acção directa com os mesmos objectivos que para os Estados-membros e por outro, ajudando as instituições comunitárias a identificar as operações mais prioritárias e economicamente viáveis, que justificam um apoio orçamental.

Colaboração e complementaridade com a Comissão





Capital humano (educação e saúde)

Na sequência da Resolução relativa ao Crescimento e ao Emprego do Conselho Europeu de Amesterdão (Junho de 1997) e uma vez instaurado o PAEA, os sectores da saúde e da educação passaram a integrar os financiamentos usuais do BEI durante um período de três anos.

Subsequentemente, o Conselho Europeu de Colónia de Junho de 1999 pediu ao BEI que "prosseguisse e alargasse a concessão de créditos aos sectores da (...) educação e da saúde (...)" para além do ano 2000. A partir de Julho de 1999, os projectos nestes dois sectores passaram a ser automaticamente admissíveis em todo o território da União, na medida em que contribuíam para a promoção e a preservação do capital humano.

Tirando partido da experiência adquirida nos exercícios anteriores, o Banco adoptou para ambos os sectores uma política de intervenção baseada num conhecimento sólido do contexto nacional, e de acordo com os programas de investimento específicos elaborados pelos órgãos de decisão nacionais e regionais.

A intervenção do Banco em favor destes projectos toma, pois, em consideração o contexto económico e social do país ou da região em causa, e um dos seus objectivos é facilitar às populações das zonas periféricas, ou com problemas sociais, o acesso a infra-estruturas de saúde e de educação de qualidade comparável com a do resto da União.

Desde que iniciou os financiamentos nestes dois domínios, o BEI tem alargado a sua experiência organizando conferências e desenvolvendo contactos com as redes europeias de profissionais da saúde e da educação, como por exemplo, o Observatório Europeu dos Sistemas de Saúde, que criou conjuntamente com a OMS, o Banco Mundial, os Governos espanhol e norueguês e as *London Schools of Economics* e *Hygiene and Tropical Medicine*, assim como mantendo relações estreitas com a OCDE. Estes contactos dão-lhe acesso a dados e competências especializadas, que lhe permitem melhorar as técnicas de instrução dos projectos.

Em 1999, os **empréstimos individuais** concedidos para projectos na esfera do capital humano, que beneficiavam de uma prioridade absoluta no "PAB", ascenderam a **571 milhões**, destinando-se à construção de hospitais em Espanha, na Alemanha e na Itália e a estabelecimentos de ensino em França, na Alemanha, na Suécia, em Espanha e na Itália.

Além disso, diversos estabelecimentos escolares e hospitalares foram financiados através de empréstimos globais, sobretudo na Alemanha, nos Países Baixos e na Bélgica. Segundo as informações prestadas pelos intermediá-

rios, foram concedidos **626 milhões** no âmbito de **empréstimos globais**.

De 1997 a finais de 1999, foram assinados contratos de financiamento relativos a **empréstimos individuais** em 8 países, no valor de **1 800 milhões**, dos quais 778 milhões no domínio da educação e 1 000 milhões no da saúde.

Cerca de 91% destes projectos situavam-se em zonas de desenvolvimento regional.

Desde o lançamento do Programa PAEA em 1997, foi aprovada a concessão de 4 500 milhões para 32 projectos situados em onze países da União.

Em 1999, foram aprovados:

- dez projectos no domínio da educação, incluindo a Escola de cinema de Babelsberg na Alemanha, que representa um caso interessante de participação do Banco num projecto de educação muito especializado, estabelecimentos escolares em Glasgow, Stoke-

-on-Trent e Sheffield no Reino Unido, no quadro de uma parceria publico/privada, e universidades em Turim, Valência e Atenas.

- no domínio da saúde, foram aprovados dois projectos de modernização de centros hospitalares no *Land* de Saxónia-Anhalt e na Áustria.

91% dos projectos de enriquecimento do capital humano financiados desde 1997 situavam-se em áreas de desenvolvimento regional

Programa de Acção Especial de Amesterdão (PAEA): linhas gerais

Este programa, que foi elaborado na sequência da Resolução relativa ao Crescimento e ao Emprego do Conselho Europeu de Amesterdão de Junho de 1997, conferiu ao Banco novas tarefas no que toca à mobilização de recursos adicionais para promover o crescimento económico e consequentemente, favorecer o emprego.

O programa teve uma duração inicial de três anos (Setembro de 1997 a 2000) e compunha-se de três vertentes (descrição mais detalhada nas páginas 16 e 17 do Relatório Anual de 1998):

- uma "Linha de Crédito PME" destinada a desenvolver novos instrumentos de capitais de risco para financiar os capitais próprios de PME de alta tecnologia e com grande potencial de crescimento. Os riscos inerentes a estas operações são cobertos por uma provisão de 1 000 milhões proveniente dos excedentes anuais do Banco. Os resultados são desenvolvidos na secção "Financiamentos a PME" nas páginas 29 a 30 deste relatório.
- reforço dos financiamentos nos domínios da educação e da saúde; dado que estes se tornaram objectivos usuais do Banco a partir de Julho de 1999, são objecto de um subcapítulo separado, tal como indicado acima.
- reforço do apoio, que já era substancial, aos investimentos em favor de RTE e de outras grandes redes de infra-estruturas, assim como a investimentos nos domínios da renovação urbana e da protecção do ambiente. A actividade no âmbito destes objectivos é descrita nas páginas 19 a 24. Este apoio também pode concretizar-se através do financiamento de estudos preliminares ou de viabilidade de projectos de RTE nos sectores dos transportes e do ambiente.





Infra-estruturas europeias de comunicação

No âmbito da sua missão, o Banco tem desde sempre contribuído activamente para o desenvolvimento das redes infra-estruturais de interesse comunitário nos domínios dos transportes, das telecomunicações e do transporte de energia.

A realização das RTE é um dos pilares da integração económica da União, tal como a dinamização das regiões desfavorecidas. É dada uma atenção especial às zonas periféricas ou isoladas, assim como à supressão de certos estrangulamentos provocados por infra-estruturas obsoletas, nomeadamente nas regiões em fase de reconversão industrial ou nas aglomerações urbanas.

No relatório relativo ao pacto europeu sobre o emprego anexo às conclusões do Conselho Europeu de Colónia, sublinha-se que "a infra-estrutura europeia deverá continuar a ser melhorada através das redes transeuropeias, nomeadamente, dos projectos prioritários na área dos transportes, bem como o desenvolvimento de projectos no domínio das tecnologias da informação e das telecomunicações, a fim de aumentar a inovação e a concorrência - e da assistência do Banco Europeu de Investimento".

A comunicação da Comissão relativa ao financiamento de projectos da rede transeuropeia de transportes por parcerias público/privadas (PPP) foi aprovada em Janeiro de 1999 pelo Parlamento Europeu, que considerou que o recurso a esta forma de financiamento era vital para a implantação das redes transeuropeias.

O Banco tem dado um apoio significativo às PPP ligadas a projectos de infra-estruturas europeias de comunicação. A experiência que adquiriu ao longo dos anos continua a constituir um valor acrescentado, nomeadamente no sector dos transportes, em que o primeiro objectivo da política comunitária é a integração dos países da União e a melhoria das ligações com países terceiros, principalmente os candidatos à adesão.

No domínio das telecomunicações, que se abriram à liberalização e à concorrência em toda a União, o BEI apoia não só investimentos no aumento da capacidade, mas também no alargamento da gama de serviços propostos e no reforço do potencial de adaptação das redes à inovação, para estas poderem acompanhar a evolução da sociedade de informação.

Em 1999, foram concedidos **10 269 milhões** para infra-estruturas europeias de comunicação.

70% desta verba, que representou 56% do total dos empréstimos individuais, destinou-se a áreas de desenvolvimento regional.

Nos últimos cinco anos, o Banco concedeu cerca de 40 800 milhões para este sector pri-

mordial, elemento base do desenvolvimento equilibrado das diferentes regiões da União, designadamente, 30 000 milhões para os transportes e 10 800 milhões para as telecomunicações.

Mais verbas para os transportes

Os empréstimos no domínio dos transportes (7 900 milhões) registaram um grande aumen-



Infra-estruturas europeias de comunicação (1999)

(milhões de euros)

Transportes	7 887
Obras excepcionais (*)	547
Caminhos-de-ferro	1 736
Estradas e auto-estradas	3 541
Transportes aéreos e marítimos	2 064
Correios e telecomunicações	2 382
Redes e centrais	1 702
Telefonia móvel	424
Correios	256
Total	10 269

(*) Grande Belt e Öresund

to, ultrapassando o valor já muito elevado de 1997 (6 800 milhões). Este aumento deveu-se ao dinamismo verificado nos domínios das auto-estradas e dos transportes aéreos.

Os financiamentos para os **transportes ferroviários** (1 736 milhões) corresponderam à conclusão de grandes projectos (TGV belga e TGV Mediterrâneo), encontrando-se outros projectos ainda na fase inicial. Em 1999, foram assinados contratos de financiamento relativos às secções Bolonha-Florença e Roma-Nápoles da rede italiana de alta velocidade, a modernização técnica da linha da costa ocidental Londres - Glasgow; e programas de modernização na Finlândia e em Espanha.

Os empréstimos para a melhoria de **estradas e auto-estradas** (3 541 milhões) têm vindo a aumentar de uma forma significativa. Além da construção de novos lanços de auto-estradas na Alemanha, nos países da Coesão, em França e na Noruega, foram também modernizadas partes de redes existentes em França e na Itália.

Os financiamentos para os **transportes aéreos e marítimos** (2 064 milhões) têm vindo também a registar um grande aumento, destinando-se

mais de metade das verbas à renovação e ampliação das frotas aéreas de sete países da União (1 148 milhões) e o restante, à construção ou ampliação dos aeroportos de Nuremberga e de Colónia/Bona, de Atenas, de Madrid, de Mulhouse/Basileia, de Milão-Malpensa, de Roma-Fiumicino e de Londres-Heathrow. Foram também financiadas obras portuárias em Kotka, na Finlândia, e em Liverpool, no Reino Unido.

Entretanto, o BEI continuou a participar no financiamento das duas grandes ligações fixas do Grande Belt e do Öresund.

Estabilização nas telecomunicações

Em 1999, os financiamentos neste sector (2 126 milhões) voltaram aos níveis de 1997. 1 702 milhões destinaram-se a projectos de ampliação da **rede fixa** na Dinamarca, em Espanha, na Itália, na Finlândia e no Reino Unido e 424 milhões ao desenvolvimento da **telefonia móvel** na Grécia e em Portugal. Foram ainda concedidos 256 milhões para a racionalização dos **serviços postais** na Alemanha, na Dinamarca e na Suécia.



Em 5 anos, os empréstimos

para infra-estruturas

europeias de comunicação

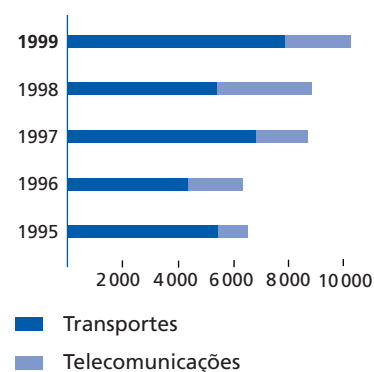
ascenderam a 40 800 milhões,

destinando-se sobretudo a

zonas assistidas

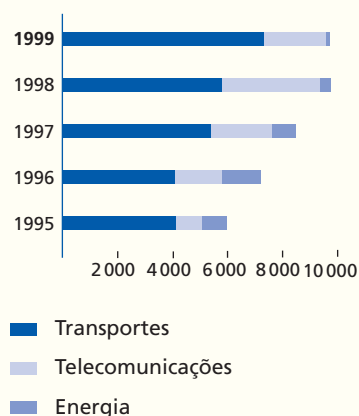
Infra-estruturas europeias de comunicação:

1995 - 1999: 40 800 milhões



Desde 1993,
o BEI aprovou a
concessão de 65 000 milhões
para RTE e para
o prolongamento destas no
exterior da União

**Redes transeuropeias:
1995 - 1999: empréstimos
assinados 41 000 milhões**



Financiar as redes transeuropeias

Desde 1993, na sequência dos trabalhos do grupo de alto nível presidido pelo Comissário Christophersen, que conduziram à identificação das redes transeuropeias (RTE) de transportes, energia e telecomunicações pelo Conselho Europeu de Essen de 1994, o Banco tem reforçado os financiamentos para estas redes e para o seu prolongamento até às regiões limítrofes da União, sobretudo, até aos países da Europa Central e Oriental candidatos à adesão.

Neste contexto, já aprovou **desde 1993** a concessão de 65 000 milhões na União e no exterior desta, uma verba que corresponde a um investimento de capital global de cerca de 206 000 milhões.

Em finais de 1999, já tinha sido aprovada a concessão de 13 500 milhões para dez dos catorze **projectos prioritários de transportes** considerados pelo Conselho Europeu de Essen, e tinham sido assinados contratos no valor de 9 800 milhões, dos quais 1 600 milhões no decurso de 1999.

No que respeita a sete dos dez **projectos prioritários do sector energético**, já foi aprovada a concessão de 2 500 milhões, tendo sido assinados contratos no valor de 2 200 milhões.

No período de **1995 a 1999**, foi aprovada a concessão de 42 000 milhões para projectos de RTE na União Europeia: 28 000 milhões para redes de transportes, 3 000 milhões para redes de transporte de energia e 11 000 milhões para infra-estruturas de telecomunicações. 36 000 milhões deste total já foram objecto de contrato de financiamento.

Nos países da Europa Central e Oriental e nos países da Bacia Mediterrânica, foram aprovados 6 000 milhões para projectos de redes de transportes, para linhas eléctricas e gasodutos e para o desenvolvimento das telecomunicações. O montante de contratos assinados ascendeu a 5 000 milhões.

As assinaturas de contratos de financiamento relativos a redes transeuropeias passaram de 6 000 milhões em 1993 para 9 700 milhões em 1999, o que representa um crescimento médio anual de 13%, nitidamente superior ao crescimento médio dos empréstimos do Banco.

A distribuição sectorial dos contratos assinados neste período evidencia a proeminência dos empréstimos para redes de transportes, que representaram 65% dos financiamentos. As redes de telecomunicações absorveram 26% do total e o transporte de energia 19%.



Para adaptar os seus financiamentos às necessidades específicas do investimento nestas redes – as quais constituem operações de grande porte, de elevado custo, e cuja realização é muito morosa – e para acelerar a conclusão das mesmas, o BEI instituiu, a



partir de 1994, um conjunto de medidas específicas reunidas sob a designação de "Linha de Crédito RTE". Além de participar crescentemente numa fase muito precoce dos projectos, para aperfeiçoar a respectiva montagem financeira, o Banco tem-se empenhado em prolongar os prazos dos empréstimos e os períodos de carência de reembolso do capital.

Além disso, tem participado activamente no desenvolvimento das parcerias público/privadas para o financiamento destas redes. Entre os projectos mais significativos, de assinalar o Aeroporto de Atenas, a ligação de alta velocidade Londres – Túnel da Mancha, a ligação do Öresund e o novo Túnel sob o Elba próximo de Hamburgo, a auto-estrada E18 na Noruega, financiada ao abrigo do Artigo 18º, e diversos lanços de auto-estradas no Reino Unido e em Portugal.

Na sequência do convite do Conselho Europeu de Colónia de 3 e 4 de Junho de 1999, o Banco continuará a colaborar com a Comissão e com os Estados-membros para promover a introdução de montagens financeiras inovadoras que combinem fontes de financiamento públicas e privadas.

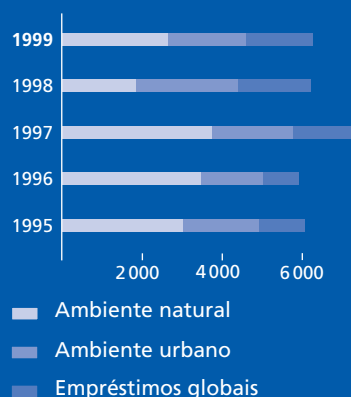


Financiamentos do BEI para redes transeuropeias e eixos rodoviários e ferroviários nos países limítrofes de 1993 a 1999



Depósito de água em Roma

**Ambiente natural
e urbano: 1995 - 1999:
31 500 milhões**



Estação de tratamento
em Wuppertal



Ambiente natural e urbano

O BEI contribui desde há longos anos de uma forma muito concreta para as políticas ambientais da União, não só financiando projectos específicos de protecção do ambiente, mas também incluindo parâmetros ambientais na instrução de todos os projectos que aprecia. Assim, todos os seus empréstimos são concedidos sob condição de que sejam respeitadas as normas ambientais em vigor e implementadas as medidas de protecção do ambiente mais adequadas.

As considerações ambientais do Banco abrangem o ambiente natural (protecção e gestão da água, tratamento de resíduos, protecção dos solos e do ar) e o ambiente urbano (sistema de transportes colectivos em corredores especiais e renovação urbana). De resto, esta última vertente foi definida pelos Conselhos de Amesterdão e de Colónia como factor determinante de uma nova dinâmica económica criadora de empregos.

O Conselho Europeu de Colónia convidou o Banco a "prosseguir e alargar a concessão de créditos aos sectores da renovação urbana, da educação e da saúde, bem como da protecção ambiental, incluindo a promoção das energias renováveis". Esta Cimeira também sublinhou o desejo da União de observar os compromissos assumidos na Conferência de Quioto sobre as alterações climáticas, com vista a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, e de permitir a entrada em vigor do Protocolo. O Conselho reiterou assim o seu empenho em integrar a vertente ambiental na definição das outras políticas da União.

Acompanhando a evolução das prioridades da política ambiental da União, o Banco manteve nos últimos cinco anos um nível elevado de financiamentos para a protecção do ambiente, tendo estes representado cerca de 30% das verbas concedidas na União Europeia; os financiamentos para as energias renováveis conduziram a uma redução anual das emissões de CO₂ de cerca 23 milhões de toneladas.

O BEI também está atento aos problemas ambientais no exterior da União. Nesta perspectiva, instituiu em 1990, em conjunto com o Banco Mundial, um Programa de Assistência Técnica para o Ambiente no Mediterrâneo (METAP), com o apoio financeiro da Comissão Europeia e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A Linha de Crédito de Pré-adesão instituída em 1998 em favor dos países candidatos da Europa Central e Oriental e de Chipre (e também Malta a partir de 2000) prevê um maior apoio a projectos ambientais ou com uma componente ambiental significativa.



Em 1999, o montante dos **empréstimos individuais** para a protecção do ambiente natural e urbano foi superior ao de 1998 (+ 4,8%), cifrando-se em **4 577 milhões**; este valor representa 25% do total de empréstimos individuais.

Acrescem **1 650 milhões** na forma de créditos no âmbito de **empréstimos globais** tradicionais, essencialmente concedidos na Alemanha, para pequenos projectos de tratamento de água e infra-estruturas urbanas. O **total dos financiamentos** para o ambiente cifrou-se, pois, em **6 200 milhões**, um valor idêntico ao do ano anterior.

As percentagens respectivas do ambiente natural e do ambiente urbano inverteram-se em relação a 1998. Efectivamente, 42% dos empréstimos individuais destinaram-se aos transportes e a infra-estruturas urbanas, contra 58% no ano anterior. Estes valores são no entanto superiores aos do período de 1995 a 1997, em que a percentagem correspondente foi de 35%.

De 1995 a 1999, as áreas urbanas absorveram 41% das verbas para o ambiente.

Aumento dos financiamentos para projectos de gestão da água e de tratamento de resíduos

O tratamento de águas residuais e o abastecimento de água potável representaram 32% das verbas, um aumento nítido em relação a 1998 (881 milhões e 20%).

Foram financiados projectos na Áustria, na Bélgica, na Alemanha, em Espanha, no Reino Unido, na Itália, nos Países Baixos, em Portugal e na Suécia.

No domínio do tratamento de resíduos sólidos de carácter urbano, foram financiados projectos na Áustria, na Alemanha, na Dinamarca, em França, em Portugal e na Suécia. A

incineração de resíduos é em geral acompanhada de produção de calor e de electricidade, para utilização em zonas urbanas.

Redução das emissões tóxicas

Os empréstimos para projectos de redução da poluição atmosférica destinaram-se ao sector industrial, essencialmente químico e petroquímico, na Áustria, na Alemanha, na Itália e na Suécia.

Apoio contínuo aos transportes urbanos

Os financiamentos destinados aos transportes colectivos urbanos representaram 27% da actividade no sector ambiental, mantendo o nível de 1998. As verbas destinaram-se a redes ferroviárias urbanas e suburbanas na Alemanha, na Dinamarca, em Espanha e na Grécia, e a uma rede de carros-eléctricos em França.

Os financiamentos destinados a infra-estruturas urbanas decresceram, em parte porque alguns dos grandes projectos foram entretanto concluídos. Entre os principais projectos destacam-se a reabilitação de habitações sociais em Portugal e no Reino Unido e a melhoria do ambiente urbano em Bastia e em Lião em França, e em Bolonha e Veneza na Itália, que receberam novos financiamentos.



Ambiente natural e urbano (1999)

	(milhões de euros)
	Total
Ambiente natural	2 640
Protecção e gestão da água	1 465
Gestão de resíduos	656
Combate à poluição atmosférica	519
Obras urbanas	1 937
Transportes urbanos e suburbanos	1 200
Renovação urbana	737
Total empréstimos individuais	4 577
Empréstimos globais	1 650








Melhoria do ambiente urbano em Malmö



Carros eléctricos em Manchester

Os empréstimos para a melhoria do ambiente urbano atingiram os 10 000 milhões em cinco anos, representando 41% dos financiamentos do BEI para projectos ambientais

Financiamentos para infra-estruturas urbanas (1995 - 1999)

-  transportes urbanos
-  estradas variantes e circulares
-  aquecimento urbano e/ou incineração de resíduos
-  renovação urbana
-  habitação social
-  água zonas urbanas
-  água programa regional

Financiar um desenvolvimento urbano viável

A organização eficaz das aglomerações urbanas contribui para a criação de empregos e melhora a qualidade de vida de muitos cidadãos da União.

Desde 1987, o Banco pode financiar em toda a União projectos de sistemas de transportes urbanos, de renovação das vias públicas e de protecção do património histórico, cultural e arquitectónico. O Conselho Europeu de Amesterdão de Junho de 1997 pediu ao BEI que reforçasse os financiamentos em favor da renovação urbana, sector que foi integrado no PAEA, e que alargou a esfera de acção do Banco à habitação social e à reabilitação dos centros urbanos. Esta recomendação foi confirmada quando da Cimeira de Colónia de 3 e 4 de Junho de 1999.

Nos últimos cinco anos (1995 – 1999), os projectos de melhoria das condições de vida em meio urbano absorveram 10 000 milhões, que se destinaram ao desenvolvimento dos **transportes urbanos** e dos serviços relacionados – metropolitanos, carros-eléctricos e autocarros, comboios sub-urbanos, parques de estacionamento –, e à construção de variantes de cidades, de vias rápidas circulares e de túneis.

Foram efectuadas obras de **renovação urbana** em diversas cidades: construção de novos bairros, criação de parques e de instalações desportivas, renovação da habitação social e valorização do património cultural. Foram também financiadas **incineradoras de resíduos** domésticos com co-geração e distribuição de calor e electricidade, assim como diversas redes de **abastecimento, recolha e tratamento de águas residuais**, as quais em geral se integravam em programas mais amplos que abrangiam uma região inteira.



Gestão da energia

Em 1999, a União Europeia prosseguiu a realização dos três grandes objectivos da política energética comunitária: segurança de abastecimento, liberalização do mercado interno da energia e desenvolvimento sustentável.

A implantação das redes transeuropeias de gás e de electricidade continua obviamente a ser uma prioridade, mas os grandes projectos prioritários e as principais interligações já foram praticamente concluídos. Em contrapartida, a promoção de economias de energia e de novas tecnologias eficazes, incluindo fontes de energia renováveis, deverá assumir uma importância crescente.

Em Dezembro, foi aprovado o novo programa plurianual de incentivo à eficácia energética, que tem por fim encorajar a utilização racional e eficaz dos recursos energéticos, promovendo a adopção de medidas em matéria de eficácia energética em todos os sectores e consequentemente, prosseguindo os objectivos subscritos pela União na Conferência de Quioto.

Em 1999, os empréstimos individuais ascenderam a **2 571 milhões**, nível equiparável ao dos dois anos anteriores.

Prioridade para a utilização racional

Os financiamentos em prol de uma utilização racional da energia representaram 83% do total, centrando-se em projectos energéticos: distribuição de calor e de electricidade na Áustria, na Dinamarca, em Espanha, na Finlândia, em França, em Portugal, na Alemanha, no Reino Unido e na Suécia; e uma central de ciclo combinado na Grécia.

No sector industrial, as verbas destinaram-se à modernização de uma refinaria de petróleo e à investigação no sector da engenharia metalúrgica na Áustria, assim como a investimentos em duas refinarias na Suécia.

As verbas para este objectivo têm vindo a aumentar regularmente: representaram 41% do total do sector energético em 1995, 57% em 1997 e 83% em 1999.

Valorização dos recursos

No domínio do desenvolvimento dos recursos endógenos, os financiamentos foram canalizados para centrais hidroeléctricas na Áustria e em Portugal e para a valorização de dois jazigos de hidrocarbonetos na Itália.

Por último, os financiamentos para a diversificação das importações destinaram-se à conclusão da introdução do gás natural em Portugal e na Alemanha.

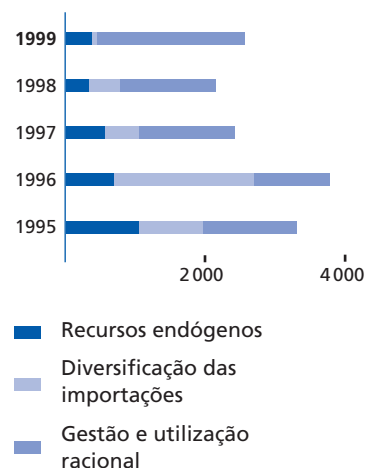
Objectivos energéticos (1999)

(milhões de euros)

Recursos endógenos	367
Hidrocarbonetos	200
Hidroelectricidade	167
Diversificação das importações	71
Gás natural	71
Gestão e utilização racional	2 133
no sector energético	2 014
no sector industrial	119
Total	2 571

Objectivos energéticos:

1995 - 1999: 14 300 milhões



Em média, entre 1995 e 1999,

52% dos financiamentos

no sector energético

destinaram-se a projectos de

utilização racional da energia.



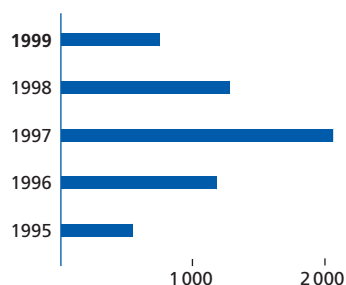
Competitividade industrial

Com os seus empréstimos individuais, o Banco promove o reforço da competitividade internacional da indústria comunitária. Assim sendo, apoia projectos industriais no quadro dos objectivos da União neste domínio, que incluem o ajustamento estrutural e o reforço da produtividade das regiões menos desenvolvidas, a promoção de tecnologias de ponta nos sectores com grande potencial de crescimento, a aquisição de novo *know-how* nos sectores que já atingiram a maturidade e a melhoria do rendimento energético.

Respondendo ao pedido formulado no Conselho Europeu de Viena de Dezembro de 1998, o Conselho "Indústria" adoptou a 29 de Abril de 1999 as "Conclusões relativas à integração do ambiente e do desenvolvimento sustentável na política industrial da União".

Em conformidade com os objectivos fixados no "PAB", o BEI adoptou uma abordagem selectiva na escolha das empresas industriais a financiar. Efectivamente, em 1999, a maioria das verbas (94%) destinou-se a empresas situadas em zonas assistidas.

1995 - 1999: 5 800 milhões



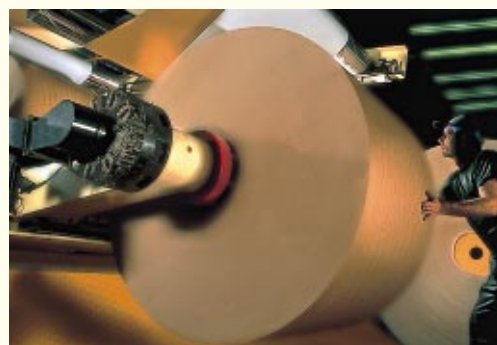
Em 1999, os **empréstimos individuais** destinados a promover a competitividade internacional da indústria comunitária ascenderam a **749 milhões**. Este valor reflecte a menor prioridade que mereceu este objectivo no "PAB" e a abordagem mais selectiva fora das zonas assistidas.

Diversidade dos sectores financiados

Foram financiados projectos em sete países diferentes, a saber: o fabrico de equipamento eléctrico, electrónico e electrodoméstico na Alemanha e na Itália, a indústria química e dos plásticos na Alemanha e na Bélgica, a modernização de fábricas de papel e pasta de papel na Itália, na Alemanha, na Suécia e na Finlândia e fábricas de massas alimentícias na Grécia e na Itália.

Foram também financiados projectos de investigação/desenvolvimento nos domínios da engenharia metalúrgica e da produção de vapor para fins industriais na Áustria.

Estes investimentos também contribuem para a protecção do ambiente, na medida em que introduzem tecnologias menos poluentes.





Crescente colaboração com o sector bancário

A colaboração com o sector bancário é um objectivo prioritário e constante do Banco, na medida em que é essencial para que este possa:

- * otimizar as suas operações no mercado de capitais;
- * contribuir para o financiamento de projectos individuais importantes, dado que o BEI tem conhecimento de muitos deles através de bancos, e uma parte do respectivo financiamento pode ser intermediado;
- * obter as garantias adequadas para o financiamento de projectos individuais privados, sendo um terço destas prestado por bancos ou por instituições financeiras;
- * desempenhar um papel catalisador na elaboração de pacotes financeiros sólidos que permitam financiar projectos nas melhores condições no que toca a taxas de juro e a prazos.

O BEI tem procurado melhorar a situação financeira das PME e das autarquias locais, pondo ao dispor do sector bancário maiores recursos na forma de empréstimos globais para o financiamento de PME e de pequenas infra-estruturas locais. Esta colaboração, que já data de 1968, expressa o princípio comunitário da subsidiariedade e tem vindo a reforçar-se constantemente. Hoje em dia, cerca de 180 instituições financeiras ou bancos comerciais, que dispõem de redes ou de *know-how* adequados, participam na afectação dos empréstimos globais do Banco.

Alargamento dos critérios de intervenção dos empréstimos globais

Embora se destinassem inicialmente ao apoio a pequenos investimentos de empresas situadas nas zonas de desenvolvimento regional, os empréstimos globais foram-se progressivamente estendendo ao conjunto das PME, em função da evolução das necessidades das empresas e da diversificação das políticas económicas comunitárias e nacionais. Em 1979, passaram também a abranger pequenas infra-estruturas de iniciativa das autarquias locais, em 1986, projectos no domínio ambiental e recentemente, os domínios da educação e da saúde (capital humano). O sector das infra-estruturas passou a representar cerca de metade das operações no contexto de empréstimos globais.

Os alargamentos sucessivos do âmbito dos empréstimos globais são descritos em pormenor no Relatório Anual de 1998, página 28.

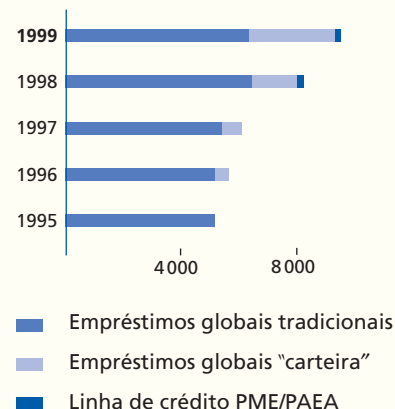
Diversificação dos intermediários e dos instrumentos de crédito

O Banco procura diversificar a sua rede de bancos intermediários, para oferecer aos beneficiários finais uma gama cada vez maior de interlocutores e de produtos financeiros. Em 1999, foram seleccionadas 23 novas instituições, dez das quais de cariz claramente regional.

Para garantir que os empréstimos globais são afectados por parceiros bancários confirmados, o BEI desenvolveu em 1996 uma nova abordagem: o financiamento segundo a carteira. O financiamento de projectos deixou de ser feito individualmente, e passou a basear-se na carteira de empréstimos da instituição em causa e na respectiva qualidade. Já foram concluídas operações deste tipo em França e na Alemanha.

Paralelamente, no enquadramento do Programa de Acção Especial de Amesterdão, o BEI instaurou em conjunto com o sector bancário um "Linha de crédito PME". Estas operações, que implicam uma comparticipação nos riscos, visam desenvolver instrumentos de capitais de risco para o financiamento de PME de alta tecnologia ou com grande potencial de crescimento (ver p. 29).

Empréstimos globais na União Europeia: 1995 - 1999: 34 700 milhões



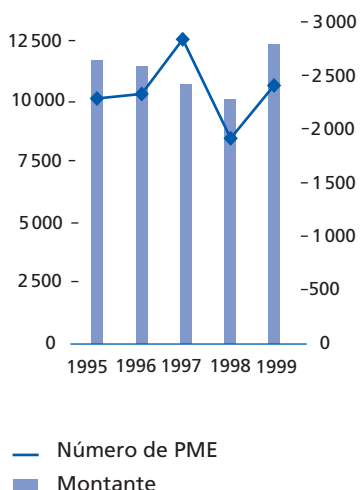


Financiamento de PME

Contribuir para o desenvolvimento das PME melhorando a respectiva situação financeira constitui uma das prioridades do BEI há mais de trinta anos. De facto, o apoio às actividades das pequenas e médias empresas tem uma importância crucial, na medida em que estão em causa mais de 18,5 milhões de empresas, que representam 99% do conjunto das empresas privadas na Europa, que empregam mais de 70 milhões de pessoas (as grandes empresas empregam 38 milhões) e que além disso, desempenham um papel fundamental na introdução das tecnologias de ponta.

O Conselho Europeu de Amesterdão (Junho de 1997) solicitou ao BEI que desenvolvesse novos instrumentos de capitais de risco para o financiamento de PME de alta tecnologia e com grande potencial de crescimento, tendo em conta as necessidades e especificidades nacionais e regionais. Para responder a esta solicitação, o Banco instituiu a "Linha de Crédito PME" (ver p. 29). O Conselho Europeu de Viena de Dezembro de 1998 deu um novo impulso a esta iniciativa, convidando o Banco a acelerar o ritmo de concessão de fundos para operações de capitais de risco. Por último, o Conselho de Colónia de Junho de 1999 incitou o BEI a reforçar a sua acção em favor das PME.

55 000 PME financiadas de 1995 a 1999



Financiamento de PME por meio de empréstimos globais "clássicos"

Estes empréstimos globais são concretizados em colaboração com instituições financeiras nacionais ou regionais.

Com base nos dados fornecidos pelos intermediários, calcula-se que em 1999 foram concedidos 2 800 milhões no âmbito de empréstimos globais, que foram afectados a 11 500 PME.

Nos últimos cinco anos, foram canalizados 12 800 milhões para a criação, a moderniza-

Investimentos de pequenas e médias empresas

Créditos concedidos no âmbito de empréstimos globais em curso

(montantes em milhões de euros)

	1999		1995-1999	
	número	montante	número	montante
Bélgica	488	224	2 605	1 175
Dinamarca	24	12	814	193
Alemanha	510	410	3 888	1 958
Grécia	15	42	98	165
Espanha	2 274	567	4 987	1 262
França	5 644	356	30 128	2 001
Irlanda	387	85	652	161
Itália	599	463	3 866	3 289
Luxemburgo	2	2	6	5
Áustria	180	107	479	246
Países Baixos	27	24	459	363
Portugal	85	45	345	171
Finlândia	1	1	85	57
Suécia	1	1	57	16
Reino Unido	1 234	461	5 931	1 670
Total	11 471	2 799	54 400	12 731

ção e a ampliação de cerca de 55 000 PME dos sectores produtivos. 8 600 milhões destinaram-se aos sectores da indústria e da agricultura e 4 200 milhões ao de serviços.

A distribuição sectorial destes créditos evidencia a importância dos financiamentos para as indústrias mecânica e metalomecânica (22%), da construção e dos materiais de construção (16%), do papel e da pasta de papel (12%) e agrícola e alimentar (11%).

Os serviços às empresas beneficiaram de 22% dos créditos, o comércio de 15% e o sector do turismo e lazer de 10%.

Em média, cada PME recebe cerca de 230 000 euros, um montante que se ajusta às necessidades.

A análise da dimensão das empresas financiadas evidencia a predominância de empresas muito pequenas – 85% dos créditos destinaram-se a empresas com menos de 50 empregados. Além disso, 69% do volume de créditos foram canalizados para projectos situados nas regiões desfavorecidas.

Capitais de risco

Desde 1997, o Banco tem desenvolvido uma actividade que visa reforçar o mercado de capitais de risco na União Europeia: a “Linha de Crédito PME”, que constitui a vertente mais inovadora do PAEA, tem por fim dotar com capitais próprios ou quase-capitais próprios PME de alta tecnologia e com grande potencial de crescimento, tendo em conta os condicionalismos nacionais específicos. Este instrumento é executado em estreita colaboração com o Fundo Europeu de Investimento (FEI) e a colectividade bancária e financeira dos Estados-membros, cuja participação garante um efeito multiplicador notável da acção do Banco. O risco inerente a estas operações é garantido por uma provisão de 1 000 milhões proveniente dos excedentes de gestão do Banco.

A “Linha de Crédito PME” tem duas vertentes:

- Operações realizadas directamente pelo Banco, que em 1999 permitiram financiar 17 fundos de investimento em capitais de risco, número comparável ao de 1998 (19 operações). Entre as novas operações concluídas ou aprovadas em 1999 figuram fundos de alta tecnologia, como por exemplo, o *Merlin European Biosciences Fund*, (primeiro fundo pan-europeu em que o Banco participa), que recebeu 50 milhões, e o *Eqvitec Technology Mezzanine Fund*, na Finlândia, que recebeu 17 milhões.
- o Banco confiou ao FEI, que actua com “fundo de fundos”, um pacote de 125 milhões que se destinou à criação do Mecanismo Europeu para as Tecnologias (MET 1). Em finais de 1999, o MET já tinha comprometido 85 milhões em 19 fundos situados em 10 países da União. Em 22 de outubro de 1999, o BEI conferiu ao FEI um segundo mandato (MET 2, com uma dotação de 125 milhões). As duas instituições resolveram dar um novo cunho às suas relações, a fim de otimizar a complementaridade dos respectivos instrumentos para as PME e especialmente os de capitais de risco, de alargar a cobertura geográfica dos investimentos deste tipo e de promover o desenvolvimento do mercado de capitais de risco nos países da Coesão.

De 1995 a 1999, foram financiadas 55 000 PME, 85% das quais com menos de 50 empregados, no âmbito de empréstimos globais





Entre o início das operações com capitais de risco e finais de 1999, o Banco aprovou 39 operações em 14 Estados-membros, no montante total de 775 milhões, dos quais 477 milhões já foram assinados (excluindo o MET 1 e 2). O volume médio das operações assinadas foi de 19 milhões, mas os montantes individuais variaram entre 5 e 51 milhões.

Na maioria dos casos, estas operações contribuem para criar sociedades de capitais de risco com instituições financeiras, e também para disponibilizar garantias para sociedades de capitais de risco existentes.

De uma forma geral, a cobertura geográfica dos fundos apoiados pelo Banco não se limita a um só Estado-membro, embora alguns tenham um carácter regional (como por exemplo, o *Midland Enterprise Innovation Fund* no Reino Unido ou o *Regionaler Beteiligungsfonds Süd* na Alemanha).

Ainda é cedo para fazer um balanço dos financiamentos em termos de postos de trabalho criados. No entanto, este parâmetro é acompanhado pelo Banco, e as primeiras observações do impacto destas operações de capitais de risco em termos de emprego são prometedoras.

Em finais de 1999, o montante total das operações aprovadas no âmbito da "reserva" PAEA (máximo de 1 000 milhões já afectados a partir dos excedentes de 1996, 1997 e 1998) ascendia a 775 milhões, a que acrescem 250 milhões reservados às operações do MET. A dotação para cada operação depende do respectivo perfil de risco.

Consequentemente, prevê-se que seja necessário disponibilizar recursos suplementares provenientes dos excedentes de gestão do Banco do exercício de 1999 até ao fim do primeiro semestre de 2000 para poder prosseguir as operações no domínio dos capitais de risco.

Apoio a investimentos e criação de empregos na União

O apoio a investimentos criadores de postos de trabalho (Iniciativa "Crescimento e Emprego" do Conselho Europeu de Amesterdão de Junho de 1997) é uma das prioridades do BEI, a par de outros objectivos que podem ter um impacto negativo no emprego, tais como a competitividade industrial da União, a utilização racional da energia ou a racionalização dos métodos de produção com objectivos ambientais. Para além disso, outros objectivos, tais como a constituição de redes europeias de comunicação, só podem ser avaliados em termos de criação de postos de trabalho pelo respectivo efeito indirecto no emprego. Por conseguinte, a avaliação do impacto dos financiamentos do BEI no emprego só pode ser feita em termos globais e numa perspectiva de apoio ao investimento para dinamizar a actividade económica.

O impacto dos empréstimos do Banco na dinamização da actividade económica é significativo: os projectos financiados em 1999 representaram 5,1% do investimento na Europa, medido em termos de formação bruta de capital fixo (FBCF), com valores muito mais elevados nas zonas de desenvolvimento regional: 6,2% nos *Länder* orientais da Alemanha e 10,5% nos "países da Coesão".

Da análise por meio de modelos entrada/saída do impacto sobre o emprego de cada mil milhões de euros investidos, resultam os seguintes dados macro-económicos:



Financiamentos no sector das infra-estruturas

O grosso dos financiamentos do Banco destinou-se a este sector, que absorveu 21 000 milhões em 1999.

Os postos de trabalho criados durante o **período de construção** são relativamente independentes do sector económico em que se integra a infra-estrutura realizada; um quarto dos empregos são criados no sector dos serviços, em virtude das repercussões sobre os sectores fornecedores. Se calcularmos que mil milhões de euros investidos geram 20 000 empregos durante o período de construção de uma infra-estrutura e que em média, os projectos financiados pelo BEI significam 3 a 3,5 anos de construção, são criados em cada ano cerca de 6 000 a 7 000 postos de trabalho por cada mil milhões de euros investidos pelo Banco. Assim sendo, os 21 000 milhões concedidos em 1999 para infra-estruturas contribuíram para a criação de cerca de 125 000 postos de trabalho no sector da construção. Dado que o Banco financia em média 33% do custo total dos projectos infra-estruturais, deduz-se que globalmente, os projectos para cujo financiamento o Banco contribuiu em 1999 preservaram cerca de 380 000 postos de trabalho por ano.

Os efeitos directos e indirectos no emprego durante a **fase de exploração** das infra-estruturas financiadas podem ser calculados a partir do rácio empregos/reserva de capital. Fazendo uma estimativa baixa, podemos considerar que mil milhões de euros investidos em infra-estruturas geram uma actividade económica que requer 3 000 empregos. Por conseguinte, pode-se calcular que as actividades criadas directa ou indirectamente pelas infra-estruturas financiadas pelo Banco em 1999 gerarão, uma vez estas concluídas, ou seja, decorridos três anos/três anos e meio em média, cerca de 190 000 empregos estáveis.

Financiamentos no sector industrial

Nos últimos dez anos, o número de postos de trabalho criados pelas PME (+ 260 000 empregos/ano) compensou as perdas decorrentes da racionalização em projectos industriais de grande porte (- 220 000 empregos/ano).

Em 1999, o Banco canalizou 2 800 milhões para 11 500 PME, 70% das quais situadas em áreas de desenvolvimento regional. Se considerarmos que o rácio empregos/reserva de capital no sector transformador é da ordem dos 8 000 postos de trabalho por mil milhões de euros investidos, e se tivermos em conta que os financiamentos no âmbito de empréstimos globais correspondem em média a 45 a 50% do financiamento externo para investimentos de PME, podemos deduzir que globalmente os projectos de PME co-financiados pelo Banco no âmbito de empréstimos globais em 1999 preservaram ou criaram 40 000 postos de trabalho estáveis.

No que respeita aos financiamentos no âmbito da "Linha de Crédito PME" do PAEA (477 milhões assinados desde 1997), convém sublinhar que estes visam reforçar os fundos de capitais de risco de apoio a PME inovadoras ou com grande potencial de crescimento. No entanto, uma parte das empresas financiadas não poderá provavelmente sobreviver (daí a reserva PAEA de 1 000 milhões de euros constituída a partir dos resultados de gestão do BEI para cobrir o risco ligado a estes investimentos) e/ou poderá ser objecto de fusão-aquisição na fase de desenvolvimento, isto é, os postos de trabalho criados poderão ser suprimidos ou precarizados por razões de racionalização. Em contrapartida, certas empresas poderão desenvolver-se satisfatoriamente e vir realmente a criar empregos. Por esta razão, o impacte sobre o emprego dos financiamentos do BEI no âmbito da Linha de Crédito PME só poderá ser avaliado passados cinco a dez anos, altura em que todos os investimentos realizados já terão produzido resultados concretos.



Um enquadramento renovado para as acções futuras no exterior da União



Apoio às políticas de cooperação com países terceiros

Em 1999, o Banco conduziu as operações no exterior da União no âmbito de:

- um mandato unificado conferido pelo Conselho para o período trienal de 31.01.1997 a 31.01.2000, o qual abrange:
 - os países da Europa Central e Oriental 3 520 milhões
alargado em Maio de 1998 à ARJM 150 milhões
e em Dezembro de 1998 à Bósnia-Herzegovina 100 milhões
 - países terceiros da Bacia Mediterrânica 2 310 milhões
 - países da América Latina e da Ásia 900 milhões
 - África do Sul 375 milhões
(período de validade: 3 anos a partir de 1 de Julho de 1997)
- de um mandato a longo prazo no contexto da Quarta Convenção de Lomé, cujo segundo protocolo financeiro (2 658 milhões, dos quais 1 000 milhões de capitais de risco) cobre o período de 1998 a 2000, e abrange 71 países ACP. Prevê-se a concessão de 65 milhões (dos quais 30 milhões em capitais de risco) no mesmo período nos países e territórios ultramarinos (PTU) dependentes de certos Estados-membros.

Os riscos inerentes a estas operações sob mandato são cobertos por um sistema de garantias orçamentais globalizadas. No âmbito de certos mandatos, são concedidas bonificações de juro para os empréstimos do Banco ou capitais de risco a cargo do orçamento da União ou dos Estados-membros, que são administrados e concedidos directamente pelo Banco.

Além disso, o Banco abriu em 1998 uma **Linha de Crédito de Pré-adesão**, com uma dotação de 3 500 milhões, em favor de Chipre e dos dez países da Europa Central e Oriental candidatos à adesão. Este instrumento é financiado com recursos próprios do Banco e não beneficia da garantia do orçamento comunitário ou dos Estados-membros.

Em finais de 1999, já tinham sido comprometidas quase todas as verbas disponibilizadas no âmbito do mandato unificado e do instrumento de pré-adesão.

Em 1999, os **financiamentos no exterior da União Europeia** ascenderam a 4 035 milhões, dos quais 3 834 milhões na forma de empréstimos a cargo de recursos próprios e 201 milhões na forma de capitais de risco a cargo de recursos orçamentais da União ou dos Estados-membros.

No Quadro H da p. 131 descrevem-se as convenções, protocolos financeiros e decisões que regem a actividade do Banco no exterior da União.

A lista de financiamentos figura nas páginas 103 a 121.

Porto de Klaipeda, Lituânia



Novo enquadramento para a acção futura

Empenhado em que a União continue a prestar assistência financeira a países terceiros, o Conselho decidiu, a 22 de Dezembro de 1999, conceder um novo sistema de garantias para os financiamentos do BEI, que se aplicará aos empréstimos concedidos a partir de 1 de Fevereiro de 2000 (1 de Junho de 2000 para a República da África do Sul). Até 31 de Janeiro de 2007, será prestada uma garantia globalizada a cargo do orçamento geral da Comunidade, que cobrirá 65 % do montante total dos empréstimos, até um limite global de 18 410 milhões.

As verbas distribuem-se da seguinte forma:

- países da Europa Central e Oriental	8 680 milhões
- países terceiros da Bacia Mediterrânica	6 425 milhões
- países da América Latina e da Ásia	2 480 milhões
- África do Sul	825 milhões

Além disso, em Novembro de 1999, o Conselho de Administração do Banco aprovou uma **nova linha de crédito de pré-adesão, dotada de um montante indicativo de 8 500 milhões** para o período de 2000 a 2003, que será periodicamente revista. Será inteiramente financiada com recursos próprios do Banco e destina-se a apoiar projectos nos dez países candidatos da Europa Central e Oriental, assim como em Chipre e em Malta, não beneficiando de garantia comunitária. Este instrumento foi aprovado pelo Conselho de Governadores a 4 de Janeiro de 2000.

O Conselho Europeu de Helsínquia de Dezembro de 1999 decidiu abrir negociações com vista à adesão com a Bulgária, a Lituânia, a Roménia, a Eslováquia e também Malta, e reconhecer a Turquia como país candidato.

O BEI aceitou um mandato especial com uma dotação de 600 milhões por três anos (ver caixa página 40), para ajudar à reconstrução das áreas devastadas pelos tremores de terra na Turquia.

Países candidatos à adesão

Em 1999, as actividades do Banco nos países candidatos à adesão inscreveram-se no âmbito do pacote financeiro global para a Europa Central e Oriental (3 520 milhões, com termo em 31 de Janeiro de 2000), no enquadramento da Parceria Euromediterrânica no que se refere a Chipre e ainda, no âmbito da linha de crédito de pré-adesão (3 500 milhões, também com termo em 31 de Janeiro de 2000).

Esta linha de crédito duplicou os recursos disponíveis, pelo que o BEI pode desempenhar um papel importante nos onze países candidatos e contribuir assim, com vista a promover o desenvolvimento regional, para as acções empreendidas, especialmente no que toca à protecção do ambiente, à ampliação das redes de comunicação e de energia e à melhoria da competitividade industrial.

O Conselho Europeu de Colónia de 3 e 4 de Junho de 1999 reconheceu o papel cada vez mais importante do BEI na ajuda prestada aos países que se preparam para aderir à União, assim como a importância dessa ajuda para a própria União. Nas conclusões desta Cimeira, os Chefes de Estado e de Governo convidaram o Banco a "apoiar a estratégia de aproximação da Comunidade através do alargamento da concessão de créditos aos candidatos à adesão", em particular nos casos em que estes necessitem de acelerar o respectivo processo de integração. Os investimentos financiados no enquadramento da segunda linha de crédito de pré-adesão corresponderão prioritariamente aos objectivos-chave das políticas da União Europeia: comunicações, energia, ambiente, política industrial e PME e tanto quanto possível, educação e saúde. Será dada uma grande atenção aos projectos que favoreçam o desenvolvimento regional.

Para garantir a melhor utilização dos recursos, o Banco continuará a conduzir a sua acção em cooperação sinérgica com a Comissão, assim como com outras instituições financeiras multilaterais, organismos dos Estados-membros que intervêm na região e instituições bancárias nacionais e internacionais.

Em 1999, os empréstimos concedidos nos países candidatos à adesão cifraram-se em 2 373 milhões, um nível idêntico ao de 1998 (2 375 milhões). 1 467 milhões foram disponibilizados no âmbito da linha de crédito de pré-adesão e 906 milhões no âmbito dos pacotes financeiros.

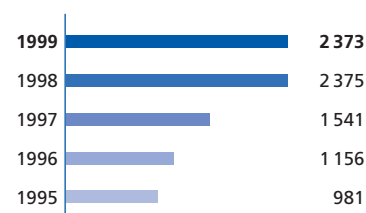
Maior apoio aos transportes

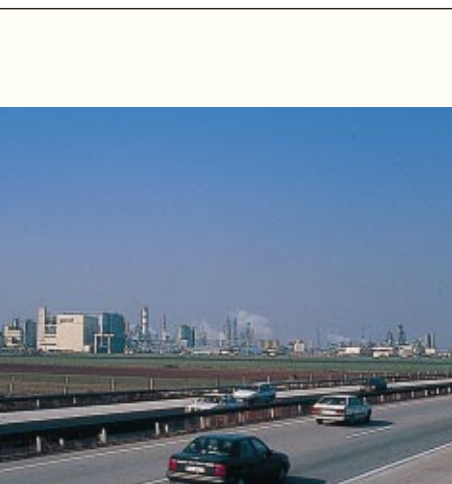
A distribuição sectorial dos projectos financiados em 1999 confirma a prioridade dada pelos países beneficiários e pela União ao sector dos transportes. A Conferência Pan-europeia

de Transportes realizada em Creta em 1994 já tinha definido os corredores rodoviários e ferroviários que deveriam prolongar as redes transeuropeias.

Efectivamente, para o desenvolvimento do mercado interno destes países e a respectiva integração na União, é essencial dispor de uma rede de transportes eficaz, tanto a nível nacional, como regional ou transeuropeu.

**Países candidatos à adesão:
1995 - 1999: 8 400 milhões**





Dez anos de presença na Europa Central e Oriental

Quando em 1989 as mudanças políticas se aceleraram na Europa Central e Oriental, a União Europeia mobilizou-se rapidamente para prestar uma ajuda financeira aos países da região confrontados com uma situação económica difícil. Foi assim que logo em 1990, o BEI concedeu os primeiros empréstimos para projectos de investimento na Hungria e na Polónia. Logo à partida, as actividades concentraram-se nos sectores da energia, dos transportes e das telecomunicações destes países, considerados prioritários, e cuja reabilitação e modernização era crucial para a transformação dos sistemas económicos e a construção de uma base industrial competitiva. Foi também em 1990 que foram concedidos os primeiros empréstimos globais a bancos locais para o financiamento de pequenas e médias empresas.

O BEI tornou-se muito rapidamente a principal fonte de financiamento internacional de projectos na Europa Central e Oriental. Os mandatos sucessivos que recebeu do Conselho de Governadores passaram a englobar, além dos dez países candidatos à adesão à União, a Albânia, a Bósnia-Herzegovina e a Antiga República Jugoslava da Macedónia.

Concentração em projectos no sector dos transportes

No final de 1999, o Banco tinha concedido quase 11 000 milhões para projectos situados nos doze países da Europa Central e Oriental: Albânia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Bulgária, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Roménia, Eslováquia e Eslovénia. Mais de metade desta verba destinou-se a projectos no domínio dos transportes, sendo 1 500 milhões canalizados para redes ferroviárias. Os sectores da indústria, do ambiente e das telecomunicações absorveram, cada um, 15 % do total, e o sector energético, os 6 % restantes.

Contribuição para a melhoria da qualidade de vida urbana

Para poderem aderir à União, os países candidatos terão também de respeitar as normas europeias em matéria de ambiente. Muitos dos projectos financiados pelo Banco nos sectores dos transportes e da energia já contribuíram para melhorar o ambiente natural e urbano. O Banco reforçou a sua acção, financiando grandes projectos de transportes públicos urbanos em Bucareste e em Cracóvia, que constituirão uma alternativa ao recurso crescente ao meio de transporte individual. Além disso, já procedeu à instrução de projectos ambientais municipais, com vista a preservar ou melhorar a qualidade de vida em meio urbano. Neste contexto, concedeu um grande empréstimo à cidade de Budapeste para financiar a substituição de carros-eléctricos vetustos e ruidosos, a reabilitação das redes de saneamento, a construção de incineradoras de resíduos sólidos, o arranjo de parques e terrenos de jogos e de termas, assim como outros serviços públicos destinados a eliminar os pontos de estrangulamento do trânsito e a melhorar as condições ambientais.





Expiração dos mandatos em vigor e aprovação de novos mandatos

O pacote geral confiado ao BEI para financiamentos na Europa Central e Oriental, no valor de 3 500 milhões, assim como a linha de crédito de pré-adesão de 3 500 milhões destinada aos dez países candidatos da região e a Chipre expiraram a 31 de Janeiro de 2000. O Conselho de Governadores do Banco aprovou um novo mandato que prevê a concessão de 8 680 milhões, e que cobre o período de 2000 a 2006, destinando-se aos dez países candidatos e à Albânia, à ARJM e à Bósnia-Herzegovina. Também aprovou uma nova linha de crédito de pré-adesão, com uma dotação indicativa de 8 500 milhões, para aplicação nos países candidatos da Europa Central e Oriental e em Chipre e Malta, durante o período de 2000 a 2003.

O montante anual dos empréstimos na Europa Central e Oriental ascendeu em média a 1 000 milhões nos últimos dez anos e a mais de 2 000 milhões nos últimos dois anos, mas as decisões entretanto tomadas permitirão aumentá-lo durante os próximos sete anos para 3 500 a 4 000 milhões.

Combinação de subvenções da UE com empréstimos reembolsáveis e co-financiamentos com bancos de desenvolvimento

No contexto da ajuda financeira aos países da Europa Central e Oriental, a União procura combinar o mais eficazmente possível as subvenções com os empréstimos, para garantir os melhores resultados dos recursos bancários e orçamentais. A escolha desta combinação de instrumentos resulta de uma estreita colaboração entre o BEI e a Comissão Europeia, esta última encarregada de gerir a ajuda não reembolsável e os programas para a região: PHARE, ISPA e SAPARD. Além disso, o BEI associa, quando tal se preconiza, outras instituições multilaterais de financiamento que intervêm na região, em particular, o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) e o Banco Mundial.

Desenvolvimento dos mercados de capitais na Europa Central e Oriental

Em 1996, o BEI começou a captar divisas dos países da Europa Central e Oriental no euromercado, por meio de emissões obrigacionistas em coroas checas, estonianas e eslovacas, e também de operações sintéticas em zlotis polacos. Estas obrigações contribuíram para atrair a poupança ocidental para esta região. A partir de 1997, instituiu programas-quadro de emissão em forints húngaros e subsequentemente em coroas checas, que lhe permitiram marcar presença no mercado doméstico da Hungria e da República Checa e estabelecer emissões de referência a longo prazo neste segmento do mercado e simultaneamente, ajudar a canalizar a poupança local para projectos produtivos. De uma forma geral, sempre que a legislação nacional o permitia, o Banco conseguiu propor créditos nas divisas locais e suprimir os riscos cambiais para os seus mutuários.



**Países candidatos à adesão:
empréstimos concedidos em
1999**

(milhões de euros)

Roménia	396
Eslovénia	375
Polónia	347
República Checa	270
República Eslovaca	270
Hungria	170
Bulgária	128
Letónia	98
Lituânia	84
Estónia	35
Europa Central e Oriental	2 173
Chipre	200
Países candidatos *	2 373

* linha de crédito de pré-adesão:
1 467 milhões

Os financiamentos para infra-estruturas de transportes ascenderam a 1 543 milhões, dos quais 55 % se destinaram à melhoria da rede de estradas e auto-estradas, 32 % à melhoria da rede ferroviária e 13 % a outros tipos de transportes urbanos, aéreos e marítimos.

Foram concedidas verbas para a modernização das ligações ferroviárias na Polónia, na República Eslovaca, na Bulgária e na Lituânia e para a modernização, ampliação e renovação de lanços de estradas e de auto-estradas – nomeadamente, os corredores IV e V – na Roménia, na Eslovénia, na República Checa, na Estónia e em Chipre.

Melhoria do ambiente e da produção de energia

Foram também financiados projectos de reabilitação e ampliação das redes de distribuição de água potável e de tratamento de águas residuais, assim como a melhoria de infra-estruturas urbanas (119 milhões) na República Checa (Praga), na Bulgária (Bacia do Maritsa), na Letónia e na Lituânia. Foram ainda canalizados 139 milhões para a construção de centrais de co-produção de calor e electricidade na Hungria, para a reabilitação

de uma rede de aquecimento urbano na Roménia e para a ampliação de uma central eléctrica em Chipre.

Apoio ao sector industrial

85 milhões destinaram-se a duas fábricas, respectivamente, de bombas de injeção e de *delayed coking* na Hungria, 40 milhões à construção de uma fábrica de automóveis em Bratislava, na República Eslovaca, e 312 milhões a instituições financeiras, estabelecimentos bancários da União implantados na região ou estabelecimentos nacionais, para o financiamento de PME.



Task Force para os Balcãs

Sendo um dos signatários do Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu, o Banco constituiu, logo a partir de Junho de 1999, uma *Task Force* para os Balcãs encarregada de identificar, para efeitos de um rápido financiamento do BEI, as infra-estruturas a reconstruir prioritariamente nas regiões devastadas pelo conflito nos Balcãs Ocidentais.

Esta *Task Force* tem também a seu cargo coordenar as actividades do BEI na região com as da Comissão Europeia, do Coordenador para o Pacto de Estabilidade e de outras instituições financeiras internacionais que intervêm na reconstrução dos Balcãs.

Países da Parceria Euromediterrânica

A Parceria Euromediterrânica recebeu um novo impulso quando da Conferência Euromediterrânica, que reuniu os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros da União Europeia com os seus parceiros mediterrânicos em Estugarda, a 15 e 16 de Abril de 1999, tendo a Líbia participado pela primeira vez como convidado especial da presidência.

Reiterando as prioridades estabelecidas aquando da Conferência de Barcelona de 1995 (definição de um espaço comum de estabilidade, estabelecimento de uma área de prosperidade com base numa zona de comércio livre e desenvolvimento de uma parceria social entre os povos), os Ministros concordaram em dar um novo impulso à sua parceria, em especial melhorando a cooperação intra-regional e subregional.

Por seu turno, o Parlamento recomendou a 11 de Março que os países terceiros mediterrânicos que actualmente não participam no processo de Barcelona fossem associados ao mesmo.

Em 1999, os empréstimos nos países parceiros da Bacia Mediterrânica (excluindo Chipre) ascenderam a 802 milhões, dos quais 56 milhões em capitais de risco.

As verbas distribuíram-se da seguinte forma: 655 milhões na forma de empréstimos individuais e 147 milhões na de empréstimos globais concedidos a instituições financeiras parceiras para o financiamento de PME, de pequenas infra-estruturas locais e de projectos energéticos ou ambientais de pequena dimensão.

Apoio prioritário à indústria

A indústria recebeu empréstimos individuais no valor de 330 milhões, que se destinaram a projectos da indústria química e petroquímica no Egipto, na Jordânia, em Marrocos e na Tunísia, e à exploração de uma fábrica de fosfatos na Jordânia. No sector dos serviços, foram concedidos 4 milhões para a modernização de hotéis topo de gama na Tunísia.

Os empréstimos globais e as tomadas de participação nos capitais próprios de empresas privadas cifraram-se em 82 milhões.

Desenvolvimento das comunicações

O sector dos transportes absorveu 171 milhões, que se destinaram à modernização de infra-

-estruturas portuárias e à melhoria dos caminhos-de-ferro em Marrocos, e à beneficiação da rede rodoviária urbana na Tunísia

Melhoria do ambiente

Neste sector, o Banco concedeu financiamentos em três países, Egipto, Marrocos e Turquia, para a renovação das redes de esgotos. Em Gaza-Cisjordânia, foi financiado um programa de reabilitação de pequenas infra-estruturas de protecção do ambiente.

Além disso, foi concedido um empréstimo global no Egipto para o financiamento de infra-estruturas ambientais nas áreas turísticas do Sinai e do Mar Vermelho.

e da gestão da energia

No Egipto, foi concedido um financiamento de 28 milhões para a construção de um gasoduto e na Turquia, um empréstimo global de 40 milhões para o financiamento de pequenas centrais de ciclo combinado, de co-geração de calor e electricidade para utilização no sector industrial.

Países mediterrânicos: 1995 - 1999: 4 400 milhões

1999	802
1998	886
1997	1 067
1996	627
1995	1 028

Países mediterrânicos: financiamentos em 1999

	(milhões de euros)	
	Total	do qual capitais de risco
Egipto	188	
Marrocos	263	2
Tunísia	132	34
Gaza e Cisjordânia	18	8
Jordânia	80	
Turquia	90	12
Líbano	30	
Mediterrâneo	802	56



**De 1997 a 1999,
o BEI concedeu mais de
900 milhões para o
desenvolvimento do sector
privado e de estruturas
financeiras inovadoras
nos países mediterrânicos**



Apoio ao sector financeiro

A existência de um sector privado concorrencial desenvolvido e dinâmico é crucial para os países mediterrânicos, na perspectiva da zona de comércio livre com a União. Este objectivo é, pois, prioritário para o Banco, que dispõe de diversos meios de acção:

- os empréstimos globais clássicos, a cargo de recursos próprios do BEI, que são linhas de crédito a longo prazo concedidas a intermediários financeiros locais. De 1997 a 1999, permitiram a afectação de cerca de 255 milhões a PME da indústria, do turismo e dos serviços, em 8 países mediterrânicos. Além disso, o BEI concede 500 milhões na forma de empréstimos individuais para projectos do sector industrial.

- Os capitais de risco, financiados a cargo de recursos orçamentais da União (programa MEDA), que têm por objectivo consolidar a dotação em capitais próprios de empresas industriais, turísticas e dos serviços dos países mediterrânicos, através de tomadas de participação directas ou indirectas. Este tipo de recurso, que ainda está pouco desenvolvido nesta região, permite adaptar a remuneração e as cláusulas de reembolso aos resultados do projecto financiado, reforçando simultaneamente a base financeira da empresa promotora do projecto. Desde 1997, o Banco já comprometeu 160 milhões em capitais de risco nos países terceiros mediterrânicos e em Gaza-Cisjordânia, tendo também participado na criação de fundos de investimento regionais, tais como o *Mediterranean Growth Fund*.

Os financiamentos do Banco contribuem para a liberalização dos sectores financeiros, ao colocar à disposição produtos financeiros ajustados à criação de novas estruturas, tais como fundos de investimento (*Egycap Investment Fund* no Egipto) e sociedades de capitais de risco (*SPPP* em Marrocos) ou de capital-desenvolvimento (*Lebanon Invest* e *Jordan Invest*). Tendo em conta que é essencial modernizar o sector empresarial dos países mediterrânicos, os capitais de risco podem também servir para compensar a relativa subcapitalização das empresas destes países, que enfraquece a sua posição em relação às sociedades europeias dotadas de uma estrutura financeira mais sólida. Por último, no âmbito das privatizações - como foi o caso em Marrocos e na Tunísia -, os capitais de risco podem ser utilizados para consolidar os fundos próprios da empresa privatizada ou para apoiar os investidores cuja intervenção é solicitada no quadro de concessões de serviços públicos.

TERRA: instrumento de assistência para a reconstrução na Turquia na sequência dos tremores de terra de Agosto de 1999

A pedido do Conselho de Ministros e após parecer favorável do Parlamento Europeu, o BEI foi mandatado para administrar um pacote de 600 milhões a executar durante três anos, que prevê a concessão de empréstimos, munidos da garantia do orçamento comunitário, para a reconstrução das infra-estruturas de base - transportes, energia e ambiente - e de edifícios de habitação e de pequenas empresas, assim como para a restauração do tecido industrial nas províncias de Izmit, Adapazan, Yalova e Bolu, que foram devastadas pelos tremores de terra de Agosto de 1999.

O BEI concedeu ainda uma doação de 1 000 milhões de euros para a reconstrução de um orfanato na região de Izmit.

O Banco já interveio diversas vezes, quer concedendo empréstimos, quer doações, quando da ocorrência de diversas catástrofes naturais, destacando-se as suas acções recentes na Polónia e na República Checa (1997), nas Honduras e na Nicarágua (1998) e na Grécia (1999).

África, Caraíbas, Pacífico e PTU

1999, um ano “charneira” na evolução das relações da Comunidade com os ACP, foi marcado pelas negociações com vista à conclusão de um novo acordo de parceria para o desenvolvimento, para substituir a Quarta Convenção de Lomé. Durante o ano, realizaram-se três conferências ministeriais de negociação, uma em Fevereiro em Dakar, e duas em Julho e Dezembro em Bruxelas, chegando as partes a acordo numa quarta e última reunião realizada já em 2000 em Bruxelas, a 2 e 3 de Fevereiro.

A nova Convenção, que deverá ser assinada em meados do ano em Fiji, tem um prazo de 20 anos. O recurso aos capitais de risco será substituído por um instrumento de investimento destinado a promover o desenvolvimento de empresas comercialmente viáveis, principalmente do sector privado. O BEI assegurará a gestão deste novo instrumento, que tem uma dotação de 2 200 milhões de euros para os cinco primeiros anos. Paralelamente, poderá conceder financiamentos a cargo de recursos próprios até um valor máximo de 1 700 milhões.

Os financiamentos do Banco em 1999 (341 milhões, dos quais 145 milhões em capitais de risco) inscreveram-se no quadro do segundo protocolo financeiro da Quarta Convenção de Lomé. Verificou-se um decréscimo acentuado em relação a 1998, ano de entrada em vigor do segundo protocolo, tendo o nível de financiamentos sido equiparável ao dos anos anteriores.

Nos Estados ACP e PTU, o Banco interveio em 21 países e contribuiu para o financiamento de dois projectos regionais. Foram concedidos 242 milhões na forma de empréstimos individuais e 99 milhões na de empréstimos globais destinados ao financiamento de investimentos de pequena e média dimensão do sector privado e a tomadas de participação no capital de empresas.

Apoio prioritário à indústria

52 % dos financiamentos, ou seja, 176 milhões, destinaram-se ao desenvolvimento industrial, designadamente, a projectos em 5 países nos sectores das indústrias química, agrícola e alimentar, extractiva e metalúrgica. Foi também financiado um projecto de aquacultura em Madagáscar e um estudo de viabilidade em Trinidad e Tobago. Os emprésti-

mos globais, concedidos para afectação a investimentos privados de pequena e média dimensão, abrangeram dez países. Duas operações de carácter regional destinaram-se ao financiamento de tomadas de participação na África Ocidental e nas Caraíbas.

Desenvolvimento de infra-estruturas energéticas

No domínio da produção e do transporte e distribuição de electricidade, foram concedidos 98 milhões, sobretudo para a interligação das redes da África do Sul, da Suazilândia e de Moçambique.

Os restantes financiamentos destinaram-se a infra-estruturas de transporte e à modernização de redes de adução de água e de tratamento de efluentes em três países.

O segundo protocolo financeiro da Quarta Convenção de Lomé só entrou em vigor a 1 de Junho de 1998, assim como a decisão do Conselho relativa aos PTU, prevendo a concessão de 1 693 milhões a cargo de recursos próprios (dos quais 35 milhões para os PTU) e de 1 030 milhões em capitais de risco (dos quais 30 milhões para os PTU). Em finais de 1999, tinham sido assinados contratos para a concessão de 441 milhões a cargo de recursos próprios e de 400 milhões em capitais de risco.

ACP - PTU:

1995 - 1999: 1 800 milhões

1999	341
1998	560
1997	60
1996	396
1995	430

ACP - PTU: empréstimos concedidos em 1999

	(milhões de euros)	
	Total	do qual capitais de risco
África	287	114
Austral	85	42
Central e Equatorial	15	10
Oriental	94	42
Occidental	93	21
Caraíbas	28	18
Pacífico	7	7
PTU	19	6
ACP-PTU	341	145

África do Sul

Em 1999, a União Europeia reforçou as relações com a África do Sul, assinando com esta um acordo de cooperação e desenvolvimento.

Os financiamentos inscreveram-se no quadro do pacote específico actual de 375 milhões e complementaram o programa de subvenções da Comissão, no valor de 125 milhões de euros por ano.

Foram concedidos 150 milhões para a interligação das redes de transporte de electricidade da África do Sul, da Suazilândia e de Moçambique, a ampliação de um jazigo de

gás e a modernização de um eixo rodoviário. Foram também financiadas pequenas infra-estruturas ambientais por meio de um empréstimo global.

Balanço das intervenções na África do Sul de 1995 a 1999

O Banco iniciou as actividades na África do Sul em 1995, para facilitar a transição para a democracia e contribuir para o Programa de Reconstrução e de Desenvolvimento.



Os financiamentos integraram-se inicialmente no quadro de uma decisão do Conselho, que cobria o período de Junho de 1995 a Junho de 1997, e ascenderam a 300 milhões.

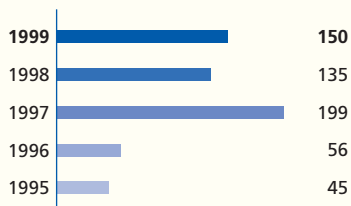
Em Julho de 1997, foi confiado ao BEI um novo mandato também de três anos, que previa um pacote de 375 milhões. O primeiro pacote já foi esgotado e 76 % do segundo já está comprometido.

Os financiamentos (585 milhões) destinaram-se a:

- sector da energia, essencialmente transporte de electricidade (27 %);
- infra-estruturas de adução de água e de tratamento de águas residuais através de empréstimos individuais - por exemplo, transporte de água entre as diferentes regiões - graças a empréstimos globais destinados à construção de infra-estruturas municipais (46 %);
- transportes, melhoria e prolongamento de uma auto-estrada com portagem (7 %);
- financiamento de PME (20 %).

Desde 1996, o Banco captou 246 milhões em rands sul-africanos (ZAR) para financiar uma parte dos empréstimos concedidos, evitando assim que os seus mutuários incorram em riscos cambiais.

África do Sul: 1995 - 1999: 585 milhões



Países da América Latina e da Ásia

Os financiamentos do Banco nos países da América Latina e da Ásia inscreveram-se no quadro do mandato unificado (Janeiro de 1997 a Janeiro de 2000), que prevê um pacote de 900 milhões.

Em 1999, os empréstimos do Banco nos países da América Latina e da Ásia cifraram-se em 310 milhões.

Actividades na América Latina

Na América Latina (215 milhões), os empréstimos destinaram-se: no Brasil, à modernização de duas unidades de fabrico de pneus, à modernização e ampliação de uma rede de telefones móveis e a investimentos de pequena e média dimensão no âmbito de empréstimos globais concedidos a dois bancos privados; no México, à construção de uma rede de distribui-

ção de gás na área metropolitana da capital. Foi ainda concedido um empréstimo global para ajudar à reconstrução e ao desenvolvimento de iniciativas do sector privado nas zonas afectadas pelo ciclone Mitch.

Actividades na Ásia

Na Ásia, foram concedidos 95 milhões para a reconstrução de uma central de ciclo combinado na Tailândia e a construção de uma estação de tratamento para o abastecimento de água potável da cidade de Chengdu, na China.

Balanço preliminar do mandato de Janeiro de 1997 a 2000

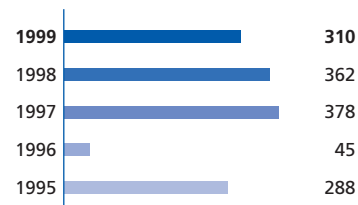
Este mandato, que previa a concessão de um pacote de 900 milhões até Janeiro de 2000 nos países da América Latina e da Ásia, permitiu que o BEI contribuísse para projectos de interesse comum para o Estado em causa e para a União: *joint ventures* que associavam operadores europeus e locais, transferências de tecnologias e de *know-how* europeu e cooperação nos domínios da energia e da melhoria do ambiente.

Em 31 de Dezembro de 1999, já tinham sido assinados contratos no valor de 764 milhões, e o saldo já tinha sido aprovado. A distribuição das assinaturas segundo países e sectores permite evidenciar certas grandes tendências:

Nos países da América Latina, os financiamentos (439 milhões) destinaram-se a 5 países e a um projecto regional. A distribuição sectorial mostra a importância dos projectos de telecomunicações (36 %), seguidos dos projectos de pequena e média dimensão no âmbito de empréstimos globais (21 %), da energia (19 %), da indústria (16 %) e da gestão da água (8 %). Na Ásia, foram concedidos 325 milhões em 5 países, concentrando-se em 3 sectores: gestão da água (54 %), energia (38 %) e transportes (8 %).

Globalmente, foram financiados 18 projectos, dos quais 10 na América Latina e 8 na Ásia.

América Latina e Ásia 1995 - 1999: 1 400 milhões

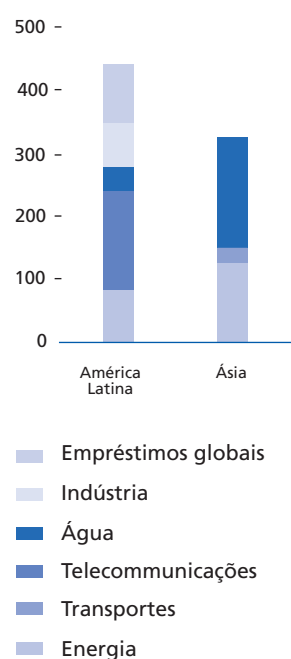


América Latina e Ásia: empréstimos concedidos em 1999

(milhões de euros)

América Latina	215
Brasil	154
Regional América Central	35
México	26
Ásia	95
Tailândia	70
China	25
América Latina e Ásia	310

Distribuição por localização e por sector



Avaliação das operações no BEI

Em 1999, a Unidade de Avaliação das Operações do BEI publicou dois relatórios:

- um estudo de avaliação sobre 17 projectos realizados no sector da água na Bacia Mediterrânica;
- um estudo sobre o impacte das emissões obrigacionistas do BEI na integração dos novos mercados de capitais.

O âmbito e o objectivo destes dois estudos foram essencialmente diferentes. O estudo realizado sobre os projectos no sector da água no Mediterrâneo visava evidenciar os pontos fortes e fracos em termos de resultados e de impacte sobre o desenvolvimento económico e o ambiente. Não surpreende, pois, constatar que estes projectos, se se justificam do ponto de vista social, ambiental e económico, apresentam pontos fracos em termos de concepção e de gestão financeira das operações, ou em termos institucionais. O BEI está consciente da necessidade de continuar a apoiar este sector, e para garantir um desenvolvimento sustentável, deve antes do mais procurar reforçar as vertentes institucional e financeira dos projectos.

O estudo consagrado às emissões obrigacionistas no mercado de capitais constituiu uma inovação no sentido de que, pela primeira vez, um banco internacional de desenvolvimento avaliou as suas actividades de captação de recursos. Este estudo, baseado na experiência adquirida em Portugal, em Espanha e na Grécia, concluiu que os bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) podem ter um impacte substancial na emergência de mercados nacionais de capitais e na respectiva integração nos mercados internacionais, devendo desenvolver a sua accção nesta área.

O desenvolvimento regional/económico, que o BEI considera ser fundamental, é um dos temas de estudo prioritários da Unidade de Avaliação. Além de dois estudos que já foram publicados, esta Unidade produziu diversos documentos e relatórios que serviram de base para o debate interno no BEI. Nesta conformidade, no quadro do debate actualmente em curso sobre o desenvolvimento regional em 1999, efectuou um



Estação de tratamento próximo de Barcelona



estudo sobre dois grandes projectos de infra-estruturas ferroviárias na Europa, que se baseou nas conclusões de estudos anteriores sobre a matéria.

Uma outra questão importante objecto de debate e relativa à evolução interna, é a actividade de acompanhamento dos projectos no BEI. É cada vez mais óbvio que um certo número de projectos, em particular na União, deveriam ser melhor acompanhados uma vez os respectivos empréstimos desembolsados; um maior diálogo com os promotores e um conhecimento mais profundo pelos serviços do BEI dos resultados e do impacte dos projectos financiados deverão ter um efeito benéfico nas operações futuras e além disso, constituir uma boa base para uma análise interna das políticas gerais e da estratégia a seguir. Consciente da importância deste facto, o BEI está a tomar medidas no sentido de reforçar os procedimentos internos através de uma maior integração da função de acompanhamento na organização, com uma maior participação de membros do pessoal encarregados da preparação e da negociação das operações – um processo designado por “auto-avaliação” nas instituições financeiras internacionais –, e de formalizar os procedimentos anuais correspondentes de informação ao Conselho de Administração.

Para melhor acompanhar a evolução internacional no domínio da avaliação, o BEI multiplicou os seus contactos com a Comissão e com outras instituições financeiras, participando paralelamente em debates sobre o tema em instâncias internacionais, tais como a Sociedade Europeia de Avaliação. O BEI defende a difusão da prática de avaliação nos países europeus, convicto de que a transparência e o respeito do princípio de responsabilização são vectores indispensáveis para garantir a eficácia interna da actividade e a qualidade das operações. Nesta mesma perspectiva, colabora a nível prático e técnico com o grupo de cooperação para a avaliação dos BMD, para definir princípios e procedimentos comuns e promover o estabelecimento de uma norma correspondente às melhores práticas de avaliação a aplicar nos bancos internacionais de desenvolvimento.

A actividade de avaliação do BEI continuará a ser crucial no processo de reforço da responsabilização e da transparência das operações. Além disso, à luz da experiência do ano passado, o papel motor desta actividade para o desenvolvimento interno deve ser sublinhado. A necessidade de otimizar o valor dos financiamentos e a qualidade dos projectos alimenta o debate quanto aos indicadores de desempenho e de valor acrescentado, aos objectivos e aos critérios de admissibilidade, e por conseguinte, ao contributo fundamental do BEI para as políticas europeias. Consequentemente, a Unidade de Avaliação orientará o seu programa de trabalho para estas questões, ciente da importância que os ensinamentos retirados da avaliação das operações poderá ter para o trabalho operacional.

Uma presença diversificada no mercado de capitais





Captação de fundos

*O BEI pretende consolidar a sua posição como principal emitente de referência não governamental AAA, apoiando-se no êxito dos grandes princípios estratégicos por que tem pautado a sua política de emissões há longos anos: **reforçar a liquidez e reduzir os custos; desenvolver os mercados dos Países da Europa Central e Oriental (PECO); e marcar presença na maioria dos mercados de capitais.** O primeiro **objectivo** foi atingido captando 90 % dos recursos (28 300 milhões) nas **três principais moedas - o euro, a libra esterlina e o dólar dos Estados Unidos** - e constituindo emissões de referência ao longo das respectivas curvas de rentabilidade. O **euro** foi um dos grandes pilares da actividade de captação em 1999, graças à estratégia adoptada desde 1996. Assim sendo, o segmento do EUR foi dominado a longo prazo pelo lançamento do Programa **EARN "Euro Area Reference Notes"**. O bom desempenho dos mercados do **GBP** e do **USD** ao longo do ano permitiu que o BEI reforçasse a sua posição de grande emitente de referência nestes mercados e que os seus clientes beneficiassem com esse facto. Além disso, a oferta de produtos estruturados adaptados às necessidades dos seus investidores institucionais ou privados em certos mercados domésticos permitiu-lhe baixar substancialmente o custo dos recursos captados e consolidar uma clientela interessada em instrumentos financeiros vantajosos. O **segundo objectivo** foi o prosseguimento do apoio e do desenvolvimento dos mercados de capitais dos PECO candidatos à União Europeia, de que se destaca a celebração de um programa-quadro de emissão em coroas checas, que introduziu uma nova técnica de emissão idêntica à do euromercado, inédita no mercado doméstico da República Checa; o Banco abriu também o segmento a 10 anos deste mercado. Por último, o **terceiro objectivo** foi marcar presença na maioria dos mercados de capitais fora da Europa e dos Estados Unidos (África do Sul, Ásia e Austrália). O Banco conseguiu também atingir os seus objectivos graças a um rigoroso controlo dos riscos, elemento-chave da sua gestão, e domínio em que reforçou as suas linhas de orientação.*

No ano 2000, o BEI procurará sobretudo introduzir características inovadoras nos seus produtos, adaptá-los melhor às necessidades dos seus clientes (mutuários e investidores), reforçar a ajuda aos países com mercados emergentes - em particular, os PECO - para abri-los aos grandes mercados, e alargar a sua cobertura geográfica e sectorial. Procurará também optimizar a utilização das tecnologias modernas de comunicação - a Internet - - reforçando assim o valor acrescentado e a transparência das suas actividades de captação, em benefício dos seus clientes.

O **montante total dos empréstimos obrigacionistas assinados**, antes de swap de divisas ou de taxas de juro, ascendeu a **29 295 milhões**, o que representa um decréscimo de 7 % em relação a 1998 (31 463 milhões); a quota-parte das divisas UE foi de 68 %, como

em 1998, e a das futuras "Euro-11", de 43 % (41 % em 1998). Deste total, **961 milhões** foram assinados no âmbito da segunda oferta de permuta de dívida em euros, cuja reestruturação foi iniciada em Junho de 1998 (1 318 milhões), e **28 334 milhões** foram cap-



tados no mercado de capitais para financiar operações de empréstimo ou os *cash flows* negativos.

O decréscimo de 6 % da **captação de fundos** resulta sobretudo da desaceleração do desembolso de empréstimos, de uma menor receptividade de certos mercados financeiros em relação a 1998, e da atitude prudente dos investidores com a aproximação do ano 2000. A captação foi marcada por uma presença importante nos mercados **das três moedas principais**: do **EUR (41 %** contra 39 % nas futuras "Euro-11" em 1998), mais de metade no âmbito do Programa EARN, do **GBP (25 %)** e do **USD (23 %)**, que reuniram em conjunto mais de **90 % das emissões**.

A introdução do euro conduziu obviamente a uma redução considerável do número de moedas captadas pelo Banco, mas mesmo assim, foram utilizadas 16 moedas diferentes (22 em 1998) em 120 operações, 64 das quais lançadas no âmbito de programas de títulos a médio prazo ou de programas-quadro de emissões, e 4 no âmbito do Programa EARN (excluindo uma emissão lançada no quadro do programa de permuta da dívida em euros). Globalmente, foram lançadas 101 emissões públicas e 19 colocações privadas.

A **captação de recursos após swaps** de divisas ou de taxas de juro, que se adaptou às necessidades dos mutuários do Banco, ascendeu a **28 355 milhões** (30 098 milhões em 1998).

97 % da captação foi feita nas **três moedas principais**, o **EUR**, o **USD** e a **GBP**, distribuindo-se da seguinte forma: 44 % em EUR e mais de 50 % em GBP e USD, devido à obtenção de condições muito vantajosas, que o Banco transmitiu aos seus mutuários. A quota-parte das **moedas comunitárias** decresceu em relação a 1998 (**69 %** contra 78 %),

devido sobretudo ao forte aumento do USD (28 % contra 21 %).

A captação a **taxa variável (21 850 milhões** contra 14 141 milhões em 1998) foi muito superior à captação a **taxa fixa (6 506 milhões** contra 15 957 milhões em 1998), representando 77 % do total (47 % em 1998). Este grande aumento reflecte as condições de arbitragem particularmente favoráveis obtidas no mercado de *swaps*, que foram muito apreciadas pelos mutuários do Banco, em particular no que toca ao USD, ao EUR e ao GBP, assim como à coroa sueca (SEK), à dracma grega (GRD) e à coroa checa (CZK).

Desde 1995, a estratégia de captação do Banco tem prosseguido dois objectivos principais: **reforçar a liquidez**, em geral por meio de emissões de referência (*benchmark*), e **reduzir o custo de captação**, através de emissões "oportunistas", oferecendo uma gama diversificada de produtos aos investidores. **22 545 milhões** foram obtidos por meio de **emissões líquidas** que permitiram, através do lançamento de novas *tranches* ou de *tranches* fungíveis, constituir emissões de referência ao longo da curva de rentabilidade, consolidando a posição do Banco como emitente de referência internacional AAA. As **emissões oportunistas**, que têm vindo a aumentar constantemente desde que foram introduzidas, representam actualmente um quinto da captação total (**5 789 milhões**). De um modo geral, são lançadas num formato estruturado, para responder às necessidades de investidores específicos. O Banco presta uma atenção particular à apreciação do risco deste tipo de emissões.

A **vida média das operações** não variou praticamente em relação ao ano anterior (**10,1 anos** contra 10,2 anos em 1998), enquanto os vencimentos individuais variaram entre 3 e 40 anos (contra 3 e 30 anos em 1998). De uma forma geral, os prazos mais longos verificaram-se sobretudo nas operações em GBP (até 40 anos), quer estruturadas, quer simples (*plain vanilla*). As operações oportunistas caracterizaram-se por uma vida média bastante mais longa em relação a 1998 (14,1 anos contra 8,7 anos), tomando a forma de emissões estruturadas, nomeadamente as ligadas a índices bolsistas, ou de emissões com cupão zero.

No quadro da **gestão da dívida**, o Banco procedeu a **reembolsos antecipados de emissões obrigacionistas** e a **aquisições** no valor de **1 005 milhões**.

O **recurso aos mercados de swaps** manteve-se a um nível elevado (**87 %** da captação contra 62 % em 1998). O montante total, antes de *swaps* de taxa variável para taxa fixa, ascendeu a **24 581 milhões** (contra 20 586 milhões em 1998) e tal como em 1998, foi realizado através de 122 operações. Este grande aumento de volume adveio da necessidade de adaptar os fundos às necessidades dos mutuários, quer em termos de moedas, quer de taxas de juro, e à conversão das emissões estruturadas em produtos simples, em geral a taxa variável.

A cobertura **contra o risco de variação da taxa de juro**, que representou 16 % dos montantes captados a taxa fixa após *swaps*, foi essencialmente efectuada por meio de operações *reverse swap* de taxa variável para taxa fixa e do recurso à carteira obrigacionista de cobertura, constituída por obrigações a taxa fixa com as mesmas características das próprias obrigações do Banco, revendidas em função das necessidades de desembolso.

Euro-estratégia

Na sequência da instauração do euro como moeda única do novo espaço monetário europeu, o Banco prosseguiu e concentrou os seus esforços no mercado financeiro da nova moeda. Por um lado, prosseguiu a estratégia dos anos anteriores e por outro, lançou no mercado o novo programa EARN como complemento das emissões governamentais dos países da nova união monetária.

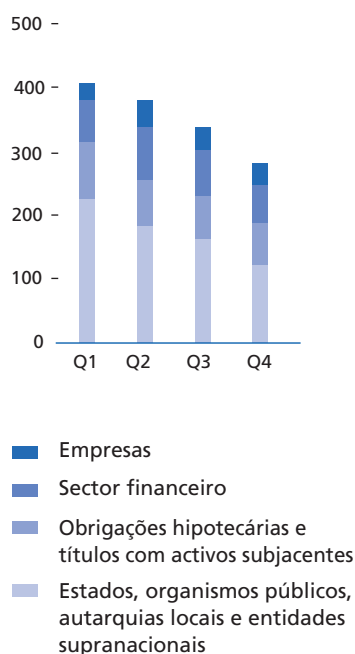
O programa EARN

■ Características do programa.

Este programa foi assinado em Março e dotado de um montante máximo de 15 000 milhões, prevendo o lançamento de emissões com um montante mínimo de EUR 2 000 milhões por trimestre até ao final do ano de 1999. Podiam ser utilizadas três técnicas: emissão sindicada, leilão ou oferta de permuta, através de um grupo de 10 *primary dealers*, que intervieram como líderes ou co-líderes, e que no mercado secundário, comprometeram-se a assegurar um mercado nos respectivos títulos (*market-making*), garantindo a liquidez, fornecendo cotações com *spreads* compra/venda (*bid/offer*) e favorecendo simultaneamente a criação de um mercado de reporte. Esta acção foi complementada por um grupo de 21 *dealers* que intervieram no mercado primário, onde podiam participar nas emissões do Banco, e também no mercado secundário, no qual tinham a possibilidade, consoante o seu desempenho, de se tornarem *primary dealers*.



Captação trimestral em euros por sector em 1999



Os mercados obrigacionistas em euros em 1999

Previam-se que a introdução do euro estimulasse o desenvolvimento dos mercados europeus de capitais, atenuando a fragmentação resultante da diversidade de moedas nacionais e aprofundando o mercado, tanto em termos de liquidez, como de diversificação da qualidade creditícia disponível. Tudo leva a crer que o primeiro ano de existência do euro correspondeu a estas expectativas. Segundo a *Capital Data*, as emissões obrigacionistas internacionais denominadas em euros registaram um acréscimo de 40 % em 1999, enquanto as emissões em dólares apenas progrediram 12 %. Por conseguinte, a quota do mercado mundial detida pelas obrigações denominadas em euros passou de 35 % em 1998 para 45 % em 1999, ultrapassando a quota-parte de 43 % detida pelas obrigações em dólares. Este aumento teria sido ainda maior se não tivesse sido parcialmente absorvido pelo enfraquecimento do euro. A Comissão Europeia considera que o total de emissões obrigacionistas em euros (incluindo as emissões internas) se cifrou em cerca de EUR 1 400 milhões em 1999.

O desenvolvimento do mercado das obrigações em euros foi aproveitado sobretudo pelos emitentes no interior da zona euro, o que é natural, na medida em que não se expõem ao risco de câmbio quando emitem na sua própria moeda. Os emitentes americanos representaram cerca de 10 % do montante total captado em euros no ano passado. Embora os mutuários da maioria dos mercados emergentes continuassem a preferir contrair os seus empréstimos em dólares, o euro conseguiu tornar-se a principal divisa estrangeira de emissão nos países da Europa de Leste. Dado que as moedas de um grande número destes países estão ligadas de uma forma ou de outra ao euro, as emissões em euros constituem uma oportunidade para reduzirem o risco cambial na gestão da dívida.

O acréscimo das emissões em 1999 não foi semelhante nos diferentes segmentos, observando-se uma evolução sensível da estrutura do mercado obrigacionista europeu no sentido de um aumento da quota-parte das obrigações de empresas.

• **Os emitentes soberanos** continuaram a reduzir as emissões obrigacionistas em virtude da melhoria das finanças públicas, facto que se verificou tanto nos Estados Unidos, como na Europa. Em 1999, o volume total das emissões denominadas em euros lançadas pelos Estados (na maioria, da zona euro) cifrou-se em 621 000 milhões, o que representa uma quebra de 10 % em relação ao ano anterior. As emissões de dívida pública contribuíram para reforçar o padrão tradicionalmente sazonal das emissões obrigacionistas, na medida em que os Estados concentraram a actividade no primeiro semestre, para estabelecer o mais cedo possível emissões de referência (*benchmarks*) e beneficiar de taxas de juro mais baixas. A corrida ao estatuto de emissão de referência ainda não está terminada. Enquanto as obrigações da dívida pública alemã, ao que tudo indica, obtiveram um estatuto de emissão de referência para o vencimento a dez anos, as obrigações do Tesouro francês ofereceram rentabilidades inferiores nos prazos de cinco a sete anos. As tentativas no sentido de tirar partido de um mercado mais vasto e mais concentrado na Europa conduziram ao aumento da dimensão média das emissões em 1999, sobretudo as de emitentes soberanos.



• **Em 1999, os emitentes privados** reforçaram a respectiva quota-parte do total das emissões denominadas em euros, que atingiu um valor um pouco acima dos 50 %. Em certa medida, esta evolução resulta da menor presença dos emitentes soberanos, mas também da introdução do euro, que facilitou o acesso do sector privado ao mercado obrigacionista internacional.

• **Os emitentes do sector financeiro**, que tradicionalmente dominam o mercado das obrigações não soberanas, continuaram a aumentar substancialmente as suas emissões e continuam a dominar este segmento do mercado com uma quota-parte de 20 %.

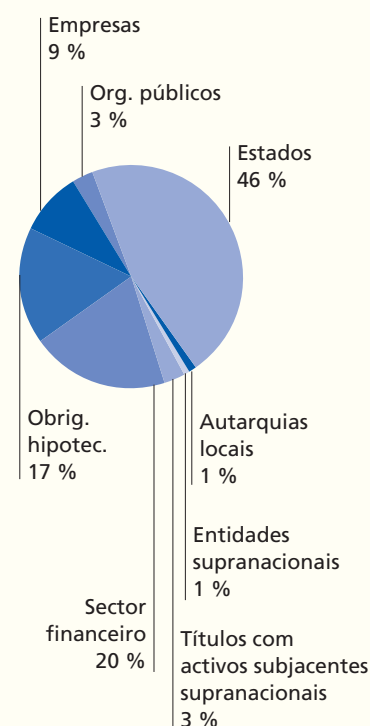
• O segmento das **obrigações hipotecárias** registou uma estagnação relativa, mas o abrandamento do crescimento advém em parte do facto de já terem uma posição forte no mercado das obrigações privadas, com 17 % do conjunto das emissões obrigacionistas denominadas em euros. O mercado das obrigações hipotecárias estende-se actualmente para além do seu território de origem, a Alemanha, pois a adopção de nova legislação facilitou a introdução destes instrumentos em Espanha e em França.

• Foram **as emissões do sector empresarial** no mercado obrigacionista que tiraram melhor partido da introdução de uma moeda comum. As emissões obrigacionistas internacionais lançadas por empresas e serviços de utilidade pública mais que triplicaram, passando de EUR 44 000 milhões em 1998 para EUR 135 000 milhões em 1999, segundo a *Capital Data Bondware*. Esta grande expansão deve-se provavelmente em parte ao grande volume da actividade no domínio das fusões e aquisições, a qual, por seu turno, resulta da maior integração económica decorrente da introdução do euro, e também das novas possibilidades de financiamento proporcionadas pela dimensão muito maior do mercado financeiro em euros.

As alterações estruturais observadas no mercado obrigacionista em euros podem ser consideradas de um ponto de vista ligeiramente diferente, o da qualidade creditícia das obrigações emitidas. Durante muitos anos, o mercado obrigacionista das divisas que integraram o euro foi domínio exclusivo dos Estados e de outros emitentes com uma qualidade de crédito excelente. No primeiro ano de existência, o mercado obrigacionista em euros registou uma descida do *rating* das novas emissões. A percentagem de emissões obrigacionistas cotadas AAA baixou em favor de emissões com qualidade inferior dentro da mesma categoria de investimento (*investment grade*). Uma outra evolução digna de nota foi o facto de a quota-parte das emissões obrigacionistas sem *rating* oficial de uma das principais agências de notação financeira ter decrescido consideravelmente no mercado europeu, que tende a ser cada vez maior e mais anónimo.

A maioria das inovações acima referidas resultam de uma evolução da procura por parte dos investidores. Uma parte substancial das emissões obrigacionistas era geralmente colocada junto de pequenos investidores. Ao longo da década de 90, os investimentos tenderam a concentrar-se nas mãos de gestores de carteiras profissionais, que estão menos dispostos a manter os instrumentos durante muito tempo, na medida em que em geral, se preocupam mais em preservar a liquidez do investimento. O advento do euro reforçou estas características estruturais. O volume médio das emissões lançadas no mercado das obrigações denominadas em euros duplicou em 1999 em relação aos anos anteriores, e a quota-parte dessas emissões aproximou-se, em menos de um ano, da do mercado em dólares.

Distribuição sectorial do total das emissões obrigacionistas em euros em 1999





■ Realização do Programa

Em 1999, o Banco lançou emissões de referência (*benchmarks*) no valor total de 10 000 milhões, sob a forma de emissões EARN (7 000 milhões) com um montante mínimo de 2 000 milhões, e de operações de menor volume para aumentar o saldo vivo das emissões EARN existentes. Foi lançada uma nova emissão de 2 000 milhões com vencimento em 2006 e foram reabertas emissões EARN de referência já existentes. No final de 1999, a curva de rentabilidade das emissões de referência do Banco foi completada com sete emissões com vencimentos de 2003 a 2009, no valor total de 24 000 milhões.

A instauração do programa permitiu que a rentabilidade das emissões se mantivesse em linha com a de obrigações emitidas por Estados-membros da UEM, excepção feita das emissões consideradas de referência de mercado (emitidas pelos Estados francês e alemão), e também com a de emissões de outras agências europeias.

■ Oferta de permuta da dívida em euros

Prosseguindo uma acção iniciada no ano anterior, o Banco propôs aos detentores das suas obrigações denominadas em DEM, FRF, ITL e EUR, a troca dos respectivos títulos por novas emissões EARN. Esta segunda operação de permuta, efectuada através da Internet, permitiu aumentar o saldo vivo das emissões EARN 2005 e 2009, respectivamente em 423 milhões e 538 milhões.

Saldo vivo das emissões EARN a 31 de Dezembro de 1999

Cupão (%)	Vencimento	Montante (milhões de euros)
4,500	15.02.2003	3 160
5,250	15.04.2004	4 619
3,875	15.04.2005	2 000
4,875	15.04.2006	2 000
5,750	15.02.2007	2 578
5,000	15.04.2008	5 082
4,000	15.04.2009	4 538
		23 977

Redução do custo da captação tirando partido de oportunidades do mercado

Para complementar o Programa EARN, que se destinava a garantir a liquidez da tesouraria em euros, o Banco concluiu operações essencialmente estruturadas, que lhe permitiram baixar o custo global da captação em euros. Estas operações, de um montante apreciável (2 100 milhões), destinaram-se sobretudo a investidores privados interessados em obter rentabilidades mais elevadas como contrapartida da assunção de certos riscos; tomaram diversas formas (indexação aos índices bolsistas e *step/down one coupon*), implicando uma atenção redobrada do Banco na apreciação dos riscos inerentes.



Redenominação da dívida viva em euros

O Banco prosseguiu a redenominação da dívida viva iniciada no ano anterior. Até finais de 1999, foram redenominados 32 000 milhões, que correspondem a 61 % da dívida viva nas moedas da UEM (53 000 milhões). A redenominação das emissões euro-confluentes foi feita através da criação de três *tranches* com vencimentos em 15 de Fevereiro, 15 de Abril e 15 de Julho, no montante total de 10 900 milhões. Também foram redenominadas emissões em DEM e em IEP, assim como em ITL e em FRF do mercado doméstico, num valor total de 10 100 milhões. O montante das emissões em ecus convertidas em euros foi de 11 000 milhões.

Grandes mercados financeiros geradores de maior liquidez

As emissões em GBP e em USD representaram uma parcela muito importante da captação do Banco, superior à do ano anterior; em conjunto com o euro, corresponderam a mais de 90 % do montante total captado antes de *swaps*, e 97 % após *swaps*.

GBP 4 617 milhões antes e depois de *swaps* (EUR 6 974 milhões)

A captação em GBP representou 25 % do total, colocando o Banco na posição de emittente de referência AAA nesta moeda. A estratégia do Banco continuou a centrar-se no aumento da dimensão através de *tranches* fungíveis ou na criação de novas linhas com vidas médias (vencimentos de 2003 a 2009) e sobretudo, com vidas longas (vencimentos em 2021 e 2028), que podem ser consideradas um sucedâneo dos títulos de Tesouro britânico. A estratégia do Banco orientou-se também para a diversificação dos produtos, me-

diante operações estruturadas (emissão reembolsável em anualidades variáveis em função da evolução do mercado de *swaps*) ou para a diversificação dos investidores, com uma colocação no Japão.

USD 7 098 milhões antes de *swaps* (EUR 6 447 milhões)

8 571 milhões após *swaps* (EUR 7 825 milhões)

O USD representou a terceira moeda captada (23 %) nos mercados de capitais. Num mercado volátil e incerto, com períodos intercalados favoráveis, o Banco prosseguiu a estratégia de constituição de emissões de referência (*benchmarks*) a 3, 5 e 10 anos ao longo da curva de rentabilidade, quer lançando novas operações, quer aumentando linhas existentes. Esta política permitiu elevar o saldo vivo neste mercado para USD 5 900 milhões, montante muito superior ao dos restantes grandes emitentes internacionais.

Paralelamente ao lançamento de emissões de referência, o Banco concluiu operações de montantes mais modestos, em geral estruturadas, respondendo à procura de particulares na Europa e no Japão.



Emissões assinadas em 1999

(milhões de euros)

	Antes de swaps		swaps	Depois de swaps	
	Montante	%	Montante	Montante	%

OPERAÇÕES A MÉDIO E A LONGO PRAZO

1. Recursos captados

União Europeia	18 909	66,7	749	19 658	69,3
EUR	11 646	41,1	776	12 422	43,8
DKK			186	186	0,7
GBP	6 974	24,6	0	6 974	24,6
GRD	289	1,0	- 274	15	0,1
SEK			60	60	0,2
Total "Pre-in"	7 263	25,6		7 236	25,5
Países terceiros	9 425	33,3	- 727	8 697	30,7
AUD	244	0,9	- 244		
CAD	14	0,0	- 14		
CHF	622	2,2	0	622	2,2
CZK	85	0,3	0	85	0,3
HKD	514	1,8	- 514		
HUF	49	0,2	0	49	0,2
JPY	753	2,7	- 753		
NOK	190	0,7	- 190		
NZD	45	0,2	- 45		
SKK	66	0,2	- 66		
TWD	179	0,6	- 179		
USD	6 447	22,8	1 378	7 825	27,6
ZAR	217	0,8	- 101	116	0,4
TOTAL	28 334	100,0	22	28 355	100,0
- dos quais taxa fixa	27 046	95,5	- 20 540	6 506	22,9
- dos quais taxa variável	1 288	4,5	20 562	21 850	77,1

2. Programa de permuta de dívida em euros

EUR	961		961
TOTAL GERAL	29 295		29 317

Desenvolvimento dos mercados dos países candidatos à adesão e procura de diversificação de mercados

* Mercados financeiros da Europa Central e Oriental

Nesta região, as actividades do Banco concentraram-se sobretudo nos mercados da Hungria e da República Checa. O programa-quadro de emissão em CZK foi assinado em Fevereiro de 1999, e inaugurado com uma emissão de 3 000 milhões a 10 anos, a mais longa até aqui lançada neste mercado. Também no âmbito de um programa-quadro de emissão, foram lançadas duas emissões fungíveis em forints húngaros (HUF) a taxa fixa, que constituíram a primeira emissão fungível não governamental deste tipo emitida no mercado húngaro. No mercado internacional, foram lançadas as primeiras emissões denominadas em coroa eslovaca (SKK).

* Presença do Banco noutros mercados

Tal como anteriormente, o BEI continuou a emitir em diferentes mercados que lhe ofereciam condições favoráveis. No que se refere às moedas não UEM, para além da GBP, marcou presença nos mercados da GRD, do CHF e da coroa norueguesa (NOK). Na sequência da reabertura dos mercados asiáticos, após a crise financeira verificada no segundo trimestre de 1998, foi possível concluir sete transacções em dólares de Hong Kong (HKD) e uma segunda emissão em dólares de Taiwan (TWD). Quanto às moedas da Commonwealth, a actividade do Banco centrou-se sobretudo no rand sul africano (ZAR) e no dólar australiano (AUD). Foram lançadas doze emissões

em ZAR, que permitiram efectuar o desembolso de empréstimos nesta divisa através de operações back to back. O Banco voltou ao mercado da Austrália, após uma ausência de 7 anos, assinando um programa-quadro no âmbito do qual lançou a primeira emissão.

Emissões assinadas (antes de swaps) no âmbito de programas de títulos a médio prazo ou de programas-quadro de emissões

(montantes em milhões)				
	Número de operações		Divisa	EUR
Total UE	12			1 828
Euro	4	EUR	569	569
	2	GBP	635	970
	6	GRD	95 000	289
Pre-in	8			1 259
Total não-UE	52			6 882
	1	AUD	400	244
	1	CAD	25	14
	1	CZK	3 000	85
	7	HKD	4 250	514
	2	HUF	12 500	49
	2	JPY	85 930	753
	3	NOK	1 600	190
	1	NZD	100	45
	2	SKK	3 000	66
	20	USD	5 098	4 705
	12	ZAR	1 420	217
Total geral	64			8 709



Evolução do mercado de capitais em 1999

Na sequência da retoma da economia mundial, no início de 1999, o ciclo das taxas de juro retomou a fase ascendente. A inflação na Europa, e sobretudo nos Estados Unidos, regrediu muito, como resultado da vaga deflacionista que se seguiu à crise asiática. Este factor favoreceu decisivamente o crescimento na Europa e nos Estados Unidos. As exportações líquidas travaram de certo modo o crescimento, mas o abrandamento da inflação aliviou enormemente as tensões monetárias nos Estados Unidos e na Europa, o que favoreceu a procura doméstica. Nos Estados Unidos, em especial, é mesmo possível que a crise asiática tenha prolongado a expansão económica, adiando a implementação de uma política de restrição monetária tendente a conter as pressões inflacionistas. Mas a nova subida da taxa de referência (IPC) da inflação americana em 1999 também ilustra o carácter efémero do alívio causado pela crise asiática. Em meados de 1999, a maior parte destes efeitos tinha desaparecido, e a inflação voltou rapidamente à sua média histórica recente, cerca de 3 %, mantida em parte pela alta dos preços do petróleo. Uma vez desaparecida a deflação importada, as pressões inflacionistas internas voltaram a impor-se, e nada indica que com a economia funcionando em pleno, a taxa de crescimento venha a descer abaixo dos 4 %, valor superior à tendência. Na Europa, as pressões inflacionistas foram muito mais fracas, na medida em que a procura interna progrediu mais lentamente e que o diferencial da produção é maior.

Os rendimentos obrigacionistas ajustaram-se rapidamente à normalização das condições económicas nos Estados Unidos e na Europa. Nos EUA, o rendimento das obrigações do Tesouro a 10 anos atingiu o seu mínimo - cerca de 4,6 % - em Janeiro de 1999, antes de voltar a subir para um valor um pouco acima dos 6 % no fim do ano. Na Europa, os rendimentos também aumentaram, apesar de um crescimento mais lento, passando de 3,6 % em Fevereiro de 1999 - o nível mais baixo - para cerca de 5,2 % em Dezembro. As retomas constatadas nos Estados Unidos e sobretudo na Alemanha, reflectem uma normalização para os níveis antes da crise e não indicam um aumento notável das expectativas inflacionistas subjacentes. Esta análise é confirmada pelas expectativas inflacionistas reflectidas pelas obrigações do Tesouro indexadas à inflação.

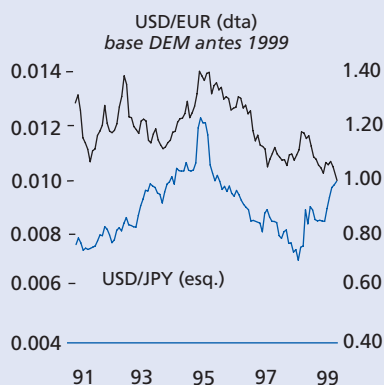
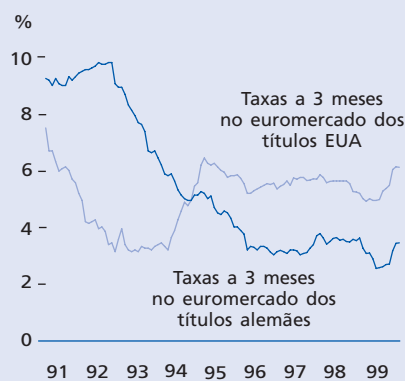
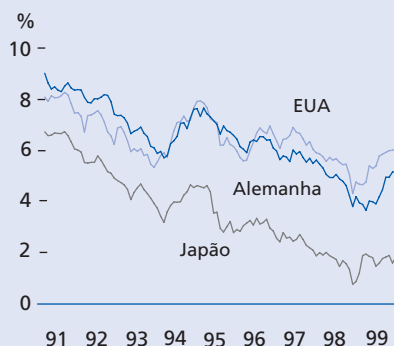
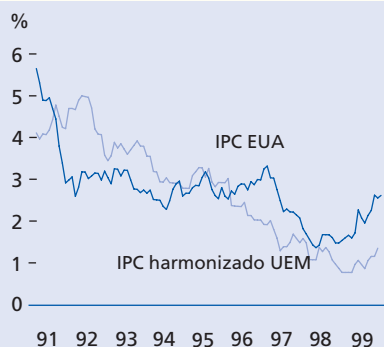
As taxas de juro de curto prazo voltaram aos níveis antes da crise pelas mesmas razões. Mas aqui, a diferença entre os Estados Unidos e a Europa foi mais marcada, na medida em que os EUA encontram-se apenas na fase inicial de um ciclo de política restritiva contínua, e possivelmente enérgica, que visa reduzir o crescimento da procura interna e consequentemente, limitar um novo aumento da inflação. A taxa a três meses no euromercado de títulos americanos aumentou 120 pontos percentuais entre Fevereiro e Dezembro, atingindo cerca de 6,1 %. As taxas alemãs de curto prazo registaram um aumento mais modesto, de 90 pontos percentuais, chegando ao nível ainda muito baixo de 3,4 %. De assinalar no que respeita ao grande diferencial entre as taxas americanas e alemãs (270 pontos percentuais em Dezembro), que este se tem mantido nos últimos



quatro anos, reflectindo a persistência de um diferencial de crescimento entre os dois países.

Nos mercados cambiais, a evolução mais notável em 1999 foi o desaparecimento da grande correlação existente entre as taxas de câmbio japonesas e europeias face ao dólar. Até meados de 1998, as taxas de câmbio reagiram principalmente à constante subida do dólar, pelo que as moedas europeias e o iene tenderam conjuntamente para a baixa. Em contrapartida, no ano passado, o euro depreciou-se, enquanto o iene japonês registou uma retoma notável.

Embora a depreciação do euro face ao dólar em 1999 tenha chamado as atenções, a análise a mais longo prazo evidencia que o deslizamento do euro em 1999 foi essencialmente o prosseguimento de uma tendência iniciada em 1995. Nesta perspectiva mais longa, não é a fraqueza do euro nestes últimos meses que se revela uma aberração, mas a sua breve apreciação em finais de 1998. A maioria das estimativas relativamente ao ponto de equilíbrio da taxa de câmbio do euro indica que este deverá vir a fixar-se em 1,20 EUR para 1 USD, que era a taxa média na primeira metade década de 90.



Taxa de referência da inflação (IPC) nos Estados Unidos e na zona euro

Rendimento das obrigações do Tesouro a 10 anos

Taxas de juro de curto prazo

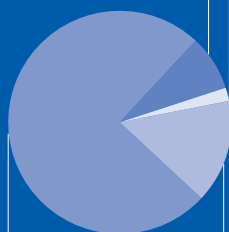
Iene e euro: grande diferencial a partir do segundo semestre de 1998



Gestão das disponibilidades

Carteira obrigacionista
operacional
(gestores externos)
2%

Carteira obrigacionista
de cobertura
8%



Carteira
obrigacionista
de investimento
15%

Carteira
monetária
operacional
75%

Gestão das disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 1999, as **disponibilidades totais brutas** elevavam-se a cerca de **16 000 milhões** (14 000 milhões líquidos de compromissos a curto prazo) e distribuíam-se por 17 divisas, incluindo o euro. Este representou 66 % e as divisas da União Europeia 73 % das disponibilidades globais. O nível das disponibilidades globais do Banco deve situar-se entre 25 % e 40 % dos fluxos financeiros líquidos anuais. A distribuição das disponibilidades foi a seguinte:

A carteira monetária operacional, no valor de **12 200 milhões** (9 900 milhões líquidos de compromissos a curto prazo), representou o grosso das disponibilidades.

Esta carteira é essencialmente constituída pelo produto de emissões obrigacionistas e de excedentes resultantes do *cash flow*, e tem por fim cobrir as necessidades de liquidez correntes do Banco. O seu montante deve ser suficiente para cobrir os desembolsos futuros dos empréstimos concedidos pelo Banco.

Por definição, a carteira monetária operacional compõe-se de instrumentos líquidos com vencimentos curtos. Em finais de 1999, o grosso desta carteira estava colocado em produtos de primeira qualidade, e o restante estava investido em instrumentos monetários transaccionáveis.

A carteira obrigacionista operacional de cobertura do risco de variação de taxa de juro (**1 300 milhões**) tem por fim cobrir, por meio da compra de obrigações, o total ou parte de certas novas emissões obrigacionistas a taxa fixa lançadas pelo Banco. Este instrumento

permite manter em tesouraria o produto de emissões lançadas, independentemente das necessidades de desembolso.

A carteira obrigacionista operacional (gestores externos), no valor de **300 milhões**, tem por fim fornecer uma liquidez suplementar na forma de instrumentos com probabilidades de serem mais rentáveis do que as colocações no mercado monetário.

A carteira obrigacionista de investimento constitui a segunda linha de disponibilidades (2 500 milhões) e compõe-se de obrigações emitidas pelos Estados da União Europeia e outras instituições públicas de primeira categoria. Mais de 99 % do total desta carteira são constituídos por títulos emitidos por instituições comunitárias com um *rating* AA1 ou por Estados-membros da União Europeia.

Resultado da gestão das disponibilidades

Globalmente, as taxas de juro nos mercados monetários baixaram em média durante o exercício de 1999 em relação às taxas de juro médias prevaletentes em 1998. No quarto trimestre, as taxas de juro voltaram a subir nos mercados obrigacionistas e monetários.

A gestão das disponibilidades permitiu obter o rendimento líquido de 496 milhões, o que representa uma rentabilidade contabilística global de 3,76 %.

As colocações realizadas no âmbito da **carteira monetária operacional** geraram rendimentos líquidos no valor de 327 milhões, com um capital médio de 8 500 milhões, o que representa uma taxa de rentabilidade de 3,85 % num contexto de baixa das taxas médias de curto prazo em relação a 1998.

As colocações realizadas no âmbito da **carteira obrigacionista operacional (gestores externos)**, inteiramente denominadas em euros, geraram um rendimento líquido de 8 milhões de um capital médio anual de 312 milhões, o que representa um rendimento líquido após comissão de 2,73 %.

A **carteira obrigacionista de investimento** gerou uma rentabilidade total de 155 milhões (incluindo uma mais-valia de 10 milhões realizada por cessão de títulos) de um capital médio de 2 500 milhões. A rentabilidade total foi de 6,18 % (5,78 % sem a mais-valia realizada por cessão de títulos), contra 7,90 % em 1998. O decréscimo do rendimento, excluindo a mais-valia realizada, deve-se ao reinvestimento de um montante elevado de títulos vencidos por um período de tempo mais longo e a taxas nominais mais baixas. A duração média desta carteira era de 5,2 anos em 31 de Dezembro de 1999, contra 1,9 ano na data homóloga de 1998. Esta duração foi

alinhada com o objectivo de duração dos fundos próprios do Banco entre 5 e 6 anos. Por último, o valor de mercado desta carteira em 31 de Dezembro de 1999 ascendia a 2 491 milhões, contra um valor de ingresso na carteira de 2 449 milhões.

(Situação em 31.12.1999, em milhões de euros)

	1999	1998
Total das disponibilidades líquidas de compromissos		
Rentabilidade total	496	595
Capitais médios	13 209	13 046
Rentabilidade média	3,76 %	4,56 %
<i>do qual carteira monetária operacional líquida de compromissos</i>		
Rentabilidade total	327	365
Capitais médios	8 497	6 766
Rentabilidade média	3,85 %	5,40 %
<i>do qual carteira operacional (gestão externa)</i>		
Rentabilidade total	8	8
Capitais médios	312	174
Rentabilidade média	2,73 %	4,24 %
<i>do qual carteira obrigacionista de investimento</i>		
Rentabilidade total	155	196
Capitais médios	2 512	2 479
Rentabilidade média	6,18 %	7,90 %

21 de Outubro de 1999

Abertura do Fórum:

Sir Brian Unwin, Presidente do BEI e do seu Conselho de Administração

“Os desafios da zona euro: novidade e dinamismo”

Presidente da sessão:

Wolfgang Roth,

Vice-Presidente do BEI

- **Giuliano Amato**, Ministro do Tesouro, do Orçamento e do Planeamento Económico; Governador do BEI pela Itália
- **Felix G. Rohatyn**, Embaixador dos Estados Unidos em França, ex-Director-Geral de Lazard Frères and Co., New York
- **Jean-Pierre Tirouflet**, Presidente Director-Geral de Rhodia (França)
- **Richard Summers**, Director para a Europa Continental de 3i Group plc (Reino Unido)
- **Jean-Jacques Laffont**, Professor de Economia, Universidade de Toulouse (França) e ex-Presidente da Associação Europeia de Economia

Jantar do Fórum com um orador convidado - **Pedro Solbes Mira**, Membro da Comissão Europeia, encarregado dos Assuntos Económicos e Monetários

Fórum BEI – Os mercados do Euro: perspectivas de mudança

O quinto Fórum anual do BEI reuniu em Paris, a 21 e 22 de Outubro de 1999, cerca de 400 especialistas dos meios bancário, industrial e político, de organizações internacionais, instituições universitárias e meios de comunicação, para debater as perspectivas ligadas aos novos mercados do euro. Estes mercados, recentemente criados na altura da realização do Fórum, foram escolhidos como tema para sublinhar a importância da nova moeda para o êxito da União Económica e Monetária.

A primeira sessão foi dedicada ao estudo do contexto macro-económico, e especialmente da incidência da união monetária no crescimento e no emprego, constituindo como que um prolongamento do Fórum BEI de 1998, cujo tema foi a relação entre o investimento e o emprego. Esta sessão também permitiu avaliar os efeitos possíveis da reestruturação financeira em curso na competitividade global da Europa. No segundo dia, o debate versou sobre a necessidade de reestruturar as instituições bancárias e sobre a nova evolução dos mercados de capitais.

De uma forma geral, os oradores tenderam a sublinhar os pontos fortes do euro, acompanhando no entanto as suas declarações com a seguinte apreciação: «ainda insuficiente, pode melhorar», e assinalando que a retoma do crescimento económico na Europa não pode ser imputada exclusivamente ao advento do euro. Para o sector empresarial, o novo mercado unificado do euro foi considerado como particularmente favorável ao processo de reestruturações e fusões. Certos oradores observaram que as fusões e as aquisições tendiam cada vez mais a ser operações transfronteiras, gerando grandes grupos europeus aptos a enfrentar com êxito a concorrência internacional. No mercado de capitais, a moeda única acarretou um crescimento excepcional das obrigações denominadas em euros, lançadas sobretudo por grandes sociedades europeias desejosas de financiar as respectivas estratégias ambiciosas de desenvolvimento.

No entanto, os oradores também observaram que a Europa ainda não tinha conseguido criar um espaço económico unificado, comparável ao dos Estados Unidos da América. A Europa ainda tem de ultrapassar demasiadas barreiras fiscais e jurídicas para que todas as grandes empresas europeias possam beneficiar do mesmo tratamento fiscal e social, como acontece nos Estados Unidos. Além disso, a dimensão adquirida por

*Sir Brian Unwin
no Fórum BEI
em Paris*





reagrupamentos à escala nacional ou por fusões transfronteiras no sector bancário não constitui obrigatoriamente uma garantia de rentabilidade. As fusões à escala transeuropeia apenas se justificam quando se verificam em domínios altamente especializados, com uma grande componente internacional. Além disso, foi sublinhado que, embora já se tivesse implantado um quadro macro-económico e monetário adequado, as reformas estruturais necessárias ainda estão por adoptar.

Os convidados de honra deste Fórum foram Pedro Solbes, Comissário para os Assuntos Económicos e Monetários e Dominique Strauss-Kahn, então Ministro francês da Economia, das Finanças e da Indústria e Governador do BEI pela França. Ambos exprimiram o seu optimismo quanto ao futuro do euro, tendo Dominique Strauss-Kahn assinalado a influência estabilizadora do euro, que permitiu atenuar os efeitos negativos da crise financeira internacional verificada em 1998 e em início de 1999. O euro também deu à União Europeia um novo impulso no sentido do pleno emprego. Para reforçar esta tendência, os Estados-membros devem prosseguir a redução das despesas públicas e das taxas de inflação e de juros em conformidade com os critérios do Tratado de Maastricht. O Ministro francês mostrou-se convicto de que num enquadramento económico favorável, os Estados-membros da UE observarão os critérios do Tratado em matéria de despesa pública.

Por seu turno, Pedro Solbes previu que a Europa ia conhecer um período prolongado de expansão económica sustentada e criadora de empregos, tendo também assinalado que os Estados-membros deveriam continuar a aceitar as restrições do Pacto de Estabilidade e de Crescimento. O orador mostrou-se muito favorável à entrada na zona euro dos quatro Estados-membros que não participaram logo de início na UEM. No entanto, a união monetária não se restringirá aos quinze Estados-membros, na medida em que os países candidatos também se mostram empenhados em integrar a UEM e em adoptar o euro. Será para estes países um processo progressivo e não uma consequência automática e imediata da sua entrada na União Europeia. Uma vez admitidos, os novos membros necessitarão provavelmente de um período transitório para poder observar as condições do Tratado.

A encerrar os trabalhos do Fórum, Francis Mayer, Vice-Presidente do BEI, observou que o euro não constituía um fim em si. A moeda única é já um grande sucesso do ponto de vista financeiro e técnico, mas a partir daqui, há que prover a que ela contribua para garantir a paz e a estabilidade aos países da União Europeia e aos seus vizinhos do Leste e do Sul. É nesta perspectiva que o verdadeiro êxito do euro será avaliado a médio prazo.

22 de Outubro de 1999

"As mudanças no sector financeiro da zona euro"

apresentação por Alfred Steinherr,
Economista-Chefe do BEI

1º sessão:

"A reestruturação da banca"

Presidente da sessão:

Massimo Ponzellini,

Vice-Presidente do BEI

- **Marc Antoine Autheman,**
Presidente da Direcção do Crédit Agricole Indosuez (França)
- **Artur Santos Silva,** Presidente do
Banco Português de Investimento
(Portugal)
- **Maurizio Sella,** Presidente da
Associazione Bancaria Italiana e
Director-Geral de Banca Sella
S.p.A. (Itália)

2º sessão:

"Um papel mais importante para os mercados de capitais?"

Presidente da sessão:

Ewald Nowotny,

Vice-Presidente do BEI

- **Gerd Häusler,** membro do
Conselho de Administração do
Dresdner Bank AG (Alemanha)
- **Fernando Abril Hernández,**
Presidente e membro da Comissão
de Gestão da TPI (Unidade Listas
do Grupo Telefónica) (Espanha)
- **Rodolfo Boggi,** membro do
Conselho Executivo do grupo UBS
AG (Suíça)

Orador convidado:

Dominique Strauss-Kahn, Ministro da
Economia, das Finanças e da Indústria,
Governador do BEI pela França

Encerramento do Fórum:

Francis Mayer,

Vice-Presidente do BEI

A instituição financeira da União Europeia





Órgãos de decisão e funcionamento do BEI

Conselho de Governadores

O Conselho de Governadores é composto pelos ministros designados por cada um dos Estados-membros, em geral, os Ministros das Finanças, que representam o respectivo Estado-membro na sua qualidade de accionista do Banco.

O Conselho de Governadores adopta as directivas gerais relativas à política de crédito do Banco, aprova o balanço e a demonstração de resultados, assim como o relatório anual, decide dos aumentos de capital e nomeia os membros do Conselho de Administração, do Comité Executivo e do Comité de Fiscalização.

Erik ÅSBRINK, Governador pela Suécia, assegurou a Presidência do Conselho de Governadores até Abril de 1999. Bosse RINHOLM, também Governador pela Suécia, sucedeu-lhe até à sessão anual do Conselho de Governa-

dores de Junho de 1999, data em que, de acordo com o sistema de rotação anual, foi substituído por Gordon BROWN, Governador pelo Reino Unido.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração garante a conformidade da gestão do Banco com as disposições do Tratado e dos Estatutos e com as directivas gerais fixadas pelo Conselho de Governadores, tendo competência exclusiva para decidir da concessão de créditos e garantias e da contracção de empréstimos. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de cinco anos (renovável), após designação pelos Estados-membros, e são exclusivamente responsáveis perante o Banco. Nos termos do artigo 11º, Nº2, tal como alterado, dos Estatutos, o Conselho de Administração compõe-se de 25 administradores titulares e 13 suplentes designados pelos Estados-membros, exceptuando um administrador titular e um suplente, que são designados pela Comissão Europeia.

Desde a publicação do último relatório anual, Fernando BECKER ZUAZUA, Vittorio GRILLI, Paul McINTYRE, Pedro Antonio MERINO GARCÍA e Francis MAYER, administradores titulares, foram substituídos, respectivamente, por José GASSET LORING, Lorenzo BINI SMAGHI, Ivan ROGERS, Iñigo FERNÁNDEZ DE MESA

e Stéphane PALLEZ. Por sua vez, Léon HERRERA SANTA MARÍA, Eneko LANDÁBURU ILLARRAMENDI e Xavier MUSCA foram substituídos nas funções de suplentes por ..., Guy CRAUSER e Bruno DELETRÉ. O Conselho de Administração agradece aos colegas que cessaram funções pelo valioso contributo dado.

Conselho de Governadores

Presidente

Gordon BROWN (Reino Unido)

Bosse RINGHOLM, até Junho de 1999 (Suécia)

Erik ÅSBRINK, até Abril de 1999 (Suécia)

Bélgica	Didier REYNERS, Ministre des Finances Jean-Jacques VISEUR, Ministre des Finances, até Julho de 1999
Dinamarca	Marianne JELVED, økonomiminister og minister for nordisk samarbejde, vicesstatsminister Mogens LYKKETOFT, finansminister, até Fevereiro de 2000
Alemanha	Hans EICHEL, Bundesminister der Finanzen Oskar LAFONTAINE, Bundesminister der Finanzen, até Março de 1999
Grécia	Yannos PAPANTONIOU, Ministro da Economia Nacional e das Finanças
Espanha	Rodrigo DE RATO Y FIGAREDO, Vicepresidente del Gobierno y Ministro de Economía y Hacienda
França	Laurent FABIUS, Ministre de l'Économie, des Finances et de l'Industrie Christian SAUTTER, Ministre de l'Économie, des Finances et de l'Industrie, até Março de 2000 Dominique STRAUSS-KAHN, Ministre de l'Économie, des Finances et de l'Industrie, até Novembro de 1999
Irlanda	Charles MCCREEVY, Minister for Finance
Itália	Vincenzo VISCO, Ministro del Tesoro, del Bilancio e della Programmazione Economica Giuliano AMATO, Ministro del Tesoro, del Bilancio e della Programmazione Economica, até Abril de 2000 Carlo Azeglio CIAMPI, Ministro del Tesoro, del Bilancio e della Programmazione Economica, até Maio de 1999
Luxemburgo	Jean-Claude JUNCKER, Premier Ministre, Ministre des Finances
Países Baixos	Gerrit ZALM, Minister van Financiën
Áustria	Karl-Heinz GASSER, Bundesminister für Finanzen Rudolph EDLINGER, Bundesminister für Finanzen, até Fevereiro de 2000
Portugal	Joaquim PINA MOURA, Ministro das Finanças António SOUSA FRANCO, Ministro das Finanças, até Outubro de 1999
Finlândia	Suvi-Anne SIIMES, Ministeri, Valtiovarainministeriö Jouko SKINNARI, Ministeri, Valtiovarainministeriö, até Abril de 1999
Suécia	Bosse RINGHOLM, Finansminister Erik ÅSBRINK, Finansminister, até Abril de 1999
Reino Unido	Gordon BROWN, Chancellor of the Exchequer

Comité de Fiscalização

Presidente

Yrjö TUOKKO, Managing Director, Tuokko Deloitte & Touche Oy, Helsínquia

Membros

Michael J. SOMERS, Chief Executive, National Treasury Management Agency, Dublin
Albert HANSEN, Chef de Cabinet du Grand-Duc héritier, Luxemburgo

Observador

Emídio MARIA, Subinspector-Geral de Finanças, Inspeção-Geral de Finanças, Lisboa

Composição em 1 de Maio de 2000



Conselho de Administração

Presidente:
Philippe MAYSTADT

Vice-Presidentes:
Wolfgang ROTH
Panagiotis-Loukas GENNIMATAS
Massimo PONZELLINI
Luis MARTÍ
Rudolf de KORTE
Ewald NOWOTNY
Francis MAYER
Peter SEDGWICK

Administradores:

Jean-Pierre ARNOLDI	Administrateur général de la Trésorerie, Ministère des Finances, Bruxelles
Lorenzo BINI SMAGHI	Dirigente Generale, Capo della Direzione III, Dipartimento del Tesoro, Ministero del Tesoro, Roma
Sinbad J.D. COLERIDGE	Project Finance Director of Private Financial Holdings Limited, EFG Private Bank, Londres
Isabel CORREIA BARATA	Consultora da Direção, Departamento de Relações Internacionais, Banco de Portugal, Lisboa
Wedige Hanns von DEWITZ	Ministerialdirektor, Leiter der Abteilung Aussenwirtschafts- und Europapolitik, Bundesministerium für Wirtschaft und Technologie, Berlin
Tony FAINT	Director (International), Department for International Development, Londres
Iñigo FERNÁNDEZ DE MESA	Subdirector General de Coordinación de Organismos Monetarios Internacionales, Ministerio de Economía y Hacienda, Madrid
José GASSET LORING	Presidente del Instituto de Crédito Oficial, Madrid
Inga-Maria GRÖHN	Finanssineuvos, Valtiovarainministeriö, Helsinquia
Rainer MASERA	Amministratore Delegato e Direttore Generale, San Paolo IMI, Roma
Constantinos MASSOURAS	Directeur des Affaires financières et budgétaires, Ministère de l'Économie nationale, Atenas
Sven-Olof JOHANSSON	Finansråd, Internationella avdelningen, Finansdepartementet, Estocolmo
Noel Thomas O'GORMAN	Second Secretary, Finance Division, Department of Finance, Dublin
Stéphane PALLEZ	Service des Affaires Européennes et internationales, Direction du Trésor, Ministères de l'Economie des Finances et de l'Industrie, Paris
Vincenzo PONTOLILLO	Direttore Centrale, Banca d'Italia, Roma
Antoine POUILLIEU	Directeur général, Groupe Agence Française de Développement, Paris
Giovanni RAVASIO	Directeur général des Affaires économiques et financières, Commission européenne, Bruxelles
Gaston REINESCH	Directeur général, Ministère des Finances, Luxembourg
Emmanuel RODOCANACHI	Chargé de mission, Direction du Personnel et de la Modernisation administrative, Ministère de l'Economie, des Finances et de l'Industrie, Paris
M. Ivan ROGERS	Deputy Director for Europe and International Finance Directorate, HM Treasury, Londres
Gerd SAUPE	Ministerialdirigent, Bundesministerium der Finanzen, Berlin
Lars TYBJERG	Directør, finansstyrelsen, Copenhaga
Gert VOGT	Sprecher a.d. des Vorstands der Kreditanstalt für Wiederaufbau, Francoforte
Jos de VRIES	Plaatsvervangend Directeur Financiële Betrekkingen, Ministerie van Financiën, Haia
Thomas WIESER	Sektionschef, Leiter der Integrations- und Zollsektion, Bundesministerium für Finanzen, Viena

Suplentes:

Gino ALZETTA	Directeur, Trésorerie, Ministère des Finances, Bruxelles
Gerhard BOEHMER	Ministerialdirigent, Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung, Bonn
Guy CRAUSER	Directeur général de la Politique Régionale, Commission européenne, Bruxelles
Bruno DELETRÉ	Sous-Directeur Europe et Affaires monétaires, Direction du Trésor, Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie, Paris
Nunzio GUGLIELMINO	Dirigente Generale, Capo della Direzione VI°, Dipartimento del Tesoro, Ministero del Tesoro, Roma
Giuseppe MARESCA	Dirigente Superiore, Direzione Generale del Tesoro, Ministero del Tesoro, Roma
Annette MOE	Spezialkonsulent, finansstyrelsen, Copenhaga
John Francis NUGÉE	Chief Manager, Reserves Management, Bank of England, Londres
Kaarina RAUTALA	Hallitusneuvos, Valtiovarainministeriö, Helsinquia
Pierre RICHARD	Président-Directeur général du Crédit Local de France-DEXIA, Paris
Philip RUTNAM	Head of Enterprise Team, HM Treasury, Londres
Konrad SOMMER	Ministerialrat Referat E A3, Bundesministerium der Finanzen, Berlin
...	

Composição em 1 de Maio de 2000



Comité Executivo:

O Comité Executivo é o órgão executivo a tempo inteiro do Banco, que assegura a gestão dos assuntos correntes, sob a autoridade do Presidente e o controlo do Conselho de Administração. Todas as decisões importantes são tomadas em conjunto, mas cada membro tem mais especificamente a seu cargo a supervisão de certas actividades, tal como indicado a seguir. O Comité Executivo prepara e assegura a execução das decisões do Conselho de Administração, cujas sessões são presididas pelo Presidente de Banco ou, no seu impedimento, por um dos Vice-Presidentes. Os membros do Comité Executivo são responsáveis exclusivamente perante o Banco e são nomeados pelo Conselho de Governadores, por proposta do Conselho de Administração, por um período de seis anos.

O Conselho de Governadores decidiu em 22 de Dezembro de 1999 aumentar temporariamente o número de Vice-Presidentes no Comité Executivo de sete para oito, pelo período de tempo entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2000, para fazer face a uma situação excepcional decorrente das nomeações já decididas pelos Governadores.

O Conselho de Governadores nomeou Philippe MAYSTADT Presidente do Banco Europeu de Investimento, com efeitos a contar de 1 de Janeiro de 2000. Na qualidade de Ministro das Finanças belga, P. MAYSTADT foi Governador do Banco de Junho de 1988 a Junho de 1998. Sucede no cargo de Presidente a Sir Brian UNWIN, que exercia estas funções desde 1 de Abril de 1993.

O Conselho de Governadores também nomeou para o cargo de Vice-Presidente: a partir de 1 de Setembro de 1999, Ewald NOWOTNY, Deputado no Conselho Nacional austríaco e Presidente do Comité Financeiro austríaco; a partir de 1 de Outubro de 1999,

Francis MAYER, Chefe do Serviço de Assuntos Europeus e Internacionais na Direcção do Tesouro do Ministério da Economia, das Finanças e da Indústria francês e a partir de 1 de Janeiro de 2000, Peter SEDGWICK, Director-Adjunto no *Public Spending Directorate* do Tesouro britânico. Estas individualidades substituíram, respectivamente, Claes de NEERGAARD, Vice-Presidente desde 1 de Setembro de 1995, Ariane BOLENSKY, Vice-Presidente desde 1 de Julho de 1994 e Sir Brian UNWIN, Presidente.

O Conselho de Governadores e o Conselho de Administração manifestaram o seu profundo reconhecimento ao Presidente, Sir Brian UNWIN, assim como aos dois Vice-Presidentes cessantes.

O Conselho de Governadores conferiu a Sir Brian UNWIN o título de Presidente Honorário e a Ariane BOLENSKY e Claes de NEERGAARD o de Vice-Presidente Honorária(o), pela obra realizada ao serviço do Banco.



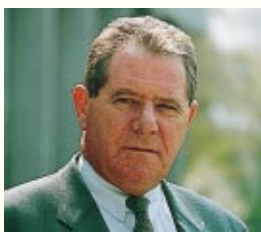
A direcção colegial do Banco e as áreas de responsabilidade dos seus membros

Massimo PONZELLINI
Vice-Presidente



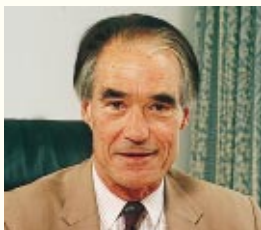
- Financiamentos na Itália e relações com a Suíça
- Risco de crédito e administração dos financiamentos
- Contabilidade e controlo do risco financeiro
- Relações com o FEI
- Financiamentos às PME

Wolfgang ROTH
Vice-Presidente



- Financiamentos na Alemanha e na Europa Central e Oriental
- Informação e Comunicação
- Vice-Governador do BERD

Rudolf de KORTE
Vice-Presidente



- Financiamentos na Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos, Ásia e África do Sul
- Assuntos jurídicos e relações com o Tribunal de Justiça
- Protecção do ambiente
- Ligação com o BAsD

Philippe MAYSTADT
Presidente do Banco e do Conselho de Administração



- Relações com o Parlamento
- Controlo financeiro
- Recursos humanos
- Orçamento
- Presidente do Conselho de Fiscalização do FEI
- Governador do BERD

Francis MAYER
Vice-Presidente



- Financiamentos em França, Magrebe, Machereque, Israel, Gaza e Cisjordânia
- Políticas financeiras
- Mercado de capitais
- Tesouraria

Panagiotis-Loukas GENNIMATAS
Vice-Presidente



- Financiamentos na Dinamarca, Grécia, Irlanda, Albânia, Chipre, Malta, Turquia e países da ex-Jugoslávia
- Avaliação dos projectos
- Desenvolvimento regional e Fundo de Coesão

Luis MARTÍ
Vice-Presidente



- Financiamentos em Espanha, Portugal e América Latina
- Tecnologias de informação
- Auditoria externa e interna
- Ligação com o BIAD

Ewald NOWOTNY
Vice-Presidente



- Financiamentos na Áustria, Suécia, Finlândia, Islândia, Noruega e países ACP
- Estudos económicos e financeiros
- Redes transeuropeias
- Avaliação ex-post
- Alargamento (aspectos institucionais)
- Ligação com o NIB e o BAD

Estrutura dos serviços

(em 15 de Abril de 2000)

Secretariado-Geral

Francis CARPENTER
Secretário-Geral



Assuntos Gerais

Rémy JACOB
Director

Secretariado
Hugo WOESTMANN
Planeamento, Orçamento e Controlo
Theoharry GRAMMATIKOS
Tradução
Georg AIGNER
Compras e Serviços administrativos
Manfredo PAULUCCI DE CALBOLI
Coordenação
Evelyne POURTEAU

Serviços gerais e Gestão das instalações
Adriaan ZILVOLD
Director

Agustín AURÍA

Gabinete de Representação em Bruxelas

Andreas VERYKIOS
Director

Departamentos Autónomos

Recursos Humanos

Gerlando GENUARDI
Director

Administração do Pessoal
Zacharias ZACHARIADIS
Política do Pessoal
Margareta HÖLCKE
Recrutamento
Jörg-Alexander UEBBING

Tecnologias de Informação

Dominique de CRAYENCOUR
Director

Desenvolvimento de Projectos informáticos
Alexander ANDO

Serviços
Andrew ALLEN

Ernest FOUSSE

Implementação das Recomendações de Auditoria
Helmut KUHRT

Direcção de Financiamentos na União Europeia

Michel DELEAU
Director-Geral



Itália (Roma)

Thomas HACKETT
Director

Infra-estruturas

...

Energia
Michael O'HALLORAN
Indústria e Bancos
Jean-Christophe CHALINE

Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos

Alain BELLAVOINE
Director

França - Infra-estruturas
Jacques DIOT
França - Empresas
Constantin SYNADINO
Bélgica, Luxemburgo e Países Baixos
Ferdinand SASSEN

Alemanha e Áustria

Emanuel MARAVIC
Director

Gabinete de Berlim
Franz-Josef VETTER
Alemanha (Länder do norte)
Laurent DE MAUTORT
Alemanha (Länder do sul) e Áustria
Joachim LINK

Espanha e Portugal

Armin ROSE
Director

Espanha - Sector público
Francisco DOMINGUEZ
Espanha - Sector privado
Fernando DE LA FUENTE
Gabinete de Madrid
José Miguel ZUDAIRE
Portugal
Filipe CARTAXO
Gabinete de Lisboa
David COKER

Irlanda, Reino Unido e Mar do Norte

Thomas BARRETT
Director

Banca, Indústria e Titulação
Bruno LAGO
Infra-estruturas
Tilman SEIBERT
Financiamentos estruturados e Operações de
Parceria público/privada (PPP)
...
Gabinete de Londres
Guy BAIRD

Grécia, Finlândia, Dinamarca e Suécia

Antonio PUGLIESE
Director

Grécia e Finlândia
Christopher KNOWLES
Gabinete de Atenas
Arghyro ELEFTHERIADOU
Dinamarca e Suécia
Paul DONNERUP

Coordenação

Jos VAN KAAM
Director

Coordenação
Guy CLAUSSE
Apoio operacional
Ralph BAST

Direcção de Financiamentos no exterior da União Europeia

...
Director-Geral

África, Caraíbas e Pacífico

Martin CURWEN
Director

Flavia PALANZA

África Ocidental e Sahel
Tassilo HENDUS
África Central e Oriental
Jacqueline NOËL
África Austral e Oceano Índico
Justin LOASBY
Caraíbas e Pacífico
Stephen MCCARTHY

Mediterrâneo

Jean-Louis BIANCARELLI
Director

Daniel OTTOLENGHI
Philippe OSTENC

Magrebe e Turquia
Alain SÈVE
Machereque, Médio Oriente, Malta e Chipre
Patrick WALSH

Europa Central e Oriental

Walter CERNOIA
Director

Estónia, Letónia, Lituânia e Polónia
Grammatiki TSINGOU-PAPADOPETROU
Hungria, Eslováquia, Eslovénia e EURATOM
Henk DELSING
Albânia, Bulgária, Roménia, Bósnia-Herzegovina,
Croácia, Rep. Federativa da Jugoslávia e Antiga
Rep. Jugoslava da Macedónia
Guido BRUCH
Rep. Checa e empréstimos globais Europa Oriental
Jean VRLA

América Latina e Ásia

Claudio CORTESE
Director

Ásia
Siward DE VRIES
América Latina
Matthias ZÖLLNER

Coordenação e Controlo

Manfred KNETSCH
Director

Coordenação
Marc BECKER
Controlo: Mediterrâneo, Europa Central e
Oriental, e América Latina e Ásia
Christian CAREAGA
Controlo: países ACP e Instituições Financeiras
Guy BERMAN

A estrutura dos serviços poderá ser alterada, pelo que se pede ao leitor que consulte a versão regularmente actualizada no site internet do BEI
www.bei.org



Direcção de Finanças

René KARSENTI
Director-Geral



Mercado de Capitais

Jean-Claude BRESSON
Director

Barbara BARGAGLI PETRUCCI
Directora adjunta

Euro - Emissões de referência
Carlos FERREIRA DA SILVA

Euro - Outras emissões
Joseph VOGTEN

Europa (Não-EURO)

Europa Central, Mediterrâneo e África
Barbara BARGAGLI PETRUCCI

América, Ásia e Pacífico
Carlos GUILLE

Tesouraria

Anneli PESHKOFF
Directora

Gestão da Carteira
James RANAIVOSON

Gestão da Liquidez
Francis ZEGHERS

Gestão Activo/Passivo
Jean-Dominique POTOCKI

Previsão e execução das Operações

Eberhard UHLMANN
Director

Back-office *Empréstimos*
Francisco DE PAULA COELHO

Back-office *Tesouraria*
Erling CRONQVIST

Back-office *Emissões*
Yves KIRPACH

Coordenação
Henri-Pierre SAUNIER

Política financeira, ALM e gestão do risco de mercado
Alain GODARD

Direcção de Projectos

Caroline REID
Directora-Geral



Jacques GIRARD
(Assuntos económicos)

Agostino FONTANA
(Políticas comunitárias)

Peter CARTER
(Política ambiental)

Infra-estruturas

Peter BOND
Director

Sectores *aéreo/marítimo*
Jean-Pierre DAUBET

(Concursos públicos)
Barendt STOFKOPER
Infra-estruturas urbanas
Luis LÓPEZ RODRÍGUEZ
Sector *rododferroviário* e *Coordenação Ambiente*
Lars NORDIN

Adução de água, Saneamento e Tratamento de águas residuais
José FRADE
Questões económicas
Mateo TURRÓ

Energia/Telecomunicações

Günter WESTERMANN
Director

Electricidade, Petróleo e Gás
René VAN ZONNEVELD
Angelo BOIOLI
(*Coordenação Ambiente*)
Heiko GEBHARDT
(*Tratamento de resíduos*)
Telecomunicações
Patrick MULHERN
Juan ALARIO GASULLA

Indústria

...

Minas e Indústria pesada
Constantin CHRISTOFIDIS
(*Coordenação Ambiente*)
Jean-Jacques MERTENS

Indústria transformadora
Bernard BÉLIER
Carillo ROVERE

Educação e Saúde
Stephen WRIGHT

Serviços, Turismo, Agro-indústria e Intermediários financeiros
Peder PEDERSEN
Pedro OCHOA

Coordenação e Controlo
Patrice GÉRAUD

Direcção de Assuntos Jurídicos

Alessandro MORBILLI
Director-Geral



Questões financeiras
Marc DUFRESNE
Co-Director

Coordenação e Política institucional
Pauliine KOSKELO
Co-Directora

Política operacional
Roderick DUNNETT

Operações

Konstantin ANDREPOULOS
Director-Geral adjunto

Hans-Jürgen SEELIGER

Alemanha e Áustria
Gerhard HÜTZ

Espanha e Portugal
Alfonso QUEREJETA

Grécia, Irlanda e Reino Unido
Patrick Hugh CHAMBERLAIN

Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos
Pierre ALBOUZE

Dinamarca, Finlândia, Suécia e Europa Central e Oriental
Robert WAGENER

ACP, América Latina e Ásia, Mediterrâneo e PTU
Marco PADOVAN
Itália
Manfredi TONCI OTTIERI

Direcção de Estudos Económicos e de Informação

Alfred STEINHERR
Economista-Chefe



Estudos Económicos e Financeiros
Christopher HURST

Eric PERÉE

Documentação e Biblioteca
Marie-Odile KLEIBER

Informação e Comunicação

Henry MARTY-GAUQUIÉ
Director

Relações com os Meios de Comunicação
Adam McDONAUGH

Política de Comunicação
Paul Gerd LÖSER

Coordenação
Daphné VENTURAS

Avaliação das Operações

Horst FEUERSTEIN
Director



Peter HELGER

Risco de Crédito

Terence BROWN
Director



Coordenação e Controlo
Pier Luigi GILBERT
Director adjunto
Infra-estruturas
Per JEDEFORS
Director adjunto das Operações e *Infra-estruturas*
Risco Financiamento de Projectos
Klaus TRÖMEL
Energia e Indústria
John Anthony HOLLOWAY
Banca
Georg HUBER

Controlo Financeiro

Patrick KLAEDTKE
Director



Contabilidade
Luis BOTELLA MORALES
Director adjunto

Gestão de Projecto e Coordenação
Charles ANIZET

Controlo interno e Controlo de Gestão
...

Auditoria Interna

Peter MAERTENS

Comité de Fiscalização

O Comité de Fiscalização compõe-se de três membros nomeados pelo Conselho de Governadores por um período de três anos renovável. Em 1996, o Conselho de Governadores criou o cargo de observador junto deste Comité, com um mandato de um ano. O Comité de Fiscalização é um órgão independente, directamente responsável perante o Conselho de Governadores, e a sua missão consiste em verificar a regularidade das operações e dos livros do Banco. O Conselho de Governadores toma conhecimento do relatório do Comité e das suas conclusões, antes de aprovar o Relatório Anual adoptado pelo Conselho de Administração.

Em 14 de Junho de 1999, o Conselho de Governadores nomeou Albert HANSEN para suceder a Emídio MARIA, cujo mandato cessava. De acordo com o sistema de rotação anual, Yrjö TUOKKO assumiu a presidência do Comité de Fiscalização, exercida até 14 de Junho de 1999 pelo membro cessante.

Quando da Sessão Anual, os Governadores decidiram igualmente nomear Emídio MARIA observador junto do Comité, com um mandato de um ano.



No âmbito das suas funções, o Comité de Fiscalização reúne mensalmente com os principais responsáveis dos serviços do Banco, coordena os trabalhos dos auditores externos e internos, cujos relatórios examina, e analisa as informações fornecidas pelos departamentos do Banco encarregados do acompanhamento e do controlo.

O Comité efectua também deslocações a projectos financiados pelo Banco, tendo visitado em 1999, em conjunto com o Tribunal de Contas das Comunidades Europeias, diversos projectos financiados ou co-financiados em Espanha e em Portugal, que beneficiaram de subvenções ou de empréstimos, ou ainda de bonificações de juros ao abrigo das disposições previstas no instrumento financeiro do Espaço Económico Europeu.

Além disso, na sequência das visitas a projectos efectuadas com o Tribunal de Contas em todos os países da União, o Comité verificou a execução e os resultados do instrumento temporário em favor de PME, instaurado em Abril de 1994 para favorecer a criação de empregos ("Instrumento de Copenhaga").

Funcionamento do BEI

Empenhado em cumprir da melhor forma as tarefas que lhe são confiadas, o BEI procura promover uma gestão dinâmica dos recursos humanos, encorajando a mobilidade e o desenvolvimento pessoal. Em 1999, dedicou uma atenção particular ao aprofundamento das competências dos quadros superiores e prosseguiu a sua acção em matéria de formação, de igualdade de oportunidades e de diálogo com os representantes do pessoal.

Além disso, o Banco procura garantir o cumprimento das normas de ética mais restritas na condução das suas actividades, elaborando códigos de conduta aplicáveis ao seu pessoal e aos órgãos directivos e implementando procedimentos destinados a prevenir a fraude.

Gestão do pessoal

Mobilidade e novas possibilidades de carreira

A mobilidade constitui uma vertente importante da política de pessoal, pelo que todos os anos é exercida por uma centena de pessoas. Neste contexto, foi empreendido um trabalho conjunto com as Direcções no sen-

tido de promover a mobilidade e de a utilizar como meio de desenvolvimento pessoal. Especificamente, foi efectuado um estudo sobre as responsabilidades das funções de *loan officer* e de secretária, a fim de definir um nível intermédio de assistente e de assim, abrir novas oportunidades de carreira. Na mesma ordem de ideias, foi instaurado um projecto de "enriquecimento das responsabilidades do cargo", o qual deverá permitir que o pessoal administrativo de reconhecido potencial assuma, após uma formação adequada, responsabilidades actualmente atribuídas aos quadros.

Programa de desenvolvimento das chefias

A outra vertente crucial da gestão de recursos humanos é a formação, que permite que o pessoal se valorize e adquira novas competências. Dado o papel essencial das chefias no desenvolvimento, formação e motivação do pessoal, o Banco instaurou um programa de desenvolvimento do pessoal de direcção.

O mesmo consiste em diversas sessões de formação numa escola de gestão europeia de renome (escolhida por concurso), juntamente com um acompanhamento individual de cada participante, que visa ajudá-lo a aplicar as novas competências.

Além disso, o Banco continuou a manter um nível elevado de formação para o conjunto do pessoal, que se centrou nas qualificações necessárias para a execução das respectivas tarefas.





Igualdade de oportunidades

O Banco dá uma grande importância à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades (COPEC), criado em 1994, prosseguiu a implementação do seu programa de trabalho plurianual e manteve contactos com outras instituições, nomeadamente, com a rede ORIGIN e a Intercopec. Os progressos conseguidos no que respeita à representatividade paritária homens/mulheres em todas as categorias profissionais demonstram uma verdadeira vontade de mudança no seio da instituição, pelo que serão prosseguidos os esforços nesta área.

Representação do pessoal

Em Maio de 1999 foi eleito um novo Colégio de Representantes de Pessoal. Entre os principais temas abordados nos debates com a direcção do Banco, destacam-se a modernização da política de pessoal e as condições de trabalho, tendo sido formalizada a criação de um Comité Paritário para as questões de saúde, higiene e segurança no trabalho. Dada a complexidade dos temas em debate, o porta-voz dos representantes de pessoal foi requisitado para poder trabalhar seis meses a tempo inteiro para o Colégio.

Abertura do Regime de Pensão do Pessoal

O Conselho de Administração alterou o Regulamento do Fundo de Pensões do pessoal do Banco com vista a facilitar a transferência de capitais acumulados em fundos de pensões anteriores, para comprar anos de seguro. Esta flexibilização deverá facilitar o recrutamento, sem comprometer a solidez financeira do fundo de pensões. A implementação efectiva deste instrumento pressupõe, no entanto, a conclusão de acordos de transferência com os regimes de pensão externos em causa, o que

ainda suscita problemas nalguns Estados-membros.

Recrutamento de efectivos

O Banco prosseguiu em 1999 a política pró-activa em matéria de procura de candidatos e adoptou métodos diversificados, tais como a instauração de uma rubrica de oportunidades de emprego (« jobs ») na Internet. Também participou em fóruns de recrutamento em diversos países, manteve contactos com o mundo pós-universitário e criou um ficheiro de jovens diplomados, que constituíam candidatos potenciais, seleccionados em função das necessidades. Pela primeira vez, no conjunto do pessoal recrutado em 1999, a paridade homem/mulher foi total, e as mulheres representaram um terço dos quadros recrutados. Em finais de Dezembro de 1999, os efectivos do Banco ascendiam a 1 011 pessoas, o que significa um aumento de 1,3 % em relação ao ano anterior.

Recursos humanos

	Efectivos	Quadros	Pessoal administrativo
1996	948	535	413
1997	977	562	415
1998	998	581	417
1999	1 011	590	421



Ética

Códigos de conduta

Em 1997, o Banco adoptou um Código de Conduta para o pessoal, que consigna um conjunto de normas em matéria de ética profissional. Entretanto, alargou este exercício aos seus órgãos directivos e em 1999, o Conselho de Governadores adoptou um Código de Conduta aplicável aos membros do Comité Executivo. Estão a ser concluídos códigos semelhantes para o Conselho de Administração e o Comité de Fiscalização.

Prevenção da fraude

À luz de acontecimentos verificados recentemente a nível comunitário, a direcção do Banco resolveu rever a sua política de luta contra a fraude, a fim de garantir a máxima protecção dos interesses financeiros, tanto próprios, como de terceiros. Neste sentido, o Comité Executivo aprovou um conjunto de normas e de procedimentos relativos à notificação de presumível fraude, que implica os membros do pessoal e os seus órgãos de direcção.

Estrutura directiva

O Banco adapta regularmente a sua organização interna à evolução do contexto de trabalho e das suas actividades.

Desde a publicação do último relatório anual, verificaram-se as seguintes mudanças, constantes do organigrama apresentado nas páginas 68 e 69 do presente relatório:

- foi criado um departamento de Controlo Financeiro independente;

- na Direcção Projectos, as responsabilidades e o campo de acção dos diferentes departamentos foram redefinidos, passando a Direcção a dividir-se em três departamentos (Infra-Estruturas, Energia e Indústria) e uma Divisão de Coordenação.

- o antigo Departamento de Serviços Administrativos foi dividido em duas divisões, uma encarregada das compras e dos serviços administrativos e ligada ao Departamento de Assuntos Gerais, e a outra, responsável pelos serviços gerais e pela gestão das instalações, ligada ao Secretariado-Geral.

As mudanças verificadas na estrutura e no funcionamento são indicadas nas publicações do Banco e no organigrama publicado no *site* internet do BEI, que é actualizado regularmente.

Pessoal

Também ocorreram algumas mudanças importantes a nível dos quadros directivos, muitas devidas a aposentação (*).

- Direcção de Financiamentos na União Europeia: Thomas BARRETT foi nomeado Director do Departamento Irlanda, Reino Unido e Mar do Norte, para substituir Thomas HACKETT, que foi nomeado Director do Departamento Itália. Antonio PUGLIESE substituiu Ernest LAMERS (*) na chefia do Departamento Grécia, Finlândia, Dinamarca e Suécia. Jos VAN KAAM foi nomeado Director da Coordenação, sucedendo a André DUNAND (*).

- Direcção de Financiamentos no Exterior da União Europeia: Fridolin WEBER-KREBS(*) deixou a Direcção. Claudio CORTESE foi nomeado Director do Departamento América Latina e Ásia em substituição de Patrick THOMAS, destacado para o Banco Asiático de Desenvolvimento, na qualidade de Administrador.

(*) aposentação

- Direcção de Finanças: Jean-Claude BRESSON substituiu Ulrich DAMM (*) no cargo de Director do Departamento de Mercados de Capitais e Barbara BARGAGLI PETRUCCI foi nomeada Directora adjunta deste Departamento.

- Departamento Controlo Financeiro: Luis BOTELLA foi nomeado Director adjunto.

- Departamento Avaliação das Operações: Horst FEUERSTEIN sucedeu a Jean-Jacques SCHUL(*) como Director de Departamento.

- Direcção de Assuntos Jurídicos: Pauliine KOSKELO foi nomeada Co-Directora.

- Departamento de Recursos Humanos: Gerlando GENUARDI foi designado representante do BEI no Conselho de Administração do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), para suceder a Roger LAVELLE.

- Departamento de Serviços Administrativos: Adriaan ZILVOLD(*) cessa funções.

Outros acontecimentos

Em 1998 e 1999, à semelhança de outras instituições financeiras, o Banco envidou grandes esforços no domínio das tecnologias de informação, para preparar num primeiro tempo a introdução do euro e em seguida, a passagem para o ano 2000.

Em 1999, procedeu a um exame estratégico dos seus sistemas de informação, que conduziu à identificação de uma série de domínios-chave a desenvolver para que os mesmos respondam às necessidades futuras do Banco. Um deles é a consolidação dos sistemas automati-

zados actualmente utilizados para apoiar as operações financeiras e as tarefas administrativas; neste contexto, dever-se-á procurar atingir o objectivo essencial de comunicar as informações de uma forma atempada, segura e fidedigna, para facilitar as tomadas de decisão e melhorar a gestão do risco. O Banco prevê também investir nas infra-estruturas, sobretudo para poder tirar o maior partido das potenciais oportunidades oferecidas pela Internet.

Estas inovações técnicas exigirão paralelamente uma adaptação dos processos e métodos de trabalho, de modo a que o Banco possa obter os melhores resultados dos seus investimentos e acompanhar a rápida evolução dos mercados financeiros.

O Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos ao pessoal do Banco pela competência e dedicação com que realizou o seu trabalho durante o ano, exortando-o a continuar a dar um valioso contributo para as actividades do Banco.

Luxemburgo, 20 de Abril de 2000



O Presidente do Conselho de Administração
Philippe Maystadt

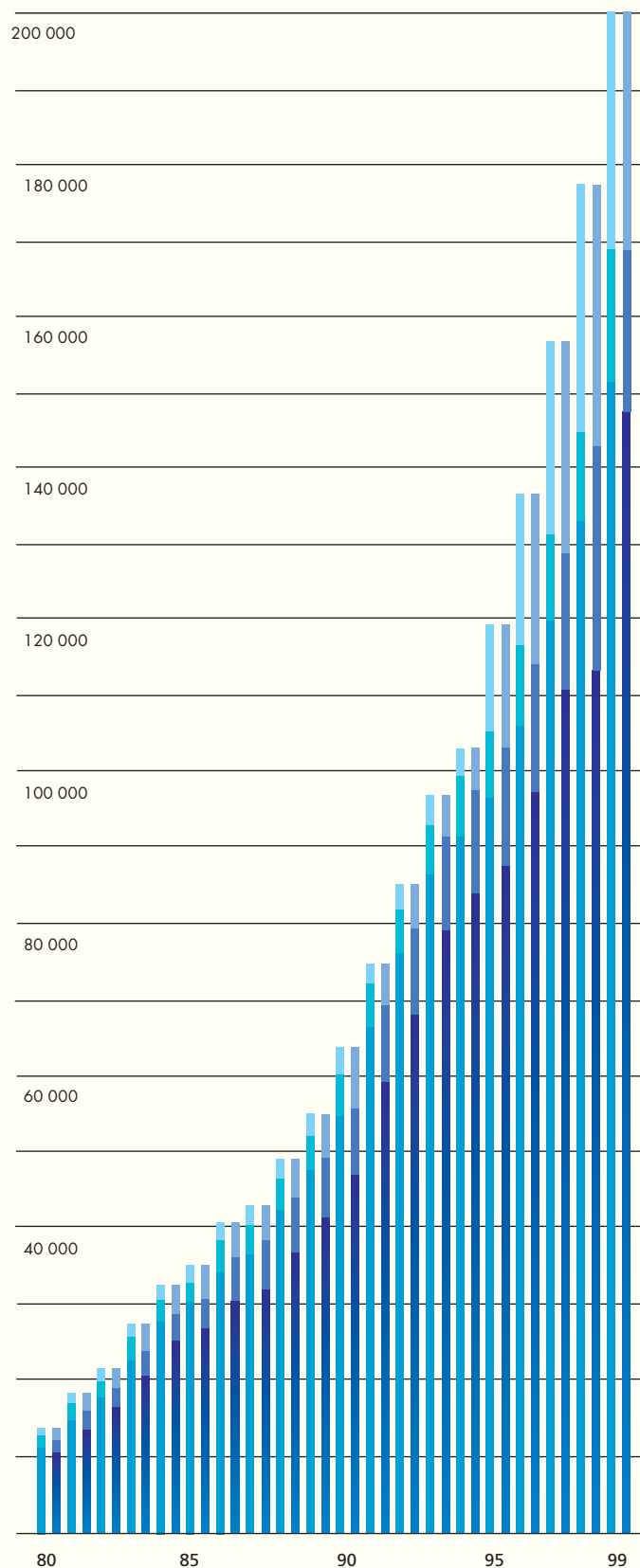


O Conselho de Administração (ver p. 65) garante a conformidade da gestão do Banco com as disposições do Tratado e dos Estatutos e com as directivas gerais fixadas pelo Conselho de Governadores, tendo competência exclusiva para decidir da concessão de créditos e garantias e da contracção de empréstimos. Os seus membros são nomeados pelo Conselho de Governadores.

Secção Financeira

Evolução do balanço do Banco	76
Resultados de gestão	77
Demonstrações financeiras	78
Parecer dos auditores independentes	99
Declaração do Comité de Fiscalização	100

Evolução do balanço do Banco



Activo

- Empréstimos em curso concedidos por conta de recursos próprios
- Activo líquido
- Outros elementos do activo

Passivo

- Empréstimos contraídos em curso
- Capital, reservas e provisões
- Outros elementos do passivo



Resultados de Gestão

O **resultado do exercício de 1999** ascendeu a **1 067 milhões**, contra 1 195 milhões em 1998, o que representa um decréscimo de 10,7 %. Antes da dotação para provisões, o resultado de exploração cifrava-se em 1 187 milhões, contra 1 345 milhões em 1998 (- 11,7 %). Esta descida relativa advém sobretudo do efeito a longo prazo da descida das taxas de juro verificada entre 1995 e 1999, que compensou o crescimento do balanço do Banco.

A descida das taxas de juro de longo prazo, que afectou as principais divisas europeias utilizadas pelo Banco, conduziu a uma redução da taxa de juro média dos empréstimos, que passou de 6,70 % em 1998 para 5,91 % em 1999, acompanhando em particular a evolução das taxas de juro do euro em relação às divisas suas componentes antes de 1999.

O montante **dos juros e comissões relativos a empréstimos concedidos** cifrou-se em **8 608 milhões**, contra 8 428 milhões em 1998, enquanto os **juros e comissões relativos a empréstimos** obtidos ascenderam a **7 712 milhões** (7 492 milhões em 1998).

Globalmente, as actividades de **tesouraria** conduziram ao resultado de **496 milhões**, contra 594 milhões em 1998, o que representa um decréscimo de 98 milhões, correspondente ao rendimento global médio de 3,76 % em 1999 (4,56 % em 1998).

A redução das receitas provenientes de juros das actividades de tesouraria em 1999 provém essencialmente dos seguintes factos:

- as receitas das colocações monetárias registaram uma redução líquida de 38 milhões em relação a 1998, na sequência da descida das taxas de juro médias de curto prazo, embora se verificasse um acréscimo de 26 % dos montantes em curso da tesouraria monetária.
- as receitas da carteira obrigacionista de investimento regrediram 41 milhões em relação a 1998, na sequência da descida das taxas de

longo prazo, que se reflectiu por meio da substituição dos títulos vencidos.

Apresenta-se na pág. 59 deste relatório uma análise pormenorizada por compartimento de tesouraria.

As despesas e gastos administrativos e as amortizações de edifícios, instalações e material atingiram um montante total de **173,5 milhões** em 1999, contra 165 milhões em 1998, o que representa um acréscimo de 5,4 %.

Na sessão de 14 de Junho de 1999, o Conselho de Governadores decidiu transferir o resultado do exercício de 1998, o que perfaz o montante de 1 194 963 181 euros após dotação de 150 000 000 euros para o fundo para riscos bancários gerais, da seguinte forma: (i) imputação do montante de 500 000 000 euros aos fundos afectados ao Programa de Acção Especial de Amesterdão (PAEA); (ii) afectação do saldo, ou seja, de 694 963 181 euros, às reservas suplementares.

Na sequência da proposta do Comité Executivo, o Conselho de Administração recomendou ao Conselho de Governadores que afectasse o resultado do exercício obtido após dotação de 120 000 000 de euros para o fundo para riscos bancários gerais, ou seja, 1 067 390 168 euros, da seguinte forma:

- o montante de 500 000 000 de euros aos fundos para operações de capitais de risco;
- o saldo, ou seja, 567 390 168 euros, às reservas suplementares.

Esta recomendação difere da referida nas demonstrações financeiras, na rubrica "Capitais próprios e aplicação do resultado líquido do exercício" (p. 83), pelo facto de ter sido adoptada pelo Conselho de Administração a 9 de Maio de 2000, enquanto as demonstrações financeiras foram aprovadas por este Conselho a 22 de Fevereiro de 2000.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999

Em milhares de euros

ACTIVO	31.12.1999	31.12.1998
1. Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	11 542	27 170
2. Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais (Nota B)	2 066 543	3 446 435
3. Créditos sobre instituições de crédito		
a) à vista	77 228	42 472
b) outros créditos (Nota C)	11 022 396	6 196 174
c) empréstimos (Nota D)	65 234 401	50 614 348
	76 334 025	56 852 994
4. Créditos sobre clientes		
Empréstimos (Nota D)	88 122 260	82 451 072
Provisões específicas (Nota A.4)	- 175 000	- 175 000
	87 947 260	82 276 072
5. Obrigações e outros títulos de rendimento fixo (Nota B)		
a) de emitentes públicos	2 241 863	2 142 415
b) de outros emitentes	856 165	1 066 879
	3 098 028	3 209 294
6. Acções e outros títulos de rendimento variável (Nota E) .	137 188	125 151
7. Participações (Nota E)	160 000	160 000
8. Imobilizações incorpóreas (Nota F)	7 195	4 800
9. Imobilizações corpóreas (Nota F)	80 913	82 604
10. Outros activos		
a) a receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME (Nota H) . .	13 483	19 020
b) devedores diversos (Nota I)	394 242	847 755
c) contratos de swap de divisas a receber	27 552 657	26 343 804
	27 960 382	27 210 579
11. Contas de regularização (Nota J)	3 300 496	3 149 302
	201 103 572	176 544 402

Ver notas no anexo às demonstrações financeiras

PASSIVO
31.12.1999
31.12.1998

1. Débitos para com instituições de crédito			
a) à vista	—	—	
b) a prazo ou com pré-aviso (Nota K)	336 626	643 624	
			643 624
2. Débitos representados por títulos (Nota L)			
a) certificados e obrigações em circulação	147 240 921	122 942 325	
b) outros	845 441	824 918	
			123 767 243
3. Outros passivos			
a) valores a pagar aos Estados-membros (Nota G)	—	4 159	
b) bonificações de juros recebidas antecipadamente (Nota H)	348 897	324 004	
c) credores diversos (Nota I)	456 134	766 188	
d) contratos de swap de divisas a pagar	26 032 992	26 787 028	
e) diversos	34 112	32 994	
			27 914 374
4. Contas de regularização (Nota J)			4 555 545
5. Provisões para riscos e encargos			
Fundo de Pensões (Nota M)		395 898	356 763
6. Fundo para riscos bancários gerais (Nota N)		870 000	750 000
7. Capital			
subscrito	100 000 000	62 013 000	
não exigido	— 94 000 000	— 57 361 015	
			4 651 985
8. Reservas			
a) fundo de reserva	10 000 000	6 201 300	
b) reservas suplementares	1 556 854	6 008 605	
			12 209 905
9. Fundos afectados ao Programa de Acção Especial de Amsterdão		1 000 000	500 000
10. Resultado do exercício		1 067 390	1 194 963
		201 103 572	176 544 402

RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS
31.12.1999
31.12.1998
Compromissos

- Capital BERD (Nota E)			
. não exigido	442 500	442 500	
. a realizar	50 625	59 062	
- Capital FEI (Nota E)			
. não exigido	640 000	640 000	
- Empréstimos não desembolsados (Nota D)			
. instituições de crédito			
dos quais 51,1 milhões no quadro do Programa MET/FEI de 250 milhões	7 649 125	6 325 144	
. clientes	18 276 584	15 942 646	
			22 267 790
Garantias (Nota D)			
- no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros . . .	334 857	346 969	
Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos (Nota R)	1 208 891		4 765 957
Carteira de títulos (Nota S)			
- títulos a entregar	—		263 945
Valor nominal dos contratos de swap de taxas de juro e de fixação diferida de taxa de juro (Nota V)	82 781 300		56 540 900
Empréstimos obrigacionistas lançados, mas ainda não assinados	361 911		1 200 000
Empréstimos comprometidos ainda não assinados	884 481		—

DEMONSTRAÇÃO DA SECÇÃO ESPECIAL ⁽¹⁾ EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999

Em milhares de euros

ACTIVO	31.12.1999	31.12.1998
Países da União		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia da Energia Atómica</i>		
Financiamentos concedidos - valores desembolsados ⁽²⁾	12 238	27 743
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia (Novo Instrumento Comunitário - NIC)</i>		
Financiamentos concedidos - valores desembolsados ⁽³⁾	145 995	208 999
Turquia		
<i>Por conta de recursos dos Estados-membros</i>		
Financiamentos concedidos - valores desembolsados ⁽⁴⁾	86 248	98 267
Países da Bacia Mediterrânica		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia</i>		
Financiamentos concedidos - valores desembolsados	229 564	238 494
Operações com capitais de risco		
- valores a desembolsar	148 486	131 463
- valores desembolsados	130 436	102 360
	278 922	233 823
Total ⁽⁵⁾	508 486	472 317
Países de África, das Caraíbas e do Pacífico e Países e Territórios Ultramarinos		
<i>Por conta de recursos da Comunidade Europeia</i>		
Convenções de Yaoundé		
Financiamentos (valores desembolsados)	47 833	50 475
Contribuições para a formação de capitais de risco		
- valores desembolsados	419	419
Total ⁽⁶⁾	48 252	50 894
Convenções de Lomé		
<i>Operações com capitais de risco</i>		
- valores a desembolsar	466 818	479 601
- valores desembolsados	1 084 122	1 022 599
Total ⁽⁷⁾	1 550 940	1 502 200
Total geral	2 352 159	2 360 420

Nota:

Total dos valores desembolsados por reembolsar, referentes a créditos concedidos com condições especiais pela Comissão e relativamente aos quais o Banco aceitou um mandato de cobrança da CE:

a) no âmbito das Convenções de Lomé I, II e III: em 31.12.1999: 1 477 066; em 31.12.1998: 1 488 790

b) no âmbito dos protocolos celebrados com os países da Bacia Mediterrânica: em 31.12.1999: 169 626; em 31.12.1998: 174 900

(1) A Secção Especial foi instituída pelo Conselho de Governadores em 27 de Maio de 1963; o seu objectivo, redefinido pela Decisão de 4 de Agosto de 1977, consiste no registo das operações que o Banco efectua sob mandato e por conta de terceiros.

(2) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias nº 77/271/EURATOM de 29 de Março de 1977, nº 80/29/EURATOM de 20 de Dezembro de 1979, nº 82/170/EURATOM de 15 de Março de 1982 e nº 85/537/EURATOM de

5 Dezembro de 1985, até um montante total de três mil milhões de euros, para o financiamento de centrais nucleares nos países da Comunidade, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia da Energia Atómica:

A adicionar: ajustamentos cambiais + 181 690
A deduzir: reembolsos - 2 942 619
12 238

PASSIVO

31.12.1999

31.12.1998

Fundos em gestão fiduciária

Sob mandato das Comunidades Europeias

Comunidade Europeia da Energia Atómica	12 238	27 743
Comunidade Europeia:		
- Novo Instrumento Comunitário	145 995	208 999
- Protocolos financeiros com os países da Bacia Mediterrânica	360 000	340 854
- Convenções de Yaoundé	48 252	50 894
- Convenções de Lomé	1 084 122	1 022 599
	<hr/>	<hr/>
	1 650 607	1 651 089
Sob mandato dos Estados-membros	86 248	98 267
	<hr/>	<hr/>
Total	1 736 855	1 749 356

Fundos a desembolsar

Financiamentos e operações com capitais de risco nos países da Bacia Mediterrânica	148 486	131 463
Operações com capitais de risco no âmbito das Convenções de Lomé	466 818	479 601
	<hr/>	<hr/>
Total	615 304	611 064
	<hr/>	<hr/>
Total geral	2 352 159	2 360 420

(3) Montante inicial dos contratos celebrados no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias nº 78/870/CEE de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), nº 82/169/CEE de 15 de Março de 1982, nº 83/200/CEE de 19 de Abril de 1983 e nº 87/182/CEE de 9 de Março de 1987, visando a promoção de investimentos na Comunidade e bem assim nº 81/19/CEE de 20 de Janeiro de 1981, visando a reconstrução das regiões afectadas pelo terramoto de 23 de Novembro de 1980 na Campânia e na Basilicata (Itália) e nº 81/1013/CEE de 14 de Dezembro de 1981, visando a reconstrução das regiões da Grécia afectadas pelos terremotos em Fevereiro/Março de 1981, sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia: 6 399 145

A adicionar:	ajustamentos cambiais		+ 125 604
A deduzir:	anulações	201 991	
	reembolsos	6 176 763	- 6 378 754
			<hr/>
			145 995

(4) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos na Turquia, sob mandato e por conta e risco dos Estados-membros: 417 215

A adicionar:	ajustamentos cambiais		+ 13 067
A deduzir:	anulações	215	
	reembolsos	343 819	- 344 034
			<hr/>
			86 248

(5) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países do Magrebe e do Machereque, assim como em Malta, Chipre, Turquia e Grécia (10 000 concedidos antes da adesão deste país à CEE, em 1 de Janeiro de 1981), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia: 607 241

A deduzir:	anulações	16 419	
	reembolsos	82 335	
	ajustamentos cambiais	1	- 98 755
			<hr/>
			508 486

(6) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos Estados Africanos, Malgaxe e Maurício Associados e nos Países, Territórios e Departamentos Ultramarinos (EAMMA-PTDU), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia:

- empréstimos com condições especiais	139 483	
- contribuições para a formação de capitais de risco	2 503	141 986
A adicionar:		
- juros capitalizados	1 178	
- ajustamentos cambiais	9 839	+ 11 017
A deduzir:		
- anulações	1 574	
- reembolsos	103 177	- 104 751
	<hr/>	<hr/>
		48 252

(7) Montante inicial dos contratos celebrados para o financiamento de projectos nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico, assim como nos Países e Territórios Ultramarinos (ACP/PTU), sob mandato e por conta e risco da Comunidade Europeia:

- empréstimos condicionais e subordinados	2 209 673	
- tomadas de participação	72 367	2 282 040
A adicionar:		
- juros capitalizados		+ 1 663
A deduzir:		
- anulações	296 383	
- reembolsos	420 504	
- ajustamentos cambiais	15 876	- 732 763
	<hr/>	<hr/>
		1 550 940

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

do exercício findo em 31 de Dezembro de 1999
Em milhares de euros

31.12.1999

31.12.1998

1.	Juros e proveitos equiparados (Nota O)	9 329 487	9 303 915
2.	Juros e custos equiparados	- 7 980 575	- 7 826 739
3.	Receitas de participações	3 119	1 600
4.	Comissões recebidas (Nota P)	18 290	20 457
5.	Comissões pagas	- 3 474	- 5 133
6.	Resultados de operações financeiras	- 339	4 096
7.	Outros proveitos de exploração	3 477	1 492
8.	Gastos gerais administrativos (Nota Q):	- 183 891	- 163 665
	a) custos com o pessoal	134 746	127 533
	b) outros gastos administrativos	49 145	36 132
9.	Correcções de valor relativas a (Nota F):	- 8 774	- 7 556
	a) activos incorpóreos	1 646	855
	b) activos corpóreos	7 128	6 701
10.	Correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham um carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	10 070	16 496
11.	Dotação para o fundo para riscos bancários gerais (Nota N)	- 120 000	- 150 000
12.	Resultado do exercício	1 067 390	1 194 963

CAPITAIS PRÓPRIOS E APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 14 de Junho de 1999, o Conselho de Governadores decidiu afectar o resultado do exercício de 1998, que após dotação de 150 000 000 de euros para o fundo para riscos bancários gerais, se elevava a 1 194 963 181 euros, da seguinte forma:

- o montante de 500 000 000 de euros aos fundos para o Programa de Acção Especial de Amsterdão (PAEA);
- o saldo, ou seja, 694 963 181 euros, às reservas suplementares.

Capitais próprios a 31 de Dezembro de 1999 (em milhares de euros)

	Situação em 31.12.1998	Afectação do resultado do exerc. de 1998	Transferência das reservas suplementares	Dotação do exercício de 1999	Situação em 31.12.1999
Capital					
- subscrito	62 013 000				100 000 000 ⁽¹⁾
- não exigido	- 57 361 015				- 94 000 000 ⁽¹⁾
	<u>4 651 985</u>		+ 1 348 015 ⁽¹⁾		<u>6 000 000 ⁽¹⁾</u>
Reservas					
- fundo de reserva	6 201 300		+ 3 798 700 ⁽¹⁾		10 000 000
- reservas suplementares	6 008 606	+ 694 963	- 5 146 715 ⁽¹⁾		1 556 854
	<u>12 209 906</u>				<u>11 556 854</u>
Fundo para riscos bancários gerais	750 000			120 000	870 000
Fundos afectados ao Programa Especial de Amsterdão	500 000	+ 500 000			1 000 000
Resultados por aplicar	1 194 963	- 1 194 963			0
	<u>19 306 854</u>			<u>120 000</u>	<u>19 426 854</u>
Resultado do exercício					1 067 390
					<u>20 494 244</u>

Na sequência da proposta do Comité Executivo, o Conselho de Administração recomendou ao Conselho de Governadores que transporthasse o resultado do exercício, no valor de 1 067 390 168 euros, obtido

após dotação de 120 000 000 de euros para o fundo para riscos bancários gerais, para os resultados por aplicar.

(1) Aumento do capital a 1 de Janeiro de 1999.

MAPA RESUMO DAS SUBSCRIÇÕES DE CAPITAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999

Em euros

Estados-membros	Capital subscrito ⁽¹⁾	Capital não exigido ⁽¹⁾	Capital realizado em 31.12.1998	Transferência das reservas suplementares	Capital realizado ⁽²⁾
Alemanha	17 766 355 000	16 699 382 842	827 479 050	239 493 108	1 066 972 158
França	17 766 355 000	16 699 382 842	827 479 050	239 493 108	1 066 972 158
Itália	17 766 355 000	16 699 382 842	827 479 050	239 493 108	1 066 972 158
Reino Unido	17 766 355 000	16 699 382 842	827 479 050	239 493 108	1 066 972 158
Espanha	6 530 656 000	6 140 003 092	302 618 690	88 034 218	390 652 908
Bélgica	4 924 710 000	4 630 122 198	228 201 989	66 385 813	294 587 802
Países Baixos	4 924 710 000	4 630 122 198	228 201 989	66 385 813	294 587 802
Suécia	3 267 057 000	3 071 033 586	151 983 002	44 040 412	196 023 414
Dinamarca	2 493 522 000	2 344 363 695	115 545 254	33 613 051	149 158 305
Austria	2 444 649 000	2 297 970 078	113 724 695	32 954 227	146 678 922
Finlândia	1 404 544 000	1 320 271 348	65 339 188	18 933 464	84 272 652
Grécia	1 335 817 000	1 255 909 988	61 900 005	18 007 007	79 907 012
Portugal	860 858 000	809 362 903	39 890 601	11 604 496	51 495 097
Irlanda	623 380 000	586 090 514	28 886 245	8 403 241	37 289 486
Luxemburgo	124 677 000	117 219 032	5 777 303	1 680 665	7 457 968
	100 000 000 000	94 000 000 000	4 651 985 161	1 348 014 839	6 000 000 000

Na sessão anual de 5 de Junho de 1998, o Conselho de Governadores do Banco aprovou por unanimidade as seguintes decisões:

(1) O capital subscrito do Banco foi elevado de 62 013 milhões de euros para 100 000 milhões de euros.

(2) A 1 de Janeiro de 1999, o capital realizado ascendia a 6 000 milhões de euros, ou seja, a 6% do capital subscrito de 100 000 milhões de euros; o aumento do capital realizado foi efectuado a 1 de Janeiro de 1999, por transferência de 1 348 014 839 euros das reservas suplementares do Banco.

(*) O Conselho de Administração pode exigir o pagamento do montante que eventualmente venha a ser necessário para fazer face às obrigações do Banco perante os seus mutuantes.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999

Em milhares de euros

	31.12.1999	31.12.1998
A. Fluxos de caixa originados pelas actividades operacionais		
Resultado do exercício	1 067 390	1 194 963
Ajustamentos:		
- Dotação para o fundo para riscos bancários gerais	120 000	150 000
- Correções de valor	8 774	7 556
- Ajustamento cambial não sujeito ao artigo 7º	596	- 1 540
- Variação dos juros e comissões a pagar e juros recebidos antecipadamente	362 762	732 135
- Variação dos juros e comissões a receber	- 151 194	- 96 637
- Amortização da carteira de investimento	4 756	- 10 692
- Prémio da carteira de cobertura	680	12 676
Resultados operacionais	1 413 764	1 988 461
Desembolsos líquidos de empréstimos concedidos	- 27 288 497	- 27 934 115
Reembolsos	14 007 544	12 926 015
Saldo líquido das operações NIC (Nota I)	44 408	56 415
Variação da carteira de negociação	- 25 351	- 292 151
Fluxos de caixa líquidos originados pelas actividades operacionais	- 11 848 132	- 13 255 375
B. Fluxos de caixa originados pelas actividades de investimento		
Pagamento de títulos BERD (Nota E)	- 8 438	- 8 438
Venda de títulos	2 022 045	517 528
Compra de títulos	- 2 013 202	- 508 515
Variação das imobilizações corpóreas (Nota F)	- 5 437	- 7 748
Variação das imobilizações incorpóreas	- 4 041	- 3 751
Variação de outras rubricas do activo	12 364	- 85 295
Fluxos de caixa líquidos originados pelas actividades de investimento	3 291	- 96 219
C. Fluxos de caixa originados pelas actividades de financiamento		
Emissões de empréstimos obrigacionistas	29 720 169	31 256 664
Reembolsos de empréstimos obrigacionistas	- 16 062 560	- 14 714 053
Variação dos swaps de divisas a receber	- 1 208 853	- 4 576 501
Variação dos swaps de divisas a pagar	- 754 036	5 043 100
Variação líquida do papel comercial	1 863 493	- 864 325
Pagamentos a Estados-membros	—	- 1 000 000
Variação líquida das dívidas para com instituições de crédito	- 306 998	- 310 623
Variação de outras rubricas do passivo	- 249 067	240 136
Venda carteira de cobertura	3 236 144	7 233 487
Compra carteira de cobertura	- 2 238 721	- 7 174 795
Fluxos de caixa líquidos originados pelas actividades de financiamento	13 999 571	15 133 090
Mapa resumo da variação de fundos		
Disponibilidades e equiparados no início do exercício	7 891 180	7 402 585
Fluxos de caixa líquidos originados por:		
(1) actividades operacionais	- 11 848 132	- 13 255 375
(2) operações de investimento	3 291	- 96 219
(3) operações de financiamento	13 999 571	15 133 090
Efeito da variação da taxa de câmbio nas disponibilidades e equiparados	2 154 250	- 1 292 901
Disponibilidades e equiparados no final do exercício	12 200 160	7 891 180
Análise das disponibilidades (excluindo as carteiras de investimento e de cobertura)		
Caixa e disponibilidades junto dos bancos centrais e dos serviços de cheques postais	11 542	27 170
Títulos cujo vencimento ocorre num período até três meses após emissão	1 088 994	1 625 364
Créditos sobre instituições de crédito:		
- contas correntes	77 228	42 472
- contas de depósito a prazo	11 022 396	6 196 174
	12 200 160	7 891 180

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 1999 - em milhares de euros

Nota A — Principais princípios contabilísticos

1. Normas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios gerais da Directiva do Conselho das Comunidades Europeias de 8 de Dezembro de 1986, relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras (a "Directiva").

Os preceitos contabilísticos seguidos coadunam-se com as normas internacionais de contabilidade (NIC) em todos os aspectos materiais, excepto tal como explicado nas notas relativas aos princípios contabilísticos.

2. Bases de conversão

Nos termos do nº1 do artigo 4º dos Estatutos, o Banco utiliza o euro, moeda única dos Estados-membros que participam na terceira fase da União Económica e Monetária, como unidade de medida para as contas de capital dos Estados-membros e para a apresentação das suas demonstrações financeiras.

As operações do Banco são efectuadas nas moedas dos Estados-membros, em euros e em divisas não comunitárias.

Os seus recursos provêm do seu capital, dos empréstimos que contrai e dos rendimentos líquidos acumulados nas diferentes moedas, sendo detidos, investidos ou empregados nas mesmas moedas.

Os activos e passivos do Banco são convertidos em euros com base nas taxas de conversão na data do balanço. Os ganhos ou perdas resultantes dessa conversão afectam directamente o apuramento dos resultados do exercício.

3. Efeitos públicos e outros títulos da dívida pública admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais e obrigações e outros títulos de rendimento fixo

Com vista a tornar mais clara a gestão das disponibilidades e a reforçar a sua solvabilidade, o Banco decidiu constituir três tipos de carteira:

3.1. Carteira de investimento

Esta carteira compõe-se de títulos adquiridos com a intenção de os manter até à data do respectivo vencimento, com vista a assegurar a solvabilidade do Banco. Estes títulos são emitidos ou garantidos por:

- governos da União Europeia, países do G10 ou organismos públicos desses países;
- instituições públicas supranacionais, incluindo bancos de desenvolvimento internacionais.

O valor dos títulos no momento de ingresso nesta carteira é o custo de aquisição ou, mais raramente, o custo de transferência (sobretudo no caso da transferência de títulos da carteira de negociação). A diferença entre o valor no ingresso e o valor de reembolso é escalonada *prorata temporis* durante a vida residual dos títulos detidos.

3.2. Carteira de cobertura

Esta carteira compõe-se de títulos com data de vencimento fixa e integra a gestão activa pelo Banco do risco de variação de taxa de juro decorrente das suas actividades enquanto mutuante e emitente. Estes títulos são apresentados no balanço ao respectivo preço de aquisição. As mais ou menos-valias realizadas quando da venda destes títulos são amortizadas ao longo da vida residual das operações de captação de recursos.

3.3. Carteira de negociação

Esta carteira compõe-se de títulos cotados em bolsa, emitidos e garantidos por entidades financeiras. Estes títulos são apresentados no balanço ao respectivo valor de mercado.

3.4. Títulos de curto prazo

Para assegurar um nível de liquidez suficiente, o Banco compra produtos do mercado monetário com vencimento máximo até três meses, sobretudo títulos de Tesouro e títulos de crédito negociáveis de instituições de crédito. Estes títulos são detidos até ao vencimento final e são contabilizados com base no respectivo valor nominal.

Os títulos de Tesouro figuram no activo do balanço na rubrica 2) "Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto de bancos centrais".

Os títulos de créditos negociáveis de instituições de crédito figuram no activo do balanço, na rubrica 5) "Obrigações e outros títulos de rendimento fixo b) de outros emittentes".

4. Créditos sobre instituições de crédito e sobre clientes

4.1. Os empréstimos são inscritos no activo do Banco ao respectivo valor líquido de desembolso

Para cobrir empréstimos ou adiantamentos em curso no final do exercício, que comportem riscos de cobrança (total ou parcial), foram constituídas provisões específicas. Estas provisões estão inscritas na demonstração de resultados, na rubrica "Correcções de valor relativas a créditos".

As correcções de valor relativas aos juros destes empréstimos são determinadas caso a caso pela Direcção do Banco.

4.2. Juros de empréstimos

Os juros relativos a empréstimos são inscritos como resultados de acordo com o princípio de especialização de exercícios, ou seja, ao longo da vida dos empréstimos.

No caso dos empréstimos concedidos no âmbito do Programa de Acção Especial de Amsterdão (PAEA), em que o recebimento de juros ou de comissões depende da rentabilidade do projecto subjacente, os proveitos podem ser inscritos na data de recebimento. Nos restantes casos, os juros são contabilizados uma vez vencidos.

4.3. Operações de venda com acordo de recompra (reverse repo)

Entende-se por *reverse repo* uma operação por meio da qual o Banco cede elementos do activo a uma instituição de crédito, a qual fornece um colateral sob a forma de títulos. As duas partes comprometem-se irrevogavelmente a pôr termo à operação numa data e a um preço determinados à partida.

A operação é estabelecida segundo o princípio da entrega contra pagamento: o cessionário retrocede os títulos ao depositário do Banco, em troca da liquidação ao preço acordado, o que gera para o Banco uma receita dependente do mercado monetário.

Este tipo de operação é considerado pelo Banco como uma operação de empréstimo com juro garantido e é inscrito no activo do balanço na rubrica 3) "Créditos sobre instituições de crédito - b) outros créditos". Os títulos recebidos como garantia são inscritos nas contas extrapatrimoniais.

5. Acções e outros títulos de rendimento variável e participações

As acções e participações representam um investimento a longo prazo e são contabilizadas pelo respectivo valor de aquisição. No final do ano, o valor contabilístico é comparado com o valor calculado. Caso este seja inferior àquele, é contabilizada uma redução de valor, se esta tiver um carácter duradouro.

6. Activos corpóreos

Os terrenos e edifícios estão inscritos ao respectivo valor de aquisição, líquido da amortização inicial do edifício de Luxemburgo/Kirchberg e das amortizações acumuladas. A amortização dos edifícios de Luxemburgo/Kirchberg e de Lisboa é apurada pelo método das quotas constantes ao longo de um período de, respectivamente, 30 e 25 anos. As instalações e o equipamento de escritório foram, até ao final de 1997, integralmente amortizados no ano de aquisição. A contar de 1998, o equipamento permanente, os acessórios, mobiliário, equipamento de escritório e veículos, foram inscritos no balanço ao respectivo preço de aquisição, após dedução da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método das quotas constantes ao longo da vida útil esperada de cada tipo de bem adquirido, tal como indicado a seguir:

- equipamento permanente e acessórios	10 anos
- mobiliário	5 anos
- equipamento de escritório e veículos	3 anos

O património artístico é amortizado no ano de aquisição.

7. Activos incorpóreos

Os activos incorpóreos incluem os investimentos em programas informáticos desenvolvidos pelo Banco, que são amortizados em três anos, a partir da respectiva conclusão.

A Norma NIC 9 especifica, entre outros aspectos, que para ser inscrito no activo:

- 1- o produto ou processo está claramente definido e os custos que lhe são imputáveis podem ser individualmente identificados e avaliados com exactidão;
- 2- a exequibilidade técnica do produto ou processo é demonstrável.

8. Fundo de Pensões e Caixa de Previdência

a) Fundo de Pensões

O Fundo de Pensões do Banco caracteriza-se por prestações definidas provenientes de contribuições e aplica-se a todo o pessoal do Banco. As contribuições do BEI e do pessoal estão totalmente investidas nos activos do Banco. As contribuições e os juros anuais são acumulados e expressos numa conta de provisão específica, inscrita no passivo do balanço.

Nos termos da Norma NIC 19, o fundo é avaliado de três em três anos, pelo menos, segundo o método de referência da unidade de crédito projectada (*projected unit credit method*), para garantir que a provisão contabilizada é adequada. Os desvios actuariais resultantes são distribuídos com base no tempo residual de serviço activo calculado para o pessoal.

b) Caixa de Previdência

O Banco instituiu em benefício dos membros do seu pessoal uma Caixa de Previdência própria, para cujo financiamento contribuem, tanto o Banco, como o pessoal. Esta Caixa é actualmente gerida com base no equilíbrio entre as prestações e as contribuições.

9. Fundo para riscos bancários gerais

Esta rubrica abrange os montantes que o Banco decide afectar à cobertura dos riscos inerentes aos seus financiamentos e às restantes operações financeiras, tendo em conta a especificidade dos mesmos.

A dotação para esta provisão está inscrita individualmente na demonstração de resultados, na rubrica "Dotação para o fundo para riscos bancários gerais", em confor-

midade com "a Directiva", embora as normas internacionais de contabilidade exijam que este tipo de dotação integre a afectação dos resultados.

10. Fundos afectados ao Programa de Acção Especial de Amesterdão

Esta rubrica inclui a parcela dos resultados do exercício do Banco que em cada ano o Conselho de Governadores delibera afectar ao apoio aos instrumentos de financiamento com capitais de risco, no âmbito da execução da Resolução do Conselho Europeu relativa ao Crescimento e ao Emprego, adoptada a 16 e 17 de Junho de 1997.

As correcções de valor relativas a estas operações serão deduzidas desta rubrica, quando da afectação dos resultados de anos subsequentes.

11. Impostos

O Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades das Comunidades Europeias, anexo ao Tratado de 8 de Abril de 1965 que instituiu o Conselho Único e a Comissão Única das Comunidades Europeias, estipula que os bens, receitas e outros haveres do Banco estão isentos de quaisquer impostos directos.

12. Operações de swap de taxas de juro e de divisas

O BEI realiza operações de *swap* de divisas sobretudo no âmbito da captação de fundos, a fim de converter em moeda diferente da original o produto de empréstimos contraídos; para obter as verbas necessárias ao serviço desses empréstimos na moeda de origem, efectua simultaneamente operações de conversão a prazo. Os montantes brutos relativos a estas operações estão inscritos no balanço, na rubrica "Outros activos", quando se trate de valores a receber, e na rubrica "Outros passivos", quando se trate de valores a pagar.

O Banco também realiza operações de *swap* de taxas de juro no âmbito de operações de cobertura. Os juros respectivos são contabilizados segundo o método *prorata temporis*. Os montantes nominais das operações de *swap* de taxas de juro são inscritos nas contas extrapatrimoniais.

13. Contas de regularização

Estas contas incluem:

no activo: as despesas contabilizadas durante o exercício, mas imputáveis a um exercício posterior, assim como os proveitos relativos ao exercício imputáveis a períodos posteriores ao encerramento deste (sobretudo juros relativos a empréstimos concedidos);

no passivo: os proveitos recebidos antes do encerramento do balanço, mas imputáveis a um exercício posterior, assim como as despesas que, embora digam respeito ao exercício, só serão pagas num exercício posterior (sobretudo juros relativos a empréstimos obtidos).

14. Juros e proveitos equiparados

Esta rubrica abrange, além dos juros e comissões resultantes de empréstimos concedidos, de colocações e de outros proveitos da carteira de títulos, as indemnizações recebidas pelo Banco decorrentes de reembolsos antecipados efectuados pelos seus mutuários. A fim de dar um tratamento contabilístico equivalente aos proveitos de empréstimos concedidos e aos custos de empréstimos obtidos, o Banco procede ao escalonamento das indemnizações recebidas por força de reembolsos antecipados ao longo da vida residual dos empréstimos correspondentes.

15. Certos valores foram reclassificados, para poderem ser comparados com os do período em apreço.

Nota B — Carteira de títulos

Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais (dos quais 12 641 não cotados em 1999 e 12 676 em 1998)

Obrigações e outros títulos de rendimento fixo (admitidos a cotação):

31.12.1999	31.12.1998
2 066 543	3 446 435
3 098 028	3 209 294
5 164 571	6 655 729

	Valor de aquisição	Descontos ou prémios contabilizados	Valor contabilístico	Descontos ou prémios a contabilizar	Valor na data de vencimento	Valor de mercado
Carteira de investimento	2 449 092	43 118	2 492 210	18 426	2 473 784	2 491 050
Carteira de cobertura	1 265 865	—	1 265 865	—	1 223 890	1 159 209
Carteira de negociação	315 155	—	317 502	—	343 938	317 502
Outros títulos de curto prazo	1 088 994	—	1 088 994	—	1 088 994	—
	5 119 106	43 118	5 164 571			

Nota C — Créditos sobre instituições de crédito (outros créditos)

	31.12.1999	31.12.1998
Depósitos a prazo	7 854 434	4 612 506
Reverse repos (*)	3 167 962	1 583 668
	11 022 396	6 196 174

(*) Incluem as operações realizadas junto de um depositário que, nos termos de um contrato-quadro, se compromete a garantir o cumprimento das condições contratuais, nomeadamente no que respeita a:

- entrega contra pagamento,
- verificação do colateral,
- margem do colateral exigida pelo cedente, que deve existir sempre e ser suficiente, devendo o depositário verificar diariamente o valor dos títulos no mercado,

- organização da substituição do colateral, o qual deverá cumprir todos os requisitos estipulados no contrato.

Nota D — Mapa resumo de empréstimos e garantias em 31 de Dezembro de 1999

1. Total dos empréstimos concedidos (*)

Montante total histórico dos empréstimos concedidos, calculado com base nas paridades em vigor na data de assinatura dos contratos	290 598 102
A adicionar: juros capitalizados	28 761
ajustamentos cambiais	+ 9 142 225
A deduzir: rescisões e anulações	7 615 862
reembolsos de capital	112 870 856
	- 120 486 718
Total dos empréstimos concedidos	179 282 370

Empréstimos concedidos

Desdobramento do total dos empréstimos concedidos:

- Valores desembolsados
- Parcela não desembolsada

Total dos empréstimos concedidos

a instituições de crédito intermediárias	directamente ao beneficiário final	Total
65 234 401	88 122 260	153 356 661
7 649 125	18 276 584	25 925 709
72 883 526	106 398 844	179 282 370

(*) O total dos empréstimos concedidos inclui, além dos valores já desembolsados, os valores a desembolsar.

2. Limite estatutário para a concessão de empréstimos e garantias

Nos termos do nº 5 do artigo 18º dos Estatutos, a responsabilidade total decorrente dos empréstimos e garantias concedidos pelo Banco não deve exceder 250% do capital subscrito.

Com base no capital actual, este limite é de 250 mil milhões e comparativamente, o total de empréstimos desembolsados e de

garantias concedidas ascende a 179 617 milhões, que se distribuem como se segue:

Total dos empréstimos concedidos:	179 282
Total das garantias no âmbito de empréstimos concedidos por terceiros:	335
	179 617

Nota E — Acções e outros títulos de rendimento variável e participações

Acções e outros títulos de rendimento variável

Esta rubrica inclui:

- o montante de EUR 106 875 000 (1998: 98 437 500), que representa o capital pago pelo Banco em 31 de Dezembro de 1999, a título da sua subscrição (EUR 600 000 000) para o capital do BERD.

O Banco detém 3,1 % do capital subscrito do BERD.

- o montante de EUR 30 312 638 (1998: 26 713 776) relativo a outras acções, com um valor de mercado de EUR 36 734 807, adquiridas com vista a garantir a cobrança de créditos.

Participações

Esta rubrica, no valor de EUR 160 000 000, representa o capital pago pelo Banco a título da sua subscrição (EUR 800 000 000) para o capital do Fundo Europeu de Investimento (FEI), instituição com sede social no Luxemburgo.

O Banco detém 44,5 % do capital subscrito do FEI.

Se estes títulos tivessem sido contabilizados segundo o método de equivalência patrimonial, o impacte nos resultados e nos capitais próprios do Banco não teria sido significativo.

Em milhares de euros	% detida	Total capitais próprios	Total resultado líquido	Total balanço
BERD (31.12.1998)	3,1	2 926 789	(261 233)	16 046 630
FEI (31.12.1998)	44,5	413 880	27 774	436 432

Nota F — Activos corpóreos e incorpóreos

	Terreno	Edifícios Kirchberg	Edifício Lisboa	Instalações e equipamento básico	Total activos corpóreos	Total activos incorpóreos
Valor líquido contabilístico no início do ano	3 358	74 188	167	4 891	82 604	4 800
Aquisições durante o ano	—	—	—	5 437*	5 437	4 041
Amortizações durante o ano	—	3 830	14	3 284*	7 128	1 646
Valor líquido contabilístico em 31.12.1999	3 358	70 358	153	7 044	80 913	7 195

O conjunto dos terrenos e imóveis é utilizado pelo Banco para as suas próprias actividades.

* dos quais 212 reportam-se à aquisição e amortização do património artístico.

Nota G — Valores a pagar aos Estados-membros para ajustamento do capital

Até 31 de Dezembro de 1998, a aplicação das taxas de conversão indicadas na Nota Y conduziu ao ajustamento dos montantes pagos na respectiva moeda nacional pelos Estados-membros, como contribuição para o capital do Banco, nos termos do artigo 7º dos Estatutos.

Na sequência da criação do euro em 1 de Janeiro de 1999, o pagamento das dívidas para com os três Estados-membros em causa foi efectuado em 29 de Janeiro de 1999, ficando definitivamente saldadas as contas.

Nota H — Bonificações de juro recebidas antecipadamente

a) Uma parcela dos montantes recebidos da Comissão Europeia no âmbito do SME foi disponibilizada como adiantamento a longo prazo, que foi inscrito no activo, na rubrica 10 a) "A receber a título de bonificações de juro desembolsadas antecipadamente no âmbito do SME".

b) As "bonificações de juro recebidas antecipadamente" (rubrica 3 b) do passivo) abrangem:

- os montantes das bonificações de juro relativas aos empréstimos concedidos para o financiamento de projectos no exterior da União, no contexto das convenções celebradas com os Estados ACP e dos protocolos acordados com os países da Bacia Mediterrânica;

- as bonificações de juro relativas a empréstimos a cargo de recursos próprios do Banco concedidos na União, no âmbito do Sistema Monetário Europeu (SME), em conformidade com o Regulamento (CEE) nº 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979, e no âmbito do instrumento financeiro criado pelos Estados da EFTA, ao abrigo do Acordo EFTA assinado em 2 de Maio de 1992;

- os montantes recebidos a título de bonificações de juro relativas a empréstimos concedidos a partir de recursos da CE, no âmbito das decisões do Conselho das Comunidades Europeias nº 78/870 de 16 de Outubro de 1978 (Novo Instrumento Comunitário), nº 82/169 de 15 de Março de 1982 e nº 83/200 de 19 de Abril de 1983, e bem assim, nos termos do Regulamento (CEE) nº 1736/79 do Conselho das Comunidades Europeias de 3 de Agosto de 1979, alterado pelo Regulamento (CEE) nº 2790/82 do mesmo Conselho, de 18 de Outubro de 1982.

Nota I — Contas diversas

	31.12.1999	31.12.1998
Devedores diversos:		
- empréstimos para habitação e adiantamentos ao pessoal	96 377	73 821
- saldo líquido dos montantes desembolsados referentes a empréstimos contraídos e dos montantes recebidos referentes a empréstimos concedidos, no quadro das operações NIC geridas por conta da Comunidade Europeia (Secção Especial)	157 272	201 680
- proveitos de empréstimos obtidos a receber	—	398 679
- outros	140 593	173 575
	394 242	847 755

Credores diversos:

- contas da Comunidade Europeia:

. operações no âmbito da Secção Especial e outros saldos relacionados, por regularizar	160 366	131 932
. contas de depósito	56 343	43 813
- contas de depósito detidas no âmbito do instrumento financeiro da EFTA	—	347 501
- outros	239 425	242 942
	456 134	766 188

Nota J — Contas de regularização

	31.12.1999	31.12.1998
No activo:		
Juros e comissões a receber	2 620 230	2 667 438
Custos antecipados de empréstimos obtidos	679 435	480 563
Outros	831	1 301
	3 300 496	3 149 302
No passivo:		
Juros e comissões a pagar	3 410 074	3 296 644
Proveitos antecipados de empréstimos concedidos	594 921	419 923
Outros	177 391	171 609
Proveitos antecipados de empréstimos obtidos	735 921	667 369
	4 918 307	4 555 545

Nota K — Débitos para com instituições de crédito (a prazo ou com pré-aviso)

	31.12.1999	31.12.1998
- Empréstimos obtidos a curto prazo	329 539	639 574
- Promissórias do BERD detidas para realização do capital	7 087	4 050
	336 626	643 624

Nota L — Mapa resumo das dívidas representadas por títulos em 31 de Dezembro de 1999

Pagáveis em	Empréstimos obtidos					Swap de divisas					Valor líquido		
	Valor em dívida em 31.12.1998	Taxa média	Valor em dívida em 31.12.1999	Taxa média	Vencimento	Valores a pagar (+) ou a receber (-)					Valor em dívida em 31.12.1998	Valor em dívida em 31.12.1999	
						31.12.1998	Taxa média	31.12.1999	Taxa média				
EUR	11 017 135	6,49	43 544 473	5,51	2000/2029	230 075	-	4,59	381 056	+	3,13	10 787 060	43 925 529
DEM	15 332 485	5,98	3 884 329	6,63	2000/2028	5 626 474	+	5,17	5 340 689	+	5,19	20 958 959	9 225 018
FRF	10 454 902	7,05	5 676 471	6,83	2000/2012	529 003	+	5,72	263 927	+	4,56	10 983 905	5 940 398
ITL	18 634 326	7,08	8 893 190	7,10	2000/2018	245 295	+	3,01	245 295	+	3,11	18 879 621	9 138 485
BEF	153 942	7,01	74 120	7,41	2002/2004	119 342	+	8,25	119 342	+	8,25	273 284	193 462
NLG	4 044 426	6,55	3 192 038	6,68	2000/2009	1 557 764	-	3,09	1 557 764	-	3,22	2 486 662	1 634 274
IEP	314 768	7,99	118 530	7,39	2000/2003	316 135	+	4,76	316 135	+	4,70	630 903	434 665
LUF	867 627	7,04	815 653	7,12	2000/2007	309 867	-	6,91	309 867	-	6,91	557 760	505 786
ESP	5 681 042	7,64	5 104 939	7,76	2000/2026	2 981 892	+	3,13	2 337 829	+	3,20	8 662 934	7 442 768
PTE	1 589 282	5,55	1 240 123	5,79	2000/2016	1 662 591	+	3,57	1 463 072	+	3,68	3 251 873	2 703 195
FIM	67 275	6,28	67 275	6,28	2001/2002	157 348	+	3,05	157 348	+	3,21	224 623	224 623
DIVISAS													
"IN"	68 157 210		72 611 141										
GBP	19 802 230	7,39	28 362 612	6,93	2000/2040	2 183 789	+	7,08	2 027 728	+	6,88	21 986 019	30 390 340
DKK	523 576	5,25	483 656	4,94	2002/2005	232 092	-	3,83	46 602	-	3,37	291 484	437 054
GRD	667 296	10,20	954 743	7,77	2000/2004	60 663	+	11,37	211 929	-	9,35	727 959	742 814
SEK	301 959	7,20	217 810	5,70	2003/2007	229 387	+	3,58	493 434	+	3,45	531 346	711 244
USD	18 909 514	6,26	27 672 159	6,02	2000/2026	4 357 269	-	4,29	3 322 750	-	5,95	14 552 245	24 349 409
CHF	4 120 589	5,06	3 753 567	4,90	2000/2014	47 705	+	7,11	172 388	+	7,11	4 168 294	3 925 955
JPY	7 081 830	4,62	7 851 617	3,83	2000/2022	3 065 339	-	4,25	3 605 636	-	4,25	4 016 491	4 245 981
NOK	56 361	5,38	260 014	5,56	2004/2007	—	—	—	260 014	-	5,65	56 361	—
CAD	1 963 314	7,96	2 341 867	7,84	2000/2008	1 907 947	-	9,00	2 273 412	-	9,00	55 367	68 455
AUD	535 718	8,58	692 193	7,88	2001/2005	535 718	-	8,58	692 193	-	7,88	—	—
CZK	195 562	12,27	204 487	10,68	2000/2013	184 691	-	12,31	110 794	-	12,44	10 871	93 693
HKD	549 411	8,01	1 185 396	7,75	2001/2009	549 411	-	8,01	1 185 396	-	7,75	—	—
NZD	181 084	8,38	154 983	7,17	2001/2004	181 084	-	14,05	154 983	-	7,17	—	—
ZAR	516 570	14,23	801 340	13,79	2000/2018	409 252	-	13,26	558 089	-	13,44	107 318	243 251
HUF	27 735	17,26	76 561	12,60	2003/2004	—	—	—	—	—	—	27 735	76 561
EEK	9 638	10,00	9 587	10,00	2001/2001	9 638	-	10,00	9 587	-	10,00	—	—
TWD	159 479	6,54	381 877	6,07	2003/2004	159 479	-	6,54	381 877	-	6,07	—	—
SKK	—	—	70 752	15,58	2001/2002	—	—	—	70 752	-	15,58	—	—
Total	123 759 076		148 086 362										
Prémio de reembolso	8 167												
Total	123 767 243		148 086 362										

O reembolso de certos empréstimos obtidos é indexado segundo índices bolsistas (valor histórico: 2 976 milhões). Estes empréstimos estão totalmente cobertos por operações de *swap*.

Nota M — Provisões para riscos e encargos (Fundo de Pensões)

O encargo relativo às prestações para o Fundo de Pensões foi avaliado em 30 de Junho de 1997 por um actuário independente, segundo o método da unidade de crédito projectada, tendo em conta os seguintes pressupostos:

- taxa de actualização de 6,5 % para a determinação do valor actual das prestações futuras,
- idade média de reforma de 62 anos,
- efeito combinado do aumento do custo de vida e do desenvolvimento das carreiras calculado em 4% em média.

A provisão para o Fundo de Pensões evoluiu da seguinte forma:

- provisão em 31 de Dezembro de 1998 356 763
- pagamentos efectuados no exercício - 12 104

- custo anual	+ 51 239
provisão em 31 de Dezembro de 1999	395 898

Nota N — Fundo para riscos bancários gerais

O fundo para riscos bancários evoluiu da seguinte forma:

	31.12.1999	31.12.1998
Provisão no início do ano	750 000	600 000
Dotação do exercício	120 000	150 000
Provisão no fim do ano	870 000	750 000

Nota O — Distribuição geográfica dos juros e proveitos equiparados (rubrica 1 da demonstração de resultados):

	31.12.1999	31.12.1998
Alemanha	1 187 974	954 695
França	1 146 025	1 104 184
Itália	1 259 349	1 591 026
Reino Unido	1 361 692	1 243 191
Espanha	1 062 014	1 099 465
Bélgica	220 618	196 995
Países Baixos	146 018	141 290
Suécia	159 417	146 996
Dinamarca	243 726	269 673
Áustria	78 841	66 197
Finlândia	73 042	58 547
Grécia	299 413	303 519
Portugal	449 831	484 371
Irlanda	139 391	173 531
Luxemburgo	21 086	12 453
	7 848 437	7 846 133
No exterior da União Europeia .	759 677	582 035
	8 608 114	8 428 168
Outros proveitos (1)	721 373	875 747
	9 329 487	9 303 915

(1) Incluem:

Proveitos da carteira de títulos de investimento	144 693	178 956
Proveitos da carteira de títulos de cobertura	90 684	208 889
Proveitos de títulos de curto prazo	67 549	42 663
Proveitos do mercado monetário	418 447	445 239
	721 373	875 747

Nota P — Distribuição geográfica das comissões recebidas (rubrica 4 da demonstração de resultados)

	31.12.1999	31.12.1998
França	42	99
Itália	32	45
Reino Unido	141	96
Espanha	1	2
Dinamarca	42	47
Grécia	38	53
Irlanda	39	52
	335	394
Instituições comunitárias	17 955	20 063
	18 290	20 457

Nota Q — Gastos gerais administrativos

	31.12.1999	31.12.1998
Remunerações e emolumentos .	91 970	88 593
Prestações sociais e outras despesas de carácter social	42 776	38 940
Custos com o pessoal	134 746	127 533
Despesas gerais e gastos administrativos	49 145 (*)	36 132
	183 891 (**)	163 665

(*) dos quais 12 933 em doações: - 10 000 para a iniciativa PPAE (HIPC).

- 2 933 para as zonas afectadas por terremotos.

(**) dos quais 5 017 para despesas relativas ao ANO 2000 (31.12.1998: 5 006).

Em 31 de Dezembro de 1999, ascendia a 1 011 o número de funcionários ao serviço do Banco (998 em 31 de Dezembro de 1998).

Nota R — Depósitos especiais para o serviço de empréstimos obtidos

Esta rubrica é constituída pelos cupões e obrigações vencidos, pagos pelo Banco aos agentes pagadores, mas ainda não recebidos pelos titulares de obrigações emitidas pelo Banco.

Nota S — Extracto das operações a prazo da carteira de títulos

Os montantes correspondem a operações efectuadas no âmbito da carteira de títulos, cujas datas de valor são posteriores à do fecho do exercício.

Nota T — Valor actual calculado dos instrumentos financeiros

O Banco inscreve os instrumentos financeiros com base no respectivo custo histórico em divisas (excepção feita da carteira de negociação), que representa o montante recebido, quando se trate de um passivo, ou o montante pago para adquirir um activo. O valor actual dos instrumentos financeiros (essencialmente empréstimos concedidos, tesouraria, títulos e fundos captados, após swaps a longo prazo de taxas de juro ou de divisas) constantes do activo e do passivo, em comparação com o respectivo valor contabilístico, é apresentado no quadro a seguir:

(em milhões de euros) 31 de Dezembro de 1999	Activo		Passivo	
	valor líquido contabilístico	valor actual	valor contabilístico	valor actual
- Empréstimos concedidos	153 182	157 907	—	—
- Carteira de cobertura	1 266	1 187	—	—
- Carteira de investimento	2 492	2 545	—	—
- Carteira de negociação	318	318	—	—
- Disponibilidades	12 200	12 200	—	—
- Empréstimos obtidos após swaps	—	—	144 791	149 450
TOTAL	169 458	174 157	144 791	149 450

Nota U — Gestão do risco

O Banco vê-se confrontado com os seguintes riscos significativos:

- * risco de crédito
- * risco de variação de taxa de juro
- * risco de liquidez
- * risco cambial

Risco de crédito

O risco de crédito abrange principalmente as actividades de financiamento do Banco e, de uma forma menos significativa, os instrumentos de tesouraria, tais como as obrigações de rendimento fixo detidas nas carteiras de investimento, de cobertura ou de negociação, os certificados de depósito e as contas interbancárias a prazo.

Analisa-se a seguir o risco de crédito associado à utilização de instrumentos derivados (Nota V).

A gestão do risco de crédito baseia-se, em primeiro lugar, na avaliação do risco de crédito assumido para com as contrapartes e em segundo lugar, na análise da solvabilidade destas.

O risco de crédito associado aos financiamentos, à tesouraria e aos instrumentos derivados, é gerido pelo departamento independente "Risco de Crédito", directamente responsável perante o Comité Executivo. O Banco criou, por conseguinte, uma estrutura operacional independente para a identificação e o controlo do risco de crédito.

Financiamentos

Para limitar o risco de crédito associado à sua carteira de financiamentos, o Banco apenas concede empréstimos a contrapartes com comprovada solvabilidade a longo prazo, e que também possam prestar garantias consideradas bastantes.

Consequentemente, para avaliar e gerir eficazmente o risco de crédito em matéria de financiamentos, o Banco classificou os seus créditos segundo critérios geralmente reconhecidos, que se baseiam na qualidade do mutuário, da garantia ou, se for caso disso, do garante.

Em 31 de Dezembro de 1999, a estrutura das garantias na carteira de financiamentos era a seguinte (em milhões de euros):

- na União:

		Garante					
		Estados-membros	Instituições públicas ⁽¹⁾	Bancos "zona A"	Empresas ⁽¹⁾	Sem garantia formal ⁽²⁾	Total
Mutuário	Estados-membros					14 048	14 048
	Instituições públicas	21 434	8 147	2 136	1 205	398	33 320
	Bancos "zona A"	10 652	19 191	8 488	14 536	7 383	60 250
	Empresas	4 433	429	16 641	24 971	3 838	50 312
	Total	36 519	27 767	27 265	40 712	25 667	157 930

(1) Os empréstimos garantidos por cessão de créditos são classificados segundo a natureza do beneficiário final.

(2) Empréstimos para os quais não foi exigida qualquer garantia formal, na medida em que o grau de solvabilidade do mutuário representa por si só uma garantia bastante. Os direitos do Banco de acesso a garantias independentes, na ocorrência de certos acontecimentos, são assegurados por cláusulas contratuais adequadas.

- No exterior da União:

Garantidos por:

Estados-membros	1 789
Orçamento comunitário	16 715 (*)
Linha de crédito de pré-adesão	2 847
Total	21 351

(*) dos quais 1 599 milhões em operações de *risk sharing*, tal como referido a seguir.

Os financiamentos no exterior da União (excepção feita dos empréstimos no âmbito da linha de crédito de pré-adesão) beneficiam da garantia do orçamento comunitário ou dos Estados-membros. Os financiamentos nos Estados ACP e nos PTU beneficiam da garantia dos

Estados-membros. Nos restantes países - África do Sul, países mediterrânicos, países da Europa Central e Oriental (PECO) e da América Latina e da Ásia (ALA) -, todos os riscos relativos a financiamentos que beneficiem de uma garantia soberana são cobertos em último recurso pelo orçamento comunitário.

Os novos acordos decididos pelo Conselho da União Europeia de 14/04/97 (ref. 97/256/CE) introduzem o conceito de "comparticipação nos riscos", no contexto do qual os empréstimos do Banco beneficiam de garantias de terceiros para a cobertura dos riscos comerciais; a garantia orçamental cobre somente riscos políticos decorrentes de não-transferibilidade de divisas, de expropriação, de guerra ou de perturbação civil. Até à data, foram assinados nos termos deste acordo operações de *risk sharing* no valor de EUR 1 207 milhões.

Os empréstimos concedidos no âmbito da linha de crédito de pré-adesão (EUR 2 847 milhões) não beneficiam da garantia do orçamento comunitário ou dos Estados-membros.

EMPRÉSTIMOS PARA INVESTIMENTOS NO EXTERIOR DA UNIÃO

Decomposição dos empréstimos por principais tipos de garantia obtida (em milhares de euros)

Acordo financeiro	Valores em aberto	Acordo financeiro	Valores em aberto
<i>Garantia dos Estados-membros</i>		Jugoslávia - Protocolo 2	233 205
Conjunto dos países ACP/PTU – Segunda Convenção de Lomé	34 163	Jugoslávia - art.18º (1984)	30 347
Conjunto dos países ACP/PTU – Terceira Convenção de Lomé	276 800	Total da garantia do orçamento comunitário (75%)	4 546 637
Conjunto dos países ACP/PTU – Quarta Convenção de Lomé	1 035 469	<i>Garantia do orçamento comunitário (70%)</i>	
Conjunto dos países ACP/PTU – Quarta Convenção de Lomé/Protocolo II	442 920	África do Sul – 375 milhões - Dec. 29.01.97	286 645
Total da garantia dos Estados-membros	1 789 352	EUROMED (BEI) – 2310 milhões- Dec. 29.01.97	2 372 983
<i>Garantia do orçamento comunitário (100%)</i>		PECO – 3 520 milhões - Dec. 29.01.97	3 378 102
África do Sul - 300 milhões - Dec. CG 19.06.95	301 725	ARJM – 150 milhões - 1998/2000	130 000
PECO – 1 000 milhões - Dec. CG 29.11.89	744 662	ALA II – 900 milhões	789 640
PECO – 3 000 milhões - Dec. CG 02.05.94	2 815 823	ALA interino (Gar.70%- <i>risk sharing</i>) – 122 milhões	128 646
PECO – 700 milhões - Dec. CG 18.04.91	429 710	TOTAL da Garantia do orçamento comunitário (70%)	7 086 016
ALA I – 750 milhões	626 119	Total da garantia do orçamento comunitário	16 715 454
ALA interino – 153 milhões	164 762	<i>Linha de Crédito de Pré-Adesão</i>	
Total da garantia do orçamento comunitário (100%)	5 082 801	Chipre - Pré-Adesão - 1998/2000	250 000
<i>Garantia do orçamento comunitário (75%)</i>		PECO - Pré-Adesão - 1998/2000	2 596 734
Protocolos Mediterrânicos	4 078 136	Total da linha de crédito de Pré-Adesão	2 846 734
Eslovénia - Protocolo 1	145 043	Total geral	21 351 540
Jugoslávia - Protocolo 1	59 906		

Apresenta-se a seguir a distribuição dos empréstimos desembolsados (em milhões de euros) na data de fecho do exercício, por sector de actividade do mutuário.

Sector de actividade	Vencimento				
	até 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Total 1999	Total 1998
Energia	2 218	8 133	11 663	22 014	21 553
Transportes	2 655	10 108	29 325	42 088	36 393
Telecomunicações	1 546	8 465	4 683	14 694	14 377
Água e saneamento	892	4 366	7 274	12 532	11 365
Infra-estruturas diversas	310	1 675	4 608	6 593	4 617
Agricultura, silvicultura e pescas	47	194	241	482	487
Indústria	1 669	7 750	3 137	12 556	11 697
Serviços	230	764	696	1 690	1 398
Empréstimos globais	3 484	17 093	18 578	39 155	30 273
Educação e saúde	9	176	1 368	1 553	905
	13 060	58 724	81 573	153 357	133 065

Tesouraria

O risco de crédito associado à tesouraria (carteira de títulos, papel comercial, contas a prazo, etc.) é gerido com grande rigor, através da escolha de contrapartes e de emitentes de primeira categoria.

A Direcção do Banco estabeleceu limites para a estrutura das carteiras de títulos e para os valores em dívida dos instrumentos de tesouraria, essencialmente em função do *rating* atribuído às contrapartes pelas agências de notação (estes limites são regularmente revistos pelo Departamento de Risco de Crédito).

Apresenta-se no quadro a seguir o risco de crédito associado às carteiras de títulos e aos instrumentos de tesouraria, em função do *rating* das contrapartes e dos emitentes.

% em 31 de Dezembro de 1999	Carteira de títulos em %	Instrumentos de tesouraria em %
<i>Rating</i> Moody's ou equivalente		
AAA	55	11
AA1 a AA3	44	73
A1	—	7
Inferior a A1	—	9
sem cotação	1	—
Total	100,00	100,00

Risco de variação de taxa de juro

O Banco procedeu a uma organização geral da função activo/passivo, aplicando os critérios mais válidos da indústria financeira e sobretudo, instituindo um comité de gestão do activo/passivo (ALCO) sob a responsabilidade directa do Comité Executivo. Neste contexto, adoptou uma estratégia de gestão do activo/passivo, a qual consiste em manter uma duração dos fundos próprios de 5 a 6 anos, que o protege contra variações significativas dos seus proveitos a longo prazo.

Considerando uma carteira nocial de fundos próprios conforme com o objectivo acima referido de duração dos fundos próprios de 5 a 6 anos, um acréscimo das taxas de juro de 0,01 % no conjunto das divisas traduz-se numa diminuição do valor residual (activo menos passivo) de 1 131 000 euros.

O quadro a seguir ilustra a exposição do Banco ao risco de variação de taxa de juro, indicando os montantes nominais e os vencimentos em que se verificam alterações das taxas de juros nas principais rubricas do balanço sujeitas a reajustamento.

Intervalo de reajustamento (em milhões de euros):

	até 3 meses	de 3 meses a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Total 1999	Total 1998
Activo							
Empréstimos concedidos (valor bruto)	53 365	5 307	7 411	41 561	45 713	153 357	133 065
Tesouraria líquida	10 029	150	167	1 029	2 328	13 703	11 557
	63 394	5 457	7 578	42 590	48 041	167 060	144 622
Passivo							
Empréstimos obtidos e swaps	63 547	5 098	4 263	38 286	33 510	144 704	124 210
Risco de variação de taxa de juro	- 153	359	3 315	4 304	14 531		

Risco de liquidez

O quadro a seguir apresenta uma análise do activo e do passivo em função dos prazos de vencimento, com base na vida residual entre a data do balanço e a data contratual de vencimento.

As rubricas a que não foi atribuída uma data contratual de vencimento são reunidas na categoria "vencimento não definido".

Risco de liquidez (em milhões de euros)

Vencimento	até 3 meses	mais de 3 meses a 1 ano	mais de 1 ano a 5 anos	mais de 5 anos	Vencimento não definido	Total
ACTIVO						
Caixa, bancos centrais e serviços de cheques postais	11					11
Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais	437	332	446	852		2 067
Outros créditos:						
contas correntes	77					77
outros	11 022					11 022
	11 099	0				11 099
Empréstimos concedidos:						
a instituições de crédito	1 146	4 595	28 038	31 455		65 234
a clientes	1 417	5 903	30 685	50 118		88 123
	2 563	10 498	58 723	81 573		153 357
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	707	62	731	1 598		3 098
Contratos de <i>swap</i> de divisas a receber	3 537	2 986	15 346	5 684		27 553
Outros activos					3 918	3 918
Total do activo	18 354	13 878	75 246	89 707	3 918	201 103
PASSIVO						
Débitos para com instituições de crédito	330	2	5			337
Débitos representados por títulos:	8 093	10 402	69 724	59 867		148 086
Capital, reservas e resultados do exercício					20 494	20 494
Outros passivos					6 153	6 153
Contratos de <i>swap</i> de divisas a pagar	3 341	2 800	14 487	5 405		26 033
Total do passivo	11 764	13 204	84 216	65 272	26 647	201 103

Para assegurar a solvabilidade do Banco e fazer face a necessidades de liquidez imprevistas, foi criada uma carteira de títulos designada por "carteira de investimento" (Nota B). Esta carteira compõe-se sobretudo de títulos de rendimento fixo emitidos por contrapartes de primeira categoria, em geral, obrigações emitidas pelos Estados-membros, com a intenção de as conservar até à data do respectivo vencimento.

Risco cambial

Constituem fontes de risco cambial os fundos próprios acumulados em divisas não-euro, as margens sobre operações e os gastos gerais em divisas não-euro. A gestão activo/passivo tem em vista minimizar este risco, distribuindo as posições líquidas do balanço, quer em euros, quer nas divisas "euro-in". Os desvios em relação a este objectivo são obviados através de operações regulares no mercado cambial.

Posição cambial (em milhões de euros)

Divisas	Euro	Divisas euro-in	Libra esterlina	Dólar EUA	Outras divisas	Total não-euro	Total geral
Activo							
Caixa, bancos centrais e serviços de cheques postais	1		10			10	11
Efeitos públicos admissíveis para refinanciamento junto dos bancos centrais	2 019	48					2 067
Outros créditos:							
contas correntes	39		1	19	18	38	77
outros	6 075		1 090	3 514	343	4 947	11 022
	6 114		1 091	3 533	361	4 985	11 099
Empréstimos concedidos:							
a instituições de crédito	17 519	24 652	11 744	8 992	2 328	23 064	65 235
a clientes	24 266	27 812	16 778	11 894	7 372	36 044	88 122
	41 785	52 464	28 522	20 886	9 700	59 108	153 357
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2 554	217		278	49	327	3 098
Contratos de swap de divisas a receber	1 322	2 822	2 416	9 890	11 103	23 409	27 553
Outros activos	1 329	1 398	655	330	206	1 191	3 918
Total do activo	55 124	56 949	32 694	34 917	21 419	89 030	201 103
Passivo							
Débitos para com instituições de crédito	119			216	2	218	337
Débitos representados por títulos: certificados e obrigações em circulação	43 542	28 895	28 121	27 672	19 011	74 804	147 241
outros	3	171	241		430	671	845
	43 545	29 066	28 362	27 672	19 441	75 475	148 086
Capital, reservas e resultados do exercício	20 494						20 494
Outros passivos	2 697	1 792	703	555	406	1 664	6 153
Contratos de swap de divisas a pagar	3 169	11 198	3 647	6 433	1 586	11 666	26 033
Total do passivo	70 024	42 056	32 712	34 876	21 435	89 023	201 103
Posição líquida em 31/12/1999	- 14 900	14 893	- 18	41	- 16		
Posição líquida em 31/12/1998	- 12 181	10 340	1 436	38	367		

Nota V — Produtos derivados

1. No âmbito da captação de fundos

O Banco recorre essencialmente aos produtos derivados no âmbito da captação de fundos, quer para aproximar as características em termos de divisas e de taxas de juros desses fundos das dos empréstimos a conceder, quer para reduzir os custos de captação.

Os produtos derivados mais utilizados são os seguintes:

- * Swap de divisas
- * Swap de taxas de juro
- * Acordo de fixação diferida de taxa de juro (*deferred rate setting agreement*)

Swap de divisas

As operações de swap de divisas são contratos nos termos dos quais o produto de um empréstimo obtido é convertido noutra divisa e simultaneamente, é concluído um contrato de conversão a prazo que prevê uma operação cambial inversa no futuro, para obter a divisa de origem necessária ao reembolso do empréstimo obtido na data prevista.

Swap de taxa de juro

As operações de swap de taxa de juro são contratos nos termos dos quais se trocam taxas de juro variáveis por taxas de juro fixas, ou vice-versa.

Acordo de fixação diferida de taxa de juro (*deferred rate setting agreement*)

Este produto derivado é equiparável a um contrato de swap de taxa de juro (taxa fixa/taxa variável ou vice-versa). No entanto, é mais especificamente utilizado pelas instituições de financiamento a longo prazo como o BEI, que capta quantias substanciais no mercado de capitais.

Utilização e riscos inerentes

Os swaps de taxas de juros e de divisas permitem que o BEI adapte as taxas de juros e as divisas da sua carteira de empréstimos obrigacionistas aos desejos dos seus clientes, e além disso, aceda a certos mercados de capitais, trocando com as suas contrapartes as condições vantajosas de acesso de que estas fruam nesses mercados, e reduzir, assim, o custo de captação de fundos.

As operações de *swap* de taxas de juro e de divisas ligadas à carteira de empréstimos obrigacionistas têm datas de vencimento idênticas às desses empréstimos, sendo, por conseguinte, a longo prazo.

Todos os produtos derivados descritos acima são negociados numa base de reciprocidade com contrapartes de primeira categoria.

Tal como os instrumentos financeiros de balanço, os produtos derivados estão sujeitos ao risco de crédito. No entanto, contrariamente aos ditos instrumentos, em que o risco de crédito corresponde geralmente ao montante nocional ou nominal, no caso dos produtos derivados, esse risco apenas corresponde a uma pequena parcela do respectivo valor nocional. No que toca ao Banco, que apenas negocia produtos

derivados numa base de reciprocidade, o risco de crédito é avaliado segundo o método do "risco corrente" recomendado pelo Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), sendo expresso em termos de valor de substituição positivo dos contratos, acrescido dos riscos potenciais inerentes à duração e ao tipo de transacção, e ponderado por um coeficiente ligado à categoria da contraparte (risco BIS 2 ponderado).

Apresentam-se nos quadros a seguir as datas de vencimento das operações de *swap* de divisas e de taxas de juro e de fixação diferida de taxas de juro, decompostas segundo o respectivo montante nocional e o risco de crédito inerente.

Swap de divisas (em milhões de euros)

	menos de 1 ano	de 1 ano a 5 anos	de 5 anos a 10 anos	mais de 10 anos	Total 31.12.1999	Total 1998
Montante nocional	4 005	15 346	5 292	392	25 035	20 951
Valor líquido actualizado	71	1 027	372	- 45	1 425	- 261
Risco de crédito (segundo BIS 2 ponderado)	55	531	170	57	813	537

De recordar que os montantes nominais a receber e a pagar relativos a *swaps* de divisas estão inscritos no activo e no passivo do balanço, nas rubricas "Outros activos" e "Outros passivos" (ver 2. a seguir para os *swaps* a curto prazo).

Swap de taxas e fixação diferida de taxa de juro (em milhões de euros)

	menos de 1 ano	de 1 ano a 5 anos	de 5 anos a 10 anos	mais de 10 anos	Total 31.12.1999	Total 1998
Montante nocional	6 070	37 786	25 832	13 094	82 782	56 541
Valor líquido actualizado	744	967	- 270	119	1 560	3 918
Risco de crédito (segundo BIS 2 ponderado)	159	406	272	182	1 019	1 139

De um modo geral, o Banco não efectua contratos de opções no contexto da sua política de cobertura de riscos.

No entanto, no âmbito da sua estratégia de captação de fundos ao menor custo nos mercados financeiros, o Banco conclui contratos que prevêem opções sobre taxas de juros ou índices bolsistas. Estes empréstimos obrigacionistas são objecto de contratos de *swap* para cobrir o risco de mercado correspondente.

Apresenta-se no quadro a seguir o número e o montante nocional dos diferentes tipos de opções para a captação de fundos:

	Opção integrada	Índice bolsista	Cupão ou equiparado com estrutura especial
Número de transacções	76	53	47
Montante nocional (em milhões de euros)	9 093	2 976	3 493
Valor líquido actualizado	- 161	1 250	316

Todos estes contratos de opções integrados ou ligados a empréstimos obrigacionistas são negociados numa base de reciprocidade.

Em geral, estas opções não apresentam qualquer risco de crédito, excepto se se basearem num índice bolsista; neste caso, gozam de uma garantia na forma de colateral, que é regularmente controlada.

2. No quadro da gestão das disponibilidades

O Banco realiza também contratos de *swap* de divisas a curto prazo, para ajustar as posições em divisas na sua tesouraria operacional em relação à divisa de referência (o euro), e para obter as divisas necessárias ao desembolso dos seus empréstimos.

Em 31 de Dezembro de 1999, o montante nocional dos contratos de *swap* de divisas a curto prazo ascendia a 2 431 milhões (contra 5 311 milhões em 31 de Dezembro de 1998).

De assinalar que os montantes nominais a receber ou a pagar relativos a *swaps* de divisas a curto prazo também estão inscritos no activo e no passivo do balanço, nas rubricas "Outros activos" e "Outros passivos".

Nota W — Distribuição dos empréstimos segundo a localização dos projectos

Localização dos projectos	Número	Total dos empréstimos concedidos	Parcela não desembolsada	Valores já desembolsados	% do total	% ano 1998
1. Empréstimos para investimentos na União e outros equiparados						
Alemanha	621	22 573 614	386 820	22 186 794	12,59 %	11,78 %
França	412	20 827 920	2 137 302	18 690 618	11,62 %	11,26 %
Itália	1 616	27 032 247	3 382 814	23 649 433	15,08 %	17,18 %
Reino Unido	347	23 800 159	2 942 688	20 857 471	13,27 %	12,68 %
Espanha	418	22 860 417	1 963 007	20 897 410	12,75 %	12,78 %
Bélgica	100	4 122 343	172 312	3 950 031	2,30 %	2,57 %
Países Baixos	53	3 026 147	714 396	2 311 751	1,69 %	1,92 %
Suécia	97	3 361 754	211 522	3 150 232	1,88 %	1,71 %
Dinamarca	130	4 434 752	84 156	4 350 596	2,47 %	2,43 %
Áustria	69	2 221 247	11 527	2 209 720	1,24 %	1,04 %
Finlândia	43	1 991 063	208 762	1 782 301	1,11 %	0,91 %
Grécia	190	6 032 593	1 076 522	4 956 071	3,36 %	3,08 %
Portugal	193	11 044 014	2 643 686	8 400 328	6,16 %	6,42 %
Irlanda	132	2 269 112	480 156	1 788 956	1,27 %	1,52 %
Luxemburgo	32	406 835	17 352	389 483	0,23 %	0,17 %
Outros equiparados (*)	20	1 926 615	99 053	1 827 562	1,07 %	1,27 %
Total	4 473	157 930 832	16 532 075	141 398 757	88,09 %	88,73 %

2. Empréstimos para investimentos no exterior da União

2.1. Países ACP/PTU

Quênia	11	171 810	78 000	93 810		
Zimbábwe	14	125 457	18 030	107 427		
Jamaica	11	124 525	6 752	117 773		
Namíbia	8	122 565	50 225	72 340		
Trinidade e Tobago	6	107 095	3 500	103 595		
Gana	5	87 042	31 774	55 268		
Ilha Maurícia	11	86 408	14 324	72 084		
Senegal	3	77 764	54 001	23 763		
Costa do Marfim	10	76 107	2 500	73 607		
Grupo ACP	2	75 732	5 713	70 019		
Botsuana	9	71 507	424	71 083		
Nigéria	3	69 272	—	69 272		
Barbados	6	67 483	38 508	28 975		
Moçambique	3	60 299	29 747	30 552		
Lesoto	3	59 334	54 000	5 334		
Papuaásia-Nova Guiné	6	52 347	—	52 347		
Baamas	4	43 936	5 922	38 014		
Regional - África	2	35 660	—	35 660		
Mauritânia	2	26 287	15 000	11 287		
Mali	1	22 750	—	22 750		
Camarões	6	22 479	5 000	17 479		
Regional - África Ocidental	2	20 528	15 000	5 528		
Regional - Caraíbas	1	20 274	16 000	4 274		
Uganda	2	18 363	6 500	11 863		
Santa Lúcia	4	14 551	—	14 551		
Guiné	2	13 620	—	13 620		
Polinésia Francesa	4	12 781	5 000	7 781		
República Dominicana	2	11 882	3 000	8 882		
Gabão	2	10 500	10 500	—		
Dominica	1	10 000	10 000	—		
Ilhas Virgens Britânicas	3	8 047	5 000	3 047		
Ilhas Caimão	3	7 651	—	7 651		
Ilhas Fiji	4	6 530	—	6 530		
Malawi	4	5 926	—	5 926		
Antilhas Neerlandesas	4	5 849	1 000	4 849		
São Vicente e Grenadinas	2	5 801	4 000	1 801		
Tonga	3	4 252	—	4 252		
Suriname	1	4 090	2 120	1 970		
Granada	1	4 078	2 401	1 677		
Nova Caledónia e dependências	1	3 841	—	3 841		
Ilhas Malvinas	2	3 812	1 500	2 312		
Aruba	3	3 203	2 000	1 203		
Belize	2	2 857	162	2 695		
República Democrática do Congo	1	2 436	—	2 436		
Togo	1	893	—	893		
Seychelles e dependências	1	628	—	628		
Congo	2	616	—	616		
Regional - África Central	1	433	—	433		
Montserrat	1	50	—	50		
Sub-total	186	1 789 351	497 603	1 291 748	1,00 %	1,07 %

* Os empréstimos concedidos nos termos do nº 1, 2º parágrafo, do artigo 18º dos Estatutos, referentes a projectos que, embora se localizem fora do território dos Estados-membros, são considerados de interesse para a União, são equiparados a empréstimos na União.

Nota W — Distribuição dos empréstimos segundo a localização dos projectos

Localização dos projectos	Número	Total dos empréstimos concedidos	Parcela não desembolsada	Valores já desembolsados	% do total	% ano 1998
<i>África do Sul</i>	15	588 370	205 692	382 678	0,33 %	0,26 %
<i>2.3. Países da Bacia Mediterrânica</i>						
Egipto	36	1 305 199	370 184	935 015		
Marrocos	31	1 240 498	581 244	659 254		
Argélia	25	1 182 240	224 000	958 240		
Tunísia	38	754 902	331 123	423 779		
Turquia	13	567 550	173 007	394 543		
Líbano	13	511 662	271 011	240 651		
Chipre	16	452 230	297 894	154 336		
Jordânia	29	408 749	174 616	234 133		
Gaza/Cisjordânia	9	185 133	159 532	25 601		
Israel	3	50 091	—	50 091		
Síria	3	26 014	—	26 014		
Malta	3	16 852	—	16 852		
Sub-total	219	6 701 120	2 582 611	4 118 509	3,74 %	3,88 %
<i>2.4. Países da Europa Central e Oriental</i>						
Polónia	32	2 757 926	1 550 721	1 207 205		
República Checa	22	1 822 466	904 612	917 854		
Roménia	23	1 373 744	936 532	437 212		
Hungria	25	1 276 935	410 162	866 773		
República Eslovaca	19	903 496	267 704	635 792		
Eslovénia	18	831 146	469 387	361 759		
Bulgária	15	666 706	439 000	227 706		
Lituânia	14	237 933	128 574	109 359		
Letónia	10	191 431	135 592	55 839		
ARJM	8	160 029	92 000	68 029		
Estónia	9	106 181	47 000	59 181		
Croácia	6	93 421	—	93 421		
República Federativa da Jugoslávia	15	73 295	—	73 295		
Albânia	5	67 842	52 700	15 142		
Bósnia-Herzegovina	1	984	—	984		
Sub-total	222	10 563 535	5 433 984	5 129 551	5,89 %	5,19 %
<i>2.5. Países da América Latina e da Ásia</i>						
Brasil	8	352 731	67 375	285 356		
Argentina	5	217 229	18 415	198 814		
Filipinas	6	193 616	101 532	92 084		
Indonésia	3	148 163	126 263	21 900		
Tailândia	3	136 624	70 000	66 624		
Peru	2	90 257	—	90 257		
China	2	84 907	33 595	51 312		
México	2	80 336	26 611	53 725		
Panamá	1	55 544	—	55 544		
Índia	1	55 263	52 444	2 819		
Vietname	1	55 000	55 000	—		
Costa Rica	1	47 428	—	47 428		
Paquistão	2	45 015	42 348	2 667		
Chile	1	43 425	—	43 425		
Regional – Grupo Andino	1	40 704	28 162	12 542		
Regional – América Central	1	35 000	35 000	—		
Paraguai	1	17 000	17 000	—		
Uruguai	1	10 922	—	10 922		
Sub-total	42	1 709 164	673 745	1 035 419	0,95 %	0,87 %
Total	684	21 351 540	9 393 635	11 957 905	11,91 % *	11,27 %
Total geral	5 157	179 282 372	25 925 710	153 356 662	100,00 %	100,00 %

* 10,3 % fora do âmbito da Linha de Crédito de Pré-adesão.

Nota X — NIC 14 - Informação por segmentos

Nos termos dos critérios definidos na Norma NIC 14 revista, o Banco considera que a actividade de concessão de empréstimos constitui o produto principal fornecido aos seus clientes; a sua organização e o conjunto dos seus instrumentos de gestão estão orientados para respectivo o desenvolvimento e distribuição.

Assim sendo, e em conformidade com a referida norma, os critérios de segmentação foram definidos da seguinte forma:

- critério primário: o empréstimo enquanto produto;

- critério secundário: a sua distribuição geográfica.

Por conseguinte, as informações a prestar sobre a segmentação geográfica constam das seguintes notas:

- juros e proveitos assimilados por mercados geográficos (Nota O);
- empréstimos por países de localização dos projectos (Nota W);
- activos corpóreos e incorpóreos por países de localização (Nota F).

Nota Y — Taxas de conversão

Na elaboração dos balanços de 31 de Dezembro de 1999 e de 31 de Dezembro de 1998, foram utilizadas as seguintes taxas de conversão:

1 Euro =	31.12.1999 (*)	31.12.1998
EURO-11:		
Marco alemão	1,95583 (*)	1,95583
Franco francês	6,55957 (*)	6,55957
Lira italiana	1936,27 (*)	1936,27
Peseta espanhola	166,386 (*)	166,386
Franco belga	40,3399 (*)	40,3399
Florim holandês	2,20371 (*)	2,20371
Xelim austríaco	13,7603 (*)	13,7603
Markka finlandesa	5,94573 (*)	5,94573
Escudo português	200,482 (*)	200,482
Libra irlandesa	0,787564 (*)	0,787564
Franco luxemburguês	40,3399 (*)	40,3399
"PRE-IN":		
Libra esterlina	0,62170	0,705455
Coroa dinamarquesa	7,44330	7,44878
Dracma grega	330,300	329,689
Coroa sueca	8,56250	9,48803
DIVISAS NÃO COMUNITÁRIAS:		
Dólar dos Estados Unidos	1,00460	1,16675
Franco suíço	1,60510	1,60778
Libra libanesa	1511,04	1759,46
Iene japonês	102,730	132,800
Dólar canadiano	1,46080	1,80613
Dólar australiano	1,54220	1,89932
Franco CFA	655,957	655,957
Coroa checa	36,1030	35,1939
Dólar de Hong Kong	7,80330	9,10065
Dólar neozelandês	1,93570	2,20892
Rand sul-africano	6,18701	6,84883

(*) Taxas irrevogavelmente fixadas em 31.12.1999.

Relatório dos Auditores Independentes

Ao Presidente do Comité de Fiscalização
Banco Europeu de Investimento
Luxemburgo

Nos termos do mandato que nos foi conferido pelo Banco em 20 de Junho de 1996, examinámos as demonstrações financeiras do Banco Europeu de Investimento abaixo identificadas, relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 1999. As mesmas são da responsabilidade da Direcção do Banco Europeu de Investimento. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, com base no exame de auditoria que realizámos.

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. As referidas Normas exigem que o nosso exame seja planeado e realizado de forma a obter-se uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, dos elementos comprovativos dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras, a apreciação dos princípios contabilísticos seguidos e das estimativas significativas feitas pela Direcção na preparação das demonstrações financeiras e a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras. Entendemos que o nosso exame proporciona uma base razoável para a expressão da nossa opinião.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada o património e a situação financeira do Banco Europeu de Investimento em 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados da sua actividade e os fluxos de caixa referentes ao exercício então findo, em conformidade com os princípios constantes da Directiva do Conselho das Comunidades Europeias sobre as contas anuais e consolidadas de bancos e outras instituições financeiras e com as Normas Internacionais de Contabilidade, excepto tal como explicado nas notas relativas às políticas contabilísticas.

As demonstrações financeiras em que se fundamenta o nosso parecer são as seguintes:

Balanço
Demonstração da Secção Especial
Demonstração de resultados
Capitais próprios e aplicação do resultado do exercício
Mapa resumo das subscrições de capital do Banco
Mapa dos fluxos de caixa
Anexo às demonstrações financeiras.

ERNST & YOUNG
Sociedade Anónima



Catherine ALEXANDER



Kenneth A. HAY

Luxemburgo,
22 de Fevereiro de 2000

Comité de Fiscalização

O Comité de Fiscalização dá o seu parecer ao Conselho de Governadores e antes de este aprovar o Relatório Anual e as demonstrações financeiras, apresenta-lhe a seguinte declaração:

Declaração do Comité de Fiscalização

O Comité, constituído nos termos do artigo 14º dos Estatutos e do artigo 25º do Regulamento Interno do Banco Europeu de Investimento, para verificar a regularidade das suas operações e dos seus livros,

após verificação dos documentos cujo exame entendeu ser necessário no exercício das suas funções,

após leitura dos relatórios elaborados por Ernst & Young,

considerando o Relatório Anual de 1999 e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, na redacção adoptada pelo Conselho de Administração na sessão de 22 de Fevereiro de 2000,

considerando os artigos 22º, 23º e 24º do Regulamento Interno,

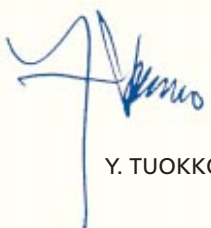
confirma pela presente:

que as operações do Banco no decurso do exercício de 1999 foram realizadas em conformidade com as formalidades e os preceitos estipulados pelos Estatutos e pelo Regulamento Interno,

que as demonstrações financeiras, compostas pelo balanço, a demonstração de resultados, a demonstração da secção especial, o anexo às demonstrações financeiras e todas e quaisquer outras informações financeiras contidas nas contas anuais, dão uma imagem fiel da situação financeira do Banco no que respeita ao activo e ao passivo, e bem assim aos resultados das suas operações e aos fluxos de caixa relativos ao exercício de 1999.

Luxemburgo, 28 de Março de 2000

O Comité de Fiscalização



Y. TUOKKO



M. SOMERS



A. HANSEN



Projectos financiados

Financiamentos na União Europeia	103
Financiamentos no exterior da União Europeia	116
Países candidatos à adesão	116
Países da Parceria Euromediterrânica	118
África, Caraíbas, Pacífico e PTU	119
África do Sul	121
Países da América Latina e da Ásia	121
Balcãs Ocidentais	121
Anexo estatístico	123

O montante total dos financiamentos ascendeu a 27 765 milhões de euros

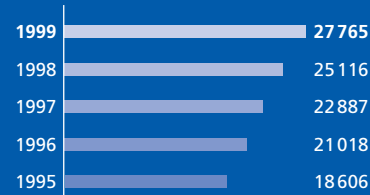


Financiamentos na União Europeia

Em 1999, o montante total dos **contratos de financiamento assinados** para projectos na União Europeia ascendeu a 27 765 milhões, contra 25 116 milhões em 1998, o que representa um aumento de 10,5 % (ver distribuição em pormenor no quadro a seguir).

Estas operações são financiadas a cargo recursos próprios do Banco, essencialmente constituídos pelo produto das emissões lançadas no mercado de capitais e por fundos próprios (capital realizado e reservas), são da responsabilidade financeira do Banco e estão inscritas no balanço.

O BEI colabora estreitamente com um grande número de instituições financeiras e de bancos comerciais, com os quais conclui empréstimos globais destinados ao financiamento de projectos de pequena e média dimensão nos sectores da indústria, dos serviços, da educação, da saúde e das infra-estruturas. Certos empréstimos individuais também são concedidos por intermédio de instituições financeiras e de bancos.



Distribuição geográfica dos contratos de financiamento assinados (montantes em milhões de euros)

	1999		1995-1999	
	Montante	%	Montante	%
Bélgica	226	0,8	3 546	3,1
Dinamarca	898	3,2	3 893	3,4
Alemanha	5 534	19,9	19 958	17,3
Grécia	1 436	5,2	4 148	3,6
Espanha	4 048	14,6	15 289	13,2
França	4 295	15,5	14 568	12,6
Irlanda	87	0,3	1 074	0,9
Itália	4 053	14,6	19 513	16,9
Luxemburgo	105	0,4	389	0,3
Países Baixos	311	1,1	2 220	1,9
Áustria	606	2,2	2 251	2,0
Portugal	1 603	5,8	6 983	6,1
Finlândia	576	2,1	2 009	1,7
Suécia	544	2,0	3 252	2,8
Reino Unido	3 348	12,1	14 817	12,8
Art.18°(1)	97	0,3	1 483	1,3
União Europeia	27 765	100	115 392	100

Nota:

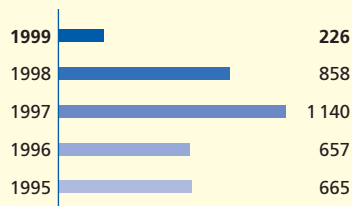
Nas listas a seguir, os objectivos de política comunitária a que correspondem os empréstimos individuais figuram na margem. Os símbolos desses objectivos são os seguintes:

- desenvolvimento regional
- ★ competitividade das empresas e integração europeia
- ✚ protecção do ambiente e ordenamento urbano
- infra-estruturas comunitárias
- ▼ objectivos energéticos
- ▲ capital humano

Salvo indicação específica em contrário, os empréstimos globais têm um carácter multisectorial e multiobjectivo.

Os montantes relativos aos projectos constantes destas listas são expressos em milhões de euros.

(1) Projectos de interesse europeu situados no exterior do território dos Estados-membros



Contratos assinados: 226 milhões
 dos quais
Empréstimos individuais: 77 milhões
Empréstimos globais: 149 milhões

Os **empréstimos individuais** destinaram-se aos sectores da gestão da água e dos resíduos (50 milhões) e da indústria (27 milhões).

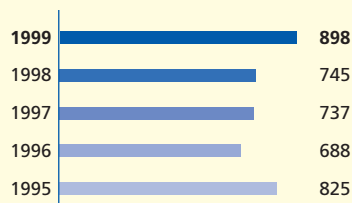
Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Modernização e ampliação de redes de esgotos na Região flamenga <i>Aquaflin N.V.</i>	49,6	÷
Construção de uma fábrica para a produção de resinas de copolímero de etileno vinil álcool (EVOH) no porto de Antuérpia <i>Eval Europe N.V.</i>	27,3	★

Empréstimos globais

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão	
- <i>KBC Bank N.V.</i>	99,2
- <i>Banque Bruxelles Lambert S.A.</i>	49,6



Contratos assinados: 898 milhões
 dos quais
Empréstimos individuais: 898 milhões

Os **empréstimos individuais** destinaram-se aos sectores dos transportes (666 milhões), das telecomunicações (198 milhões), da gestão da água e dos resíduos (8 milhões) e dos serviços (27 milhões).

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

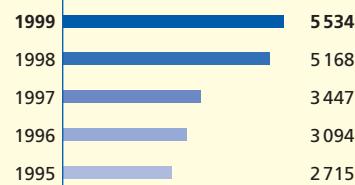
Modernização da frota aérea de pequeno e médio curso <i>Scandinavian Airline System - SAS</i>	105,4	●
Construção de uma ligação fixa ferro/rodoviária entre a Zelândia e a Fionia <i>A/S Storebæltsforbindelsen</i>	342,6	■●
Construção de uma ligação fixa ferro/rodoviária através do Øresund, entre Copenhaga (Dinamarca) e Malmö (Suécia) <i>Øresundskonsortiet</i>	102,1	●
Construção de uma rede de comboio ligeiro em Copenhaga <i>Ørestadsselskabet I/S</i>	115,7	÷
Modernização e ampliação das redes de telecomunicações fixas e móveis <i>Tele Danmark A/S</i>	197,9	■●
Ampliação e modernização de uma fábrica de tratamento de resíduos municipais em Glostrup, a oeste do centro de Copenhaga <i>Vestforbrænding I/S</i>	7,7	▼÷
Modernização e automatização do sistema de distribuição de correio e instalação de um novo sistema automatizado de distribuição de encomendas postais em dez centros de triagem <i>Post Danmark A/S</i>	26,8	●





Alemanha

Contratos assinados: 5 534 milhões
dos quais
Empréstimos individuais: 2 292 milhões
Empréstimos globais: 3 220 milhões
"Linha de crédito PME"/PAEA: 22 milhões



Os **empréstimos individuais** destinaram-se aos sectores da energia (209 milhões), dos transportes (559 milhões), da gestão da água e dos resíduos sólidos (327 milhões), da renovação urbana (249 milhões), da indústria (597 milhões) e da educação e da saúde (351 milhões).

Nos **Länder orientais**, estes empréstimos destinaram-se aos sectores da educação e da saúde, nomeadamente, à modernização e renovação de hospitais nos *Länder* de Mecklenburg-Vorpommern e da Turingia, assim como à melhoria do ambiente urbano em Berlim. Foram também concedidos financiamentos para a modernização de centros logísticos de distribuição de correio nos *Länder* orientais e no resto do território.

Em 1999, **empréstimos individuais** e os financiamentos no âmbito de empréstimos globais para projectos nos *Länder* orientais representaram mais de 50 % do total dos financiamentos do BEI na Alemanha.

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Modernização e reabilitação da rede de transporte e distribuição de electricidade (Turingia e Baviera) <i>Bayernwerk AG</i>	175,9	■ ▼
Renovação e modernização da rede eléctrica de média tensão na região de Leipzig (Saxónia) <i>Energie Sachsen Brandenburg AG</i>	12,4	■ ▼
Construção de um gasoduto de Dornumeriel (litoral do Mar do Norte) a Salzwedel, para o abastecimento de gás norueguês <i>Netra GmbH Norddeutsche Erdgas Transversale</i>	20,5	■ ▼
Construção de um túnel rodoviário (auto-estrada) sob o Elba, em Hamburgo <i>ARGE 4. Röhre Elbtunnel</i>	153,4	● +
Construção de uma rede ferroviária urbana em Saarbrücken (Sarre) <i>Stadtbahn Saar GmbH</i>	92,0	■ +
Construção de dois lanços da auto-estrada A60 entre Bitburg e Wittlich (Renânia-Palatinado) <i>ARGE A-60</i>	100,2	●
Construção de um túnel sob o rio Engelberg, na auto-estrada A81, próximo de Estugarda (Bade-Vurtemberg) <i>Arbeitsgemeinschaft Engelberg</i>	54,4	●
Construção de um lanço da auto-estrada circular da cidade de Farchant (Baviera) <i>Arbeitsgemeinschaft « Ortsumgehung Farchant »</i>	48,3	●
Construção de um túnel (2x2 vias) próximo de Bremerhaven (Baixa Saxónia) <i>ARGE Wesertunnel</i> <i>ARGE Weserquerung</i>	48,2	■ ●
Construção de um terceiro terminal, de uma estação de comboios de alta velocidade e de um parque de estacionamento no aeroporto de Colónia/Bona (Renânia do Norte-Vestefália) <i>Flughafen Köln/Bonn GmbH</i>	25,6	●
Ampliação e modernização do aeroporto de Nuremberga (Baviera) <i>Flughafen Nürnberg GmbH</i>	25,6	■ ●

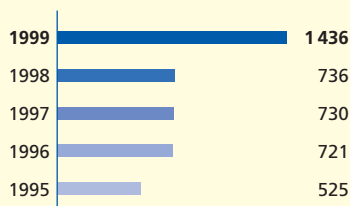


Melhoria da rede de esgotos:

- na Renânia do Norte-Vestefália <i>Wasserverband Eifel-Rur</i>	58,9	■ +
<i>Ruhrverband</i>	23,1	■ +
- no Sarre <i>Entsorgungsverband Saar EVS</i>	73,4	■ +
- em Hamburgo <i>Hamburger Stadtentwässerung</i>	40,0	+
- em Dusseldórfia <i>Landeshauptstadt Düsseldorf</i>	20,0	+
- em Nuremberga (Baviera) <i>Stadt Nürnberg</i>	18,0	+
- em Bade-Vurtemberg <i>Zweckverband Bodensee-Wasserversorgung</i>	11,0	+
- em Freiburg im Breisgau (Bade-Vurtemberg) <i>Stadt Freiburg im Breisgau</i>	11,0	+
- em Constança (Bade-Vurtemberg) <i>Stadt Konstanz</i>	10,6	+
- em Herford (Renânia do Norte-Vestefália) <i>Herforder Abwasser GmbH</i>	10,6	+

Aeroporto de Colónia/Bona

Apoio às
infra-estruturas de ensino



Construção de uma nova incineradora de
lixos domésticos ou assimilados em
Nuremberga (Baviera)
*Thermische Abfallbehandlung Nürnberg
GmbH* _____ 50,0 ▼÷

Melhoria do ambiente urbano:

- na Potsdamer Platz, no centro de Berlim
DaimlerChrysler AG _____ 153,4 ■÷

- em Mannheim
Stadt Mannheim _____ 31,0 ÷▲

- em Estugarda
Landeshauptstadt Stuttgart _____ 11,0 ÷

Ampliação e modernização da feira
comercial de Berlim
Land Berlin _____ 75,7 ■★

Construção de uma fábrica de placas
destinadas à produção de micro-
processadores e de um centro de concepção
em Dresda (Saxónia)
AMD Saxony Manufacturing GmbH _____ 134,3 ■★

Construção de uma fábrica polivalente de
síntese farmacêutica em Ingelheim
(Renânia-Palatinado)
Boehringer Ingelheim Pharma KG _____ 30,0 ÷★

Construção de uma fábrica de papel *couché*
fino em Augsburg (Baviera)
Haindl Papier GmbH _____ 179,0 ÷★

Centros logísticos de distribuição de
correio _____ 205,9 ■●

Ampliação de um centro de distribuição
para uma sociedade de vendas por
correspondência em Haldensleben
(Saxónia-Anhalt)
Otto Versand GmbH & Co _____ 48,1 ■

Modernização e renovação de hospitais:
- no Land de Mecklenburg-Vorpommern
Land Mecklenburg-Vorpommern _____ 208,6 ■▲

- em Jena, Nordhausen e Eisenberg
Freistaat Thüringen _____ 41,4 ■▲

Aumento da capacidade de estruturas e de
instalações de ensino primário, secundário e
superior (formação contínua e cursos
nocturnos)
Land Berlin _____ 56,0 ■▲

Ampliação de uma escola de engenharia e
construção de bibliotecas universitárias
Freistaat Thüringen _____ 16,0 ■▲

Construção de um edifício destinado à
escola de cinema e de televisão (HFF) no
local dos estúdios de cinema de Babelsberg
em Potsdam, próximo de Berlim
*Hochschule für Film und Fernsehen Konrad
Wolf Potsdam-Babelsberg* _____ 18,8 ■▲

Empréstimos globais

Financiamento de projectos de pequena e
média dimensão

- Kreditanstalt für Wiederaufbau	754,5
- Commerzbank AG	616,0
- Deutsche Bank AG	499,7
- Landesbank Hessen Thüringen Girozentrale	352,4
- Sächsische Aufbaubank GmbH	200,0
- Landesbank Baden-Württemberg	150,9
- Landesbank Schleswig-Holstein Girozentrale	130,6
- Bremer Landesbank Kreditanstalt Oldenburg Girozentrale	102,8
- WGG-Bank SGZ-Bank GZB-Bank	77,8
- Bayerische Hypo- und Vereinsbank AG	52,6
- Dresdner Bank AG	50,0
- IKB Deutsche Industriebank	49,7
- Westdeutsche Landesbank Girozentrale	45,1
- Norddeutsche Landesbank Girozentrale	40,0
- Investitionsbank des Landes Brandenburg	36,8
- Landesbank Sachsen Girozentrale	28,9
- Landesbank Saar Girozentrale	17,6
- DGZ-DekaBank	15,2

Financiamentos no âmbito da « linha de crédito PME »/PAEA

- Deutsche Venture Capital Gesellschaft mbH & Co Fonds II KG	15,3
- Innovationsfonds Schleswig-Holstein & Hamburg GmbH	6,8



Contratos assinados: 1 436 milhões

dos quais

Empréstimos individuais: 1 369 milhões

Empréstimos globais: 67 milhões

Os empréstimos individuais destinaram-se aos sectores da energia (77 milhões), dos transportes (826 milhões), das telecomunicações (77 milhões) e da indústria (89 milhões).

Além disso, o Banco concedeu à Grécia uma ajuda de emergência de 300 milhões para a reconstrução de infra-estruturas danificadas pelo tremor de terra na área metropolitana de Atenas.

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Construção de uma central eléctrica de ciclo
combinado alimentada a gás em Komotini
(Trácia)
*DEI - Dimosia Epihirisi Ilektrismou (Public
Power Corporation)* _____ 77,1 ■▼

Construção de duas linhas de metropolitano
em Atenas
Attiko Metro SA _____ 320,0 ■÷

Construção do aeroporto internacional de
Spata (Atenas)
Athens International Airport SA _____ 173,8 ■●



Construção de uma auto-estrada circular a norte de Atenas, integrada no eixo Patras-Atenas-Salónica, e que liga o centro de Atenas ao novo aeroporto internacional

Attiki Odos JV _____ 286,0 ■●

Construção da variante de Patras, integrada no eixo Patras-Atenas-Salónica-Evzoni

República Helénica _____ 46,2 ■●

Segunda fase da instalação da rede de telefonia móvel

STET (Hellas) SA _____ 76,7 ■●

Reconstrução das infra-estruturas de base, reconstrução e reparação de pequenas e médias empresas e de habitações destruídas ou danificadas pelo tremor de terra na Ática

República Helénica _____ 300,0 ■

Construção de uma unidade de produção de polipropileno em Aspropyrgos (próximo de Atenas) e em Salónica

Hellenic Petroleum SA _____ 73,0 ■

Deslocalização de fábricas de massas alimentícias na zona industrial a norte de Atenas

Misko Pasta Manufacturing SA _____ 16,0 ■✦★

Empréstimos globais

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

- Alpha Credit Bank AE _____ 30,4

- Ergobank SA _____ 18,5

- Bank of Cyprus Ltd _____ 18,3



Construção do metropolitano de Atenas

Espanha

Contratos assinados: 4 048 milhões

dos quais

Empréstimos individuais: 3 147 milhões

Empréstimos globais: 874 milhões

"Linha de crédito PME"/PAEA: 27 milhões



Os empréstimos individuais destinaram-se aos sectores da energia (677 milhões), dos transportes (1 309 milhões), das telecomunicações (658 milhões), da gestão da água e dos resíduos sólidos (144 milhões), da indústria e dos serviços (308 milhões) e da saúde e da educação (51 milhões).

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Interligação das redes eléctricas de alta tensão de Espanha e de Marrocos

Red Eléctrica de España SA _____ 51,1 ■▼

Reforço e ampliação da rede de transporte e de distribuição de electricidade

ENDESA SA _____ 396,0 ■▼

IBERDROLA SA _____ 230,0 ■▼

Melhoria da rede ferroviária nacional e das redes suburbanas e modernização do material circulante

Red Nacional de los Ferrocarriles Españoles _____ 84,1 ■●✦

Ampliação da rede de metropolitano de Madrid

(ARPEGIO) Areas de Promoción Empresarial SA _____ 270,4 ✦

Melhoria das redes de caminhos-de-ferro nas aglomerações de Valência e de Alicante

Ferrocarrils de la Generalitat Valenciana _____ 12,0 ■✦

Modernização de vinte e duas secções da rede rodoviária nacional

Reino de España _____ 400,0 ■●

Construção de três túneis rodoviários na aglomeração de Bilbao

Túneles de Artxanda, Concesionaria de la Diputación Foral de Bizkaia, S.A. _____ 40,0 ■●

Melhoria das infra-estruturas rodoviárias regionais

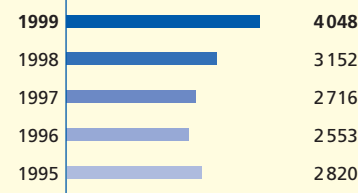
Comunidad Autónoma de Castilla La Mancha _____ 38,5 ■

Primeira fase da construção de uma via rápida (2x2 vias) de Leão a Burgos (Castela e Leão)

Comunidad Autónoma de Castilla y León _____ 36,1 ■●

Melhoria da rede rodoviária na região de Madrid

Comunidad de Madrid _____ 30,0 ■●



Construção de uma fábrica de papel próximo de Saragoça

Auto-estrada
Leão-Burgos



Melhoria e ampliação do aeroporto de Madrid/Barajas
Ente Público de Aeropuertos Españoles y Navegación Aérea

147,3 ■●

Compra de vinte aparelhos Airbus para a renovação e a ampliação da frota
Iberia Líneas Aéreas de España SA

150,0 ●

Instalação de uma segunda rede de telefones fixos
Retevisión SA

300,0 ■●

Modernização da rede de telefones fixos
Telefónica SA

237,5 ■●

Construção de uma rede de telecomunicações integrada no País Basco
Euskaltel SA

120,0 ■●

Instalações de recolha e de tratamento de águas residuais:

- na região da Catalunha

Junta de Saneamiento de Cataluña

24,0 ■+

- na região de Valência

Entidad Pública de Saneamiento de Aguas Residuales de la Comunidad Valenciana

42,0 ■+

Melhoria da rede rodoviária e das instalações de abastecimento de água potável e de esgotos na região autónoma de Extremadura
Comunidad Autónoma de Extremadura

48,1 ■+

Melhoria da rede rodoviária e reabilitação de edifícios históricos na região de Aragão
Comunidad Autónoma de Aragón

36,1 ■●+

Melhoria da rede rodoviária e construção de instalações para o abastecimento de água na região de Catalunha

Gestió d'Infraestructures SA (Gisa) 34,0 ■●+

Construção e remodelação de infra-estruturas rurais na Andaluzia: estradas rurais, barragens e canais de irrigação

Comunidad Autónoma de Andalucía 59,1 ■●+

Melhoria das infra-estruturas urbanas do município de Valência
Ayuntamiento de Valencia

30,0 ■+

Construção de uma fábrica destinada à produção de cartão canelado próximo de Saragoça (Aragão)

SAICA - Sociedad Anónima Industrias Celulosa Aragonesa 70,0 ■+

Construção de uma fábrica de papel de jornal e de papel de impressão em Fuenlabrada, a sul de Madrid

Papelera Peninsular SA 22,8 ■

Modernização e reforço da capacidade de fabrico de componentes de automóveis em Eskoriatza (Guipúzcoa)

Fagor Ederlan SC 12,0 ■

Construção de uma fábrica de vidro plano em Sagunto, próximo de Valência

Glafilk AIE 55,0 ■

Ampliação e modernização de dois hipermercados em Molina de Segura - Murcia e Valladolid (Castela e Leão)

Eroski Sociedad Cooperativa Limitada de Consumo SC 18,0 ■

Reabilitação de monumentos históricos nas regiões de Sevilha, Córdoba, Cádiz, Granada, Málaga e Jerez

Comunidad Autónoma de Andalucía 12,0 ■+

Construção de um museu de ciências e de um parque oceanográfico em Valência
Ciudad de las Artes y de las Ciencias, S.A.

90,0 ■+

Construção e equipamento de um novo hospital distrital em Lugo e de três hospitais locais; ampliação e reabilitação de estabelecimentos hospitalares

Comunidad Autónoma de Galicia 50,6 ■▲

Empréstimos globais

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

- Instituto de Crédito Oficial 247,6

- Banco Santander Central Hispano S.A. 180,0

- Banco Bilbao Vizcaya 120,0

- Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona 120,0

- Deutsche Bank SAE 60,1

- Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Madrid 60,0

- Caja de Ahorros del Mediterráneo y Grupo de Empresas del Mediterráneo S.A. 36,1

- Caja Laboral Popular Sociedad Cooperativa de Crédito Ltda 30,0

- Institut Catalá de Finances 20,0

Financiamentos no âmbito da "linha de crédito PME"/IPAEA

- Inversiones en Telecomunicaciones FCR, co-investido com Retevisión Móvil, S.A. (AMENA) e gerido por Ahorro Corporación Desarrollo, S.A. 19,5

- EBM Principia FCR, co-investido com Fundación Retevisión e gerido por EBM, S.A. 8,0



França

Contratos assinados: 4 295 milhões
 dos quais
Empréstimos individuais: 1 506 milhões
Empréstimos globais: 2 778 milhões
"Linha de crédito PME"/PAEA: 11 milhões



Os empréstimos individuais destinaram-se aos sectores da gestão dos resíduos sólidos (43 milhões), das infra-estruturas urbanas (26 milhões), da educação (34 milhões) e dos transportes (1 404 milhões).

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Lanços da rede de auto-estradas por intermédio da Caisse Nationale des Autoroutes (CNA):

- A20, lanço Brive-Cahors-Montauban do eixo Vierzon-Montauban
 ASF - Société des Autoroutes du Sud de la France SA

60,0 ■●

- A66, lanço Toulouse-Pamiers do eixo Paris-Toulouse-Barcelona
 ASF - Société des Autoroutes du Sud de la France SA

50,0 ■●

- A83, lanço Oulmes-Niort
 ASF - Société des Autoroutes du Sud de la France

50,0 ■●

- A29, lanço Neuchâtel-Amiens-St Quentin (Picardia)
 SANEF - Société des Autoroutes du Nord et de l'Est de la France

15,0 ■●

Construção da auto-estrada de ligação de Cergy-Pontoise ao aeroporto de Roissy-Charles de Gaulle, a norte de Paris
 Département du Val d'Oise

45,7 ●

Modernização da rede de sociedades de economia mista concessionárias de auto-estradas

640,0 ■●

Ampliação e beneficiação da rede rodoviária
 Région de la Guadeloupe

30,0 ■

Construção de duas linhas de carros-eléctricos em Lião
 SYTRAL - Syndicat Mixte des Transports pour le Rhône et les Alpes

152,5 ✱

Compra de vinte e três Airbus A319 e A321
 Groupe Air France SA

300,0 ●

Ampliação das aerogares do aeroporto de Basileia-Mulhouse (Alsácia)
 Aéroport de Bâle-Mulhouse

61,0 ●

Construção de um centro de tratamento e de aproveitamento de resíduos urbanos em St-Germain-en-Laye (Yvelines)
 Azalys SA

42,8 ▼✱

Renovação do bairro de Gerland em Lião: Construção da nova Escola Normal Superior, realização de um parque urbano e reestruturação do eixo principal de trânsito
 Communauté Urbaine de Lyon

53,4 ✱▲

Melhoria do ambiente urbano de Bastia (Alta-Córsega)
 Ville de Bastia

6,1 ■✱

Empréstimos globais

Financiamento de infra-estruturas públicas de pequena e média dimensão
 Crédit Local de France

1 005,3

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

- Caisse Nationale de Crédit Agricole

752,0

- Banque Nationale de Paris

400,0

- Société Générale

200,0

- Banque Fédérative du Crédit Mutuel

100,0

- Crédit Commercial de France

100,0

- Crédit du Nord

100,0

- Caisse Centrale de Crédit Coopératif

75,0

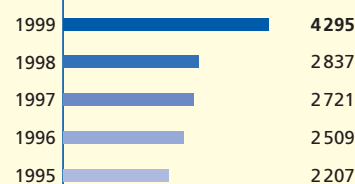
- Compagnie Financière du Crédit Mutuel de Bretagne

45,0

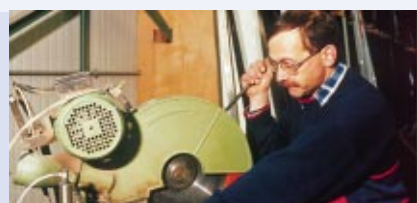
Financiamentos no âmbito da « linha de crédito PME »/PAEA

Caisse des Dépôts et Consignations

11,4



Melhoria da rede de auto-estradas



Irlanda

Contratos assinados: 87 milhões
 dos quais
Empréstimos globais: 62 milhões
"Linha de crédito PME"/PAEA: 25 milhões



Contratos assinados em 1999:

Empréstimos globais

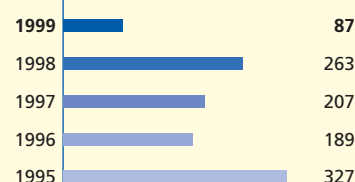
Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
 Allied Irish Bank

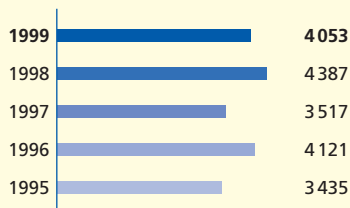
61,7

Financiamentos no âmbito da "linha de crédito PME"/PAEA

Industrial Credit Corporation

25,4





Contratos assinados: 4 053 milhões
 dos quais
Empréstimos individuais: 2 920 milhões
Empréstimos globais: 1 118 milhões
"Linha de crédito PME"/PAEA: 15 milhões

Os **empréstimos individuais** distribuíram-se pelos sectores da energia (420 milhões), dos transportes (1 559 milhões), das telecomunicações (364 milhões), da gestão da água e dos resíduos sólidos (325 milhões), da indústria e dos serviços (174 milhões) e da educação e da saúde (79 milhões).

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Interligação das redes eléctricas da Itália e da Grécia

ENEL 75,0 ■▼

Aproveitamento de dois jazigos petrolíferos terrestres em Val d'Agri, próximo de Potenza (Basilicata)

Enterprise Oil Italiana 200,0 ■▼

Modernização de uma parte da rede de auto-estradas italianas

Autostrade - Concessioni e Costruzioni Autostrade 300,0 ■●

Secção Bolonha (Emília-Romanha) - Florença (Toscana) da rede ferroviária de alta velocidade

Treno Alta Velocità - TAV 741,8 ●

Secção Roma-Nápoles da rede ferroviária de alta velocidade

Treno Alta Velocità - TAV 258,2 ■●

Ampliação do aeroporto Leonardo da Vinci em Fiumicino

Aeroporti di Roma 155,0 ●

Ampliação dos aerogares de passageiros e dos edifícios de manutenção de Malpensa (Lombardia)

SEA - Società Esercizi Aeroportuali 103,7 ●

Construção de uma rede de telecomunicações fixas

Infostrada 258,0 ■●

Modernização da rede de telecomunicações fixas no Mezzogiorno

Telecom Italia 105,9 ■●

Renovação técnica das infra-estruturas de adução e de distribuição de água na cidade de Palermo

Azienda Municipalizzata Acquedotto di Palermo 36,1 ■÷

Melhoria do ambiente urbano:

- da cidade de Bolonha (Emília-Romanha)

Comune di Bologna 52,0 ÷

- da cidade de Veneza

Comune di Venezia 52,0 ■÷

Renovação técnica e ampliação das redes de distribuição de electricidade e renovação das infra-estruturas das estações de tratamento da região de Roma

ACEA - Azienda Comunale Energia e Ambiente 206,6 ▼÷

Reabilitação das infra-estruturas, das habitações, dos edifícios públicos e dos monumentos danificados pelos sismos do Outono de 1997 nas regiões da Úmbria e das Marcas

Regione Marche 123,0 ■

Modernização e ampliação de instalações de fabrico de esquentadores e de equipamento sanitário em nove fábricas

Merloni Termosanitari 15,5 ■★

Ampliação de uma fábrica de cabos submarinos próximo de Nápoles (Campânia)

Pirelli Cavi e Sistemi 16,0 ■★

Construção de uma fábrica de pão torrado e modernização de uma fábrica de bolos em Melfi-San Nicola, próximo de Potenza (Basilicata)

Barilla Alimentare 22,6 ■
Forneria Lucana 22,6 ■

Construção de uma central de produção de gases industriais em Sarroch (Sardenha)

Air Liquide Italia 36,2 ■÷

Ampliação de três fábricas de papel velino na província de Lucca (Toscana)

Industrie Cartarie Tronchetti 5,2 ■★



Fábrica de massas alimentícias



Estação de tratamento na região de Roma



Deslocalização de uma fábrica de massas alimentícias na zona industrial de Parma (Emília-Romanha)

Barilla Alimentare _____ 20,0 ■ ÷ ★

Construção do novo mercado grossista de frutos e legumes da cidade de Roma

Centro Agro-Alimentare Roma Car _____ 36,2 ÷

Modernização de um hospital universitário em Pádua (Veneto)

Azienda Ospedaliera di Padova _____ 16,6 ▲

Ampliação da universidade técnica de Turim (Piemonte)

Politécnico di Torino _____ 62,0 ▲

Empréstimos globais

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

- *Banca Popolare di Verona* _____ 180,0

- *Rolo Banca 1473* _____ 180,0

- *Banca Carige* _____ 77,5

- *Banca Monte dei Paschi di Siena* _____ 75,0

- *Banco di Brescia* _____ 60,0

- *Banca Popolare dell'Emilia Romagna* _____ 51,7

- *San Paolo IMI* _____ 51,7

- *Banca Popolare Commercio e Industria* _____ 50,0

- *Credito Emiliano* _____ 50,0

- *Banca Popolare di Bergamo - Credito Varesino* _____ 50,0

- *Cassa di Risparmio di Firenze* _____ 50,0

- *Credito Bergamasco* _____ 50,0

- *Cassa di Risparmio in Bologna* _____ 50,0

- *Banca Popolare di Vicenza* _____ 50,0

- *Efibanca* _____ 30,0

- *Banca Popolare di Milano* _____ 25,8

- *Banca Nazionale del Lavoro* _____ 25,8

- *Banca Popolare di Novara* _____ 10,3

Financiamentos no âmbito da « linha de crédito PME »/PAEA

Euromobiliare VC Fund - Raffaello Jersey LP _____ 15,0

Luxemburgo

Contratos assinados: 105 milhões
dos quais
Empréstimos individuais: 105 milhões

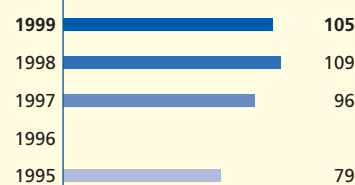


Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Compra de quatro aviões de carga e de um simulador de voo no âmbito da ampliação e modernização da frota

Cargolux Airlines International SA _____ 105,0 ●



Países Baixos

Contratos assinados: 311 milhões
dos quais
Empréstimos individuais: 100 milhões
Empréstimos globais: 211 milhões



Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Modernização e ampliação da rede de abastecimento de água no sul do país

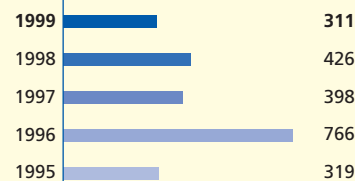
Waterleiding Maatschappij Limburg NV _____ 100,0 ÷

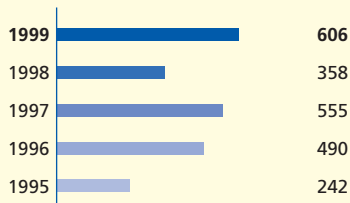
Empréstimos globais

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

- *Bank Nederlandse Gemeenten NV* _____ 136,1

- *Bank Nederlandse Gemeenten NV* _____ 75,0





Áustria



Contratos assinados: 606 milhões
 dos quais
Empréstimos individuais: 343 milhões
Empréstimos globais: 248 milhões
"Linha de crédito PME"/PAEA: 15 milhões

Os **empréstimos individuais** destinaram-se aos sectores da energia (129 milhões), dos transportes (117 milhões), da gestão da água (20 milhões) e da indústria e dos serviços (77 milhões).

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Construção de uma incineradora de resíduos com geração de vapor para fins industriais em Lenzing (Alta Áustria)

Reststoffverwertung Lenzing Invest GmbH & Co KG 13,0 ▼ ÷ ★

Ampliação e renovação da rede de aquecimento urbano da cidade de Viena

Fernwärme Wien GmbH 32,0 ▼

Construção de uma central hidroelétrica no Danúbio e ordenamento do rio a jusante de Viena

Österreichische Donaukraftwerke AG 97,0 ▼

Ampliação e modernização da rede de esgotos da cidade de Graz

Stadt Graz 6,5 ÷

Modernização de uma refinaria de petróleo em Schwechat, nos subúrbios de Viena

OMV AG 73,0 ▼ ÷

Modernização e ampliação da frota de médio e longo curso

Österreichische Luftverkehrs AG 117,0 ●

Investigação e desenvolvimento no domínio da inovação nos sectores da engenharia metalúrgica, energética e ambiental em Linz (Alta Áustria)

VA Technologie AG 4,5 ▼ ÷ ★

Empréstimos globais

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

- *Bank Austria AG* 182,9

- *Raiffeisen Zentralbank Österreich AG* 33,9

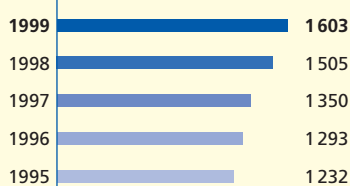
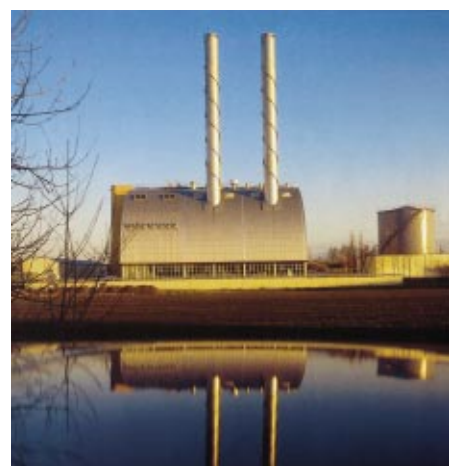
- *Österreichische Hotel und Tourismusbank* 16,2

- *Bank für Arbeit und Wirtschaft AG* 15,0

Financiamentos no âmbito da « linha de crédito PME »/PAEA

Invest Equity Beteiligungs AG 14,5

Aquecimento urbano em Viena



Portugal



Contratos assinados: 1 603 milhões
 dos quais
Empréstimos individuais: 1 598 milhões
"Linha de crédito PME"/PAEA: 5 milhões

Os **empréstimos individuais** destinaram-se aos sectores da energia (121 milhões), dos transportes (935 milhões), das telecomunicações (249 milhões), da gestão da água e dos resíduos sólidos (193 milhões) e da indústria (100 milhões).

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Construção e ampliação das redes de transporte e distribuição de gás natural:

- **no norte do país**

Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás SA 27,9 ■ ▼

- **na região de Setúbal**

Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás SA 22,5 ■ ▼

Construção de uma central hidroelétrica no Guadiana (Alentejo)

Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva SA 70,0 ■ ▼

Melhoria da rede de auto-estradas da região do Porto

Aenor Auto-estradas do Norte SA _____ 450,0 ■●

Modernização, alargamento e construção de novos lanços de auto-estrada entre Abrantes e Guarda

SCUTVIAS Auto-estradas da Beira Interior SA _____ 358,3 ■●

Melhoria de secções da rede rodoviária nacional

Junta Autónoma de Estradas _____ 127,2 ■●

Construção de uma rede de telefonia móvel

Optimus Telecomunicações SA _____ 249,4 ■●

Construção de uma incineradora de resíduos municipais com geração de electricidade na área metropolitana do Porto

LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Tratamento de Lixos da Região do Porto _____ 45,4 ■▼✦

Ampliação da rede de distribuição de água potável e de esgotos no município de Santa Maria da Feira, a sul do Porto

Indaqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira _____ 80,0 ■✦

Construção de redes de abastecimento de água e de esgotos em todo o país

Águas do Barlavento Algarvio SA _____ 8,0 ■✦

Águas do Cávado SA _____ 8,0 ■✦

Águas do Douro e Paiva SA _____ 10,0 ■✦

Águas do Sotavento Algarvio SA _____ 8,0 ■✦

Empresa Portuguesa das Águas Livres SA _____ 12,5 ■✦

Sanest - Sistema Multimunicipal de Saneamento da Costa do Estoril _____ 8,0 ■✦

Simria - Sistema Multimunicipal de Saneamento da Ria de Aveiro _____ 8,0 ■✦

Reabilitação de habitações sociais em Lisboa

Câmara Municipal de Lisboa _____ 5,0 ■✦

Aumento da capacidade de fabrico de papel não couché sem madeira na região da Figueira da Foz

Soporcel - Sociedade Portuguesa de Celulose SA _____ 100,0 ■

Financiamentos no âmbito da "linha de crédito PME"/PAEA

Banco Português de Investimento - SGPS SA _____ 5,0

Finlândia

Contratos assinados: 576 milhões

dos quais

Empréstimos individuais: 442 milhões

Empréstimos globais: 100 milhões

"Linha de crédito PME"/PAEA: 34 milhões

Os empréstimos individuais destinaram-se aos sectores da energia (19 milhões), dos transportes (38 milhões), das telecomunicações (200 milhões), das infra-estruturas urbanas (17 milhões) e da indústria (168 milhões).

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Renovação de uma central de co-geração de electricidade e melhoria das infra-estruturas urbanas na cidade de Tampere

Município de Tampere _____ 30,3 ■▼✦

Melhoria do equipamento municipal e das instalações portuárias em Kotka

Kotkan Satama Oy _____ 10,0 ■●▼✦

Modernização de seis secções da rede ferroviária

Suomen Tasavalta (República da Finlândia) _____ 33,6 ■●

Melhoria e ampliação das redes de telecomunicações fixas e móveis

Sonera Oyj _____ 200,0 ■●

Modernização de sete unidades de fabrico de pasta de papel

UPM - Kymmene Corp. _____ 168,0 ■✦★

Empréstimos globais

Financiamento de infra-estruturas de pequena e média dimensão

Municipality Finance Ltd _____ 100,0

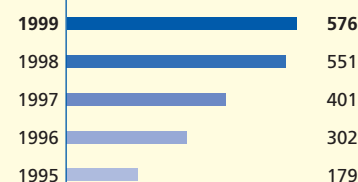
Financiamentos no âmbito da « linha de crédito PME »/PAEA

- Ekvitec Technology Mezzanine Fund ILP _____ 16,8

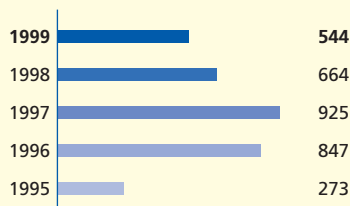
- CapMan FinnVenture VET _____ 16,8



Ampliação da rede de gás natural



Telefonia móvel



Informatização
das estruturas
de educação



Contratos assinados: 544 milhões
dos quais
Empréstimos individuais: 533 milhões
Empréstimos globais: 11 milhões

Os **empréstimos individuais** distribuíram-se pelos sectores da energia (72 milhões), dos transportes (209 milhões), da gestão da água e dos resíduos sólidos (39 milhões), da melhoria das infra-estruturas urbanas (16 milhões), da indústria e dos serviços (140 milhões) e da educação (57 milhões).

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Ampliação e modernização das redes de aquecimento urbano, de climatização e de electricidade:

- na área metropolitana de Estocolmo
Stockholm Energi AB _____ 38,2 ▼

- em Gotemburgo
Göteborg Energi AB _____ 28,6 ▼+

Construção de uma central de co-geração de calor e electricidade em Eskilstuna, próximo de Estocolmo
Eskilstuna Energi och Miljö AB _____ 5,7 ▼+

Construção de uma incineradora de resíduos para a co-geração de calor e electricidade em Umeå
Umeå Energi AB _____ 27,3 ▼+

Modernização da frota de pequeno e médio curso
Scandinavian Airline System SAS _____ 106,6 ●

Construção de uma ligação fixa ferro/rodoviária através do Öresund entre Copenhaga (Dinamarca) e Malmö (Suécia)
Öresundskonsortiet _____ 102,1 ●

Ampliação e modernização de uma estação regional de tratamento de águas residuais em Lidingö, na área metropolitana de Estocolmo
Käppalaförbundet _____ 11,4 +

Melhoria e ampliação das infra-estruturas da cidade de Umeå

Umeå Kommun _____ 16,2 +

Investimentos destinados à protecção do ambiente e à utilização racional da energia em duas refinarias situadas em Gotemburgo e em Lysekil, na costa ocidental
Preem Petroleum AB _____ 41,4 ■▼+

Modernização e ampliação das instalações de fabrico de metais especiais em Sandviken, a norte de Estocolmo
Sandvik AB _____ 31,0 ■

Reforço da capacidade de produção de pasta de papel e criação de uma nova serralharia em Mönsterås, a norte de Kalmar
Södra Skogsägarna Ekonomisk Förening _____ 44,8 ■★

Construção de treze centros de triagem postal em todo o território
Posten AB _____ 23,3 ■●

Modernização e ampliação de escolas primárias e de estabelecimentos de ensino secundário em Malmö
Município de Malmö _____ 56,7 ▲

Empréstimos globais

Financiamento de infra-estruturas de pequena e média dimensão
Kommuninvest i Sverige AB _____ 10,5

Projectos financiados

ao abrigo do artigo 18º dos Estatutos

O Banco concedeu 96,6 milhões para um projecto que apresentava um interesse directo para a União Europeia, mas que se situava no exterior do território dos Estados-membros (Noruega), ao abrigo do Artigo 18º, Nº 1, parágrafo 2, dos seus Estatutos.

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Construção de uma auto-estrada com portagem (2x2 vias) no eixo E18 no Condado de Vestfold, na Noruega
E18 Vestfold AS _____ 96,6 ●



Reino Unido

Contratos assinados: 3 348 milhões
 dos quais
Empréstimos individuais: 2 800 milhões
Empréstimos globais: 494 milhões
"Linha de crédito PME"/PAEA: 54 milhões



Os empréstimos individuais destinaram-se aos sectores da energia (459 milhões), dos transportes (1 102 milhões), das telecomunicações (381 milhões), da gestão da água e da renovação urbana (385 milhões) e da indústria (473 milhões).

Contratos assinados em 1999:

Empréstimos individuais

Ampliação e renovação das redes de transporte e distribuição de electricidade no norte da Escócia

Scottish and Southern Energy plc 304,7 ■ ▼

Reforço e renovação das redes de transporte e distribuição de electricidade na Irlanda do Norte

Northern Ireland Electricity plc 154,4 ■ ▼

Renovação técnica da linha ferroviária entre Londres e Glasgow

Railtrack plc 617,8 ■ ●

Construção de um novo centro de manutenção de carga no aeroporto londrino de Heathrow

British Airways plc 141,8 ●

Modernização da frota de longo curso

British Airways plc 297,7 ●

Modernização e reforço da capacidade dos portos de Liverpool (Merseyside) e de Sheerness (Kent)

The Mersey Docks and Harbour Co 45,0 ■ ●

Melhoria das infra-estruturas de adução de água:

- nos Midlands

Severn Trent Water Ltd 154,4 ■ ✚

- no sudoeste

Wessex Water Services Ltd 154,4 ✚

Integração das redes existentes de telefonia fixa e de televisão por cabo numa rede combinada de telefonia vocal, de transmissão de dados e de comunicações multimédia

Cable & Wireless Communications plc 380,9 ■ ●

Construção e renovação de habitações e de instalações para a formação profissional em áreas de renovação urbana

THFC (Social Housing Finance) Ltd 61,0 ■ ✚

The Housing Finance Corporation Ltd 15,2 ■ ✚

Ampliação e modernização de uma unidade de produção de vitaminas em Dalry (Escócia)

Roche Products Ltd 120,1 ■ ✚

Construção de uma fábrica de painéis de partículas em Knowsley (Merseyside)

Sonae (UK) Ltd 52,5 ■ ✚

Modernização de uma fábrica em Halewood (Merseyside) e adaptação às normas ambientais de diferentes fábricas do grupo no Reino Unido e na Europa Continental

Ford Motor Co. Ltd 300,0 ■ ✚

Empréstimos globais

Financiamento de infra-estruturas de pequena e média dimensão

- *Barclays Bank plc* 456,8

- *Lloyds Bank plc* 37,5

Financiamentos no âmbito da "linha de crédito PME"/PAEA

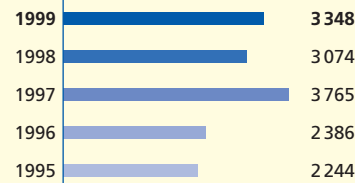
- *The Baring English Growth Funds* 46,3

- *Midland Enterprise Fund (MEF) for the North West* 2,4

- *HSBC Fund for Wales & HSBC Fund for Yorkshire & Humberside* 2,4

- *MEF for the South East* 1,5

- *MEF for the South West* 1,1



Financiamentos no exterior da União Europeia

Financiamentos em 1999 (milhões de euros)

	Total	Recursos próprios	Capitais de risco*
Países candidatos à adesão	2 373	2 373	
Europa Central e Oriental (linha de crédito de pré-adesão)	2 173 (1 267)	2 173 (1 267)	
Chipre (linha de crédito de pré-adesão)	200 (200)	200 (200)	
Países integrados na Parceria Euromediterrânica (excluindo Chipre)	802	745	56
ACP/PTU	341	196	145
África do Sul	150	150	
América Latina e Ásia	310	310	
Balcãs Ocidentais	60	60	
Total	4 035	3 834	201

* A cargo de recursos orçamentais da União ou dos Estados-membros

Nota:

Nas listas a seguir, os empréstimos a cargo de recursos próprios são assinalados com ♦ e os financiamentos a cargo de recursos orçamentais com ■.

Os montantes indicados são expressos em milhões de euros.

O montante dos financiamentos concedidos no âmbito da linha de crédito de pré-adesão é indicado em *itálico*.

1999	2 373
1998	2 375
1997	1 541
1996	1 156
1995	981

Países candidatos à adesão

Roménia

395,5

Reabilitação da rede de aquecimento urbano do município de Cluj-Napoca
Roménia

3,5 ♦

Renovação e conclusão das obras de construção de auto-estradas situadas no eixo pan-europeu IV
Roménia

210,0 ♦

Modernização da rede de carros-eléctricos de Bucareste
Roménia

63,0 ♦

Renovação do material circulante e conclusão de infra-estruturas na rede de metropolitano de Bucareste
Roménia

60,0 ♦

Modernização da rede de carros-eléctricos de Timisoara
Roménia

19,0 ♦

Aquisição de aviões do tipo ATR42 pela companhia nacional TAROM e reabilitação de um hangar de manutenção da companhia no aeroporto Otopeni de Bucareste
Roménia

40,0 ♦

Eslovénia

375,0

Construção de um lanço de auto-estrada entre Blagovica e Vransko, no eixo prioritário V da rede rodoviária transeuropeia
Druzba za Avtoceste v Republiki Sloveniji d.d. (DARS)

175,0 ♦

Construção de um lanço de auto-estrada entre Kozina e Srmin, no eixo prioritário V da rede rodoviária transeuropeia
Druzba za Avtoceste v Republiki Sloveniji d.d. (DARS)

160,0 ♦

Ampliação da primeira rede de telefonia móvel GSM
Mobitel Telekomunikacisjke Storitve DD _____ 40,0 ❖

Polónia 347,0

Modernização do lanço
 Minsk-Mazowiecki-Terespol da linha ferroviária E20 que liga Varsóvia a Terespol (fronteira bielorrussa)
Polskie Koleje Panstwowe _____ 200,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
Empréstimo global ao HypoVereinsbank Polska SA _____ 100,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
Empréstimo global ao BRE Bank SA _____ 47,0 ❖

República Eslovaca 270,0

Modernização da rede ferroviária e compra de material circulante
Železnice Slovenskej Republiky _____ 200,0 ❖

Construção de uma fábrica de automóveis em Bratislava
Volkswagen Slovakia, a.s. _____ 40,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
Empréstimo global ao Bayerische Hypo- und Vereinsbank AG, HypoVereinsbank Slovakia, a.s. _____ 30,0 ❖

República Checa 270,0

Construção de variantes e melhoria da rede rodoviária europeia
Konsolidacni Banka Praha, spu _____ 100,0 ❖

Reabilitação da rede de estradas e de auto-estradas em diversos itinerários prioritários
Konsolidacni Banka Praha, spu _____ 95,0 ❖

Reabilitação e ampliação da rede de distribuição de água e de saneamento de Praga
Município de Praga _____ 50,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
Empréstimo global ao Hypovereinsbank CZ, a.s. _____ 25,0 ❖

Hungria 170,0

Construção de uma central de co-geração de calor e electricidade para o abastecimento de uma fábrica de produtos químicos em Kazincbarcika, no nordeste do país
BC - Eroemue Kft _____ 20,0 ❖

Construção de uma central de co-geração de calor e electricidade no local de uma central mista existente em Debrecen, a leste do país
Debreceni Kominalt Ciklusu Eroemue Kft _____ 15,0 ❖

Construção de uma fábrica de bombas de injeção para motores diesel em Székesfehérvár, a sudoeste de Budapeste
Denso Manufacturing Hungary Kft _____ 35,0 ❖

Instalação de uma unidade de *delayed coking* na refinaria de Duna e modernização da rede de estações de serviço
Magyar Olaj-és Gázipari Rt (MOL) _____ 50,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
Empréstimo global ao Raiffeisen Bank Rt _____ 30,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
Empréstimo global ao Bank Austria Creditanstalt Hungary Rt _____ 20,0 ❖

Bulgária 128,0

Melhoria a linha de caminho-de-ferro Plovdiv-Dimitrovgrad-Svilengrad
República da Bulgária _____ 80,0 ❖

Construção de estações de tratamento e de colectores de águas residuais em três cidades da bacia inferior do Maritsa
República da Bulgária _____ 28,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
Empréstimo global ao HypoVereinsbank Bulgaria GmbH _____ 20,0 ❖

Letónia 98,0

Melhoria das infra-estruturas do porto de Ventspils
Ventspils Port Authority _____ 8,0 ❖

Modernização da rede de telefonia fixa
Lattelekom Ltd _____ 50,0 ❖

Reabilitação e renovação técnica de infra-estruturas ambientais e de outras infra-estruturas municipais
República da Letónia _____ 20,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
Empréstimo global ao Vereinsbank Riga A/S _____ 20,0 ❖

Lituânia 84,0

Modernização das infra-estruturas de caminhos-de-ferro
República da Lituânia _____ 18,0 ❖

Ampliação e reforço da rede de telecomunicações móveis (tipo GSM)
UAB Bite GSM _____ 45,0 ❖

Reabilitação e modernização da estação de tratamento de águas residuais de Panevezys
República da Lituânia _____ 6,0 ❖

Reabilitação e renovação técnica de infra-estruturas para a protecção do ambiente e de outras infra-estruturas municipais
República da Lituânia _____ 15,0 ❖

Estónia 35,0

Reabilitação e renovação técnica de troços da Via Báltica e da estrada Tallinn-Narva
República da Estónia _____ 15,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão
Empréstimo global ao Eesti Uhispank (Union Bank of Estonia) _____ 20,0 ❖

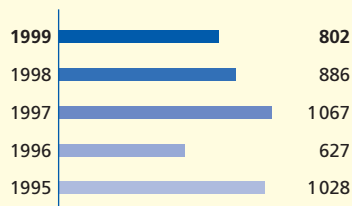
Chipre 200,0

Construção da segunda fase da central eléctrica alimentada a gásóleo em Vasilikos, na costa sul da ilha
Electricity Authority of Cyprus _____ 100,0 ❖

Ampliação e melhoria da rede rodoviária principal
República de Chipre _____ 100,0 ❖



Porto de Klaipeda



Países integrados na Parceria Euromediterrânica (excluindo Chipre)

Países do Magrebe 395,4

Marrocos 263,0

Rectificação do traçado e duplicação da via férrea entre as cidades de Sidi Kacem e de Fez
Office National des Chemins de fer - ONCF

55,0



Aquisição de equipamento portuário e modernização das infra-estruturas de oito grandes portos
Office d'Exploitation des Ports

30,0



Modernização e renovação técnica de quebra-mares e de molhes em seis dos principais portos de Marrocos
Reino de Marrocos

32,0



Reabilitação e ampliação da rede de colectores de águas residuais e pluviais; construção de uma estação de tratamento na cidade Meknès
Régie autonome de distribution d'eau et d'électricité de Meknès

23,0



Reabilitação e ampliação das redes de recolha e de evacuação de águas residuais e pluviais e construção de uma estação de tratamento na cidade de Agadir
Régie Autonome Multiservices d'Agadir

21,0



Modernização e adaptação às normas ambientais de instalações de produção de ácido sulfúrico, ácido fosfórico e adubos em duas fábricas químicas do grupo, em Safi e Jorf Lasfar
Office Chérifien des Phosphates

100,0



Tomada de participação no capital da empresa
Empréstimo condicional à Moussahama SPPP

2,0



Empréstimo condicional a Banque de Développement Economique de Tunisie, Banque de Tunisie SA, Compagnie Tunisienne d'Investissement et de Financement, Société de Participations et de Promotions des Investissements, Société d'Investissement et de Développement du Centre Ouest, Tuninvest Sicar, Tunisie Leasing e Tunisie Sicar

30,0



Reforço do capital e do quase-capital de uma sociedade especializada na gestão de serviços de hotelaria de topo de gama
Empréstimo condicional ao Banque de Tunisie S.A.

4,3



Países do Machereque 298,3

Egipto 188,3

Construção de um gasoduto do Canal do Suez a Meet Nama (a norte do Cairo)
Egyptian Natural Gas Co. - GASCO

28,3



Renovação técnica e ampliação da rede de esgotos de Alexandria
República Árabe do Egipto

30,0



Construção de um *hydrocracker* e de instalações conexas no Suez
MISR Oil Processing Company SAE

100,0



Construção de uma fábrica de separação de ar para a produção de gases industriais próximo de Alexandria
Messer Gases Dekheila SAE

5,0



Financiamento de infra-estruturas ambientais ligadas a projectos hoteleiros e a outros projectos turísticos no sul do Sinai e na região do Mar Vermelho
Empréstimo global ao National Bank of Egypt

25,0



Jordânia 80,0

Exploração da mina de fosfato de Eshidiya a sudeste do país
Jordan Phosphate Mines Company Ltd

30,0



Construção de uma fábrica de adubos químicos e de rações para animais em Aqaba
Kemira Arab Potash Co. Ltd

30,0



Construção de novas instalações de fabrico de brómio e de derivados do brómio em Safi, na margem sul do Mar Morto
Jordan Bromine Company Ltd

20,0



Líbano 30,0

Financiamento de projectos de modernização industrial
Empréstimo global à República do Líbano

30,0



Outros 108,0

Turquia 90,0

Ampliação e renovação da rede de esgotos de Tarsus, na costa sul; construção de uma rede de drenagem das águas pluviais e implantação de uma estação de tratamento biológico de águas residuais
República da Turquia

38,0



Reabilitação da rede rodoviária de Gaza

Tunísia 132,4

Melhoria da rede rodoviária urbana da área metropolitana de Tunes e de outras grandes cidades do país
República da Tunísia

53,1



Construção de uma área de descarga de resíduos de gipso provenientes da produção de adubos em Gabès
Groupe Chimique Tunisien - GCT

45,0



Reforço dos fundos próprios de empresas privadas em fase de modernização e de empresas públicas recentemente privatizadas ou em vias de privatização



Financiamento de centrais de ciclo combinado destinadas à co-geração de calor e electricidade para abastecimento do sector industrial

Empréstimo global a:

- Sinaiyatirim Bankasi AS (SYKB) _____ 20,0 ❖
- Turkiye Sinai Kalkinma Bankasi AS (TSKB) _____ 20,0 ❖

Financiamento de tomadas de participação em fundos de investimento

Empréstimo global condicional à Turkiye Sinai Kalkinma Bankasi AS (TSKB) _____ 12,0 ■

Gaza-Cisjordânia

18,0

Reabilitação de infra-estruturas de pequena e média dimensão nos domínios dos transportes, da água, do saneamento e da eliminação de resíduos sólidos em pequenos municípios

Autoridade Nacional Palestiniana _____ 10,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão e tomada de participação temporária no capital social da PBC

Empréstimo global condicional à Palestinian Banking Corp. _____ 8,0 ■

África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e PTU

África 286,9

África Oriental 94,0

Quênia 73,0

Construção de uma nova central geotérmica, de linhas de transporte de electricidade e de subestações conexas em Nairobi

República do Quênia para a Kenya Power and Distribution Company Ltd _____ 41,0 ❖

Instalação de uma nova linha de galvanização de chapas de aço numa fábrica em Mariakani, próximo de Mombaça

- Mabati Rolling Mills Ltd _____ 5,0 ❖

- Empréstimos condicionais a Mabati Rolling Mills Ltd, _____ 4,0 ■

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

Empréstimo global condicional a ABN Amro Bank, Barclays Bank of Kenya Ltd, Crédit Agricole Indosuez, Development Bank of Kenya Ltd, East African Development Bank, Industrial Development Bank Ltd, Kenya Commercial Bank Ltd, National Bank of Kenya Ltd, Stanbic Bank Kenya Ltd e Standard Chartered Bank Kenya Ltd _____ 23,0 ■

Uganda 11,0

Criação de uma segunda rede nacional de telecomunicações fixas e móveis

- MTN - Mobile Telephone Network Uganda Ltd _____ 6,5 ❖

- Empréstimo condicional a MTN - Mobile Telephone Network Uganda Ltd _____ 3,5 ■

- Empréstimo condicional à Development Finance Company of Uganda Ltd para a MTN - Mobile Telephone Network Uganda Ltd _____ 1,0 ■

Tanzânia 9,0

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão do sector privado

Empréstimo global condicional a CRDB Bank Ltd, East African Development Bank and Stanbic Bank Tanzania Ltd _____ 9,0 ■

Seychelles 1,0

Reabilitação e ampliação da estação de armarzenagem e de tratamento de águas de « Le Niol », em Mahé, principal ilha do arquipélago

Empréstimo condicional à República das Seychelles _____ 1,0 ■

África Ocidental 93,0

Senegal 81,0

Ampliação da rede nacional de telecomunicações

Société Nationale des Télécommunications du Sénégal _____ 18,0 ❖

Duplicação da capacidade de produção de ácido sulfúrico e de ácido fosfórico na fábrica de Darou e início da exploração de um novo jazigo de fosfatos em Tobène

Industries Chimiques du Sénégal - ICS _____ 54,0 ❖

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

Empréstimo global condicional a Banque Internationale para Commerce et l'Industrie du Sénégal, Compagnie Bancaire de l'Afrique Occidentale, Crédit Lyonnais Sénégal e Société Générale de Banques au Sénégal S.A. _____ 8,0 ■

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão e de operações de locação financeira

Empréstimo global condicional à Société Financière d'Équipement S.A. _____ 1,0 ■

Mauritânia 6,0

Exploração de jazigos graníticos nas regiões de Choum e de Atar

Empréstimo condicional à Granits et Marbres de Mauritanie S.A. _____ 3,0 ■

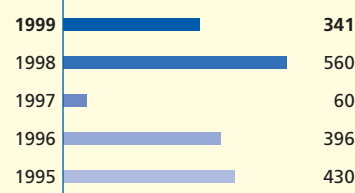
Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

Empréstimo global condicional ao Générale de Banque de Mauritanie _____ 3,0 ■

Regional África Ocidental 6,0

Tomada de participação no Fundo para a Empresa na África Ocidental destinado ao desenvolvimento de empresas do sector privado da região

Empréstimo condicional ao West Africa Enterprise Fund _____ 6,0 ■





Viveiro de camarões
em Madagascar

África Austral	84,9	África Central e Equatorial	15,0
Moçambique	42,4	Camarões	15,0
Interligação das redes de transporte de electricidade da África do Sul, da Suazilândia e de Moçambique e abastecimento eléctrico à fundição de alumínio de Mozal, em Moçambique		Financiamento de projectos de pequena e média dimensão no sector privado	
- Motraco-Companhia de Transmissão de Moçambique Sarl	17,4	- Empréstimo global a Banque Internationale du Cameroun pour l'Epargne et le Crédit, SCB Crédit Lyonnais Cameroun e Standard Chartered Bank	5,0
- Empréstimo condicional à Electricidade de Moçambique	7,0	- Empréstimo global condicional a Banque Internationale du Cameroun pour l'Epargne et le Crédit, SCB Crédit Lyonnais Cameroun e Standard Chartered Bank	10,0
Modernização e ampliação de uma fábrica de óleos alimentares e de sabão		Caraíbas	28,3
Empréstimo condicional à Companhia Industrial de Monapo Sarl	1,0	Haiti	16,0
Reabilitação e modernização de uma refinaria e de uma plantação de cana de açúcar situadas a norte de Maputo		Reabilitação e ampliação da rede de adução de água de Pétion-Ville	
- Maragra Açúcar Sarl	3,5	Empréstimo condicional à República de Haiti para a Centrale Autonome Métropolitaine d'Eau Potable	16,0
- Empréstimo condicional à Maragra Açúcar Sarl	3,5	Dominica	10,0
Financiamento de projectos de pequena e média dimensão		Construção de uma central térmica em Tarou Cliffs, na parte ocidental da ilha	10,0
Empréstimo global condicional a Banco Austral Sarl, Banco Comercial de Moçambique Sarl, Banco Comercial e de Investimento, Banco de Fomento, Banco International de Moçambique e Banco Standard Totta de Moçambique, ulc (Moçambique) Sarl	10,0	Regional Caraíbas	2,0
Zimbabwe	13,5	Tomada de participação no capital do Tiona Fund para o financiamento em capitais ou quase-capitais de pequenas empresas do sector privado	2,0
Reabilitação de uma parte da rede nacional de transporte de electricidade no centro e no sul do país		Trinidade e tobago	0,3
Zimbabwe Electricity Supply Authority (ZESA)	12,0	Estudo de viabilidade para a criação de um instituto de micro-crédito	
Instalação e exploração de uma mina de cobre a céu aberto em Sanyati		Empréstimo condicional ao Development Finance Ltd DFC	0,3
Empréstimo condicional à Munyati Mining Company Ltd	1,5	Pacífico	7,0
Namíbia	13,0	Vanuatu	5,0
Modernização e ampliação do equipamento de adução de água, de tratamento de águas residuais e de distribuição de electricidade e obras de estrada em Windhoek		Modernização do principal aeroporto do país em Port-Vila, na ilha de Efate	
- República da Namíbia	10,5	Empréstimo condicional à República de Vanuatu	5,0
- Empréstimo condicional à República da Namíbia para o município de Windhoek	2,5	Kiribati	2,0
Madagáscar	9,0	Financiamento de projectos de pequena e média dimensão	
Construção de um viveiro de camarões		- Empréstimo condicional à República de Kiribati	0,5
Empréstimo condicional à Société Aquaculture de la Mahajamba	1,0	- Empréstimo global condicional ao Development Bank of Kiribati	1,5
Financiamento de projectos de pequena e média dimensão		PTU	19,0
Empréstimo global condicional a BFV - Société générale, Banque Malgache de l'Océan Indien (BMOI), BNI - Crédit Lyonnais Madagascar e Union Commercial Bank (UCB)	8,0	Polinésia Francesa	10,0
Suazilândia	7,0	Financiamento de projectos de pequena e média dimensão	
Interligação das redes de transporte de electricidade da África do Sul, da Suazilândia e de Moçambique e abastecimento de electricidade à fundição de alumínio de Mozal, em Moçambique		- Empréstimo global ao Banque Socredo	5,0
Empréstimo condicional à Swaziland Electricity Board	7,0	- Empréstimo global condicional ao Banque Socredo	5,0
		Ilhas Virgens Britânicas	5,0
		Ampliação do aeroporto internacional da ilha Beef (Ilhas Virgens Britânicas)	
		Ilhas Virgens Britânicas	5,0



Aruba 2,5

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão

- Empréstimo global ao Aruban Investment Bank	2,0	❖
- Empréstimo global condicional ao Aruban Investment Bank NV	0,5	■

Ilhas Malvinas 1,5

Ampliação das instalações de armazenagem de combustível

Stanley Services Ltd	1,5	❖
----------------------	-----	---

África do Sul

África do Sul 149,6

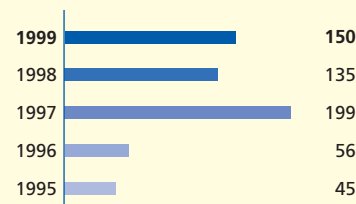
Ampliação do jazigo de gás de Mossel Bay Central Energy Fund	40,0	❖
--	------	---

Interligação das redes de transporte de electricidade da África do Sul, da Suazilândia e de Moçambique e abastecimento de electricidade à fundição de alumínio de Mozal, em Moçambique Motraco-Companhia de Transmissão de Moçambique Sarl	14,6	❖
--	------	---

Modernização e renovação técnica da estrada com portagem entre Gauteng e Kwazulu - Natal N3 Toll Concession (PTY) Ltd	45,0	❖
---	------	---

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão, particularmente nos sectores da água e do saneamento

Empréstimo global ao Development Bank of Southern Africa	50,0	❖
--	------	---



América Latina e Ásia

América Latina e Ásia 310,1

Brasil 153,7

Modernização e ampliação da rede de telefonia móvel no estado de Rio Grande do Sul Celular CRT SA	57,7	❖
---	------	---

Modernização de fábricas de pneumáticos Pirelli Pneus SA	37,0	❖
--	------	---

Financiamento de projectos de pequena e média dimensão Empréstimo global ao Banco ABN Amro SA e ao Banco BBA Creditanstalt SA	59,0	❖
---	------	---

Regional - América Central 35,0

Financiamento de projectos de reconstrução e/ou de iniciativas de expansão do sector privado nas regiões afectadas pelo ciclone Mitch nos sectores da indústria, dos serviços, da energia, das comunicações e do ambiente Empréstimo global ao Banco Centro-americano de Integración Económica	35,0	❖
--	------	---

México 26,6

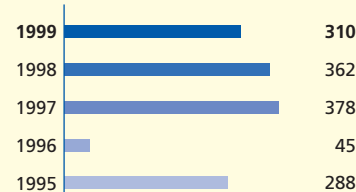
Construção e exploração de uma rede de distribuição de gás na área metropolitana do México Consorcio Mexi-Gas	26,6	❖
---	------	---

Tailândia 70,0

Construção e exploração de uma central de ciclo combinado alimentada a gás na zona industrial de Chonburi, a sudeste de Banguecoque Bowin Power Company Ltd	70,0	❖
---	------	---

China 24,8

Construção de uma estação de tratamento para o abastecimento de água potável da cidade de Chengdu (província de Sechuan) Chengdu Generale des Eaux - Marubeni Waterworks Co. Ltd	24,8	❖
--	------	---



Distribuição de gás

Balcãs Ocidentais

Antiga-República Jugoslava da Macedónia (ARJM) 60,0

Construção da variante rodoviária de Skopje e melhoria do eixo norte-sul Antiga República Jugoslava da Macedónia	60,0	❖
--	------	---



Anexo estatístico

Páginas

Secção I **Financiamentos na União Europeia** (contratos assinados)

Quadro A	Distribuição por países e por objectivos - 1999	124
Quadro B	Distribuição por países e por objectivos 1995 - 1999	124
Quadro C	Distribuição por países e por sectores - 1999	125
Quadro D	Distribuição por países e por sectores 1995 - 1999	125
Quadro E	Distribuição por sectores e subsectores - 1999	126
Quadro F	Distribuição por sectores e subsectores 1995 - 1999	127
Quadro G	Distribuição por regiões - 1999 e 1995 - 1999	128

Secção II **Financiamentos no exterior da União Europeia** (contratos assinados)

Quadro H	Convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou em negociação em 1 de Abril de 2000	131
Quadros I e J	Distribuição por países e por sectores - 1999	132
Quadro K	Distribuição por países e por sectores 1995 - 1999 Nos Estados ACP e nos PTU	133
Quadro L	Nos países candidatos à adesão	134
Quadro M	Nos países da Parceria Euromediterrânica	134
Quadro N	Na África do Sul	134
Quadro O	Nos Países da América Latina e da Ásia	135
Quadro P	Nos Balcãs Ocidentais	135

Secção III **Captação de fundos (assinaturas)**

Quadro Q	Captação de fundos (assinaturas) em 1999, lista	136
Quadro R	Captação de fundos (assinaturas) após swaps de 1995 a 1999	138
Quadro S	Captação de fundos em ECU/EUR de 1981 a 1999	138

Quadro A: Empréstimos individuais concedidos na União Europeia em 1999

Distribuição por países e por objectivos ⁽¹⁾

(milhões de euros)

	Desenvolvimento regional	Capital humano *	Infra-estruturas europeias de comunicação	Ambiente natural e urbano	Objectivos energéticos	Competitividade industrial
Bélgica	—	—	—	50	—	27
Dinamarca	541	—	775	123	8	—
Alemanha	1 488	351	662	976	259	419
Grécia	1 369	—	583	336	77	16
Espanha	2 726	51	1 644	812	677	—
França	851	34	1 222	255	43	—
Irlanda	—	—	—	—	—	—
Itália	1 546	79	1 923	439	482	57
Luxemburgo	—	—	105	—	—	—
Países Baixos	—	—	—	100	—	—
Áustria	—	—	117	97	220	18
Portugal	1 598	—	1 185	193	166	—
Finlândia	412	—	244	208	40	168
Suécia	141	57	232	131	141	45
Reino Unido	2 206	—	1 483	858	459	—
Outros (Art.18º) ⁽²⁾	—	—	97	—	—	—
Total	12 877	571	10 269	4 577	2 571	749

(1) Certos financiamentos correspondem a vários objectivos, pelo que os totais das diferentes rubricas não são cumuláveis.

(2) Financiamentos equiparados a operações na União Europeia, autorizados nos termos do artigo 18º, Nº1, segundo parágrafo, dos Estatutos do Banco.

Quadro B: Financiamentos concedidos na União Europeia de 1995 a 1999

Distribuição por países e por objectivos

(milhões de euros)

	Desenvolvimento regional	Capital humano *	Infra-estruturas europeias de comunicação	Ambiente natural e urbano	Objectivos energéticos	Competitividade industrial
Bélgica	1 263	—	1 801	312	92	64
Dinamarca	1 936	—	2 928	654	487	106
Alemanha	7 714	918	2 649	4 461	2 439	1 407
Grécia	3 434	70	1 768	441	782	16
Espanha	10 301	434	6 476	3 405	1 968	9
França	3 967	56	3 943	1 283	103	992
Irlanda	381	—	98	120	96	—
Itália	9 798	79	6 701	4 799	2 488	1 419
Luxemburgo	79	—	293	79	79	—
Países Baixos	—	—	616	787	260	160
Áustria	503	—	508	414	576	515
Portugal	6 833	126	3 643	1 871	954	11
Finlândia	1 016	—	1 255	524	212	168
Suécia	1 115	57	1 879	737	727	199
Reino Unido	8 105	56	5 388	4 625	2 373	750
Outros (Art.18º)	—	—	840	75	619	—
Total	56 443	1 796	40 786	24 587	14 253	5 816

* Em Julho de 1999, na sequência das conclusões da Cimeira de Colónia, as regras de admissibilidade dos projectos do sector da educação passaram a aplicar-se ao sector da saúde

Quadro C: Financiamentos concedidos na União Europeia em 1999

Distribuição por países e por sectores

(milhões de euros)

	Total	Empréstimos individuais	Infra-estruturas			Indústria, serviços e agricultura	Educação e saúde	Empréstimos globais (*)
			Comunicações	Gestão da água e diversos	Energia			
Bélgica	226	77	—	50	—	27	—	149
Dinamarca	898	898	864	8	—	27	—	—
Alemanha	5 534	2 292	560	575	209	597	351	3 243
Grécia	1 436	1 369	903	300	77	89	—	67
Espanha	4 048	3 147	1 967	144	677	308	51	901
França	4 295	1 507	1 404	69	—	—	34	2 789
Irlanda	87	—	—	—	—	—	—	87
Itália	4 053	2 920	1 923	325	420	174	79	1 133
Luxemburgo	105	105	105	—	—	—	—	—
Países Baixos	311	100	—	100	—	—	—	211
Áustria	606	343	117	20	129	78	—	263
Portugal	1 603	1 598	1 185	193	120	100	—	5
Finlândia	576	442	238	17	19	168	—	134
Suécia	544	533	209	55	73	141	57	10
Reino Unido	3 348	2 800	1 483	385	459	473	—	548
Outros (Art.18º)	97	97	97	—	—	—	—	—
Total	27 765	18 226	11 052	2 240	2 182	2 181	571	9 539

(*) dos quais: - Empréstimos globais "tradicionais" 6 369
- Empréstimos globais "carteira" 2 962
- Financiamentos no âmbito da "linha de crédito PME"/IPAEA (excluindo MET) 209

Quadro D: Financiamentos concedidos na União Europeia de 1995 a 1999

Distribuição por países e por sectores

(milhões de euros)

	Total	Empréstimos individuais	Infra-estruturas			Indústria, serviços e agricultura	Educação e saúde	Empréstimos globais (*)
			Comunicações	Gestão da água e diversos	Energia			
Bélgica	3 546	2 292	1 801	250	92	149	—	1 254
Dinamarca	3 893	3 721	3 090	97	220	313	—	173
Alemanha	19 958	9 945	2 180	2 572	2 186	2 089	919	10 012
Grécia	4 148	3 434	2 193	300	782	89	70	714
Espanha	15 289	11 731	7 341	1 389	1 633	934	434	3 558
França	14 568	6 130	4 659	275	—	1 140	56	8 438
Irlanda	1 074	381	121	83	96	54	27	693
Itália	19 513	13 972	6 077	2 356	3 139	2 322	79	5 541
Luxemburgo	389	372	293	—	—	79	—	17
Países Baixos	2 220	1 563	616	648	140	160	—	657
Áustria	2 251	1 675	508	144	407	616	—	575
Portugal	6 983	6 833	5 057	589	867	195	126	150
Finlândia	2 009	1 714	1 249	17	140	308	—	295
Suécia	3 252	3 095	1 975	235	534	295	57	157
Reino Unido	14 817	12 302	5 594	2 483	2 604	1 565	56	2 516
Outros (Art.18º)	1 483	1 483	840	24	619	—	—	—
Total	115 392	80 643	43 593	11 464	13 457	10 306	1 823	34 749

(*) dos quais: - Empréstimos globais "tradicionais" 28 608
- Empréstimos globais "carteira" 5 664
- Financiamentos no âmbito da "linha de crédito PME"/IPAEA (excluindo MET) 477

Quadro E: Financiamentos concedidos na União Europeia em 1999
Distribuição por sectores e subsectores

(montantes em milhões de euros)

	Montante	% dos empréstimos individuais	% do total
Energia e infra-estruturas	15 474	84,9	55,7
Energia	2 182	12,0	7,9
Produção	609	3,3	2,2
Electricidade	387	2,1	1,4
Hidrocarbonetos	200	1,1	0,7
Calor	22	0,1	0,1
Transporte e distribuição	1 574	8,6	5,7
Electricidade	1 442	7,9	5,2
Hidrocarbonetos	71	0,4	0,3
Calor	61	0,3	0,2
Transportes	8 926	49,0	32,1
Estradas e auto-estradas	3 605	19,8	13,0
Transportes aéreos	2 015	11,1	7,3
Caminhos-de-ferro	1 736	9,5	6,3
Transportes urbanos	974	5,3	3,5
Obras excepcionais	547	3,0	2,0
Transportes marítimos	49	0,3	0,2
Telecomunicações	2 126	11,7	7,7
Redes, centrais e cabos internacionais	1 702	9,3	6,1
Telefones celulares	424	2,3	1,5
Água, saneamento e resíduos sólidos	1 259	6,9	4,5
Captação, tratamento e abastecimento de água	733	4,0	2,6
Saneamento e gestão de resíduos	524	2,9	1,9
Infra-estruturas urbanas	980	5,4	3,5
Renovação urbana	523	2,9	1,9
Projectos urbanos compósitos	457	2,5	1,6
Indústria, serviços, educação, saúde e agricultura	2 752	15,1	9,9
Indústria	1 688	9,3	6,1
Pasta de papel, papel e artes gráficas	590	3,2	2,1
Fabrico de material de transporte	312	1,7	1,1
Indústria química	259	1,4	0,9
Fabrico de equipamento eléctrico e electrónico	150	0,8	0,5
Refinação	114	0,6	0,4
Indústria agrícola e alimentar	81	0,4	0,3
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	55	0,3	0,2
Indústria da madeira	53	0,3	0,2
Metalurgia e metalomecânica	31	0,2	0,1
Borracha e matérias plásticas	27	0,1	0,1
Fabrico de máquinas e equipamento	15	0,1	0,1
Serviços	478	2,6	1,7
Serviços às empresas e às autarquias	256	1,4	0,9
Serviços de utilidade pública, sociais e a privados	115	0,6	0,4
Comércio	102	0,6	0,4
Investigação e desenvolvimento	5	—	—
Educação e saúde	571	3,1	2,1
Saúde	317	1,7	1,1
Educação e formação	254	1,4	0,9
Agricultura, pescas e silvicultura	15	0,1	0,1
Total empréstimos individuais	18 226	100,0	65,6
Total empréstimos globais	9 539	—	34,4
Total geral	27 765	—	100,0

Quadro F: Financiamentos concedidos na União Europeia de 1995 a 1999
Distribuição por sectores e subsectores

(montantes em milhões de euros)

	Montante	% dos empréstimos individuais	% do total
Energia e infra-estruturas	68 514	85,0	59,4
Energia	13 457	16,7	11,7
Produção	6 653	8,3	5,8
Electricidade	4 577	5,7	4,0
Hidrocarbonetos	1 328	1,6	1,2
Calor	748	0,9	0,6
Transporte e distribuição	6 803	8,4	5,9
Electricidade	3 316	4,1	2,9
Hidrocarbonetos	3 245	4,0	2,8
Calor	243	0,3	0,2
Transportes	33 628	41,7	29,1
Estradas e auto-estradas	12 422	15,4	10,8
Caminhos-de-ferro	9 089	11,3	7,9
Transportes aéreos	5 180	6,4	4,5
Transportes urbanos	3 607	4,5	3,1
Obras excepcionais	2 714	3,4	2,4
Transportes marítimos	555	0,7	0,5
Terminais intermodais e outros	61	0,1	0,1
Telecomunicações	9 965	12,4	8,6
Redes, centrais e cabos internacionais	5 589	6,9	4,8
Telefones celulares	3 719	4,6	3,2
Satélites e estações	657	0,8	0,6
Água, saneamento e resíduos sólidos	6 814	8,4	5,9
Captação, tratamento e abastecimento de água	3 463	4,3	3,0
Saneamento e gestão de resíduos	3 351	4,2	2,9
Infra-estruturas urbanas	4 650	5,8	4,0
Renovação urbana	2 814	3,5	2,4
Projectos urbanos compósitos	1 836	2,3	1,6
Indústria, serviços, educação, saúde e agricultura	12 129	15,0	10,5
Indústria	8 566	10,6	7,4
Fabrico de material de transporte	3 420	4,2	3,0
Indústria química	1 306	1,6	1,1
Pasta de papel, papel e artes gráficas	944	1,2	0,8
Fabrico de equipamento eléctrico e electrónico	813	1,0	0,7
Refinação	622	0,8	0,5
Metalurgia e metalomecânica	467	0,6	0,4
Fabrico de máquinas e equipamento	343	0,4	0,3
Indústria agrícola e alimentar	212	0,3	0,2
Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	190	0,2	0,2
Borracha e matérias plásticas	111	0,1	0,1
Indústria da madeira	109	0,1	0,1
Têxteis, vestuário e calçado	30	—	—
Serviços	1 599	2,0	1,4
Serviços às empresas e às autarquias	878	1,1	0,8
Serviços de utilidade pública, sociais e a privados	299	0,4	0,3
Comércio	294	0,4	0,3
Investigação e desenvolvimento	121	0,1	0,1
Turismo e lazer	7	—	—
Educação e saúde	1 823	2,3	1,6
Saúde	1 018	1,3	0,9
Educação e formação	805	1,0	0,7
Agricultura, pescas e silvicultura	141	0,2	0,1
Total empréstimos individuais	80 643	100,0	69,9
Total empréstimos globais	34 749	—	30,1
Total geral	115 392	—	100,0

Quadro G: Apresentação dos financiamentos por regiões em 1999 e de 1995 a 1999

Este quadro apresenta a distribuição dos financiamentos por regiões (Nuts 1 ou 2 segundo os países). Na medida do possível, procedeu-se à decomposição dos empréstimos individuais relativos a várias regiões. Estimativas EUROSTAT 1999 do PIB *per capita* expresso em poder de compra padrão (UE15 = 100). Taxa de desemprego 1998 (UE15 = 10.1) População 1996

(montantes em milhões de euros)

	PIB/ /habitante	Taxa de desemprego (%)	População (milhares)	1999	1995-1999
Bélgica	112	9,3	10 157	226	3 546
Bruxelles-Brussel	173	14,3	949	—	283
Vlaams Gewest	115	6,2	5 890	77	531
Région wallonne	89	13,5	3 318	—	524
Projectos multirregionais	—	—	—	—	953
Empréstimos globais	—	—	—	149	1 254
Dinamarca	119	5,4	5 262	898	3 893
Hovedstadsregionen	—	—	—	225	1 131
Oest for Storebaelt	—	—	—	171	1 046
Vest for Storebaelt	—	—	—	171	873
Projectos multirregionais	—	—	—	330	671
Empréstimos globais	—	—	—	—	173
Alemanha	108	9,8	81 896	5 534	19 958
Hamburg	192	8,4	1 708	193	392
Bremen	149	11,9	679	51	420
Hessen	148	7,1	6 017	—	273
Baden-Württemberg	124	6,0	10 344	129	594
Bayern	124	5,7	12 016	321	755
Nordrhein-Westfalen	110	8,7	17 916	138	625
Saarland	105	9,6	1 084	165	220
Schleswig-Holstein	103	7,3	2 733	—	56
Niedersachsen	102	8,8	7 796	15	347
Berlin	102	13,7	3 465	285	1 814
Rheinland-Pfalz	94	6,8	3 988	130	181
Brandenburg	67	17,6	2 548	19	1 011
Sachsen	64	17,9	4 555	147	761
Sachsen-Anhalt	61	21,5	2 731	50	259
Mecklenburg-Vorpommern	61	19,6	1 820	209	373
Thüringen	61	18,5	2 497	233	390
Projectos multirregionais	—	—	—	206	1 473
Empréstimos globais	—	—	—	3 243	10 012
Grécia	68	10,8	10 476	1 436	4 148
Attiki	77	12,2	3 448	1 096	2 002
Voreia Ellada	65	10,3	3 381	138	510
Kentriki Ellada	58	10,4	2 635	58	141
Projectos multirregionais	—	—	—	77	781
Empréstimos globais	—	—	—	67	714
Espanha	79	19,1	39 669	4 048	15 289
Madrid	101	17,0	5 021	499	1 274
Cataluña	99	14,3	6 087	288	1 373
Navarra	98	9,3	520	29	112
Baleares	97	11,5	762	16	357
Pais Vasco	92	17,9	2 096	201	635
La Rioja	89	11,7	265	29	39
Aragón	89	11,4	1 187	154	377
Cantabria	77	18,6	527	12	163
Castilla-León	76	18,9	2 506	118	428
Comunidad Valenciana	74	17,4	4 012	290	1 041
Canarias	74	19,8	1 609	116	300
Asturias	74	20,5	1 087	20	143
Murcia	67	17,4	1 098	38	125
Castilla La Mancha	66	16,9	1 713	118	305
Galicia	63	17,2	2 741	62	940
Andalucía	57	29,9	7 240	142	1 332
Extremadura	55	28,8	1 070	192	326
Projectos multirregionais	—	—	—	823	2 462
Empréstimos globais	—	—	—	901	3 558

Quadro G: Apresentação dos financiamentos por regiões em 1999 e de 1995 a 1999 (continuação)

(montantes em milhões de euros)

	PIB/ /habitante	Taxa de desemprego (%)	População (milhares)	1999	1995-1999
França	104	11,4	58 372	4 295	14 568
Ile-de-France	160	10,4	11 044	89	384
Haute-Normandie	106	12,9	1 783	—	169
Alsace	105	7,0	1 708	61	61
Rhône-Alpes	100	9,8	5 625	206	1 249
Franche-Comté	93	8,6	1 117	—	243
Centre	92	10,3	2 437	—	67
Provence-Côte d'Azur	92	15,1	4 465	—	456
Aquitaine	92	12,0	2 895	—	34
Pays de la Loire	91	10,4	3 166	25	56
Lorraine	89	10,1	2 311	—	454
Midi-Pyrénées	87	11,4	2 513	107	471
Bretagne	86	9,6	2 868	—	162
Poitou-Charentes	86	10,8	1 625	25	40
Nord - Pas-de-Calais	85	15,9	4 004	—	452
Picardie	85	14,1	1 866	15	268
Corse	82	13,7	261	6	6
Limousin	81	8,5	718	3	21
Languedoc-Roussillon	78	17,2	2 254	—	290
DOM	47	32,0	1 644	30	159
Projectos multirregionais	—	—	—	940	1 087
Empréstimos globais	—	—	—	2 789	8 438
Irlanda	97	7,9	3 634	87	1 074
Itália	103	12,3	58 450	4 053	19 513
Emilia-Romagna	133	5,7	4 003	445	769
Lombardia	132	5,7	9 106	104	836
Trentino-Alto Adige	128	3,3	933	2	354
Friuli-Venezia Giulia	126	5,8	1 209	—	116
Veneto	124	5,2	4 524	69	481
Liguria	119	10,9	1 685	—	131
Piemonte	118	8,8	4 370	62	799
Lazio	114	12,3	5 305	490	1 720
Toscana	111	8,3	3 589	376	587
Marche	106	6,6	1 472	92	637
Umbria	98	8,9	843	42	146
Abruzzo	90	9,5	1 295	—	763
Molise	79	17,6	337	3	164
Sardegna	73	21,5	1 692	45	556
Puglia	71	21,2	4 160	16	530
Basilicata	69	18,5	620	262	922
Sicilia	66	25,6	5 191	70	951
Campania	66	24,9	5 880	202	989
Calabria	59	27,0	2 113	10	121
Projectos multirregionais	—	—	—	633	2 402
Empréstimos globais	—	—	—	1 133	5 541
Luxemburgo	169	2,8	416	105	389
Países Baixos	107	4,0	15 523	311	2 220
West-Nederland	115	3,9	7 250	—	991
Zuid-Nederland	104	3,6	3 431	100	100
Oost-Nederland	93	3,7	3 213	—	236
Projectos multirregionais	—	—	—	—	236
Empréstimos globais	—	—	—	211	657

Quadro G: Apresentação dos financiamentos por regiões em 1999 e de 1995 a 1999 (continuação)

(montantes em milhões de euros)

	PIB/ /habitante	Taxa de desemprego (%)	População (milhares)	1999	1995-1999
Áustria	112	4,8	8 059	606	2 251
Ostösterreich	127	5,2	3 395	202	545
Westösterreich	108	3,9	2 894	18	270
Südösterreich	90	5,2	1 770	7	352
Projectos multirregionais	—	—	—	117	508
Empréstimos globais	—	—	—	263	575
Portugal	70	4,7	9 927	1 603	6 983
Lisboa e Vale do Tejo	89	5,7	3 312	27	2 138
Algarve	71	6,1	346	—	44
Norte	62	4,8	6 538	603	1 441
Centro	61	2,1	1 711	458	720
Alentejo	60	8,0	522	70	124
Madeira	54	3,7	258	—	95
Açores	50	4,0	242	—	6
Projectos multirregionais	—	—	—	439	2 263
Empréstimos globais	—	—	—	5	150
Finlândia	97	12,7	5 125	576	2 009
Uusimaa	130	8,8	1 319	19	269
Etelä-Suomi	91	13,2	1 813	198	614
Pohjois-Suomi	83	16,7	559	10	166
Väli-Suomi	83	13,0	706	—	115
Itä-Suomi	74	17,0	703	15	35
Projectos multirregionais	—	—	—	200	514
Empréstimos globais	—	—	—	134	295
Suécia	101	8,9	8 841	544	3 252
Stockholm	123	6,9	1 735	78	565
Mellersta Norrland	99	12,2	392	—	54
Smaland Med Öarna	98	6,7	809	45	122
Västsverige	98	9,1	1 755	41	411
Norra Mellansverige	97	10,6	860	31	31
Övre Norrland	97	11,1	525	43	147
Sydsverige	93	10,1	1 265	159	919
Östra Mellansverige	92	8,9	1 500	6	85
Projectos multirregionais	—	—	—	130	762
Empréstimos globais	—	—	—	10	157
Reino Unido	100	6,2	58 782	3 348	14 817
South East	107	4,1	7 893	263	2 505
Scotland	100	7,3	2 141	583	1 338
East Anglia	98	5,8	5 126	—	712
South West	95	4,5	4 840	212	397
East Midlands	94	4,7	4 140	130	388
West Midlands	93	6,2	5 315	178	976
North West	91	6,4	6 889	546	1 259
Yorkshire and Humberside	89	7,1	5 034	5	782
North	85	9,3	2 600	49	492
Wales	83	7,0	2 920	—	895
Northern Ireland	81	8,8	1 663	154	198
Projectos multirregionais	—	—	—	679	2 360
Empréstimos globais	—	—	—	548	2 516
Outros (Art.18º)	—	—	—	97	1 483
TOTAL			374 589	27 765	115 392

Quadro H: Convenções, protocolos financeiros e decisões em vigor ou em negociação em 1 de Abril de 2000

(milhões de euros)

	Convenção, protocolo financeiro ou decisão	Data de expiração	Empréstimos com recursos próprios ⁽¹⁾	Operações financiadas com recursos do BEI e orçamentais	
				Operações com capitais de risco ⁽²⁾	Bonificações de juros para emprést. do BEI
Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)					
Países e Territórios Ultramarinos (PTU)					
ACP ⁽³⁾	2º protocolo financeiro Convenção de Lomé IV	2000	1 658	1 000	sim
PTU ⁽⁴⁾	<i>Investment Facility</i>	2005	1 700	2 200 ⁽⁵⁾	—
	Acordo de parceria de Suva Decisão do Conselho	2000	35	30	sim
República da África do Sul	Decisão do Conselho	2000	375	—	—
	Decisão do Conselho	2007	825	—	—
Bacia Mediterrânica ^{(6) (7)}	Decisão do Conselho	2000	2 310	200 ⁽⁸⁾	sim ⁽⁹⁾
	Decisão do Conselho	2007	6 425	—	—
Turquia	Decisão do Conselho – Programa TERRA	2003	600	—	—
Países da Europa Central e Oriental ⁽¹⁰⁾	Decisão do Conselho	2000	3 520	—	—
	Decisão do Conselho	2007	8 680	—	—
Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM)	Protocolo financeiro	2000	150	—	20 ⁽¹¹⁾
Bósnia-Herzegovina	Decisão do Conselho	2000	100	—	19
Países da América Latina e Ásia ⁽¹²⁾	Decisão do Conselho	2000	900	—	—
	Decisão do Conselho	2007	2 480	—	—
Linha de crédito de pré-adesão ⁽¹³⁾	Instrumento do BEI	2000	3 500	—	—
Linha de crédito de pré-adesão II	Instrumento do BEI	2003	8 500	—	—

(1) Empréstimos que beneficiam de bonificação de juros por conta de recursos do FED, quando se trate de projectos nos Estados ACP e nos PTU. Os montantes necessários para as bonificações de juro são imputados nas ajudas não reembolsáveis.

(2) Concedidas e geridas pelo BEI.

(3) África: Angola, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Cabo Verde, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Jibuti, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurícia, Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centrafricana, República Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Caraíbas: Antígua-e-Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Grenadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. Pacífico: Fiji, Kiribati, Papuásia-Nova-Guiné, Ilhas de Salomão, Samoa, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.

(4) Granelândia, Mayotte, São Pedro e Miquelon, Nova Caledónia e dependências, Polinésia Francesa, Terras Francesas Austrais e Antárcticas, Wallis e Futuna, Aruba, Antilhas Neerlandesas, Anguilla, Território do Antártico Britânico, Territórios Britânicos do Oceano Índico, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimão, Geórgia do Sul e Ilhas Sandwich, Ilhas Malvinas, Montserrat, Pitcairn, Santa Helena e dependências, e Ilhas Turks e Caicos.

(5) *Investment Facility* do Fundo Europeu de Desenvolvimento, financiado e gerido pelo BEI.

(6) Argélia, Chipre, Egipto, Gaza e Cisjordânia, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia e Turquia.

(7) Os montantes disponíveis dos protocolos financeiros anteriores poderão ser utilizados simultaneamente, quer se trate da totalidade das dotações, quer de saldos.

(8) Montante indicativo.

(9) Para os financiamentos do BEI para projectos ambientais.

(10) Albânia, Antiga República Jugoslava da Macedónia, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, Roménia, República Checa, República Eslovaca e Eslovénia.

(11) Reservado para bonificações de juro de empréstimos concedidos pelo BEI para o financiamento de projectos infra-estruturais de interesse comum para a União e para a ARJM.

(12) Ásia: Bangladesh, Brunei, China, Filipinas, Iémen, Índia, Indonésia, Macau, Malásia, Mongólia, Paquistão, Singapura, Sri Lanka, Tailândia e Vietname. América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Salvador, Uruguai e Venezuela.

(13) Para os países candidatos à adesão à União Europeia, ou seja, Bulgária, Chipre, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, Roménia, República Checa e República Eslovaca.

Quadro I: Financiamentos nos países candidatos à adesão em 1999

Distribuição por países e por sectores

(milhões de euros)

	Total	(linha de crédito de pré-adesão)	Sector				
			Energia	Comunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Empréstimos globais
EUROPA CENTRAL E ORIENTAL (PECO)	2 173	(1 267)	39	1 578	119	125	312
Roménia	396	—	4	392	—	—	—
Eslovénia	375	(375)	—	375	—	—	—
Polónia	347	(347)	—	200	—	—	147
República Checa	270	(270)	—	195	50	—	25
República Eslovaca	270	—	—	200	—	40	30
Hungria	170	(170)	35	—	—	85	50
Bulgária	128	—	—	80	28	—	20
Letónia	98	(70)	—	58	20	—	20
Lituânia	84	—	—	63	21	—	—
Estónia	35	(35)	—	15	—	—	20
CHIPRE	200	(200)	100	100	—	—	—
Total	2 373	(1 467)	139	1 678	119	125	312
(linha de crédito de pré-adesão)							
PECO	—	(1 267)	(35)	(835)	(50)	(85)	(262)
Chipre	—	(200)	(100)	(100)	—	—	—

Quadro J: Financiamentos no exterior da União Europeia em 1999 (exceptuando países candidatos à adesão)

Distribuição por países e por sectores

(milhões de euros)

	Total	Recursos		Energia	Comunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Empréstimos globais
		próprios	orçamentais					
PAÍSES DA PARCERIA EUROMEDITERRÂNEA	802	745	56	28	170	122	334	147
Marrocos	263	261	2	—	117	44	100	2
Egipto	188	188	—	28	—	30	105	25
Tunísia	132	98	34	—	53	—	49	30
Turquia	90	78	12	—	—	38	—	52
Jordânia	80	80	—	—	—	—	80	—
Líbano	30	30	—	—	—	—	—	30
Gaza e Cisjordânia	18	10	8	—	—	10	—	8
ACP-PTU	341	196	145	98	43	23	77	100
África	287	173	114	87	33	7	77	83
Oriental	94	53	42	41	11	1	9	32
Occidental	93	72	21	—	18	—	57	18
Austral	85	43	42	46	4	6	11	18
Central-Equatorial	15	5	10	—	—	—	—	15
Caraíbas	28	10	18	10	—	16	0,25	2
Pacífico	7	—	7	—	5	—	—	2
PTU	19	14	5	2	5	—	—	13
ÁFRICA DO SUL	150	150	—	55	45	—	—	50
AMÉRICA LATINA E ÁSIA (ALA)	310	310	—	97	58	25	37	94
América Latina	215	215	—	27	58	—	37	94
Brasil	154	154	—	—	58	—	37	59
Regional-América Central	35	35	—	—	—	—	—	35
México	27	27	—	27	—	—	—	—
Ásia	95	95	—	70	—	25	—	—
Tailândia	70	70	—	70	—	—	—	—
China	25	25	—	—	—	25	—	—
BALCÃS OCIDENTAIS	60	60	—	—	60	—	—	—
ARJM	60	60	—	—	60	—	—	—
Total	1 662	1 461	201	278	376	170	448	391

Quadro K: Financiamentos nos Estados ACP e nos PTU de 1995 a 1999

Distribuição por países e por sectores

(milhões de euros)

	Total	Recursos		Energia	Comunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Empréstimos globais	Sector
		próprios	orçamentais						
ÁFRICA	1 314,0	693,6	620,4	434,1	193,3	153,3	226,4	306,9	
<i>Austral</i>	<i>548,7</i>	<i>341,7</i>	<i>207,0</i>	<i>188,3</i>	<i>62,1</i>	<i>135,3</i>	<i>90,3</i>	<i>72,7</i>	
Namíbia	113,6	108,2	5,4	57,3	39,1	6,3	2,9	8,0	
Moçambique	102,9	58,9	44,0	24,4	—	—	68,5	10,0	
Zâmbia	68,0	—	68,0	32,0	—	—	6,0	30,0	
Lesoto	54,0	54,0	—	—	—	54,0	—	—	
Maurícia	49,0	49,0	—	10,0	23,0	16,0	—	—	
Botswana	46,6	46,6	—	6,6	—	40,0	—	—	
Madagáscar	43,2	—	43,2	25,0	—	4,0	4,5	9,7	
Zimbabwe	30,4	25,0	5,4	25,0	—	—	5,4	—	
Malawi	25,0	—	25,0	—	—	15,0	—	10,0	
Suazilândia	15,0	—	15,0	7,0	—	—	3,0	5,0	
Comores	1,0	—	1,0	1,0	—	—	—	—	
<i>Ocidental</i>	<i>343,1</i>	<i>182,5</i>	<i>160,6</i>	<i>137,7</i>	<i>45,9</i>	<i>17,0</i>	<i>96,1</i>	<i>46,4</i>	
Senegal	100,0	72,0	28,0	—	21,4	15,0	54,6	9,0	
Regional	56,4	20,0	36,4	30,0	—	—	—	26,4	
Costa do Marfim	56,1	41,5	14,6	33,6	11,5	—	7,0	4,0	
Gana	38,0	34,0	4,0	34,0	—	—	—	4,0	
Mauritânia	30,4	15,0	15,4	—	—	2,0	25,4	3,0	
Burkina Faso	29,8	—	29,8	9,8	13,0	—	7,0	—	
Guiné	25,5	—	25,5	25,0	—	—	0,5	—	
Mali	6,8	—	6,8	5,3	—	—	1,5	—	
Guiné-Bissau	0,2	—	0,2	—	—	—	0,2	—	
<i>Oriental</i>	<i>338,6</i>	<i>115,9</i>	<i>222,7</i>	<i>82,0</i>	<i>44,8</i>	<i>1,0</i>	<i>38,0</i>	<i>172,8</i>	
Quênia	150,1	98,0	52,1	41,0	—	—	9,1	100,0	
Etiópia	81,0	—	81,0	41,0	21,0	—	9,0	10,0	
Uganda	72,3	17,9	54,4	—	11,0	—	19,6	41,8	
Tanzânia	34,1	—	34,1	—	12,8	—	0,3	21,0	
Seychelles	1,0	—	1,0	—	—	1,0	—	—	
<i>Central-equatorial</i>	<i>53,7</i>	<i>23,5</i>	<i>30,2</i>	<i>26,1</i>	<i>10,5</i>	<i>—</i>	<i>2,1</i>	<i>15,0</i>	
Camarões	37,0	13,0	24,0	20,5	—	—	1,5	15,0	
Gabão	11,1	10,5	0,6	—	10,5	—	0,6	—	
São Tomé e Príncipe	5,6	—	5,6	5,6	—	—	—	—	
<i>Projecto multirregional</i>	<i>30,0</i>	<i>30,0</i>	<i>—</i>	<i>—</i>	<i>30,0</i>	<i>—</i>	<i>—</i>	<i>—</i>	
CARAÍBAS	346,9	279,5	67,4	145,0	62,0	50,0	0,9	89,0	
Jamaica	79,0	79,0	—	—	60,0	7,0	—	12,0	
Trinidade e Tobago	55,3	53,0	2,3	45,0	—	—	0,3	10,0	
Barbados	50,0	50,0	—	50,0	—	—	—	—	
Baamas	34,0	34,0	—	20,0	—	14,0	—	—	
Regional	27,0	20,0	7,0	—	—	—	—	27,0	
República Dominicana	26,0	11,0	15,0	—	—	—	—	26,0	
Haiti	24,0	—	24,0	—	—	16,0	—	8,0	
Dominica	13,0	10,0	3,0	10,0	—	—	—	3,0	
Guiana	8,3	—	8,3	—	—	7,8	—	0,5	
Santa Lúcia	8,0	8,0	—	8,0	—	—	—	—	
Granada	5,8	4,0	1,8	4,0	—	1,8	—	—	
Suriname	4,7	4,0	0,7	4,0	—	—	0,7	—	
São Vicente e Grenadinas	4,0	4,0	—	4,0	—	—	—	—	
Antígua	3,4	—	3,4	—	—	3,4	—	—	
Belize	2,5	2,5	—	—	—	—	—	2,5	
São Cristóvão e Nevis	2,0	—	2,0	—	2,0	—	—	—	
PACÍFICO	71,0	36,7	34,3	—	16,7	—	48,6	5,7	
Papuásia-Nova Guiné	46,0	25,0	21,0	—	—	—	46,0	—	
Fiji	10,6	8,0	2,6	—	8,0	—	2,6	—	
Vanuatu	5,0	—	5,0	—	5,0	—	—	—	
Tonga	3,7	3,7	—	—	3,7	—	—	—	
Kiribati	2,0	—	2,0	—	—	—	—	2,0	
Samoa	2,0	—	2,0	—	—	—	—	2,0	
Regional	1,7	—	1,7	—	—	—	—	1,7	
CONJUNTO DOS PAÍSES ACP	21,1	—	21,1	—	—	—	—	21,1	
Total dos Estados ACP	1 753,0	1 009,8	743,2	579,1	272,0	203,3	276,0	422,6	
PTU	36,0	18,5	17,5	9,4	11,0	—	0,6	15,0	
Total geral	1 789,0	1 028,3	760,7	588,5	283,0	203,3	276,6	437,6	

Quadro L: Financiamentos nos países candidatos à adesão de 1995 a 1999

Distribuição por países e por sectores

(milhões de euros)

	Sector						
	Total	(linha de crédito de pré-adesão)	Energia	Comunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Empréstimos globais
EUROPA CENTRAL E ORIENTAL (PECO)	8 028	(2 587)	800	5 085	789	537	817
Polónia	1 937	(952)	180	1 015	320	140	282
República Checa	1 595	(520)	255	1 025	250	—	65
Roménia	1 238	—	99	1 082	—	47	10
Hungria	915	(485)	70	255	110	210	270
República Eslovaca	763	—	181	462	—	40	80
Eslovénia	622	(515)	—	612	—	—	10
Bulgária	473	—	—	300	53	100	20
Lituânia	222	—	10	181	21	—	10
Letónia	188	(80)	6	112	35	—	35
Estónia	76	(35)	—	41	—	—	35
CHIPRE	399	(250)	130	112	55	—	102
Total	8 427	(2 837)	930	5 197	844	537	919
<i>(linha de crédito de pré-adesão)</i>							
PECO	—	(2 587)	(35)	(1 820)	(160)	(240)	(332)
Chipre	—	(250)	(100)	(100)	—	—	(50)

Quadro M: Financiamentos nos países da Parceria Euromediterrânica de 1995 a 1999 (exceptuando Chipre)

Distribuição por países e por sectores

(milhões de euros)

							Sector	
		Recursos				Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Empréstimos globais
	Total	próprios	orçamentais	Energia	Comunicações			
Egipto	979	939	40	78	90	215	529	68
Marrocos	856	809	47	95	367	174	100	121
Argélia	580	580	—	470	30	30	50	—
Turquia	557	545	12	134	76	245	—	102
Tunísia	525	458	67	60	178	110	49	128
Líbano	330	327	3	27	30	210	—	63
Jordânia	281	270	11	20	30	67	123	41
Gaza e Cisjordânia	214	194	20	35	43	70	27	39
Israel	68	68	—	—	—	35	—	33
Malta	18	15	3	—	—	15	—	3
Total	4 409	4 205	204	919	844	1 171	878	598

Quadro N: Financiamentos na África do Sul de 1995 a 1999

Distribuição por sectores

(milhões de euros)

	Sector					
	Total	Energia	Comunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Empréstimos globais
África do Sul	585	156	45	45	—	339
Total	585	156	45	45	—	339

Quadro O: Financiamentos nos países da América Latina e da Ásia de 1995 a 1999

Distribuição por países e por sectores

(milhões de euros)

	Sector					
	Total	Energia	Comunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Empréstimos globais
América Latina	797	82	230	130	222	134
Brasil	333	55	58	—	162	59
Argentina	158	—	45	113	—	—
Peru	77	—	77	—	—	—
México	77	27	—	—	50	—
Panamá	50	—	50	—	—	—
Regional (Pacto Andino)	40	—	—	—	—	40
Regional (América Central)	35	—	—	—	—	35
Paraguai	17	—	—	17	—	—
Uruguai	10	—	—	—	10	—
Ásia	586	361	50	175	—	—
Filipinas	172	72	50	50	—	—
Indonésia	146	46	—	100	—	—
Tailândia	88	88	—	—	—	—
China	80	55	—	25	—	—
Vietname	55	55	—	—	—	—
Paquistão	45	45	—	—	—	—
Total	1 382	443	280	305	222	134

Quadro P: Financiamentos nos Balcãs Ocidentais de 1995 a 1999

Distribuição por países e por sectores

(milhões de euros)

	Sector					
	Total	Energia	Comunicações	Gestão da água e diversos	Indústria e serviços	Empréstimos globais
ARJM	130	—	130	—	—	—
Albânia	68	12	51	—	—	5
Total	198	12	181	—	—	5

Quadro Q: Captação de fundos (assinaturas) em 1999

Mês de emissão	Local de emissão	Divisa de subscrição	Identificação	Montante (em milhões) Divisa	Montante (em milhões) EUR	Vencimento (anos)	Taxa nominal (%)
1. Captação de fundos							
Operações a longo prazo (antes de swaps)							
EMISSÕES PÚBLICAS							
Janeiro	Itália	EUR	(2)	200	200,0	30	10,500
	Luxemburgo	EUR		1 000	1 000,0	10	4,000
	Luxemburgo	USD		1 000	857,1	5	5,000
	Luxemburgo	USD		250	214,3	10	5,375
	Luxemburgo	EUR		1 000	1 000,0	10	4,000
	Luxemburgo	USD	(1)	500	428,5	7	5,250
	Luxemburgo	NZD	(1)	100	45,3	5	6,000
	Luxemburgo	ZAR	(1)	200	29,2	5	15,000
Fevereiro	Suíça	CHF		1 000	622,0	15	3,500
	Itália	EUR	(2)	150	150,0	20	10,500
	Itália	EUR	(2)	75	75,0	30	10,000
	Grécia	GRD	(1)	30 000	91,0	3	6,000
	Hong-Kong	HKD	(1)	300	33,0	3	variável
	Luxemburgo	USD	(1)	150	128,6	6	5,625
	Luxemburgo	ZAR	(1)	100	14,6	10	14,750
	Luxemburgo	USD	(1)	300	257,1	3	5,000
	Luxemburgo	USD		250	214,3	10	5,250
	Luxemburgo	USD		250	214,3	10	5,375
	Luxemburgo	GBP		124	175,9	30	cupão zero
	Luxemburgo	CAD	(1)	25	13,8	5	5,500
	Luxemburgo	EUR		300	300,0	7	7,000
	Reino Unido	GBP		100	141,8	11	5,500
	Reino Unido	GBP		250	354,4	30	6,000
Março	Alemanha	NOK	(1)	600	67,6	5	4,875
	Grécia	GRD	(1)	30 000	91,0	3	6,000
	Grécia	GRD	(1)	10 000	30,3	3	6,000
	Luxemburgo	EUR/PLN	(1)	100	23,5	3	9,750
	Luxemburgo	ZAR	(1)	50	7,3	5	15,000
	Luxemburgo	USD	(1)	100	85,7	10	8,000
	República Checa	CZK	(1)	3 000	85,2	10	8,200
	Reino Unido	GBP		100	141,8	11	5,500
Abril	Luxemburgo	GBP		50	74,7	39	cupão zero
	Luxemburgo	USD	(1)	1 000	930,9	6	5,375
	Luxemburgo	EUR	(4)	2 000	2 000,0	10	4,000
	Reino Unido	GBP		200	300,2	11	5,500
	Reino Unido	GBP	(2)	200	300,2	40	5,000
Maio	Bélgica	EUR		50	50,0	7	cupão zero
	Grécia	GRD	(1)	10 000	30,7	3	6,000
	Grécia	GRD	(1)	10 000	30,7	3	6,000
	Itália	EUR	(3)	150	150,0	6	variável
	Itália	EUR	(3)	150	150,0	5	variável
	Itália	EUR		100	100,0	15	escalonado
	Luxemburgo	USD	(1)	1 000	930,9	10	5,875
	Reino Unido	GBP		100	150,1	22	5,375
	Reino Unido	ZAR	(1)	100	15,0	10	13,500
	Hungria	HUF	(1)	8 000	31,4	5	11,750
Junho	Luxemburgo	ZAR	(1)	200	30,1	6	13,000
	Luxemburgo	ZAR	(1)	100	15,0	10	14,750
	Luxemburgo	USD	(1)	500	465,5	3	6,000
	Luxemburgo	USD	(1)	250	232,7	3	6,000
	Luxemburgo	EUR		75	75,0	4	7,250
	Reino Unido	GBP		100	150,1	22	5,375
	Reino Unido	GBP		300	450,2	4	6,000
	Reino Unido	GBP		33	50,0	39	cupão zero
	Reino Unido	GBP		100	150,1	5	6,000
	Reino Unido	GBP		150	225,1	4	6,000
	Reino Unido	GBP		125	187,6	10	5,500

Quadro Q: Captação de fundos (assinaturas) em 1999 (continuação)

Mês de emissão	Local de emissão	Divisa de subscrição	Identificação	Montante (em milhões) Divisa	Montante (em milhões) EUR	Vencimento (anos)	Taxa nominal (%)
Julho	Itália	EUR		450	450,0	15	4,350
	Luxemburgo	ZAR	(1)	120	19,2	10	13,500
	Luxemburgo	ZAR	(1)	150	24,0	6	13,000
	Reino Unido	GBP		150	228,6	5	6,000
	Reino Unido	GBP		250	380,9	10	5,500
Agosto	Bélgica	NOK	(1)	500	61,7	5	6,000
	Grécia	GRD	(1)	5 000	15,4	3	6,000
	Itália	EUR		150	150,0	7	variável
	Luxemburgo	EUR		100	100,0	5	7,000
	Luxemburgo	EUR		50	50,0	5	8,200
	Luxemburgo	USD	(1)	250	242,1	3	6,000
	Reino Unido	GBP		250	380,9	6	6,125
	Reino Unido	SKK	(1)	1 000	22,1	2	15,500
Setembro	Luxemburgo	EUR		577	577,2	6	3,875
	Luxemburgo	USD	(1)	750	726,2	5	6,250
	Luxemburgo	USD		250	242,1	9	5,375
	Luxemburgo	EUR	(4)	1 500	1 500,0	5	5,250
	República Checa	SKK	(1)	2 000	44,1	3	15,625
Outubro	Austrália	AUD	(1)	400	244,0	6	6,000
	Bélgica	NOK	(1)	500	60,4	5	6,125
	Luxemburgo	EUR	(1)	500	500,0	3	4,000
	Luxemburgo	ZAR	(1)	100	15,6	10	13,500
	Luxemburgo	ZAR	(1)	100	15,6	6	13,000
	Luxemburgo	USD	(1)	100	93,8	5	7,125
	Reino Unido	GBP		125	193,1	22	5,375
	Reino Unido	GBP		125	193,1	9	6,250
	Reino Unido	GBP		75	115,8	29	6,000
	Reino Unido	GBP		200	308,9	15	6,250
	Taiwan	TWD		6 000	178,7	5	5,900
Novembro	Hungria	HUF	(1)	4 500	17,5	5	11,750
	Luxemburgo	EUR	(4)	1 000	1 000,0	3	4,500
	Luxemburgo	EUR	(4)	2 000	2 000,0	6	4,875
	Reino Unido	JPY	(1)	75 000	665,7	5	0,875
	Reino Unido	GBP		150	231,7	22	5,375
	Reino Unido	GBP		100	154,4	22	5,375
	Reino Unido	GBP		100	154,4	10	5,500
	Reino Unido	GBP		175	270,3	29	6,000
	Reino Unido	GBP		250	386,1	5	6,000
Dezembro	Japão	GBP	(1)	105	162,2	3	6,000
	Luxemburgo	ZAR	(1)	100	15,6	10	13,500
	Luxemburgo	ZAR	(1)	100	15,6	11	13,000
	Reino Unido	GBP		100	154,4	22	5,375
99 operações					26 729,7		

(1) MTN; (2) Susceptível de swap para taxa fixa ou variável; (3) Cupão único; (4) EARN

EMISSIONES PRIVADAS

9	USD	(1)	198	183,4	variável-6,45
6	HKD	(1)	3 950	480,5	7-8,75
1	GBP	(1)	530	807,6	variável
2	EUR	(1)	45	45,2	variável-cupão zero
1	JPY	(1)	10 930	87,6	3,000
19 operações				1 604,3	

Total 118 operações 28 334,0

Nota: o montante das emissões com cupão zero é calculado a partir do montante nominal multiplicado pelo preço de emissão

2. Programa de permuta de dívida em euros

Julho	Luxemburgo	EUR	961	961,1	3,875-4,000
Total 2 operações				961,1	
TOTAL GERAL 120 operações				29 295,1	

Quadro R: Captação de fundos (assinaturas) após swaps de 1995 a 1999

(milhões de euros)

	1995		1996		1997		1998		1999	
	montante	%	montante	%	montante	%	montante	%	montante	%
1. Captação de fundos										
União Europeia										
União Europeia ECU/EUR (*)	400	3,2	500	2,8	1 300	5,6	3 554	11,8	12 422	43,8
DEM	2 397	19,3	5 285	30,1	3 437	14,9	4 675	15,5	—	—
FRF	342	2,8	655	3,7	2 590	11,2	847	2,8	—	—
ITL	3 343	27,0	4 398	25,1	5 044	21,9	4 219	14,0	—	—
BEF	—	—	19	0,1	—	—	—	—	—	—
NLG	145	1,2	84	0,5	17	0,1	—	—	—	—
IEP	135	1,1	102	0,6	58	0,3	—	—	—	—
LUF	193	1,6	65	0,4	99	0,4	—	—	—	—
ESP	1 574	12,7	2 034	11,6	2 599	11,3	1 102	3,7	—	—
PTE	1 004	8,1	358	2,0	1 092	4,7	395	1,3	—	—
FIM	18	0,1	34	0,2	45	0,2	128	0,4	—	—
Total Euro-11	9 551	77,1	13 533	77,1	16 280	70,7	14 921	49,6	12 422	43,8
DKK	—	—	88	0,5	134	0,6	30	0,1	186	0,7
GBP	996	8,0	2 168	12,4	2 875	12,5	8 069	26,8	6 974	24,6
GRD	149	1,2	97	0,6	161	0,7	255	0,8	15	0,1
SEK	77	0,6	191	1,1	189	0,8	120	0,4	60	0,2
Total "Pre-in"	1 223	9,9	2 544	14,5	3 359	14,6	8 474	28,2	7 236	25,5
Total	10 774	86,9	16 078	91,6	19 639	85,3	23 395	77,7	19 658	69,3
taxa fixa	5 720	46,1	8 970	51,1	10 242	44,5	13 956	46,4	4 641	16,4
taxa variável	5 054	40,8	7 108	40,5	9 397	40,8	9 439	31,4	15 017	53,0
Fora da União Europeia										
CHF	323	2,6	165	0,9	566	2,5	125	0,4	622	2,2
CZK	—	—	—	—	—	—	11	0,0	85	0,3
HUF	—	—	—	—	—	—	28	0,1	49	0,2
JPY	771	6,2	580	3,3	541	2,4	—	—	—	—
NOK	—	—	—	—	—	—	60	0,2	—	—
USD	528	4,3	698	4,0	2 211	9,6	6 451	21,4	7 825	27,6
ZAR	—	—	33	0,2	68	0,3	29	0,1	116	0,4
Total	1 622	13,1	1 476	8,4	3 387	14,7	6 703	22,3	8 697	30,7
taxa fixa	1 338	10,8	1 156	6,6	2 116	9,2	2 001	6,6	1 865	6,6
taxa variável	284	2,3	320	1,8	1 271	5,5	4 702	15,6	6 833	24,1
TOTAL	12 395	100,0	17 553	100,0	23 025	100,0	30 098	100,0	28 355	100,0
taxa fixa	7 058	56,9	10 126	57,7	12 358	53,7	15 957	53,0	6 506	22,9
taxa variável	5 338	43,1	7 427	42,3	10 668	46,3	14 141	47,0	21 850	77,1
Operações a médio e longo prazo										
- Emissões públicas	12 080	97,5	17 066	97,2	22 438	97,5	29 660	98,5	26 743	94,3
- Emissões privadas	315	2,5	487	2,8	587	2,5	438	1,5	1 613	5,7
das quais títulos a médio prazo	829	6,7	2 989	17,0	5 377	23,4	5 633	18,7	8 709	30,7
2. Programa de permuta de dívida em euros	—	—	—	—	—	—	1 318 (1)	—	961 (1)	—
TOTAL GERAL	—	—	—	—	—	—	31 417	—	29 317	—

(*) 1995-1996: ECU; 1997-1998: EUR com pagamento em ecus; 1999: EUR

(1) 1998: DEM FRF ITL; 1999: EUR FRF ITL

Quadro S: Captação de fundos em ECU/EUR de 1981 a 1999 (*)

(montantes em milhões)

Ano	Captação a taxa fixa		Captação a taxa variável				Captado em ecus/euro (A)	Total captado (B)	A/B em %
	Antes swaps	Após swaps	Após swaps	Papel comercial	Certificados de depósito	Total			
1981-1994	10 360	10 260	2 175	1 200	400	4 121	14 046	114 296	12,29
1995	400	200	200	—	—	200	400	12 395	3,23
1996	650	500	—	—	—	—	500	17 553	2,85
1997	1 300	1 300	—	—	—	—	1 300	23 025	5,65
1998	3 500	2 850	704	—	—	704	3 554	30 098	11,81
1999	11 253	2 155	10 267	—	—	10 267	12 422	28 355	43,81
Total	27 463	17 265	13 346	1 200	400	15 292	32 222	225 724	14,27

(*) Captação de fundos (excluindo Tesouraria)

De 1997 a 1998, as emissões foram lançadas em euros, com pagamento em ecus. Em 1999, entrou em vigor o euro.

Taxas de conversão

Para efeitos de elaboração das estatísticas relativas aos seus financiamentos, assinaturas e desembolsos e à captação de fundos, o Banco utiliza durante cada trimestre as taxas de conversão em vigor no último dia útil do trimestre anterior, sendo as mesmas em 1999:

		Ano de 1999			
1 euro =	EUR				
Xelim austríaco	ATS	13,7603			
Franco belga	BEF	40,3399			
Marco alemão	DEM	1,95583			
Peseta	ESP	166,386			
Markka finlandesa	FIM	5,94573			
Franco francês	FRF	6,55957			
Libra irlandesa	IEP	0,787564			
Lira italiana	ITL	1 936,27			
Franco luxemburguês	LUF	40,3399			
Florim	NLG	2,20371			
Escudo	PTE	200,482			
		31.12.1998	31.03.1999	30.06.1999	30.09.1999
		1º trimestre 99	2º trimestre 99	3º trimestre 99	4º trimestre 99
Coroa dinamarquesa	DKK	7,44878	7,43170	7,43410	7,43320
Libra esterlina	GBP	0,705455	0,666300	0,656300	0,647500
Dracma	GRD	329,689	325,900	324,450	328,700
Coroa sueca	SEK	9,48803	8,88700	8,74700	8,72350
Dólar dos Estados Unidos	USD	1,16675	1,07420	1,03280	1,06650
Iene	JPY	132,800	127,810	124,820	112,670

O BEI agradece aos promotores e fornecedores as fotografias apresentadas no presente relatório:

Fränk Weber (capa, 76, 140, 142 e 144), Tony Stone Images (p. 6, 15, 29, 30, 49, 52 e 54), Benelux Press (p. 8, 16, 17, 25, 26, 31, 46 e 48), Arge 4. Röhre Elbtunnel (p. 10), La Vie du Rail, Barberon (p. 12 e 14), La Vie du Rail, Recoura (p. 18), La Vie du Rail, Besnard (p. 24), La Vie du Rail (p. 104), Flughafen Hannover (p. 19), ACEA (p. 22 e 110), Ville de Malmö (p. 23 e 114), Daimler-Chrysler (p. 26), Klaipeda State Seaport (p. 32), Barcs Endre (p. 34, 35 e 36), Sue Cunningham (p. 36 e 37), The Stock Market (p. 56), Allo Photo, Paris (p. 60), Imedia (p. 66, 68 e 72), Konrad Scheel (p. 67, 69, 70, 71 e 72), J.P. Kieffer (p. 75), CE (p. 115), EVAL Europe (p. 104), Flughafen Köln/Bonn (p. 105), Marcel Minnée (p. 106, 111), Métro Athènes (p. 107), SAICA (p. 107), GICAL (p. 108), Barilla (p. 110), Cargolux (p. 111), Fernwärme Wien (p. 112) e Sonera (p. 113).

Para mais informações sobre as actividades do BEI, é favor contactar o Departamento de Informação e Comunicação, Sabine Parisse, Tel. (+352) 43 79 3138, Fax (+352) 43 79 3189.



Endereços do BEI

Banco Europeu de Investimento

100, bd Konrad Adenauer

L - 2950 Luxemburgo

Tel. (+352) 43 79 - 1

Fax (+352) 43 77 04

H320 Videoconferência (+352) 43 93 67

Internet

www.bei.org

E-mail: info@bei.org

Departamento Itália:

Via Sardegna, 38

I - 00187 Roma

Tel. (+39) 06 47 19 - 1

Fax (+39) 06 42 87 34 38

Videoconferência (+39) 06 48 90 55 26

Gabinete de Atenas:

364, Kifissias Ave & 1, Delfon

GR - 152 33 Halandri/Atenas

Tel. (+30) 1 682 45 17 - 9

Fax (+30) 1 682 45 20

Gabinete de Berlim:

Lennéstrasse, 17

D - 10785 Berlim

Tel. (+49) 030 59 00 479 - 0

Fax (+49) 030 59 00 47 99

Gabinete de Lisboa:

Avenida da Liberdade, 144-156, 8º

P - 1250 Lisboa

Tel. (+351) 21 342 89 89

ou (351) 21 342 88 48

Fax (+351) 21 347 04 87

Gabinete de Londres:

68, Pall Mall

GB - Londres SW1Y 5ES

Tel. (+44) 020 7 343 1200

Fax (+44) 020 7 930 9929

Gabinete de Madrid:

Calle José Ortega y Gasset, 29

E - 28006 Madrid

Tel. (+34) 91 431 13 40

Fax (+34) 91 431 13 83

Gabinete de Representação em Bruxelas:

Rue de la loi 227

B - 1040 Bruxelas

Tel. (+32) 2 - 230 98 90

Fax (+32) 2 - 230 58 27

Videoconferência (+32) 2 280 11 40

Principais publicações

Estatutos:

Os Estatutos do BEI definem o enquadramento jurídico, financeiro e administrativo das actividades do Banco, e estão consignados num protocolo anexo ao Tratado de Roma, do qual fazem parte integrante. Disponíveis em todas as línguas oficiais da União Europeia.

Apresentação geral:

• Brochura anual

Esta brochura, que é actualizada anualmente, apresenta um resumo ilustrado dos principais objectivos e domínios de actividade do Banco, tanto na União Europeia, como no exterior desta. Disponível em todas as línguas oficiais da União Europeia.

• Cassetes Vídeo

O filme vídeo "Os 40 anos do Banco Europeu de Investimento" realizado em 1998, apresenta o BEI, definindo a sua missão e actividades. Disponível em inglês, francês, alemão, italiano, espanhol e português.

• BEI informações

Boletim periódico, que apresenta artigos de actualidade sobre as actividades do BEI. Disponível em todas as línguas oficiais da União Europeia.

• 40 anos de actividade

Compilação estatística das actividades. Publicado em 1998. Disponível em francês, inglês e alemão.

EIB Papers - Cahiers BEI

Semestral: apresenta o resultado dos estudos efectuados pelo Departamento do Economista-Chefe do BEI, assim como artigos redigidos por investigadores e peritos externos ao Banco. Disponível em inglês.

Nova série

Volume 4 N°1 - 1999:

"European Banking after EMU",

Volume 4 N°2 - 1999: "The 1999 EIB Prize - Recent EIB Research".

Fichas por países

Descrevem os instrumentos financeiros do BEI por países ou áreas geográficas (Estados-membros, Europa Central e Oriental, região mediterrânica, Estados de África, Caraíbas e Pacífico, África do Sul e Países da América Latina e da Ásia).

Brochuras temáticas:

• Actividades de financiamento e de captação de fundos do BEI durante a transição para o euro

Guia operacional. Publicado em 1998. Disponível em todas as línguas oficiais da União Europeia.

• Política de Informação

Normas que regem o acesso público aos documentos do BEI. Publicado em 1997. Disponível em todas as línguas oficiais da União Europeia.

• Política ambiental

Documento que enuncia os princípios de orientação, as normas e os procedimentos seguidos pelo BEI no domínio do ambiente. Publicado em Junho de 1996. Disponível em todas as línguas oficiais da União Europeia.

• Guia para a adjudicação

Este guia tem por fim informar os promotores de projectos financiados pelo BEI e respectivos fornecedores sobre os procedimentos relativos aos financiamentos do BEI no que respeita a concursos públicos, às informações prestadas aos proponentes e ao cumprimento da legislação comunitária.

Publicado em Junho de 1996.

Disponível em todas as línguas oficiais da União Europeia.

Relatórios redigidos pela Unidade de Avaliação das Operações do BEI:

- Avaliação de 17 projectos do sector da água situados na Bacia Mediterrânica (1999).
- Impacte das emissões do BEI na integração dos novos mercados de capitais (1999).

Além disso, é dada uma informação estruturada e actualizada na

Internet www.bei.org

Todas as publicações e filmes vídeos do BEI, assim como uma lista completa dos títulos disponíveis, poderão ser obtidos junto do Serviço de Informação do Departamento de Informação e Comunicação
Fax (+352) 43 79 3189



Projectos que podem ser financiados pelo Banco

Na União Europeia, o BEI financia projectos que contribuam para um ou mais dos seguintes objectivos:

Desenvolvimento económico equilibrado. Os projectos devem contribuir para o desenvolvimento económico das regiões menos favorecidas.

Transportes, telecomunicações e redes transeuropeias (RTE). Os projectos devem promover a integração europeia, especialmente nos domínios da construção, modernização e prolongamento de estradas, caminhos-de-ferro, pontes, aeroportos, portos e redes de telecomunicações e de transporte de energia.

Segurança do abastecimento energético. O Banco empenha-se em apoiar os objectivos da União Europeia em matéria de política energética: acesso diversificado e seguro a um abastecimento exógeno, desenvolvimento de fontes de energia endógenas, realização de economias de energia e distribuição integrada da energia a nível da União.

Ambiente natural e urbano. Redução da poluição atmosférica, tratamento de águas residuais e abastecimento de água, protecção dos solos, reflorestação, preservação do património cultural e melhoria de qualidade de vida em meio urbano.

Saúde e educação. Ampliação e modernização das infra-estruturas nos domínios da saúde e da educação.

Reforço da competitividade e da integração da indústria europeia. Promoção das tecnologias de ponta e de investimentos que favoreçam a cooperação entre empresas situadas em diferentes Estados-membros da União.

Pequenas e médias empresas. Certos investimentos realizados por PME nos sectores da indústria e dos serviços são financiados indirectamente, por meio de empréstimos globais que o BEI concede a bancos e instituições financeiras intermediárias.

Financiamentos com capitais de risco. As operações de capitais de risco em favor de PME inovadoras ou com grande potencial de crescimento são concluídas em estreita colaboração com bancos e instituições financeiras dos Estados-membros.

No exterior da União, o BEI contribui para a concretização das políticas comunitárias de ajuda e de cooperação para o desenvolvimento, concedendo financiamentos a longo prazo para apoiar projectos em cerca de 150 países terceiros da Europa Central e Oriental, da Bacia Mediterrânica, da África, das Caraíbas e do Pacífico, e da América Latina e da Ásia.

Certos empréstimos no exterior da União são regidos por protocolos e convenções específicos.

Empréstimos individuais

Beneficiários possíveis: promotores dos sectores público e privado, incluindo bancos.

Montante: o montante não pode exceder 50% do custo do investimento e é directamente acordado com o BEI, se esse custo for superior a 25 milhões de euros.

Prazo: no sector da indústria, até 12 anos; no que respeita a projectos infra-estruturais, até 20 anos, podendo ser prolongado a título excepcional.

Divisas: conforme as preferências do mutuário, o empréstimo pode ser feito em euros ou noutra divisa dos países da União, ou ainda na moeda de um país terceiro, como o dólar dos Estados Unidos, o iene ou o franco suíço. O desembolso pode ser feito numa ou mais moedas.

Taxas de juro: taxa fixa, variável ou revisível.

Reembolso: em regra, é semestral ou anual. Em certos casos, é concedido um período de carência para o reembolso do capital durante o período de construção do projecto; também é possível obter um empréstimo com reembolso integral na data de vencimento final.

Comissões: de um modo geral, o Banco não cobra qualquer comissão administrativa ou de imobilização.

Empréstimos globais

Os empréstimos globais são colocados à disposição de bancos ou instituições financeiras, que afectam os fundos para projectos de investimento de pequena e média dimensão, conformes com os critérios de financiamento do Banco.

Beneficiários possíveis: autarquias locais ou empresas com não mais de 500 empregados e cujo imobilizado fixo não exceda os 75 milhões de euros.

Tipo de projectos: novos projectos de investimento com um valor máximo de 25 milhões de euros, de iniciativa de PME ou de autarquias locais, neste caso quando se trate de infra-estruturas de pequena dimensão.

Montante: até 50 % do custo do investimento. O prazo varia entre 5 e 12 anos (para os novos projectos de construção, pode excepcionalmente atingir os 15 anos). O intermediário pode conceder um financiamento complementar para o projecto em causa.

Garantias. Taxas de juro aplicadas: as condições são fixadas com o banco intermediário que toma a decisão de financiamento, devendo obedecer aos critérios do BEI.

Desembolso e gestão do empréstimo: através do banco intermediário.



A missão do Banco Europeu de Investimento

O BEI tem como missão promover a consecução dos objectivos da União Europeia, concedendo financiamentos a longo prazo para a realização de investimentos viáveis.

• O BEI está ao serviço da União

O BEI foi criado pelo Tratado de Roma. Os seus accionistas são os Estados-membros, cujos Ministros das Finanças integram o Conselho de Governadores.

• O BEI oferece serviços com um “valor acrescentado”

- na apreciação e no acompanhamento de projectos e programas de investimento. Para poderem beneficiar de financiamentos do BEI, os projectos e programas têm de ser viáveis em quatro domínios fundamentais: económico, técnico, ambiental e financeiro. Cada projecto de investimento é cuidadosamente apreciado e acompanhado até à sua conclusão.

- nos seus financiamentos. Concedendo empréstimos e mobilizando fundos de outras fontes, o Banco contribui para alargar as possibilidades de financiamento. Com as suas emissões, também contribui para desenvolver os mercados financeiros, sobretudo da União.

• O BEI oferece termos e condições de primeira ordem

A sua solidez financeira, que advém da força e empenhamento dos seus accionistas, da sua independência profissional e da qualidade da sua carteira de empréstimos, permite-lhe obter fundos nas melhores condições, das quais beneficiam os destinatários dos seus empréstimos.

• O BEI trabalha em colaboração com outras entidades

As linhas de orientação por que se pauta o BEI são definidas em estreita colaboração com os Estados-membros e com as restantes instituições da União Europeia. O Banco colabora ainda com os sectores de negócios e bancário, e também com as grandes organizações internacionais que exercem actividades no mesmo domínio.

• O BEI dispõe de um pessoal qualificado e multicultural, originário de todos os Estados-membros.

A sua motivação advém do seu contributo directo para a construção da Europa.

Impresso em papel Art Silk, homologado “Nordic Swan”, por Jouve S.A., F-75001, Paris.